Demonstrações Financeiras

Natura Cosméticos S.A.

31 de dezembro de 2012

Natura Cosméticos S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais 3
Demonstrações do resultado 4
Demonstrações dos resultados abrangentes 5
Demonstração da mutação do patrimônio líquido 6
Demonstrações dos fluxos de caixa 7
Demonstrações do valor adicionado 8
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Natura Cosméticos S.A.
Itapecerica da Serra - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Natura Cosméticos S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Natura Cosméticos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Natura Cosméticos S.A., em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Natura Cosméticos S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Natura Cosméticos S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 15 de fevereiro de 2012, sem modificações.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Drayton Teixeira de Melo
Contador CRC-1SP236947/O-3

NATURA COSMÉTICOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 2012	Controladora (BR GAAP) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2012	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	72.767	166.007	1.144.390	515.610
Títulos e valores mobiliários	6	1.168.487	-	498.672	-
Contas a receber de clientes	7	530.033	535.309	651.416	641.872
Estoques	8	158.003	217.906	700.665	688.748
Impostos a recuperar	9	23.417	69.417	144.459	201.620
Partes relacionadas	28.1.	25.908	37.908	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.2.	80.271	28.184	80.928	28.626
Outros ativos circulantes	12	130.532	115.328	157.787	126.783
Total dos ativos circulantes		2.189.418	1.170.059	3.378.317	2.203.259
NÃO CIRCULANTES					
Realizável a longo prazo:					
Impostos a recuperar	9	12.952	12.299	151.350	111.239
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.a)	94.813	80.145	214.246	189.552
Depósitos judiciais	11	267.598	244.938	349.537	295.839
Outros ativos não circulantes	12	23.187	4.562	41.295	29.935
Investimentos	13	1.311.364	1.253.721	-	-
Imobilizado	14	357.443	332.215	1.012.089	800.434
Intangível	14	206.036	78.929	228.545	162.754
Total dos ativos não circulantes		2.273.393	2.006.809	1.997.062	1.589.753
TOTAL DOS ATIVOS		4.462.811	3.176.868	5.375.379	3.793.012

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 2012	Controladora (BR GAAP) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2012	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	15	844.261	66.424	999.462	168.962
Fornecedores e outras contas a pagar	16	252.318	183.317	649.887	488.980
Fornecedores - partes relacionadas	28.1.	254.535	293.024	-	-
Salários, participações nos resultados e encargos sociais		98.351	58.551	211.814	132.045
Obrigações tributárias	17	303.833	260.027	501.509	446.800
Outras obrigações		44.820	29.359	52.040	37.932
Total dos passivos circulantes		1.798.118	890.702	2.414.712	1.274.719
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	15	1.144.421	852.549	1.325.057	1.017.737
Obrigações tributárias	17	106.928	97.955	177.259	140.545
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	38.488	49.600	63.293	64.957
Outras provisões	19	68.760	35.818	88.961	44.809
Total dos passivos não circulantes		1.358.597	1.035.922	1.654.570	1.268.048
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20.a)	427.073	427.073	427.073	427.073
Ações em tesouraria	20.c)	(66.105)	(102.849)	(66.105)	(102.849)
Reservas de capital		155.905	160.313	155.905	160.313
Reservas de lucros		308.079	292.457	308.079	292.457
Dividendo adicional proposto	20.b)	491.343	490.885	491.343	490.885
Outros resultados abrangentes		(10.199)	(17.635)	(10.199)	(17.635)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.306.096	1.250.244	1.306.096	1.250.244
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	1	1
Total do patrimônio líquido		1.306.096	1.250.244	1.306.097	1.250.245
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.462.811	3.176.868	5.375.379	3.793.012

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		2012	2011	2012	2011
RECEITA LÍQUIDA	22	6.249.086	5.848.777	6.345.669	5.591.374
Custo dos produtos vendidos	23	(2.438.873)	(2.375.514)	(1.868.045)	(1.666.300)
LUCRO BRUTO		3.810.213	3.473.263	4.477.624	3.925.074
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	23	(1.642.380)	(1.503.069)	(2.212.205)	(1.952.740)
Administrativas e gerais	23	(899.128)	(816.818)	(772.688)	(680.730)
Participação dos colaboradores nos resultados	24.1	(29.555)	(3.765)	(90.799)	(30.168)
Remuneração dos administradores	28.2	(20.739)	(9.443)	(20.739)	(9.443)
Resultado de equivalência patrimonial	13	59.380	54.789	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	15.472	43.579	(11.643)	63.077
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.293.263	1.238.536	1.369.550	1.315.070
Receitas financeiras	25	129.831	86.502	161.808	122.698
Despesas financeiras	25	(216.965)	(163.247)	(255.258)	(200.038)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.206.129	1.161.791	1.276.100	1.237.730
Imposto de renda e contribuição social	10.b)	(344.907)	(330.890)	(414.878)	(406.829)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		861.222	830.901	861.222	830.901
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas da Sociedade		861.222	830.901	861.222	830.901
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R$					
Básico	27.1.	2,0081	1,9320	2,0081	1,9320
Diluído	27.2.	1,9980	1,9278	1,9980	1,9278

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		2012	2011	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		861.222	830.901	861.222	830.901
Outros resultados abrangentes:					
Ganhos na conversão das informações intermediárias de controladas no exterior	13	7.436	5.561	7.436	5.561
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		868.658	836.462	868.658	836.462
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores da Sociedade		868.658	836.462	868.658	836.462

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital: Ágio na emissão/venda de ações	Reservas de capital: Reserva de incentivo fiscal Subvenção para investimentos	Reservas de capital: Capital adicional integralizado	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		418.061	(14)	103.620	17.378	28.629	18.650	10.934	253.360	-	430.079	(23.196)	1.257.501	1	1.257.502
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	830.901	-	-	830.901	-	830.901
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.561	5.561	-	5.561
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	830.901	-	5.561	836.462	-	836.462
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2010 aprovados na AGO de 8 de abril de 2011		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(430.079)	-	(430.079)	-	(430.079)
Aumento de capital por subscrição de ações		9.012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.012	-	9.012
Aquisição de ações em tesouraria		-	(104.452)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(104.452)	-	(104.452)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações		-	1.617	(377)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.240	-	1.240
Movimentação dos planos de opção de compra de ações:															
Outorga de opções de compra		-	-	-	-	13.369	-	-	-	-	-	-	13.369	-	13.369
Exercício de opções de compra		-	-	-	-	(2.306)	-	-	2.306	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:															
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	-	-	3.677	-	(3.677)	-	-	-	-	-
Antecipação de dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	(332.809)	-	-	(332.809)	-	(332.809)
Dividendos declarados em 15 de fevereiro de 2012		-	-	-	-	-	-	-	-	(467.261)	467.261	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio declarados em 15 de fevereiro de 2012		-	-	-	-	-	-	-	-	(23.624)	23.624	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-	3.530	(3.530)	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		427.073	(102.849)	103.243	17.378	39.692	18.650	14.611	259.196	-	490.885	(17.635)	1.250.244	1	1.250.245
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	861.222	-	-	861.222	-	861.222
Outros resultados abrangentes	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.436	7.436	-	7.436
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	861.222	-	7.436	868.658	-	868.658
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2011 aprovados na AGO de 13 de abril de 2012		-	-	-	-	-	-	-	(66)	-	(490.885)	-	(490.951)	-	(490.951)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	20.c)	-	36.744	(5.910)	-	-	-	-	-	-	-	-	30.834	-	30.834
Movimentação dos planos de opção de compra de ações:															
Outorga de opções de compra	24.2.	-	-	-	-	10.844	-	-	-	-	-	-	10.844	-	10.844
Exercício de opções de compra	24.2.	-	-	-	-	(9.342)	-	-	9.342	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:															
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	-	-	-	-	6.346	-	(6.346)	-	-	-	-	-
Antecipação de dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	(363.533)	-	-	(363.533)	-	(363.533)
Dividendos declarados em 06 de fevereiro de 2013		-	-	-	-	-	-	-	-	(469.512)	469.512	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio declarados em 06 de fevereiro de 2013		-	-	-	-	-	-	-	-	(21.831)	21.831	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		427.073	(66.105)	97.333	17.378	41.194	18.650	20.957	268.472	-	491.343	(10.199)	1.306.096	1	1.306.097

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 2012	Controladora (BR GAAP) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2012	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		861.222	830.901	861.222	830.901
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	14	63.594	27.565	141.178	109.921
Provisão (Reversão) decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"		(52.087)	(16.442)	(52.302)	(14.305)
Provisões (Reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	(5.176)	(2.866)	4.623	(7.998)
Atualização monetária de depósitos judiciais		(17.371)	(28.841)	(21.049)	(51.173)
Imposto de renda e contribuição social	10.b)	344.907	330.890	414.878	406.829
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível		(2.098)	1.559	15.692	13.457
Resultado de equivalência patrimonial		(59.380)	(54.789)	-	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	25	145.660	94.985	163.228	121.674
Variação cambial sobre outros ativos e passivos		691	22	9.101	(7.767)
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações		2.712	6.359	10.844	13.369
Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS		-	-	807	323
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	7	2.776	(492)	7.942	(675)
Provisão (Reversão) para perdas nos estoques	8	(1.460)	9.801	(23.842)	19.726
Provisão com plano de assistência médica e créditos carbono	19	32.942	10.012	44.152	12.384
Reconhecimento de crédito tributário extemporâneo		(7.311)	(15.461)	(11.617)	(40.378)
Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	26	(715)	(11.887)	(1.665)	(16.852)
		1.308.906	1.181.316	1.563.192	1.389.436
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS					
Contas a receber de clientes		2.500	(41.125)	(17.486)	(70.918)
Estoques		61.363	(42.615)	11.925	(136.948)
Impostos a recuperar		53.373	(14.648)	29.525	(45.224)
Outros ativos		(13.068)	(171.952)	(48.570)	(157.950)
Subtotal		104.168	(270.340)	(24.606)	(411.040)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS					
Fornecedores nacionais e estrangeiros		68.310	69.443	162.102	121.752
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos		39.800	(5.218)	79.769	(30.702)
Obrigações tributárias		1.623	28.692	(2.650)	24.060
Outros passivos		(23.028)	34.006	14.108	(14.132)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(5.936)	(816)	(6.287)	(829)
Subtotal		80.769	126.107	247.042	100.149
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.493.843	1.037.083	1.785.628	1.078.545
OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(293.751)	(255.182)	(320.805)	(319.623)
Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos		(23.428)	(15.082)	(18.488)	(18.382)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(87.480)	(57.812)	(104.332)	(76.700)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.089.184	709.007	1.342.003	663.840
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições de imobilizado e intangível	14	(215.929)	(277.036)	(437.451)	(346.367)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível		2.098	2.535	3.135	3.726
Levantamento (pagamento) de depósitos judiciais		(5.289)	72.973	(32.649)	92.341
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(3.015.724)	-	(4.213.731)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários		1.847.237	-	3.715.059	-
Recebimento de dividendos de controladas		66.148	34.000	-	-
Aumento de capital em controladas	13	(48.843)	(121.173)	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.370.302)	(288.701)	(965.637)	(250.300)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal		(462.885)	(425.383)	(629.650)	(648.687)
Captações de empréstimos e financiamentos		1.474.413	822.047	1.708.574	1.045.702
Utilização de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações		30.834	1.240	30.834	1.240
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio eferentes ao exercício anterior		(490.951)	(430.079)	(490.951)	(430.079)
Antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio referentes ao exercício corrente		(363.533)	(332.809)	(363.533)	(332.809)
Compra de ações em tesouraria		-	(104.452)	-	(104.452)
Aumento de capital por subscrição (353.289 ações ordinárias ao preço médio de R$39,69)		-	9.012	-	9.012
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		187.878	(460.424)	255.274	(460.073)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	(2.860)	1.914
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(93.240)	(40.118)	628.780	(44.619)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		166.007	206.125	515.610	560.229
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		72.767	166.007	1.144.390	515.610
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(93.240)	(40.118)	628.780	(44.619)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA					
Numerários com utilização restrita	12	-	-	-	6.757
Limites de contas garantidas sem utilização		299.500	117.900	343.600	235.500

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 2012		Controladora (BR GAAP) 2011		Consolidado (BR GAAP) 2012		Consolidado (BR GAAP) 2011	
RECEITAS		7.501.382		6.847.932		8.515.446		7.499.050	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		7.608.134		6.887.213		8.665.145		7.524.250	
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(122.224)		(82.860)		(138.056)		(88.277)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	15.472		43.579		(11.643)		63.077	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(4.823.121)		(4.538.954)		(4.836.794)		(4.362.838)	
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(2.846.755)		(2.610.197)		(3.025.657)		(2.624.578)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.976.366)		(1.928.757)		(1.811.137)		(1.738.260)	
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.678.261		2.308.978		3.678.652		3.136.212	
RETENÇÕES		(63.594)		(27.565)		(141.178)		(109.921)	
Depreciações e amortizações	14	(63.594)		(27.565)		(141.178)		(109.921)	
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE		2.614.667		2.281.413		3.537.474		3.026.291	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		189.211		141.291		161.805		122.698	
Resultado de equivalência patrimonial	13	59.380		54.789		-		-	
Receitas financeiras - incluem variações monetárias e cambiais	25	129.831		86.502		161.805		122.698	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.803.878		2.422.704		3.699.280		3.148.989	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(2.803.878)	100%	(2.422.704)	100%	(3.699.280)	100%	(3.148.989)	100%
Pessoal e encargos sociais		(333.466)	12%	(250.870)	10%	(802.966)	21%	(634.261)	20%
Impostos, taxas e contribuições		(1.369.813)	49%	(1.182.449)	49%	(1.743.401)	48%	(1.472.345)	46%
Despesas financeiras e aluguéis		(239.377)	9%	(158.485)	7%	(291.691)	8%	(211.483)	7%
Dividendos		(796.531)	28%	(762.563)	31%	(796.531)	22%	(762.563)	24%
Juros sobre o capital próprio		(58.347)	2%	(61.130)	3%	(58.347)	2%	(61.130)	2%
Lucros retidos		(6.344)	0%	(7.207)	0%	(6.344)	0%	(7.207)	0%

Informações suplementares às demonstrações do valor adicionado:

Dos valores registrados na rubrica "Impostos, taxas e contribuições" em dezembro de 2012 e 2011, os montantes de R$541.669 e R$442.063, respectivamente, referem-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS - ST incidente sobre a margem de lucro presumida definida pelas Secretarias das Fazendas Estaduais, obtida nas vendas realizadas pelos(as) Consultores(as) Natura para o consumidor final.

Para a análise desse impacto tributário nas demonstrações do valor adicionado, tais valores devem ser deduzidos daqueles registrados na rubrica "Vendas de mercadorias, produtos e serviços" e da própria rubrica "Impostos, taxas e contribuições", uma vez que os valores das receitas de vendas não incluem o lucro presumido dos(as) Consultores(as) Natura na venda dos produtos, nos montantes de R$3.210.727 e R$2.906.137, em dezembro de 2012 e 2011, respectivamente, considerando-se a margem presumida de lucro de 30%.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Natura Cosméticos S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código "NATU3", com sede em Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo.

Suas atividades e as de suas controladas (doravante denominadas "Sociedades") compreendem o desenvolvimento, a industrialização, a distribuição e a comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, substancialmente por meio de vendas diretas realizadas pelos(as) Consultores(as) Natura, bem como a participação como sócia ou acionista em outras sociedades no Brasil e no exterior.

Em 20 de dezembro de 2012, a Natura Cosméticos S.A. celebrou contrato de compra e venda definitivo para a aquisição, sujeita a condições precedentes, de 65% da Emeis Holdings Pty Ltd., uma fabricante australiana de cosméticos e produtos de beleza premium que opera sob a marca "Aesop" na Austrália, Ásia, Europa e América do Norte. O preço de compra acordado foi de AU$68,25 milhões, sujeito a certos ajustes.

A expectativa é que a operação seja concluída até 30 de abril de 2013, sendo paga com caixa da Sociedade.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis da Sociedade compreendem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como consolidado - IFRS e BR GAAP.

- As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.
Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes.
A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Sociedade.

IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão).
O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados

em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Sociedade.

IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desreconhecimentos.
A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Sociedade entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Sociedade não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

2.2. Consolidação

a) Controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades que a Sociedade tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla ou não outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir.

Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das demonstrações contábeis é feita proporcionalmente ao percentual de participação.

b) Sociedades incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas

	Participação - %	
	2012	2011
Participação direta:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	99,99	99,99
Natura Biosphera Comércio de Cosméticos e Serviços Ltda.	99,99	-
Natura Cosméticos S.A. - Chile	99,99	99,99
Natura Cosméticos S.A. - Peru	99,94	99,94
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	99,97	99,97
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	99,99	99,99
Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99

	Participação - %	
	2012	2011
Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	99,99	99,99
Natura Cosméticos España S.L. - Espanha	100,00	100,00
Natura (Brasil) International B.V. - Holanda	100,00	100,00
Participação indireta:		
Via Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.:		
Natura Logística e Serviços Ltda.	99,99	99,99
Via Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.:		
Ybios S.A. (consolidação proporcional - controle conjunto)	-	43,33
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França	100,00	100,00
Via Natura (Brasil) International B.V. - Holanda:		
Natura Brasil Inc. - EUA - Delaware	100,00	100,00
Natura International Inc. - EUA - Nova York	100,00	100,00
Natura Brasil SAS - França	100,00	100,00
Natura Europa SAS - França	100,00	100,00

Na elaboração das demonstrações consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Sociedade. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas.

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

- Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: suas atividades concentram-se, preponderantemente, na industrialização e comercialização dos produtos da marca Natura para a Natura Cosméticos S.A. - Brasil, Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia, Natura Europa SAS - França e Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V..
- Natura Biosphera Comércio de Cosméticos e Serviços Ltda.: suas atividades concentram-se no comércio, inclusive por meio eletrônico, dos produtos da marca Natura
- Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades são semelhantes às atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. - Brasil.

- Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: suas atividades concentram-se em desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado. É controladora integral da Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França, centro satélite de pesquisa e tecnologia inaugurado durante o ano 2007, em Paris.
- Natura Europa SAS - França: suas atividades concentram-se na compra, venda, importação, exportação e distribuição de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene.
- Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na importação e comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal para a Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos às empresas Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos España S.L.: encontra-se em fase pré-operacional e suas atividades consistirão nas mesmas atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. - Brasil.
- Natura Logística e Serviços Ltda.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos para as sociedades sediadas no Brasil.
- Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França: suas atividades concentram-se em pesquisas nas áreas de testes "in vitro", alternativos aos testes em animais, para estudo da segurança e eficácia de princípios ativos, tratamento de pele e novos materiais de embalagens.
- Ybios S.A.: Em 29 de junho de 2012, a Sociedade vendeu a sua participação e deixou de integrar o quadro societário da Ybios. Os efeitos desta venda não foram relevantes - suas atividades concentravam-se na pesquisa, na gestão, no desenvolvimento de projetos, produtos e serviços voltados para a área de biotecnologia, podendo, inclusive, firmar acordos e parcerias com universidades, fundações, empresas, cooperativas e associações, entre outras entidades públicas e privadas, na prestação de serviços na área de biotecnologia e na participação em outras sociedades.
- Natura Europa SAS – França, Natura Brasil Inc. e Natura International Inc.: em janeiro de 2009 as cotas correspondentes ao capital social dessas controladas foram conferidas como aporte de capital na empresa "holding" Natura (Brasil) International B.V. - Holanda, passando a Sociedade a possuir a correspondente participação indireta nessas empresas por intermédio dessa empresa "holding" sediada na Holanda.

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e

pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Comitê Executivo da Sociedade.

2.4. Conversão para moeda estrangeira

a) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da controladora e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade (R$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, nas rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras".

c) Moeda de apresentação e conversão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que correspondem à moeda de apresentação da Sociedade.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos das controladas no exterior, cuja moeda funcional é a moeda local, são convertidas para reais à taxa de câmbio média mensal, que se aproxima da taxa de câmbio vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica "Outros resultados abrangentes" nas demonstrações do resultado abrangente e no patrimônio líquido.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6. Instrumentos financeiros

2.6.1. Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

No caso da Sociedade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis e classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Sociedade não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem quotas de fundos de investimento e títulos de dívida do governo. Nesta categoria são registrados os instrumentos que são mantidos por um período indefinido e que podem ser alienados para atender às necessidades de liquidez ou as mudanças nas condições de mercado.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles

com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).

Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, no caso da Sociedade, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

2.6.2. Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;

A Sociedade transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

2.6.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilização de "hedge"

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Sociedade e por suas controladas, resumem-se em "swap" e compra a termo de moeda ("Non Deliverable Forward - NDF"), que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Sociedade com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora as Sociedades façam uso de derivativos com o objetivo de proteção ("hedge"), estas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção ("hedge accounting").

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 4.

2.6.6. Método de juros efetivos

É utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.7. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixas de vencimento, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 7.

2.8. Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 8.

A Sociedade considerada em sua provisão para perdas nos estoques os seguintes componentes: produtos descontinuados, materiais com giro lento, materiais com prazo de validade expirado e materiais fora dos parâmetros de qualidade.

2.9. Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

A Sociedade possui participações apenas em controladas.

As controladas são empresas nas quais a Sociedade diretamente ou através de outras controladas é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. São consideradas controladas as sociedades nas quais a Sociedade detém o controle. Controle é o poder de governar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa, a fim de obter benefícios de suas atividades, o que em geral consiste na capacidade de exercer a maioria dos direitos de voto. Os potenciais direitos de voto são considerados na avaliação do controle exercido pela Sociedade sobre outra entidade, quando puderem ser exercidos no momento de tal avaliação.

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis às da Sociedade.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Sociedade sobre o lucro ou prejuízo líquido do período desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Sociedade sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

2.10. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	13
Moldes	3
Instalações e benfeitorias de terceiros	5 - 13
Móveis e utensílios	14
Veículos	3

As vidas úteis são revisadas anualmente.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.11. Intangível

2.11.1 Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 14 e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

2.11.2 Marcas e patentes

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 14.

2.11.3 Créditos de carbono - Programa Carbono Neutro

Em 2007, a Sociedade assumiu com seus colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas o compromisso de ser uma empresa Carbono Neutro, que consiste em neutralizar suas emissões de Gases do Efeito Estufa - GEEs , em sua cadeia completa de produção, desde a extração das matérias-primas até o pós-consumo. Esse compromisso, apesar de não ser uma obrigação legal, já que o Brasil apesar de ser um país signatário do Protocolo de Quioto não apresenta meta de redução, é considerado uma obrigação construtiva, conforme o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que determina o reconhecimento de uma provisão nas demonstrações contábeis se esta for passível de desembolso e mensurável.

O passivo é estimado através dos inventários auditados de emissão de carbono realizados anualmente e valorizado com base nos preços médios de aquisição de toneladas dos contratos em vigor e nos preços estimados para as próximas aquisições. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado no passivo na rubrica "Outras provisões" (vide nota explicativa nº 19), refere-se ao total das emissões de carbono do período de 2007 a 2012 que ainda não foram neutralizadas através dos projetos correspondentes, portanto, não há efetivação do certificado de carbono.

Em linha com suas crenças e princípios, a Sociedade optou por realizar aquisições diretas de créditos de carbono de projetos com benefícios socioambientais oriundos do mercado voluntário. Dessa forma, os gastos incorridos gerarão créditos de carbono após a finalização ou maturação desses projetos. Durante os referidos exercícios, os gastos foram registrados a valor de custo como um ativo intangível (vide nota explicativa nº 14), já que representam um direito futuro de uso. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo registrado no ativo intangível refere-se aos gastos incorridos com projetos socioambientais que gerarão à Sociedade certificados futuros de carbono.

No momento em que os respectivos certificados de carbonos são efetivamente entregues à Sociedade, a obrigação de ser Carbono Neutro é efetivamente cumprida, portanto, os saldos de ativos são compensados com os saldos de passivos.

A diferença entre os saldos de ativo e de passivo em 31 de dezembro de 2012 refere-se ao valor de caixa que a Sociedade ainda desembolsará com outros projetos socioambientais para futura geração de certificados.

2.12. Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

Dados o alto índice de inovação e a taxa de rotação de produtos na carteira de vendas da Sociedade, esta adota como prática contábil registrar como despesa do exercício, quando incorridos, os gastos com pesquisa e desenvolvimento de seus produtos.

2.13. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.10, ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

2.14. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.15. Contas a pagar aos fornecedores

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.16. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

2.17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Sociedade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 18.

2.18. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

Reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, onde são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países onde se situam essas controladas, o imposto de renda e a contribuição social da Sociedade e das controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O imposto de renda e a contribuição social - diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social - diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto promulgadas nas datas dos balanços e que devem ser

aplicadas quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social - diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social - diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social - diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social - diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social - diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 10.

2.19. Plano de outorga de opções de compra de ações

A Sociedade oferece a seus executivos planos de participações com base em ações, liquidados exclusivamente com as ações desta.

O plano de outorga de opções de compra de ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. Para determinar o valor justo a Sociedade utiliza um método de valorização apropriado cujos detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 24.2.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido à rubrica "Capital adicional integralizado", ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Sociedade do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrada na rubrica de "despesas administrativas".

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, este é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é registrada imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Sociedade ou da contraparte não foram cumpridas. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do lucro por ação diluído (Nota 27.2).

2.20. Participação nos resultados

A Sociedade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera o lucro atribuível aos acionistas da Sociedade após certos ajustes, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

2.21. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Outras obrigações", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 20.(b).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.22. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.23. Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores

A Sociedade patrocina planos de aposentadoria de contribuição definida, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Sociedade. A Sociedade concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados. Os custos associados às contribuições efetuadas pela Sociedade e por suas controladas aos planos são reconhecidos pelo regime de competência. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os ganhos e as perdas atuariais apurados no plano de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados são reconhecidos no resultado em conformidade com as regras da IAS 19 e do CPC 33 - Benefícios a Empregados, com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 19.

2.24. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita de vendas é reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de venda é gerada basicamente a partir das vendas efetuadas para os Consultores (as) Natura, (nossos clientes) mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida/a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita de venda de é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao cliente, o que geralmente ocorre na sua entrega para os Consultores (as) Natura.

A receita de venda é gerada e acumulada inicialmente no razão auxiliar de vendas da Sociedade; a partir do momento em que o comprovante de despacho é emitido em nome dos nossos clientes. Todavia, como nossas receitas são registradas contabilmente apenas quando efetivamente ocorre à entrega final dos produtos, efetuamos provisão para eliminar o montante de receitas relativas aos produtos despachados e não recebidos pelos Consultores (as) Natura na data de cada fechamento das demonstrações contábeis.

A receita decorrente de incentivos fiscais, recebida sob a forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Sociedade na localidade onde o incentivo fiscal é concedido. Não há condições estabelecidas a serem cumpridas pela Sociedade que pudessem afetar o reconhecimento da receita decorrente de incentivos fiscais.

A parcela dos incentivos fiscais reconhecida no resultado é destinada para a constituição da reserva de incentivos fiscais no grupo "Reservas de lucros" no patrimônio líquido e não é utilizado na base da distribuição de dividendos.

2.25. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das

perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.26. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 Instrumentos Financeiros	Classificação e Mensuração, encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
• IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas	A IFRS 10, estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
• IFRS 11 Acordos em conjunto	A IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 13 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas. A aplicação antecipada é permitida. Os principais efeitos decorrentes da adoção do IFRS 11 será o fim da consolidação proporcional, fato que não afetará as informações consolidadas da Companhia	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

IFRS 12 Divulgações de Participações em Outras Entidades	A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. A aplicação antecipada é permitida.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011)	Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 28 (Revisada 2011) Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes	A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)	O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desreconhecimentos	A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Sociedadeentenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras	Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 16 Imobilizado	Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação	Esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias	A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Sociedade pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

A Sociedade ainda não concluiu a mensuração dos efeitos da adoção das novas normas, interpretações e alteração, porém não espera que tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Sociedade.

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Sociedade revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro

histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais e administrativos, incluindo uma arbitragem, como descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

c) Plano de assistência médica aposentados

O valor atual do plano de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 19. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

d) Plano de outorga de opções de compra de ações

O plano de outorga de opções de compra de ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado durante o período no qual o direito é adquirido em contrapartida à rubrica "Capital adicional integralizado" no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Administração da Sociedade revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida ao patrimônio líquido o efeito decorrente desta revisão. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 24.2.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Sociedade e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Sociedade, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Sociedade.

4.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

a) Riscos de mercado

A Sociedade e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Para a redução da referida exposição, foi implantada uma política para proteger o risco cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco (Política de Proteção Cambial).

Os procedimentos de tesouraria definidos com base na política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Sociedade e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

A Política de Proteção Cambial considera os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade e de suas controladas, bem como fluxos de caixa futuros, com prazo médio de seis meses, ainda não registrados no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de flutuação do dólar norte-americano e, particularmente em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade está exposta ao dólar-australiano. Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, a Sociedade e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e compra a termo de moeda denominada “Non Deliverable Forward - NDF” (“forward”). Conforme a Política de Proteção Cambial os derivativos contratados pela Sociedade ou por suas controladas deverão limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso, dada uma determinada estimativa de desvalorização cambial em relação ao dólar norte-americano. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Sociedade e a suas controladas com relação ao dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2012, o balanço patrimonial da controladora e consolidado inclui contas denominadas em dólar americano que, em conjunto, representam um passivo de R$ 1.510.721 e R$ 1.515.328, respectivamente (em 31 de dezembro de 2011, R$438.667 e R$444.894, respectivamente). Essas contas constituídas por empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, são protegidas com derivativos do tipo "swap".

Em 31 de dezembro de 2012, a controladora possuía compromisso financeiro futuro denominado em dólar australiano conforme Fato Relevante publicado em 20 de dezembro de 2012 representando um valor de R$ 144.670. Este valor constitui o futuro desembolso para aquisição, sujeita a condições precedentes, de 65% da Emeis Holding Pty Ltd, e está protegido com derivativo do tipo "forward".

Instrumentos derivativos para proteção do risco de câmbio

A Sociedade classifica os derivativos em "financeiros" e "operacionais". Os "financeiros" são derivativos do tipo "swap" contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Os "operacionais" são derivativos (geralmente "forwards") contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa operacionais do negócio.

Em 31 de dezembro de 2012, os contratos em aberto de "swap" e "forward" com vencimentos entre janeiro de 2013 e julho de 2020, foram celebrados com contrapartes representadas pelos bancos Bank of America (43%), HSBC (23%), Bradesco (19%), Citibank (6%), Itaú (6%) e Brasil (3%), e estão assim compostos:

Derivativos "financeiros" – controladora

	Valor principal		Valor justo		Ganho do período	
Descrição	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contratos de "swap" (1):						
Ponta ativa:						
Posição comprada dólar	1.411.816	396.938	1.531.596	435.094	80.624	28.184
Ponta passiva:						
Taxa CDI pós-fixada:						
Posição vendida no CDI	1.411.816	396.938	1.450.972	406.910	-	-

Derivativos "financeiros" – consolidado

Descrição	Valor principal 2012	Valor principal 2011	Valor justo 2012	Valor justo 2011	Ganho do período 2012	Ganho do período 2011
Contratos de "swap" (1):						
Ponta ativa:						
Posição comprada dólar	1.418.092	404.662	1.538.307	442.573	81.281	28.626
Ponta passiva:						
Taxa CDI pós-fixada:						
Posição vendida no CDI	1.418.092	404.662	1.457.026	413.947	-	-

Derivativos "operacionais" – controladora e consolidado

Descrição	Valor principal 2012	Valor principal 2011	Valor justo 2012	Valor justo 2011	Ganho do período 2012	Ganho do período 2011
Contratos de "forward" (2):						
Ponta ativa:						
Posição comprada dólar australiano	147.522	-	147.522	-	(353)	-
Ponta passiva:						
Taxa prefixada:						
Posição comprada dólar australiano	147.522	-	147.875	-	-	-

(1) As operações de "swap" financeiros consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado.

(2) As operações de "forward" financeiros estabelecem uma paridade futura entre o real e a moeda estrangeira tomando-se como base a paridade do momento da contratação corrigida por uma determinada taxa de juros prefixada.

O valor principal representa os valores dos derivativos contratados. O valor justo refere-se ao valor reconhecido no balanço dos derivativos contratados ainda em aberto nas datas dos balanços.

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da BM&FBOVESPA, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

Análise de sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos "financeiros", a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registradas no balanço patrimonial.

	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (*)	1.510.721	1.536.507
Contas a receber em moeda estrangeira	-	(5.752)
Contas a pagar em moeda estrangeira	10.308	15.686
Valor dos derivativos "financeiros"	(1.646.856)	(1.649.894)
Exposição ativa líquida	(125.827)	(103.454)

A seguir estão demonstrados o ganho (perda) que teriam sido reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de acordo com os seguintes cenários:

		Controladora		
Descrição	Risco da Sociedade	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição passiva líquida	Alta do dólar	1.170	31.457	62.914

		Consolidado		
Descrição	Risco da Sociedade	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição passiva líquida	Alta do dólar	962	25.863	51.727

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve transferência entre nenhum dos níveis de avaliações do valor justo.

O cenário provável (R$ 2,04/US$1,00) considera as taxas futuras da moeda estrangeira, conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (R$ 2,55/US$1,00) e de 50% (R$3,07/US$1,00), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem a Sociedade e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, CDI e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

A Administração da Sociedade entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como, diante do histórico de ajustes promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

A Sociedade e suas controladas têm como política contratar derivativos do tipo "swap", com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos contratadas com indexador distinto do CDI, da TJLP e das taxas prefixadas. No entanto, em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade e suas controladas não tinham esse tipo de derivativo, por considerarem o risco baixo, conforme descrito anteriormente.

Análise de sensibilidade

Conforme mencionado anteriormente no item "Risco cambial", em 31 de dezembro de 2012 quase a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de "swap", trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política da Sociedade de proteção de riscos cambiais. Dessa forma, o risco da Sociedade passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP, incluindo as operações com derivativos:

	Controladora	Consolidado
Total dos empréstimos e financiamentos - em moeda local (nota explicativa nº 15)	(477.961)	(788.011)
Operações com derivativos atrelados ao CDI e à TJLP	(1.510.721)	(1.536.507)
Aplicações financeiras (notas explicativas nº 5, 6)	1.189.521	1.499.052
Exposição passiva líquida	(799.161)	(825.466)

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP, líquidos das aplicações financeiras, também indexadas ao CDI (nota explicativa nº 5 e 6).

As tabelas seguintes demonstram a perda incremental que teria sido reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de acordo com os seguintes cenários:

		Controladora		
Descrição	Risco da Sociedade	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Passivo líquido	Alta da taxa	(799)	(13.786)	(27.571)

		Consolidado		
Descrição	Risco da Sociedade	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Passivo líquido	Alta da taxa	(825)	(14.239)	(28.479)

O cenário provável (6,9% ao ano) considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição às taxas de juros. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% (8,6% ao ano) e 50% (10,4% ao ano), respectivamente.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Sociedade e de suas controladas são efetuadas para um grande número de Consultores(as) Natura e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão

para créditos de liquidação duvidosa", conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos.

A Sociedade considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Sociedade considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, além de possuir prática para estabelecimento de caixa mínimo.

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros, mensurados pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes vencimentos são demonstrados a seguir:

Controladora em 31 de dezembro de 2012	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil 2012
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	893.202	-	-	-	893.202	(48.941)	844.261
Fornecedores	252.318	-	-	-	252.318	-	252.318
Instrumentos financeiros	68.939	-	-	-	68.939	11.332	80.271
Não circulante:							
Empréstimos e financiamentos		1.127.258	65.606	64.736	1.257.600	(113.179)	1.144.421

Consolidado em 31 de dezembro de 2012	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil 2012
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	1.057.712	-	-	-	1.057.712	(58.250)	999.462
Fornecedores	649.887	-	-	-	649.887	-	649.887
Instrumentos financeiros	69.402	-	-	-	69.402	11.526	80.928
Não circulante:							
Empréstimos e financiamentos	-	1.261.619	121.712	74.840	1.458.171	(133.114)	1.325.057

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas.

A Sociedade monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira consolidados em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	1.988.682	918.973	2.324.519	1.186.699
Instrumentos Financeiros derivativos	(80.271)	(28.184)	(80.928)	(28.626)
Caixa e equivalentes de caixa e Titulos e valores mobiliários	(1.241.254)	(166.007)	(1.643.062)	(515.610)
Dívida líquida	667.157	724.782	600.529	642.463
Patrimônio líquido	1.306.096	1.250.244	1.306.097	1.250.245
Índice de alavancagem financeira	51,08%	57,97%	45,98%	51,39%

4.4. Estimativa de valores justos

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como

preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros da Sociedade e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio ("swap" e "forwards") é determinado com base nas taxas de câmbio e juros futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à taxa prefixada, aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 15.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	51.732	27.929	144.011	98.208
Certificado de Depósitos Bancários (a)	21.035	138.078	965.777	417.402
Compromissadas (b)	-	-	34.602	-
	72.767	166.007	1.144.390	515.610

(a) As aplicações em Certificado de Depósitos Bancários são remuneradas por taxas que variam entre 99,60% a 103,75% do CDI.

(b) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos predeterminados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fundos de investimentos exclusivos	1.168.487	-	-	-
Títulos do governo	-	-	498.672	-
	1.168.487	-	498.672	-

A partir de abril de 2012, a Sociedade concentrou a maior parte de suas aplicações em um fundo de investimento exclusivo. Em 31 de dezembro de 2012, o valor contabilizado referente ao fundo de investimento exclusivo está avaliado ao valor justo por meio de resultado. De acordo com a Instrução CVM n.º 408/04, as aplicações financeiras em Fundos de Investimentos nos quais a Sociedade tem participação exclusiva foram consolidadas.

Os fundos exclusivos são como segue:

O Fundo de Investimento Sintonia é um fundo renda fixa crédito privado sob gestão, administração e custódia do BTG Pactual. Os ativos elegíveis na composição da carteira são: operações compromissadas, CDBs e títulos da dívida pública quando lastro para operações compromissadas. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas com rendimento a qualquer momento.

O Fundo de Investimento Essencial é um fundo renda fixa crédito privado sob gestão, administração e custódia do Itaú Unibanco. Os ativos elegíveis na composição da carteira são: títulos da dívida pública, CDBs e operações compromissadas. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas com rendimento a qualquer momento.

A composição dos títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos em 31 de dezembro de 2012, é como segue:

	Sintonia	Essencial	Total
Certificado de Depósitos Bancários	249.516	683.563	933.079
Operações compromissadas	31.069	-	31.069
Títulos públicos (LFT)	-	498.672	498.672
	280.585	1.182.235	1.462.820

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a receber de clientes	588.980	591.480	724.347	706.861
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58.947)	(56.171)	(72.931)	(64.989)
	530.033	535.309	651.416	641.872

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer	463.023	452.392	567.207	543.472
Vencidos:				
Até 30 dias	54.489	102.107	72.145	117.560
De 31 a 60 dias	23.020	14.029	26.481	16.254
De 61 a 90 dias	14.448	9.950	17.708	13.306
De 91 a 180 dias	34.000	13.002	40.806	16.269
	588.980	591.480	724.347	706.861
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58.947)	(56.171)	(72.931)	(64.989)
	530.033	535.309	651.416	641.872

O saldo da rubrica "Contas a receber de clientes" no consolidado está predominantemente denominado em reais, com aproximadamente 84% do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2012 (89% em 31 de dezembro de 2011), sendo o saldo remanescente denominado em moedas diversas e formado pelas vendas das controladas no exterior.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
Saldo em 2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 2011	Saldo em 2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 2011
(56.663)	(82.860)	83.352	(56.171)	(65.664)	(88.277)	88.952	(64.989)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
Saldo em 2011	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 2012	Saldo em 2011	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 2012
(56.171)	(122.224)	119.448	(58.947)	(64.989)	(138.056)	130.114	(72.931)

(a) Provisão constituída conforme a nota explicativa nº 2.7.

(b) Compostas por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento. A Sociedade e suas controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados	162.952	219.626	549.697	565.739
Matérias-primas e materiais de embalagem	-	-	150.167	149.806
Material promocional	13.871	18.560	52.273	52.288
Produtos em elaboração	-	-	20.085	16.314
Provisão para perdas	(18.820)	(20.280)	(71.557)	(95.399)
	158.003	217.906	700.665	688.748

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
Saldo em 2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 2011	Saldo em 2010	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 2011
(10.479)	(20.741)	10.940	(20.280)	(75.673)	(66.900)	47.174	(95.399)

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está assim representada:

Controladora				Consolidado			
Saldo em 2011	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 2012	Saldo em 2011	Adições (a)	Baixas (b)	Saldo em 2012
(20.280)	(11.803)	13.263	(18.820)	(95.399)	(86.894)	110.736	(71.557)

(a) Referem-se à constituição e/ou reversão de provisão para perdas por descontinuidade, validade e qualidade, para cobrir as perdas esperadas na realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Sociedade.

(b) Compostas pelas baixas dos produtos descartados pela Sociedade e por suas controladas.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ICMS a compensar sobre aquisição de insumos	-	-	208.907	154.942
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - SP (a)	3.693	8.296	3.693	8.296
Impostos a compensar - controladas no exterior	-	-	26.315	22.170
ICMS a compensar sobre aquisição de ativo imobilizado	12.812	15.428	21.992	24.318
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de ativo imobilizado	-	-	44	7.376
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de insumos	18.512	45.012	21.394	68.187
PIS e COFINS oriundo de ganho de processo judicial (b)	-	11.887	7.881	16.852
IRPJ e CSLL a compensar	970	728	1.362	3.236
PIS, COFINS e CSLL - retidos na fonte	-	-	3.221	2.024
Outros	382	365	5.184	8.834
Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS (c)	-	-	(4.184)	(3.376)
	36.369	81.716	295.809	312.859
Circulante	23.417	69.417	144.459	201.620
Não circulante	12.952	12.299	151.350	111.239

(a) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS - ST que vem sendo mensalmente destacado e retido nas operações de venda realizadas pela Sociedade e por sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., com mercadorias destinadas a clientes localizados em outras Unidades da Federação (Estados e Distrito Federal) que não o Estado de São Paulo, conforme legislação fiscal do Estado de São Paulo, vigente desde fevereiro de 2008. A Sociedade obteve em 2010 na Secretaria da Fazenda de SP – Sefaz um regime especial que permite a compensação dos referidos créditos através de um mecanismo denominado "Via Rápida" ("Fast Track"), no qual os créditos são compensados no mês seguinte de sua apuração, mediante apresentação de carta de fiança bancária de 1,5 vezes o valor do crédito.

(b) O montante demonstrado refere-se ao reconhecimento de crédito tributário de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS oriundos de ganho de processo judicial que questiona a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98. A Sociedade obteve autorização da Receita Federal do Brasil para compensação dos créditos da controladora após o trânsito e julgado da causa. Em dezembro de 2012, o processo judicial transitou em julgado de maneira favorável aos interesses da Sociedade, razão pela qual a Receita Federal do Brasil acatou o pedido de habilitação de crédito solicitado pela Sociedade.

(c) O deságio é decorrente do desejo da Sociedade em realizar seus créditos de ICMS, oriundos de exportação, de uma maneira ágil e rentável. Por isso, utiliza-se de uma previsão legal, a qual permite a venda de créditos desta natureza. No entanto, sua realização está sujeita a aprovação da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ/SP, fato este que ainda nos impede de realizar esta venda.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os valores são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)	22.316	19.098	22.316	19.098
Provisão para perdas nos estoques (nota explicativa nº 8)	6.399	6.895	20.039	28.219
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 18)	14.168	17.743	36.273	36.896
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (nota explicativa nº 18)	656	620	49.342	39.173
Passivo atuarial - plano de assistência médica aposentados (nota explicativa nº 19)	14.181	6.573	18.661	9.565
Ganhos decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos (nota explicativa nº 25)	(27.292)	(9.583)	(27.516)	(9.733)
Provisão de ICMS - ST - PR, DF, MS, MT e RJ (nota explicativa nº 17)	13.856	8.247	13.856	8.247
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	2.011	1.992	2.614	2.137
Provisões para obrigações contratuais	7.809	1.439	10.310	2.713
Provisão para deságio na cessão de créditos de ICMS	-	-	1.422	1.148
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	8.510	6.178	8.510	6.178
Diferenças temporárias das operações internacionais	-	-	10.019	9.681
Provisões para participação nos resultados	15.412	3.955	31.016	10.947
Ajuste de taxa de depreciação - vida útil (Regime Tributário de Transição - RTT)	1.241	1.420	(9.605)	(6.989)
Outras diferenças temporárias	15.546	15.568	26.989	32.272
	94.813	80.145	214.246	189.552

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2013	57.432	121.423
2014	4.514	6.616
2015	5.916	49.189
2016 em diante	26.951	37.018
	94.813	214.246

Sobre as controladas da Sociedade no exterior, exceto pelas operações da Argentina e do

Peru que apresentam lucro tributável, as demais controladas não apresentam créditos tributários registrados sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias devido à ausência de histórico de lucros tributáveis e projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2012, os valores dos créditos tributários, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme segue:

Prejuízos fiscais:

Chile	100.146
México	158.930
Colômbia	95.738
França	122.578

Exceto pela controlada no México, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados pelas demais controladas não possuem prazo para serem compensados. Para tais controladas, os créditos tributários possuem os seguintes prazos para compensação:

	México
2014	15
2015	8.524
2016	13.216
2017 até 2022	137.176
	158.931

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.206.129	1.161.791	1.276.100	1.237.730
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(410.084)	(395.009)	(433.874)	(420.828)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05 (*)	22.008	22.386	22.008	22.386
Incentivos fiscais	6.242	6.582	8.487	9.668
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 13)	20.189	18.628	-	-
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais gerados por controladas no exterior	-	-	(11.345)	(28.915)
Regime Tributário de Transição - RTT (Medida Provisória nº 449/08) - ajustes da Lei nº 11.638/07	1.352	(774)	(1.413)	(3.242)
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	20.447	21.067	20.447	21.067
Outras diferenças permanentes	(5.060)	(3.770)	(19.187)	(6.965)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(344.907)	(330.890)	(414.878)	(406.829)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(359.575)	(323.544)	(439.572)	(416.122)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	14.668	(7.346)	24.694	9.293
Taxa efetiva - %	28,6	28,5	32,5	32,9

(*) Refere-se ao benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social no exercício de 2011 foi conforme segue:

Controladora			Consolidado		
Saldo em 2010	Débito/ (Crédito) no resultado	Saldo em 2011	Saldo em 2010	Débito/ (Crédito) no resultado	Saldo em 2011
87.491	7.346	80.145	180.259	(9.293)	189.552

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferido no exercício de 2012 é conforme segue:

Controladora			Consolidado		
Saldo em 2011	Débito/ (Crédito) no resultado	Saldo em 2012	Saldo em 2011	Débito/ (Crédito) no resultado	Saldo em 2012
80.145	(14.668)	94.813	189.552	(24.694)	214.246

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ICMS - ST (nota explicativa nº 18.(a) (passivos contingentes))	88.475	80.304	88.475	80.304
ICMS - ST exigibilidade suspensa (nota explicativa nº 17.(b))	96.898	88.521	96.898	88.521
Outras obrigações tributárias provisionadas (nota explicativa nº 17.(e) e (f))	10.030	9.434	80.361	52.024
Outras obrigações tributárias com exigibilidade suspensa (nota explicativa nº 17.(c))	11.351	10.955	11.351	10.955
Processos tributários sem provisão	36.576	34.373	42.337	38.254
Processos tributários provisionados (nota explicativa nº 18)	9.913	9.952	11.554	11.515
Processos cíveis sem provisão	1.027	1.016	1.118	1.108
Processos cíveis provisionados (nota explicativa nº 18)	2.056	1.886	2.167	1.992
Processos trabalhistas sem provisão	8.241	5.844	10.123	6.999
Processos trabalhistas provisionados (nota explicativa nº 18)	3.031	2.653	5.153	4.167
	267.598	244.938	349.537	295.839

12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Adiantamento para propaganda	138.149	111.690	139.149	112.666
Ativos destinados à venda (a)	4.327	-	22.079	17.752
Adiantamento para colaboradores	3.666	3.867	5.479	5.750
Adiantamento para fornecedores	2.548	2.504	5.096	3.643
Seguros	2.123	1.829	2.699	2.464
Caixa restrito - CDB (b)	-	-	-	6.757
Outros	2.906	-	24.580	7.686
	153.719	119.890	199.082	156.718
Circulante	130.532	115.328	157.787	126.783
Não circulante	23.187	4.562	41.295	29.935

(a) Este saldo se refere a ativos que a Sociedade pretende vender dentre os próximos 12 meses conforme CPC 31 – ativo não circulante mantido para venda (IFRS 5). Estes ativos são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. A Sociedade classifica estes ativos nesta rubrica por considerar a venda altamente provável e os ativos estarem disponível para venda imediata na sua condição atual. Uma vez classificados como destinados à venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

(b) Este saldo referia-se a um bloqueio para garantia de uma execução fiscal por meio da qual se pretende cobrar o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI referente ao mês de julho de 1989, quando da equiparação dos estabelecimentos comerciais atacadistas a estabelecimento industrial pela Lei nº 7.798/89. O processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP), para julgamento do recurso de apelação da executada. Com base na análise efetuada pelos assessores legais da Sociedade, a probabilidade de perda desse processo é possível. Em 17 de dezembro de 2012, este valor foi liberado em troca de uma carta fiança.

13. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	2012	2011
Investimentos em controladas e controladas em conjunto	1.311.364	1.253.721

Informações e movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	Natura Cosméticos S.A. - Chile	Natura Cosméticos S.A. - Peru	Natura Cosméticos S.A. - Argentina	Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	Natura Cosméticos de México S.A. (*)	Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	Natura (Brasil) International B.V. - Holanda (*)	Natura Cosméticos España S.L.	Natura Biosphera Comércio de Cosméticos e Serviços Ltda.	Total
Capital social	526.155	124.846	30.181	101.248	7.200	5.008	225.054	102.843	(5.784)	73	100	1.116.924
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,94%	99,97%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	100,00%	99,99%	
Patrimônio líquido das controladas	1.105.729	36.537	5.469	80.562	334	31.290	30.215	10.863	10.283	142	89	1.311.513
Participação no patrimônio líquido	1.105.618	36.533	5.466	80.538	334	31.287	30.212	10.862	10.283	142	89	1.311.364
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das controladas	89.528	11.758	(9.995)	12.222	-	16.080	(23.678)	(21.758)	(14.772)	-	(11)	59.374
Valor contábil dos investimentos												
Saldos em 31 de dezembro de 2010	930.614	23.246	(891)	56.902	273	45.021	26.950	8.782	8.208	83		1.099.188
Resultado de equivalência patrimonial	124.881	(3.535)	(4.725)	7.683	(1)	15.527	(46.019)	(20.970)	(18.052)	-		54.789
Variação cambial e outros ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	-	672	357	2.431	34	89	(384)	1.893	469	-		5.561
Contribuição da controladora para planos de opções de ações concedidos a executivos de controladas e outras reservas	4.839	-	-	-	-	2.171	-	-	-	-		7.010
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(34.000)	-	-	-	-		(34.000)
Aumentos de capital	-	-	6.744	5.809	-	-	67.049	23.729	17.819	23		121.173
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.060.334	20.383	1.485	72.825	306	28.808	47.596	13.434	8.444	106		1.253.721
Resultado de equivalência patrimonial	89.529	11.756	(9.989)	12.218	-	16.080	(23.676)	(21.756)	(14.771)	-	(11)	59.380
Variação cambial e outros ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	-	4.394	(675)	(4.505)	28	170	6.292	1.988	(256)	-	-	7.436
Contribuição da controladora para planos de opções de ações concedidos a executivos de controladas e outras reservas	5.755	-	-	-	-	2.377	-	-	-	-	-	8.132
Distribuição de lucros	(50.000)	-	-	-	-	(16.148)	-	-	-	-	-	(66.148)
Aumentos de capital	-	-	14.645	-	-	-	-	17.196	16.866	36	100	48.843
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.105.618	36.533	5.466	80.538	334	31.287	30.212	10.862	10.283	142	89	1.311.364

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas:

Natura Cosméticos de México S.A.: Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V., Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.
Natura (Brasil) International B.V. - Holanda: Natura (Brasil) International B.V. (Holanda), Natura Brasil Inc. (EUA - Delaware), Natura International Inc. (EUA - Nova York), Natura Europa SAS (França) e Natura Brasil SAS (França)
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: Ybios S.A.(até 29 de junho de 2012) e Natura Innovation et Technologie de Produits SAS. - França

[página intencionalmente deixada em branco]

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa média ponderada anual de	Controladora					
		2012			2011		
IMOBILIZADO	depreciação - %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Veículos	21	39.872	(21.270)	18.602	39.010	(16.991)	22.019
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	15	41.108	(24.247)	16.861	35.419	(11.844)	23.575
Máquinas e equipamentos	4	123.467	(16.251)	107.216	114.844	(7.421)	107.423
Edifícios	15	56.694	-	56.694	56.694	-	56.694
Móveis e utensílios	7	16.039	(5.131)	10.908	11.633	(3.006)	8.627
Equipamentos de informática	18	66.832	(19.857)	46.975	50.867	(7.024)	43.843
Projetos em andamento	-	100.187	-	100.187	70.034	-	70.034
		444.199	(86.756)	357.443	378.501	(46.286)	332.215

	Taxa média ponderada anual de	Controladora					
		2012			2011		
INTANGÍVEL	amortização - %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual
Softwares e outros	17	238.840	(42.468)	196.372	88.848	(17.356)	71.492
Créditos de carbono (c)	-	9.664	-	9.664	7.437	-	7.437
		248.504	(42.468)	206.036	96.285	(17.356)	78.929

	Taxa média ponderada anual de	Consolidado					
		2012			2011		
IMOBILIZADO	depreciação - %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Máquinas e equipamentos	6	439.844	(174.839)	265.005	410.901	(145.342)	265.559
Edifícios	4	207.836	(66.028)	141.808	207.836	(60.400)	147.436
Instalações	9	144.090	(81.451)	62.639	132.919	(73.512)	59.407
Terrenos	-	27.484	-	27.484	27.214	-	27.214
Moldes	30	137.492	(105.197)	32.295	116.068	(87.966)	28.102
Veículos	21	64.766	(27.228)	37.538	59.490	(22.430)	37.060
Equipamentos de informática	19	93.910	(40.001)	53.909	76.305	(23.933)	52.372
Móveis e utensílios	11	39.446	(15.738)	23.708	32.976	(11.937)	21.039
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	15	57.395	(34.012)	23.383	50.599	(18.581)	32.018
Projetos em andamento	-	341884	-	341884	128287	-	128287
Outros	3	4.688	(2.252)	2.436	4.196	(2.256)	1.940
		1.558.835	(546.746)	1.012.089	1.246.791	(446.357)	800.434

	Taxa média ponderada anual de	Consolidado					
		2012			2011		
INTANGÍVEL	amortização - %	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual
Softwares	18	276.824	(63.596)	213.228	182.890	(32.676)	150.214
Fundo de comércio - Natura Europa SAS - França (b)	-	5.600	-	5.600	5.074	-	5.074
Créditos de carbono (c)	-	9.664	-	9.664	7.437	-	7.437
Marcas e patentes	10	936	(883)	53	1.652	(1.623)	29
		293.024	(64.479)	228.545	197.053	(34.299)	162.754

(a) As taxas de amortização consideram os prazos de aluguel dos imóveis arrendados, os quais variam de três a sete anos.

(b) O fundo de comércio gerado na compra da Natura Europa SAS - França está fundamentado na existência de ponto comercial em que esta se localiza, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes, com sustentação de tratar-se de um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo. A variação ocorrida no saldo, entre 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, deve-se exclusivamente aos efeitos da variação cambial.

(c) Programa Carbono Neutro (nota explicativa nº 2.11.3).

Informações adicionais sobre o imobilizado e intangível:

a) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
Equipamentos de informática	487	1.074
Veículos	100	100
Total	587	1.174

b) Arrendamentos mercantis (leasing)

A Sociedade efetuou no exercício de 2011 operação de arrendamento mercantil financeiro para aquisição de ativo imobilizado no valor de R$56.694, na rubrica "Edifícios" e uma operação de 'sale leaseback' no valor de R$24.537 sem apuração de ganho, na rubrica "Máquinas e equipamentos". Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a pagar dessas operações, classificado na rubrica "Empréstimos e financiamentos" (nota explicativa nº 15), totaliza R$69.263 (R$79.673 em 31 de dezembro de 2011).

c) Saldo de juros capitalizados no ativo imobilizado

	Consolidado	
	2012	2011
Edifícios	1.453	1.479

A Sociedade não efetuou capitalização de juros nos exercícios de 2012 e 2011.

Mutações do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldos no início do exercício	332.215	92.175	800.434	560.467
Adições (líquidas das transferências de projetos em andamento encerrados):				
Máquinas e equipamentos	4.967	28.373	22.487	45.037
Projetos em andamentos	44.134	114.902	235.376	165.726
Veículos	11.379	15.069	20.386	21.031
Moldes	-	-	13.904	15.344
Instalações	-	-	3.059	6.112
Equipamentos de informática	11.507	40.611	12.805	11.377
Móveis e utensílios	3.975	4.176	5.181	5.679
Outras	2.351	4.777	3.443	5.524
	78.313	207.908	316.641	275.830
Leasing	-	56.694	-	56.694
Depreciação	(38.483)	(20.814)	(100.016)	(84.108)
Aquisições de controladas	461	-	-	-
Transferências e baixas líquidas	(15.063)	(3.748)	(4.970)	(8.449)
Saldos no fim do exercício	357.443	332.215	1.012.089	800.434

Mutações do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldos no início do exercício	78.929	18.586	162.754	120.073
Adições:				
Softwares (inclui gastos com implementação)	95.427	64.993	111.082	66.402
Créditos de carbono	9.729	4.135	9.729	4.135
	105.156	69.128	120.810	70.537
Transferências e baixas líquidas	(5.063)	(2.034)	(13.857)	(2.043)
Aquisições de controladas	52.125	-	-	-
Amortização	(25.111)	(6.751)	(41.162)	(25.813)
Saldos no fim do exercício	206.036	78.929	228.545	162.754

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		
	2012	2011	2012	2011	Referência
Moeda local					
BNDES - EXIM	-	-	-	67.607	A
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	-	-	75.178	27.106	B
Debêntures	352.240	353.256	352.240	353.256	C
BNDES	77.918	21.708	203.258	141.689	D
Capital de giro / NCE	-	48.613	72.448	48.613	E
BNDES - FINAME	-	-	5.660	7.336	F
Banco do Brasil - Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT Fomentar	-	-	1.324	2.697	G
Arrendamentos mercantis - financeiros	47.803	56.729	47.803	56.729	H
FINEP subvenção	-	-	705	289	I
Total em moeda local	477.961	480.306	758.616	705.322	
Moeda estrangeira					
BNDES	14.545	4.486	19.152	10.713	J
Resolução nº 4.131/62	1.474.716	411.237	1.474.716	411.237	K
Operação internacional - Peru	-	-	27.278	36.483	L
Operação internacional - México	-	-	2.117	-	M
ACE	-	-	21.180	-	N
Arrendamentos mercantis - financeiros	21.460	22.944	21.460	22.944	O
Total em moeda estrangeira	1.510.721	438.667	1.565.903	481.377	
Total geral	1.988.682	918.973	2.324.519	1.186.699	
Circulante	844.261	66.424	999.462	168.962	
Não circulante	1.144.421	852.549	1.325.057	1.017.737	

Referência	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantias
A	Real	Março de 2014	Juros de 2,5% a.a. + TJLP. Contrato com liquidação antecipada.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
B	Real	Março de 2013 e maio 2019	TJLP para a parcela com vencimento em 2013 e 5% a.a. para parcela com vencimento em maio de 2019	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária
C	Real	Maio de 2013	Juros de 108% do CDI com vencimento em maio de 2013	Não há
D	Real	Até Maio de 2020	TJLP + juros de 0,7% a 2,8% a.a. para a parcela com vencimento em março de 2016 e 3,3% a.a. para a parcela com vencimento em 2020.	Carta de fiança bancária
E	Real	Abril de 2013	105,9% do CDI a.a.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
F	Real	Até Março de 2017	Juros de 4,5% a.a. + TJLP	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
G	Real	Fevereiro de 2014	Juros de 4,4% a.a. + TJLP	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
H	Real	Até agosto de 2026	Juros de 108,0% da taxa DI - CETIP (b)	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil
I	Real	Julho de 2015	Não há	Não há
J	Dólar USD	Julho de 2020	Variação cambial + 2,3% a.a. + Resolução nº 635 (a)	Aval da Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária
K	Dólar USD	Até Julho de 2015	Variação cambial + juros de 1,87% a 3,89% a.a. (a)	Aval da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.
L	Novo sol	Dezembro de 2013	Juros de 5,2% a.a.	Carta de fiança bancária
M	Peso Mexicano	Junho de 2014	Juros de 5,7% a.a.	Aval da Natura Cosméticos S.A.
N	Dólar USD	Abril de 2013	Variação cambial + 1,15% a.a	Aval da Natura Cosméticos S.A.
O	Dólar USD	Dezembro de 2016	Variação cambial + juros de 3,87% a.a. (a)	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos

(a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo “swap” com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI.
(b) DI - CETIP - índice diário calculado a partir da taxa média DI, divulgada pela Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

[página intencionalmente deixada em branco]

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
2014	253.617	771.468	315.314	840.496
2015	806.435	11.067	864.748	48.132
2016	26.513	8.364	47.045	38.413
2017 em diante	57.856	61.650	97.950	90.696
	1.144.421	852.549	1.325.057	1.017.737

Os contratos de empréstimos bancários vigentes são como segue:

a) Descrição dos empréstimos bancários

1. Contratos de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

   A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Logística e Serviços Ltda. e Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possuem contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES para viabilizar investimentos diretos na Sociedade e em suas controladas, como, por exemplo, aperfeiçoamento de determinadas linhas de produtos, capacitação da área de pesquisa e desenvolvimento, otimização das linhas de separação de produtos do parque industrial de Cajamar - SP e implementação de novos centros de distribuição, bem como adequação administrativa da unidade de Itapecerica da Serra - SP e aquisição de equipamentos necessários para esses fins.

2. Contrato de financiamento com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)

   A controlada Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a FINEP, que viabiliza e/ou cofinancia equipamentos, bolsas científicas e material de pesquisa para as universidades participantes.

Tais recursos foram destinados ao custeio parcial dos investimentos incorridos na elaboração dos projetos "Plataformas de Tecnologia para Novos Produtos Cosméticos e Suplementos Nutricionais" e "Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento de Novos Produtos Cosméticos".

3. Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES, relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O mencionado repasse ocorre por meio da concessão de crédito à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, usualmente Banco Itaú Unibanco S.A. e Banco do Brasil S.A., que contratam com a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos. Figura como fiel depositário desses bens a própria controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., sendo a Sociedade a avalista. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas ficaram obrigadas a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos do BNDES e condições gerais reguladoras das operações relativas ao FINAME.

4. Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior em moeda estrangeira via Resolução nº 4.131/62 com Instituições Financeiras.

5. Debêntures

Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$350.000, série única, sem garantia, bem como sem "covenants" financeiros, com valor nominal unitário de R$1.000, segundo a Instrução CVM nº 476/09, emitidas em 26 de maio de 2010 e subscritas e integralizadas em 28 de maio de 2010, com pagamento de juros semestrais nos meses de maio e novembro, com vencimento de principal em 26 de maio de 2013.

6. NCE

Nota de Crédito à Exportação - Recursos destinados ao financiamento do capital de giro de exportação com pagamento de juros mensais e vencimento do principal em 15 de abril de 2013.

b) Obrigações de arrendamento mercantil financeiro

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Consolidado	
	2012	2011
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	14.561	12.633
Mais de um ano e menos de cinco anos	49.592	54.102
Mais de cinco anos	70.718	78.800
	134.871	145.535
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(65.608)	(65.862)
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	69.263	79.673
Saldo contábil dos ativos imobilizados leasing e 'sale leaseback'	77.924	80.378

c) Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contém cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Sociedade e de suas controladas.

Os contratos firmados com o BNDES a partir de julho de 2011 apresentam cláusulas restritivas que estabelecem os seguintes indicadores financeiros:

- Margem EBITDA igual ou superior a 15%; e
- Dívida líquida / EBITDA igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade cumpria integralmente todas essas cláusulas restritivas.

16. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fornecedores nacionais	223.433	133.762	615.189	435.328
Fornecedores estrangeiros (*)	10.308	15.043	15.686	18.765
Fretes a pagar	18.577	34.512	19.012	34.887
	252.318	183.317	649.887	488.980

(*) Referem-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
PIS e COFINS a pagar (medida liminar) (a)	1.929	1.823	145.124	115.214
ICMS ordinário a pagar	100.696	59.894	100.184	81.687
ICMS - ST a pagar (b)	96.898	89.301	96.898	89.301
IRPJ e CSLL a pagar	93.446	127.458	132.548	150.639
IRPJ e CSLL (medida liminar) (c)	88.105	56.941	88.105	56.941
IRPJ e CSLL (medida liminar PAT)	4.630	2.656	8.693	6.029
IRRF	8.844	7.621	13.403	11.974
IPI - produtos isentos e com alíquota zero (d)	-	-	44.766	42.432
Correção da UFIR sobre tributos federais (e)	6.809	6.361	6.973	6.519
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (f)	3.222	3.073	3.222	3.073
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte a recolher	5.652	2.490	6.092	3.324
PIS e COFINS a pagar	-	-	-	1.110
Impostos a pagar - controladas no exterior	-	-	30.709	17.888
ISS a pagar	530	364	2.051	1.214
	410.761	357.982	678.768	587.345
Depósitos judiciais ((b), (e) e (f)) (nota explicativa nº 11)	(106.928)	(97.955)	(177.259)	(140.545)
Circulante	303.833	260.027	501.509	446.800
Não circulante	106.928	97.955	177.259	140.545

(a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discutem judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em junho de 2007, a Sociedade e sua controlada obtiveram autorização judicial para efetuar o pagamento das contribuições para PIS e COFINS sem a inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, a partir da apuração de abril de 2007. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2012 referem-se aos valores não pagos de PIS e COFINS apurados entre abril de 2007 e dezembro de 2012, cuja exigibilidade está integralmente suspensa, os quais estão acrescidos de atualização pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Parte do saldo, no montante atualizado de R$28.653, encontra-se depositada judicialmente.

(b) Em 31 de dezembro de 2012, do saldo total registrado na controladora e no consolidado, os montantes de R$14.083, R$74.037, R$308 e R$8.470 referem-se , respectivamente, ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso e Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2011, esses saldos correspondiam aos montantes de R$12.669, R$52.305, R$23.274, R$273 e R$780 e referiam-se aos Estados do Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro. O montante de ICMS-ST não recolhido está sendo discutidos judicialmente pela Sociedade e é depositado em juízo mensalmente, conforme também mencionado na nota explicativa nº 18.(a) (passivos contingentes - risco de perda possível).

Em 26 de novembro de 2011, a Sociedade formalizou um acordo, para aplicação prospectiva a essa data, com o Estado do Paraná para definir a Margem de Valor Agregado "MVA" aplicável no cálculo do ICMS - ST devido nas operações dos(as) Consultores(as) Natura paranaense.

Para tanto, a Sociedade reconheceu a aplicação da MVA (no limite determinado pelo estudo técnico) para os fatos geradores anteriores a novembro de 2011 e desistiu parcialmente das ações judiciais que discutem o tema, o que resultou: (i) na conversão em renda ao Estado do Paraná de R$114.345 a título de ICMS - ST; e (ii) no levantamento de R$16.930 depositados a maior em razão de prorrogação retroativa de benefício fiscal (redução de base de cálculo do ICMS para produtos HPPC).

Remanesce a discussão sobre a MVA aplicável aos fatos geradores anteriores a novembro de 2011.

(c) Em 4 de fevereiro de 2009, a Sociedade obteve medida liminar posteriormente confirmada por sentença que suspendeu a exigibilidade do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre quaisquer valores recebidos a título de juros de mora, pagos pelo atraso no cumprimento de obrigações contratuais das operações com vendas para os(as) Consultores(as) Natura. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal.

(d) Refere-se a créditos de IPI sobre matérias-primas e materiais de embalagem adquiridos com a incidência de alíquota zero, não tributados e isentos. A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. impetrou mandado de segurança e obteve liminar concedendo o direito ao crédito. Em 25 de setembro de 2006, a liminar foi cassada por sentença, que julgou o pedido improcedente. A Sociedade interpôs recurso de apelação para reapreciação do mérito e restabelecimento dos efeitos da liminar. Para suspender a exigibilidade do crédito tributário, em outubro de 2006 a Sociedade efetuou depósito judicial em relação ao valor compensado sob a vigência da liminar, cujo saldo atualizado monetariamente em 31 de dezembro de 2012 é de R$44.766 (R$42.432 em 31 de dezembro de 2011). No quarto trimestre de 2009, para o aproveitamento dos benefícios concedidos pela Medida Provisória nº 470/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a controlada protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado, no tocante à discussão dos créditos de IPI, dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados (vide detalhes no tópico "Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09" a seguir). Nessa data, após ter cumprido com os requerimentos para adesão ao pagamento dos débitos fiscais instituído pela Medida Provisória nº 470/09, a controlada aguarda o deferimento por parte da autoridade tributária para dar baixa, tanto dos valores registrados no passivo de exigibilidade suspensa quanto dos valores dos depósitos judiciais correspondentes. Ato contínuo, em dezembro de 2011, a controlada protocolou petição desistindo também da discussão em relação aos créditos sobre os produtos isentos, que não possuía valor envolvido, tendo em vista a classificação de risco para perda provável. Assim, aguarda-se a conversão em renda dos valores depositados judicialmente dos créditos sobre produtos adquiridos com a alíquota zero de IPI.

(e) Refere-se à incidência da correção monetária pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR dos tributos federais (IRPJ, CSLL e Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) do ano 1991, discutida em mandado de segurança. O valor envolvido nesse processo encontra-se depositado judicialmente. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a Sociedade protocolou petição desistindo da respectiva ação, aguardando-se o trânsito em julgado da ação.

(f) Refere-se à contribuição previdenciária exigida em autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em processo de fiscalização, que exigiu da Sociedade, na qualidade de contribuinte solidária, valores de contribuição devidos na contratação de serviços prestados por terceiros. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1990 a outubro de 1999. Durante o exercício de 2007, a Sociedade reverteu o montante de R$1.903, correspondente à decadência de parte do montante envolvido no processo referente ao período de janeiro de 1990 a outubro de 1994, conforme orientação da Súmula Vinculante nº 08 do Supremo Tribunal Federal - STF. Em 1º de março de 2010, foi protocolada petição desistindo parcialmente da ação, bem como renunciando parcialmente ao seu direito, para fins de adesão aos benefícios previstos na Lei nº 11.941/09 em relação às contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que prestavam serviços à Sociedade (responsabilidade solidária) no período compreendido entre novembro de 1994 e dezembro de 1998.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS e de débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Sociedade e suas controladas, após terem protocolado petições na Justiça oficializando a desistência das ações judiciais, cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento, fizeram os requerimentos de adesão aos parcelamentos, escolhendo as modalidades de parcelamento e indicando a natureza genérica dos débitos fiscais, para os quais foram feitos os pagamentos das respectivas prestações iniciais, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Sociedade e por suas controladas, conforme a Lei nº 11.941/09:

	Controladora					
	2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2012
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (a)	3.073	-	-	-	149	3.222
Débitos fiscais de IRPJ, CSLL e ILL (b)	6.361	-	-	-	448	6.809
	9.434	-	-	-	597	10.031

	Consolidado					
	2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2012
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (a)	3.073	-	-	-	149	3.222
Débitos fiscais de IRPJ, CSLL e ILL (b)	6.519	-	-	-	454	6.973
	9.592	-	-	-	603	10.195

(a) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (f) desta mesma nota.
(b) Os detalhes desse processo estão mencionados no item (e) desta mesma nota.

Devido à inexistência de saldos remanescentes de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, a Sociedade não se compensará destes para liquidação da parcela de juros dos parcelamentos.

Para a sequência das etapas do parcelamento dos débitos fiscais da Sociedade e de suas controladas que se encontram em esfera judicial, aguarda-se a decisão sobre a consolidação dos valores para que haja a sua quitação, por meio de conversão em renda dos valores depositados.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09

Em 13 de outubro de 2009, foi editada a Medida Provisória nº 470, que instituiu o pagamento e parcelamento de débitos fiscais decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969, e decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil.

Em 3 de novembro de 2009, a PGFN e a Receita Federal do Brasil publicaram, no Diário Oficial da União - DOU, a Portaria Conjunta nº 9, que dispõe sobre o pagamento e parcelamento de débitos de que trata o artigo 3º da Medida Provisória nº 470/09. Os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491/69 e os decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil, foram pagos ou parcelados, no âmbito de cada um dos órgãos, até 30 de novembro de 2009.

Conforme mencionado no item (d) desta mesma nota, a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado com referência a créditos de IPI decorrentes dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados.

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade aguarda o posicionamento do Poder Judiciário, após manifestação da PGFN e Secretaria da Receita Federal do Brasil, para concluir a etapa referente à consolidação dos débitos fiscais e para baixar os saldos do passivo de exigibilidade suspensa contra os depósitos judiciais efetuados até a referida data pelos valores atualizados monetariamente.

18. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, em processos administrativos de natureza tributária e em uma arbitragem. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus assessores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir as eventuais perdas. Essas provisões estão assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Tributários	23.903	27.612	36.211	33.850
Cíveis	12.141	12.234	16.238	16.986
Trabalhistas	2.444	9.754	10.844	14.121
	38.488	49.600	63.293	64.957

Riscos tributários

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

	Controladora					
	2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2012
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	794	-	-	-	27	821
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.885	-	(7.006)	-	(879)	-
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.968	608	-	-	121	5.697
Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.514	-	-	-	134	3.648
Honorários advocatícios e outros (f)	10.451	2.707	(481)	-	1.060	13.737
Risco tributário total provisionado	27.612	3.315	(7.487)	-	463	23.903
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 11)	(9.952)	-	395	-	(356)	(9.913)

	Consolidado					
	2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2012
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	865	-	-	-	28	893
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.885	-	(7.006)	-	(879)	-
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (c)	4.968	608	-	-	121	5.697
Ação anulatória - Auto de infração - IRPJ 1990 (d)	3.514	-	-	-	134	3.648
PIS semestralidade - Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88 (e)	2.320	-	(2.420)	-	100	-
Honorários advocatícios e outros (f)	14.298	10.865	(481)	-	1.291	25.973
Risco tributário total provisionado	33.850	11.473	(9.907)	-	795	36.211
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 11)	(11.515)	-	420	-	(459)	(11.554)

(a) Referem-se à incidência de multa moratória no recolhimento em atraso de tributos federais.

(b) Refere-se ao mandado de segurança que questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual proibiu a dedutibilidade da CSLL da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ. Durante o exercício, em virtude dos julgamentos de casos semelhantes, a probabilidade de perda passou para possível de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Sociedade.

(c) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos autos de infração lavrados contra a Sociedade, em agosto de 2003, dezembro de 2006 e dezembro de 2007, pela Receita Federal do Brasil, em que se exigem créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos à dedutibilidade da remuneração das debêntures emitidas pela Sociedade, nos períodos--base 1999, 2001 e 2002, respectivamente. Os autos de infração relativos aos períodos-base 2001 e 2002 aguardam decisão definitiva do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). A opinião dos assessores legais é de que a probabilidade de perda decorrente dos referidos autos de infração é remota.

O auto de infração lavrado contra a Sociedade em agosto de 2003, relativo à dedutibilidade no período-base 1999, teve decisão administrativa transitada em julgado em janeiro de 2010, sendo mantido parcialmente em relação ao IRPJ e integralmente em relação à CSLL. Após essa decisão, em 7 de abril de 2010, a Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar a parcela remanescente do IRPJ e da CSLL. A opinião dos assessores legais é de que a perspectiva de perda na ação judicial é remota.

(d) Refere-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil exigindo o pagamento de imposto de renda sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas, ocorridas no ano-base 1989, à alíquota de 18% (Lei nº 7.988, de 29 de dezembro de 1989) e não 3%, conforme era determinado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.413/88, no qual a Sociedade se fundamentou para efetuar os recolhimentos na época. A Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar o auto de infração. O processo está sobrestado aguardando posicionamento do STF sobre o caso.

(e) Refere-se à compensação do PIS pago na forma dos Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88, no período de 1988 a 1995, com impostos e contribuições federais devidos em 2003 e 2004. Durante o exercício de 2007, a Sociedade efetuou a reversão no montante de R$14.910, devido à decisão favorável e definitiva à Sociedade, proferida em agosto de 2007. A provisão remanescente refere-se à parcela correspondente à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., que aguarda apreciação do processo pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e teve, e teve sua provisão revertida porque na opinião dos assessores legais a probabilidade de perda é remota.

(f) O saldo refere-se a honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade e de suas controladas em processos tributários. Do montante provisionado: (i) R$4.994 referem-se aos honorários advocatícios para elaboração de defesa no auto de infração de IRPJ e de CSLL contra a Sociedade, lavrado em 30 de setembro de 2009, que tem como objeto o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente de incorporação de ações da Natura Participações S.A. que possuía ágio sobre o investimento mantido na então controlada Natura Empreendimentos S.A. - Em dezembro de 2012, o processo foi julgado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que decidiu parcialmente a favor da Sociedade para reduzir a multa agravada. No mérito, a decisão foi desfavorável, razão pela qual a Sociedade aguarda a formalização do acórdão para recorrer à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). Ressalte-se que em abril de 2012, um caso semelhante de ágio foi julgado favoravelmente no CARF, representando um importante precedente para a Sociedade. Na opinião dos assessores legais da Sociedade, a operação tal como foi estruturada e seus efeitos fiscais são defensáveis, motivo pelo qual o risco de perda é classificado como remoto; e (ii) R$ 760 referem-se aos honorários advocatícios devidos para defesa apresentada na autuação da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, a qual exige supostas diferenças de ICMS - ST em relação às remessas interestaduais realizadas a estabelecimentos da Sociedade localizados no Rio Grande do Sul. Na opinião dos assessores legais da Sociedade, o risco de perda é classificado como remoto.

Riscos cíveis

	Controladora					
	2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2012
Diversas ações cíveis (a)	6.787	6.783	(1.251)	(5.936)	148	6.531
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.535	250	-	-	82	1.867
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	3.912	176	(681)	-	336	3.743
Risco cível total provisionado	12.234	7.209	(1.932)	(5.936)	566	12.141
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 11)	(1.886)	(170)	-	-	-	(2.056)

	Consolidado					
	2011	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	2012
Diversas ações cíveis (a)	7.723	7.148	(1.262)	(6.204)	235	7.640
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.535	475	-	(83)	136	2.063
Honorários - processos IBAMA (c)	3.816	522	(1.629)	-	83	2.792
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	3.912	176	(681)	-	336	3.743
Risco cível total provisionado	16.986	8.321	(3.572)	(6.287)	790	16.238
Depósitos judiciais (nota explicativa11)	(1.992)	(175)	-	-	-	(2.167)

(a) A Sociedade e suas controladas, em 31 de dezembro 2012, são partes em 2.247 ações e procedimentos cíveis (2.491 em 31 de dezembro de 2011), entre os quais 2.123 no âmbito da justiça cível, do juizado especial cível e do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor - PROCON, movidos por Consultores(as) Natura, consumidores, fornecedores e ex-colaboradores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.

(b) Do total provisionado, o montante de R$1.256 refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Estado do Acre em face da Sociedade e de outras instituições, sob a alegação de suposto acesso irregular ao conhecimento tradicional associado ao ativo Murumuru. Na opinião dos assessores legais a probabilidade de perda é remota.

(c) Referem-se aos honorários advocatícios para anular os autos de infração lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA contra a Sociedade em 2010 e 2011 por acessos supostamente irregulares ao patrimônio genético brasileiro ou ao conhecimento tradicional associado, bem como para a adoção das medidas judiciais consideradas pertinentes pelos assessores legais da Sociedade. A Sociedade recebeu até dezembro de 2012, 70 multas do IBAMA, no total de R$21.805 e apresentou defesa e recurso administrativo para todas, sendo que 2 autos de infração já foram cancelados. Nos demais casos ainda não houve decisão de mérito definitiva do IBAMA, razão pela qual tais multas não representam créditos exigíveis. A Administração da Sociedade e seus assessores legais consideram como remota a possibilidade de perda nos autos de infração relacionados à suposta ausência de repartição de benefícios e como possível a perda nos autos de infração relacionados ao suposto acesso irregular ao patrimônio genético em virtude do cumprimento de todos os princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica - CDB, tratado internacional firmado na Rio-92 e das ilegalidades e inconstitucionalidades do atual marco legal que incorporou a CDB no sistema legal brasileiro. Com exceção de insumos provenientes de terras da União, que se recusa a negociar, apesar de ter estabelecido os Comitês de Negociação, a Sociedade reparte benefícios em 100% dos acessos no uso da biodiversidade, sendo inclusive a pioneira na repartição de benefícios com comunidades tradicionais e possuindo a maior

parte das solicitações ao órgão regulador de pedidos de autorização para acesso à biodiversidade e das autorizações já emitidas para empresas privadas.

Riscos trabalhistas

A Sociedade e suas controladas, em 31 de dezembro de 2012, são partes em 589 reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros (827 em 31 de dezembro de 2011), cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

	Controladora				
	2011	Adições	Reversões	Atualização monetária	2012
Risco trabalhista total provisionado	9.754	4.629	(13.463)	1.524	2.444
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 11)	(2.653)	(378)	-	-	(3.031)

	Consolidado				
	2011	Adições	Reversões	Atualização monetária	2012
Risco trabalhista total provisionado	14.121	9.217	(18.134)	5.640	10.844
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 11)	(4.167)	(986)	-	-	(5.153)

Passivos contingentes - risco de perda possível

A Sociedade e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Tributárias:				
Ação Declaratória - ICMS - ST (a)	88.475	80.304	88.475	80.304
Auto de infração - IPI (b)	2.929	5.451	2.929	5.451
Processo Administrativo - auto de infração - ICMS - ST - DF (c)	9.652	8.815	9.652	8.815
Processo Administrativo - auto de infração - ICMS - ST - PA (c)	571	3.423	571	3.423
Processo Administrativo - débito fiscal - ICMS - ST - RS (d)	9.950	9.066	9.950	9.066
Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (e)	34.815	30.184	34.815	30.184
Auto de infração - SeFaz de SP - fiscalização do ICMS (f)	-	-	10.719	9.837
Auto de infração - preço de transferência em contratos de mútuo com empresa ligada do exterior (g)	1.915	1.856	1.915	1.856
Processo administrativo - auto de infração - ICMS - ST – PR (h)	145.351	-	145.351	-
Processo Administrativo - Compensação - COFINS / Frete (i)	34.576	-	34.576	-
Processo Administrativo - Débito Fiscal - ICMS-ST-DF (j)	101.383	-	101.383	-
Outras	131.027	47.104	147.116	54.095
	560.644	186.203	587.452	203.031

Cíveis	38.961	2.953	39.334	3.076
Trabalhistas	80.031	42.792	135.952	73.856
	679.636	231.948	762.738	279.963

(a) Em 31 de dezembro de 2012, o montante demonstrado apresenta a seguinte composição:

1. ICMS - ST - PR - R$46.670 (R$49.962 em 31 de dezembro de 2011) - Ação movida pela Sociedade, com o objetivo de discutir as alterações na base de cálculo do ICMS - ST, de forma ilegal, promovido pelo Decreto Paranaense nº 7.018/06. O valor discutido na ação, relativo aos meses de janeiro de 2007 a novembro de 2011, está integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 17 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
2. ICMS - ST - DF - R$23.904 (R$15.401 em 31 de dezembro de 2011) - Ação declaratória movida pela Sociedade, com o objetivo de discutir sua responsabilidade pelo recolhimento do ICMS - ST, em razão da ausência de norma legal e de critério para a aferição da base de cálculo desse imposto ou, sucessivamente, a necessidade de celebração de Termo de Acordo fixando a base de cálculo do ICMS - ST. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2009 a dezembro de 2012, está integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 17 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
3. ICMS - ST - MS R$9.734 em 31 de dezembro de 2011 - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso do Sul que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2010 a dezembro de 2011, estava integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 17 (b). Em outubro de 2012 foi celebrado um termo de acordo entre as partes sendo este liquidado com os recursos do depósito.
4. ICMS - ST - MT – R$3.674 (R$3.410 em 31 de dezembro de 2011) - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de outubro de 2009 a julho de 2011, está integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 17 (b), estando sua exigibilidade suspensa.
5. ICMS - ST - SC – R$14.227 (R$1.797 em 31 de dezembro de 2011) - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado de Santa Catarina que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de julho e agosto de 2011 e fevereiro a dezembro de 2012, está integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 17 (b), estando sua exigibilidade suspensa.

(b) Refere-se à execução fiscal visando à exigência de IPI decorrente de suposta falta de recolhimento e incorreta classificação de produtos comercializados. A Sociedade apresentou defesa na esfera judicial e aguarda seu julgamento definitivo.

(c) Auto de infração de cobrança de ICMS - ST, exigido pelo Distrito Federal e pelo Estado do Pará -, em razão de suposto recolhimento a menor referente à diferença exigida a título de ICMS - ST. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda seu julgamento definitivo.

(d) Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul em face da Sociedade, em razão de sua condição de substituta tributária, para cobrança de ICMS supostamente devido, em razão da ausência de critério para aferição da base de cálculo correta desse imposto, relativo às operações subsequentes praticadas pelas revendedoras autônomas domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul. A Sociedade propôs ação anulatória para afastar essa exigência, a qual aguarda seu julgamento definitivo.

(e) Autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul exigindo crédito tributário

referente ao ICMS por suposta aplicação indevida de redução de base de cálculo concedida nas operações internas e suposta redução da alíquota interna na apuração do diferencial de alíquotas. Foram apresentadas defesas administrativas, tendo sido julgadas de maneira desfavorável aos seus interesses. A Sociedade ingressou com discussão judicial para afastar a exigência.

(f) Autuação lavrada pela Secretaria da Fazenda de São Paulo em face da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura, em razão de suposto creditamento do ICMS decorrente de aquisição de bens para integração dos ativos imobilizados transferidos, na data da compra, para outros estabelecimentos, bem como a bens adquiridos e supostamente não relacionados diretamente à atividade de produção. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, tendo obtido decisão favorável, a qual foi objeto de recurso especial interposto pela representação fiscal. O recurso está pendente de julgamento.

(g) Refere-se a auto de infração lavrado contra a Sociedade no qual a Receita Federal do Brasil exige IRPJ e CSLL sobre a diferença de juros em contratos de mútuo com pessoa jurídica vinculada no exterior. Em 12 de julho de 2004, foi apresentada a defesa administrativa, que foi julgada improcedente. No mês de junho de 2008, a Sociedade apresentou recurso voluntário em face da decisão desfavorável perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o qual está pendente de apreciação pelo órgão julgador.

(h) Autos de Infração lavrados pelo Estado do Paraná em razão de suposta incorreção de cálculo do ICMS ST devido ao estado nos períodos de fevereiro a dezembro de 2007, janeiro a abril de 2008, outubro de 2008 a janeiro de 2009, março de 2009 a setembro de 2010, novembro de 2010 e abril a agosto de 2011.. O ICMS ST cobrado pelo estado está depositado na ação movida pela Sociedade em que se discute a ilegalidade das alterações de base de cálculo promovidas pelo Decreto Paranaense nº 7.018/06, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 17 (b). Os autos de infração aguardam julgamento na esfera administrativa.

(i) Refere-se ao indeferimento do pedido de restituição pleiteado visando reconhecimento o direito creditório (COFINS), apurado (extemporaneamente) sobre as despesas incorridas com fretes nas vendas dos produtos sujeitos à tributação concentrada (monofásicos) no período compreendido entre 05/2004 a 10/2007, e, por conseguinte, não homologada as compensações declaradas. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, que aguarda o seu julgamento definitivo.

(j) Auto de Infração lavrado pelo Distrito Federal em razão de suposta incorreção de cálculo do ICMS ST devido ao estado nos períodos de nos períodos de janeiro de 2007 a dezembro de 2011. O ICMS ST cobrado pelo estado está depositado na ação movida pela Sociedade em que se discute a sua responsabilidade pelo recolhimento do ICMS - ST, em razão da ausência de norma legal e de critério para a aferição da base de cálculo desse imposto ou, sucessivamente, a necessidade de celebração de Termo de Acordo fixando a base de cálculo do ICMS - ST, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 17 (b). O auto de infração aguarda julgamento na esfera administrativa.

(k) Em 09 de abril d/e 2012, a Natura Cosméticos S.A. submeteu à arbitragem questões controversas do Instrumento Particular de Contrato de Locação Atípica e Outras Avenças, firmado em 21 de dezembro de 2010 com RB Capital Anhanguera Fundo de Investimento Imobiliário – FII e Marcacel Participações, decorrentes de atraso na entrega do Empreendimento, bem como de estouros nos gastos de construção em valores muito superiores e ao que a Natura reconhece como "pedidos adicionais de escopo" e que montam R$ 11,78 milhões (vide leasing financeiro notas explicativas imobilizado e intangível º14 e Empréstimos e financiamentos nº15. O total em disputa perfaz em valores nominais, aproximadamente R$ 46 milhões além de multas e indenizações em valores nominais mínimos de R$ 16 milhões que a Natura cobra a seu favor. O Termo de Arbitragem foi assinado pelas Partes em 19 de setembro de 2012 sendo que em 05 de novembro de 2012 a Natura Cosméticos S.A ("Requerente") apresentou suas Alegações Iniciais. Em 18 de dezembro de 2012, a RB Capital apresentou sua réplica e seu pedido contraposto e em 21 de janeiro de 2013, a Natura apresentou sua manifestação final. Os assessores legais avaliam a possibilidade de perda como possível, considerando o estágio ainda muito inicial da disputa arbitral.

Autos de infração com risco de perda remota

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. foi autuada em 20 de dezembro de 2012 pela Receita Federal Do Brasil – RFB no montante total de R$ 627.876, sendo dois autos de infração o primeiro referente a IPI que representa R$ 297.130 e o segundo de PIS e COFINS que representa R$ 330.746 o valor acrescido de multas e juros totaliza R$ 1.367.072. Em ambos os autos de infração o principal questionamento das autoridades fiscais é de que a empresa controlada teria praticado preços incorretos nas operações de vendas destinadas à Natura Cosméticos

S.A. e, por tanto, a base de cálculo dos tributos (IPI, PIS e Cofins) seria menor que o devido. Para chegar a esta conclusão, as autoridades fiscais criticam a estrutura organizacional da Natura, separação das atividades operacionais de industrialização e distribuição em pessoas jurídicas distintas, bem como a margem de lucro adotada pela controlada para fins de formação de preço de venda nas operações destinadas à Natura, sua interdependente nos termos da legislação vigente para o IPI. A opinião dos advogados internos e externos é de que os argumentos trazidos pelas autoridades fiscais não subsistem considerando-se a legislação vigente à época dos fatos, o sistema jurídico no qual está inserida esta legislação, bem como a atual jurisprudência administrativa com diversos precedentes favoráveis, e por tanto as chances de ambos os autos de infração são considerados remota.

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem os seguintes processos ativos relevantes:

a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. questionam judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS instituídas pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 31 de dezembro de 2012, totalizavam R$22.718 (R$21.935 em 31 de dezembro de 2011). Durante o primeiro trimestre de 2011, foi proferido pelo Tribunal Regional Federal – TRF da 3ª Região acórdão favorável à Sociedade por meio dos Embargos de Declaração opostos pelas empresas, autorizando a compensação desses créditos tributários: (i) com débitos de quaisquer tributos e contribuições federais no que se refere à empresa Natura Cosméticos; e (ii) limitado aos débitos das referidas contribuições no que se refere à Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. Como consequência, a Sociedade reconheceu em 2011 os créditos de PIS e COFINS no montante de R$21.915 na rubrica "Impostos a recuperar" referente aos recolhimentos indevidos efetuados nos últimos cinco anos anteriores à data de propositura das ações, a crédito do resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais". Considerando que houve acordão favorável proferido pelo Tribunal Regional Federal – TRF da 3ª Região, o referido crédito não é mais considerado como ativo contingente, conforme mencionado na nota explicativa nº9.

b) A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. e Natura Logística e Serviços Ltda. pleiteiam a restituição das parcelas do ICMS e do Imposto Sobre Serviços - ISS incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS, recolhidas no período de abril de 1999 a março de 2007. Os valores envolvidos nos pedidos de restituição, atualizados até 31 de dezembro de 2012, totalizavam R$108.618(R$135.305 em 31 de dezembro de 2011). A opinião dos assessores legais é que a probabilidade de perda é possível.

A Sociedade e suas controladas não reconhecem em seus ativos os ativos contingentes listados acima, conforme o pronunciamento CPC 25 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.

19. OUTRAS PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Plano de assistência médica aposentados	41.709	19.332	54.886	28.132
Crédito de carbono	13.686	16.486	13.686	16.486
Outras provisões	13.365	-	20.389	191
	68.760	35.818	88.961	44.809

A Sociedade e suas controladas mantêm um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e seus respectivos cônjuges, conforme regras por elas estipuladas. O reconhecimento de ganhos e perdas atuariais é imediato via resultado conforme mencionado na nota 2.23. Em 31 de dezembro de 2012, o plano contava com 1.073 e 2.144 colaboradores na controladora e no consolidado, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade e suas controladas mantinham uma provisão para o passivo atuarial referente a esse plano no montante de R$41.709 e R$54.886 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$19.332 e R$28.132, respectivamente, na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2011).

Durante o exercício os reflexos desse plano no resultado estão relacionados ao custo do serviço no valor de R$1.985 e R$2.737 na controladora e no consolidado, respectivamente; e no custo dos juros, em virtude de retorno ter reduzido no exercício em função das reduções da taxa Selic pelo Comitê de Política Monetária (Copom) no valor de R$20.392 e R$24.017 na controladora e no consolidado, respectivamente.
O passivo atuarial demonstrado foi calculado por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

	Percentual anual (em termos nominais)	
	2012	2011
Taxa de desconto financeiro	9,50	10,5
Crescimento das despesas médicas	11,2 a 6,2	10,5 a 5,5
Inflação de longo prazo	5,2	4,5
Taxa final de inflação médica – após 10 anos	6,20	5,50
Taxa de crescimento dos custos médicos por envelhecimento custos	3,50	3,50
Taxa de crescimento dos custos médicos por envelhecimento contribuições	1,50	1,50
Tábua de entrada invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de mortalidade geral	RP2000	RP2000
Tábua de rotatividade	T-9 service table	T-9 service table

A movimentação do passivo atuarial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está assim representada:

	2012	2011
Custo do serviço corrente da empresa	1.588	1.423
Custo dos juros	2.915	2.497
Reconhecimento de (Ganhos)/Perdas atuariais	22.251	4.499
	26.754	8.419

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital da Sociedade era R$427.073.

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, não houve alteração no capital social, sua composição é de 431.239.264 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas. A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 441.310.125 (quatrocentas e quarenta e um milhões, trezentas e dez mil, cento e vinte e cinco) ações ordinárias, sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

b) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente, os seguintes ajustes:

- Acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.
- Decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências.
- Sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou intermediários e, com base neles, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários.

Em 18 de abril de 2012 foram pagos dividendos no valor total de R$467.324 (R$ 1,09117684 por ação) e juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R$23.627 (R$ 0,05516776 brutos por ação), conforme distribuição aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2012, referente ao lucro líquido do exercício de 2011, que somados aos R$295.302 de dividendos e R$37.506 de juros sobre o capital próprio pagos

em agosto de 2011 correspondem a uma distribuição de aproximadamente 99% do lucro líquido auferido no exercício de 2011.

Em 25 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio, referente aos resultados auferidos no primeiro semestre de 2012, nos montantes de R$327.018 (R$0,76223929 por ação) e R$36.515, bruto de IRRF (R$0,08511173 bruto por ação), respectivamente. O montante total dos dividendos intermediários e dos juros sobre o capital próprio corresponde a 99% do lucro líquido consolidado registrado no primeiro semestre de 2012.

A Sociedade realizou o pagamento destes dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio no dia 15 de agosto de 2012.

Adicionalmente, em 06 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 12 de abril de 2013, a proposta para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R$469.512 e R$21.831 (R$18.557, líquidos de IRRF), respectivamente, referentes aos resultados auferidos no exercício de 2012, que somados aos R$327.018 de dividendos e R$36.515 de juros sobre o capital próprio pagos em agosto de 2012 correspondem a uma distribuição de aproximadamente 100% do lucro líquido auferido no exercício de 2012.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2012	2011
Lucro líquido do exercício	861.222	830.901
Reserva para incentivos fiscais - subvenção para investimentos	(6.346)	(3.677)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	854.876	827.224
Dividendos mínimos obrigatórios	30%	30%
Dividendo anual mínimo	256.463	248.167
Dividendos propostos	796.531	762.563
Juros sobre o capital próprio	58.347	61.130
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(8.752)	(9.170)
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	846.126	814.523
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	589.663	566.356
Dividendos por ação - R$	1,8559	1,7760
Juros sobre o capital próprio por ação, líquidos - R$	0,1156	0,1208
Remuneração total por ação, líquida - R$	1,9715	1,8968

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.21, a parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão destas, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas demonstrações

contábeis, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares ser divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as seguintes parcelas referentes ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foram registradas no patrimônio líquido como "Dividendo adicional proposto":

	Controladora	
	2012	2011
Dividendos	469.512	467.261
Juros sobre o capital próprio	21.831	23.624
	491.343	490.885

c) Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu durante o exercício de 2011, 3.066.300 de ações ordinárias, ao preço médio de aquisição de R$34,06, para atender ao exercício das opções outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade, assim como aos administradores e colaboradores das controladas diretas ou indiretas da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Ações em tesouraria" possuía a seguinte composição:

	2011		
	Quantidade de ações	R$ (em milhares)	Preço médio por ação - R$
Saldo no início do exercício	655	14	21,37
Adquiridas	3.066.300	104.452	34,06
Utilizadas	(45.198)	(1.617)	26,58
Saldo no fim do exercício	3.021.757	102.849	34,04

	2012		
	Quantidade de ações	R$ (em milhares)	Preço médio por ação - R$
Saldo no início do exercício	3.021.757	102.849	34,04
Utilizadas	(1.080.412)	(36.744)	34,01
Saldo no fim do exercício	1.941.345	66.105	34,05

d) Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 3.299 ações ordinárias, decorrente da capitalização das debêntures no montante de R$100.000, ocorrida em 2 de março de 2004. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a utilização de 1.080.412 ações em tesouraria pelo plano de outorga de opções de ações consumiu R$5.910 de ágio.

e) Reserva legal

Em virtude de o saldo da reserva legal, somado às reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, ter ultrapassado 30% do capital social, a Sociedade, em conformidade com o estabelecido no artigo 193 da mesma Lei, decidiu por não constituir a reserva legal sobre o lucro líquido auferido nos exercícios a partir de 2006.

f) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade não constituiu reserva de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (R$3.530 de constituição em 31 de dezembro de 2011). A retenção da reserva referente ao exercício de 2011 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração cuja aprovação se deu em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 12 de abril de 2013.

g) Outros resultados abrangentes

A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

21. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, embora o principal tomador de decisões analise as informações sobre as receitas em diversos níveis, a principal segmentação dos negócios da Sociedade é baseada em vendas de cosméticos por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: Brasil ("Operação Brasil"), América Latina ("LATAM") e demais países ("Outros"). Além disso, a LATAM é analisada em dois grupos: (a) Argentina, Chile e Peru ("Operações em Consolidação"); e (b) México e Colômbia ("Operações em Implantação"). Os segmentos possuem características de negócios semelhantes e cada um oferece produtos similares por meio da mesma metodologia de acesso aos consumidores.

A receita líquida por região está representada da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

- Operação Brasil: 88,5%
- Operações em Consolidação: 7,7%
- Operações em Implantação: 3,6%
- Outros: 0,2%

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2 resumo das principais práticas contábeis. O desempenho dos segmentos da Sociedade foi avaliado com base nas informações descritas na tabela abaixo.

Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações contábeis, bem como com as políticas contábeis aplicadas.

	2012							
	Receita líquida	Lucro líquido	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Imposto de renda	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante
Brasil	5.614.178	907.359	(132.712)	(90.920)	(402.117)	1.938.162	4.968.316	2.202.910
Argentina, Chile e Peru	487.171	13.985	(5.074)	(2.239)	(11.771)	25.586	277.465	151.104
México, Venezuela e Colômbia	226.713	(45.436)	(2.913)	(291)	(990)	14.271	97.875	54.177
Outros (*)	17.607	(14.686)	(479)	-	-	19.043	31.723	6.521
Consolidado	6.345.669	861.222	(141.178)	(93.450)	(414.878)	1.997.062	5.375.379	2.414.712

	2011							
	Receita líquida	Lucro líquido	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Imposto de renda	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante
Brasil	5.089.533	916.148	(102.938)	(73.470)	(406.168)	1.535.676	3.482.649	1.142.356
Argentina, Chile e Peru	335.058	(578)	(4.226)	(2.625)	379	25.282	187.016	90.915
México, Venezuela e Colômbia	149.166	(66.996)	(2.183)	(1.245)	(1.040)	11.857	96.070	34.730
Outros (*)	17.617	(17.673)	(574)	-	-	16.938	27.277	6.718
Consolidado	5.591.374	830.901	(109.921)	(77.340)	(406.829)	1.589.753	3.793.012	1.274.719

(*) Inclui operações da França e Corporativo LATAM

A Sociedade possui apenas uma classe de produtos comercializados pelos(as) Consultores(as) Natura denominada "Cosméticos". Dessa forma, a divulgação da receita por classe de produtos não é aplicável.

A Sociedade possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

A receita de partes externas informadas ao Comitê Executivo foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta:				
Mercado interno	7.627.373	6.898.727	7.626.061	6.896.735
Mercado externo	-	-	938.623	637.593
Outras vendas	-	-	1.409	1.437
	7.627.373	6.898.727	8.566.093	7.535.765
Devoluções e cancelamentos	(19.145)	(11.514)	(26.147)	(12.212)
Impostos incidentes sobre as vendas	(1.359.142)	(1.038.436)	(2.194.277)	(1.932.179)
Receita líquida	6.249.086	5.848.777	6.345.669	5.591.374

23. DESPESAS OPERACIONAIS E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

a) Está demonstrada a seguir a abertura por função das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2011	2012	2011
Custo dos produtos vendidos	2.438.873	2.375.514	1.868.045	1.666.300
Despesas com vendas	1.642.380	1.503.069	2.212.205	1.952.740
Despesas gerais e administrativas	899.128	816.818	772.688	680.730
Participação dos colaboradores nos resultados	29.555	3.765	90.799	30.168
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 28.2)	20.739	9.443	20.739	9.443
Total	5.030.675	4.708.609	4.964.476	4.339.381

b) Está demonstrada a seguir a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2011	2012	2011
Custo dos produtos vendidos	2.438.873	2.375.514	1.868.045	1.666.300
Matéria Prima/Material de Embalagem	2.438.873	2.375.514	1.548.593	1.387.027
Mao de Obra	-	-	170.334	156.658
Depreciação	-	-	48.849	38.600
Outros	-	-	100.269	84.015
Despesas com vendas	1.642.380	1.503.069	2.212.205	1.952.740
Fretes	259.176	242.744	263.301	248.954
Marketing, força de vendas	1.363.747	1.246.072	1.926.051	1.684.100
Depreciação	19.457	14.253	22.853	19.686
Despesas gerais e administrativas	949.422	830.026	884.226	720.341
Investimentos em Inovação	-	-	158.870	146.696
Demais despesas Administrativas	854.991	803.507	544.340	482.398
Depreciação	44.137	13.311	69.478	51.636
Participação dos colaboradores nos resultados	29.555	3.765	90.799	30.168
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 28.2)	20.739	9.443	20.739	9.443
Total	5.030.675	4.708.609	4.964.476	4.339.381

24. DESPESAS DE BENEFÍCIOS A COLABORADORES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários e bonificações	230.801	183.741	521.149	439.684
Participação dos colaboradores nos resultados(nota explicativa nº 24.1)	37.709	3.765	90.799	30.168
Plano de pensão de contribuição definida (nota explicativa nº 24.3)	3.368	2.553	4.849	4.300
Ganho de executivos	2.711	6.359	10.844	13.369
Impostos e contribuições sociais	84.265	67.122	175.882	157.462
	358.854	263.540	803.523	644.983

24.1. Participação nos resultados

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram registrados, a título de participação nos resultados, os montantes demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Colaboradores	29.555	3.765	90.799	30.168
Administradores (*)	8.154	-	8.154	-
	37.709	3.765	98.953	30.168

(*) Incluídos na rubrica “Remuneração dos administradores”.

24.2. Ganhos de executivos

A outorga de opções é deliberada pelo Conselho de Administração, dentro das bases do programa em curso aprovado pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração estabelece o plano de outorga de opções para o ano em questão, indicando os diretores e gerentes que receberão as opções e a quantidade total a ser distribuída.

No formato do programa válido até o ano 2008, as opções outorgadas possuem prazo de maturidade de quatro anos. Neste formato, 50% das opções se tornavam maduras ao final do terceiro ano e os 50% restantes ao final do quarto ano, contados da outorga das opções. O prazo máximo para exercício das opções era de 6 anos, contados do dia 30 de março do ano em que o respectivo plano foi aprovado.

Em 2009, o formato do programa foi alterado, passando 100% das opções a se tornarem maduras ao final do quarto ano, com a possibilidade de exercício de 50% das opções outorgadas ao final do terceiro ano, mediante o cancelamento de 50% das opções restantes do respectivo plano. O prazo máximo para exercício das opções passou a ser de 8 anos, contados da data da Reunião do Conselho de Administração que aprovar o plano.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em circulação e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	2012		2011	
	Preço médio de exercício por ação - R$	Opções (milhares)	Preço médio de exercício por ação - R$	Opções (milhares)
Saldo no início do exercício	32,84	7.363	28,10	6.839
Concedidas	-	-	42,39	1.492
Canceladas	34,34	(298)	29,35	(563)
Exercidas	28,58	(1.080)	25,33	(405)
Saldo no fim do exercício	35,52	5.985	32,84	7.363

Das 5.985 mil opções existentes em 31 de dezembro de 2012 (7.363 mil opções em 31 de dezembro de 2011), 1.670 mil opções (1.214 mil opções em 31 de dezembro de 2011) são exercíveis. As opções exercidas em 2012 não resultaram na emissão de ações (405 mil ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011) e sim na utilização de 1.080 mil ações do saldo de ações em tesouraria (45 mil ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

A despesa referente ao valor justo das opções concedidas reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções, foi de R$2.711 e R$10.844 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$6.359 e R$13.369, respectivamente, na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2011).

As opções de compra de ações em circulação no fim do exercício têm as seguintes datas de outorga e preços de exercício:

Em 31 de dezembro de 2012

Data da outorga	Preço de exercício - R$	Opções existentes	Vida remanescente contratual (anos)	Opções exercíveis
25 de abril de 2007	31,90	163.099	0,32	163.099
22 de abril de 2008	24,77	454.686	1,33	454.686
22 de abril de 2009	27,02	2.104.834	4,37	1.052.417
19 de março de 2010	39,65	1.766.059	5,29	-
23 de março de 2011	46,27	1.496.752	6,29	-
		5.985.430		1.670.202

Em 31 de dezembro de 2011

Data da outorga	Preço de exercício - R$	Opções existentes	Vida remanescente contratual (anos)	Opções exercíveis
29 de março de 2006	31,97	319.317	0,21	319.317
25 de abril de 2007	30,24	470.274	1,33	470.274
22 de abril de 2008	23,48	848.250	2,34	424.125
22 de abril de 2009	25,61	2.249.793	5,39	-
19 de março de 2010	37,58	2.004.244	6,31	-
23 de março de 2011	43,85	1.470.940	7,31	-
		7.362.818		1.213.716

Em 31 de dezembro de 2012, o preço de mercado era de R$58,64 (R$36,26 em 31 de dezembro de 2011) por ação.

As opções foram mensuradas ao valor justo na data da outorga com base na norma IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações. A média ponderada do valor justo das opções em 31 de dezembro de 2012 era de R$35,52.

As opções foram precificadas com base no modelo "Binomial" e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções concedidas em 2011 foram:

- Volatilidade de 36% (37% em 31 de dezembro de 2010).
- Rendimento de dividendos de 5,3% (5,3% em 31 de dezembro de 2010).
- Vida esperada da opção correspondente a três e quatro anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 10,9% (10,8% em 31 de dezembro de 2010).

Em 2012 não foram concedidos planos de opção de compra de ações.

24.3. Plano de previdência complementar

A Sociedade e suas controladas patrocinam dois planos de benefícios a colaboradores, sendo um de complementação de benefícios de aposentadoria, por intermédio de um plano de previdência complementar administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A., e um de extensão de assistência médica para ex-funcionários aposentados.

O plano de previdência complementar é estabelecido na forma de "contribuição definida", criado em 1º de agosto de 2004 e elegível para todos os colaboradores admitidos a partir daquela data. Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário, de modo que a parcela da Sociedade equivale a 60% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais, que variam de 1% a 5% da remuneração do colaborador aposentado.

Em 31 de dezembro de 2012, não existiam passivos atuariais em nome da Sociedade e de suas controladas decorrentes do plano de previdência complementar.

As contribuições realizadas pela Sociedade e por suas controladas totalizaram R$3.368 na controladora e R$4.849 no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R$2.553 na controladora e R$4.300 no consolidado em 31 de dezembro de 2011), as quais foram registradas como despesa do período.

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras:				
Juros com aplicações financeiras	41.895	21.707	60.462	55.463
Ganhos com variações monetárias e cambiais (a)	-	-	5.361	3.218
Ganhos com operações de "swap" e "forward" (b)	71.961	40.438	72.224	39.468
Outras receitas financeiras	15.975	24.357	23.761	24.549
	129.831	86.502	161.808	122.698
Despesas financeiras:				
Juros com financiamentos	(85.307)	(72.487)	(100.963)	(92.044)
Perdas com variações monetárias e cambiais (a)	(51.150)	(36.496)	(52.664)	(38.266)
Perdas com operações de "swap" e "forward" (b)	(56.458)	(26.359)	(56.759)	(27.688)
Ganhos (perdas) no ajuste a valor de mercado de derivativos "swap" e "forward" (b)	12.706	(1.171)	12.854	(1.040)
Outras despesas financeiras	(36.756)	(26.734)	(57.726)	(41.000)
	(216.965)	(163.247)	(255.258)	(200.038)
Receitas (despesas) financeiras	(87.134)	(76.745)	(93.450)	(77.340)

As aberturas a seguir têm o objetivo de explicar melhor os resultados das operações de proteção cambial contratadas pela Sociedade, bem como as respectivas contrapartidas registradas no resultado financeiro demonstrado no quadro anterior:

	Consolidado	
	2012	2011
(a)		
Ganhos com variações monetárias e cambiais	5.361	3.218
Perdas com variações monetárias e cambiais	(52.664)	(38.266)
	(47.303)	(35.048)
(a) Abertura		
Variações cambiais dos empréstimos e financiamentos	(50.133)	(32.103)
Variações monetárias dos financiamentos	41	(55)
Variações cambiais das importações	1.655	(2.256)
Variações cambiais das contas a pagar nas controladas no exterior	(2.531)	(3.852)
Variação cambial dos recebíveis de exportação	3.665	3.218
	(47.303)	(35.048)

	Consolidado	
	2012	2011
(b)		
Ganhos com operações de "swap" e "forward"	72.224	39.468
Perdas com operações de "swap" e "forward"	(43.904)	(28.728)
	28.320	10.740
(b) Abertura		
Variações cambiais dos instrumentos de "swap"	49.959	32.943
Valor de mercado	12.854	(1.040)
Receitas dos cupons cambiais dos "swaps"	22.265	6.525
Custos financeiros dos instrumentos de "swap"	(56.758)	(27.688)
	28.320	10.740

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado na venda de imobilizado	1.460	918	894	(1.125)
Créditos tributários de PIS e COFINS (*)	715	11.887	1.665	16.852
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	7.311	15.461	11.617	40.378
Outras receitas (despesas) operacionais	5.986	15.313	(25.819)	6.972
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15.472	43.579	(11.643)	63.077

(*) O saldo demonstrado inclui os créditos tributários reconhecidos de PIS e COFINS, oriundos de ganho de processo judicial que questionava a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições citadas, instituídas pela Lei nº 9.718/98.

27. LUCRO POR AÇÃO

27.1. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	861.222	830.901
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	431.239.264	431.129.772
Média ponderada das ações em tesouraria	(2.362.295)	(1.059.330)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	428.876.969	430.070.442
Lucro básico por ação - R$	2,0081	1,9320

27.2. Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações.

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	861.222	830.901
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	428.876.969	430.070.442
Ajuste por opções de compra de ações	2.159.288	930.348
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	431.036.257	431.000.790
Lucro diluído por ação - R$	1,9980	1,9278

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

28.1. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2012	2011
Ativo circulante:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (a)	10.419	12.531
Natura Logística e Serviços Ltda. (b)	8.597	20.809
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	6.892	4.568
	25.908	37.908
Passivo circulante:		
Fornecedores:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	159.460	163.146
Natura Logística e Serviços Ltda. (d)	38.024	114.737
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (e)	57.051	15.141
	254.535	293.024
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	515	217

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Venda de produtos		Compra de produtos	
	2012	2011	2012	2011
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	3.042.587	3.155.905	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	2.815.267	2.972.918
Natura Cosméticos S.A. - Peru	-	-	37.841	35.382
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	-	-	73.032	49.852
Natura Cosméticos S.A. - Chile	-	-	50.211	33.211
Natura Cosméticos S.A. - México	-	-	41.440	38.715
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	-	-	20.100	19.989
Natura Europa SAS - França	-	-	3.463	5.365
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	1.217	431
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	16	42
	3.042.587	3.155.905	3.042.587	3.155.905

	Venda de serviços		Contratação de serviços	
	2012	2011	2012	2011
Estrutura administrativa: (f)				
Natura Logística e Serviços Ltda.	267.095	433.192	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	209.876	323.715
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	-	-	36.804	67.694
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	20.415	41.783
	267.095	433.192	267.095	433.192
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias: (g)				
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	256.910	235.877	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	256.910	235.877
	256.910	235.877	256.910	235.877
Pesquisas e testes “in vitro”: (h)				
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França	2.923	2.790	-	-
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	2.923	2.790
	2.923	2.790	2.923	2.790

Locação de imóveis e encargos comuns: (i)				
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	7.618	7.296	-	-
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	4.414	4.227
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	1.774	1.699
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	1.430	1.370
	7.618	7.296	7.618	7.296
Total da venda ou compra de produtos e serviços	3.577.133	3.835.060	3.577.133	3.835.060

(a) Adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.

(b) Adiantamentos concedidos para a prestação de serviços de logística e administrativos em geral.

(c) Valores a pagar pela compra de produtos.

(d) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (f).

(e) Contas a pagar pela prestação dos serviços descritos no item (g).

(f) Prestação de serviços logísticos e administrativos em geral.

(g) Prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.

(h) Prestação de serviços de pesquisas e testes “in vitro”.

(i) Locação de parte do complexo industrial situado no município de Cajamar - SP e de prédios localizados no município de Itapecerica da Serra - SP.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Sociedade e suas controladas.

Devido ao modelo das operações mantido pela Sociedade e por suas controladas, bem como ao formato do canal de distribuição dos produtos, a qual é efetuada por meio de vendas diretas por Consultores(as) Natura, parte substancial das vendas da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é realizada para a controladora Natura Cosméticos S.A. no Brasil e para as suas controladas no exterior.

As vendas para partes não relacionadas totalizaram R$7.851 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R$5.341 em 31 de dezembro de 2011).

Sobre os saldos a receber entre as empresas Natura em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Conforme detalhes mencionados na nota explicativa nº 15, tem sido prática entre as empresas Natura conceder entre si avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários.

Em 26 de março de 2012, a Radar Cinema e Televisão Ltda. celebrou um contrato com agencia de publicidade que presta serviços para Natura Cosméticos S.A. para a produção e pelo uso dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao programa "TV Natura", o qual resultou em despesas incorridas pela Natura Cosméticos S.A., no valor de R$1.579. Os Srs. Antonio Luiz da Cunha Seabra, Guilherme Peirão Leal e Pedro Luiz Barreiros Passos, integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A., detêm, indiretamente, participação na Radar Cinema e Televisão Ltda..

Em 05 de junho de 2012, foi firmado um contrato entre a Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. e a Bres Itupeva Empreendimentos Imobiliários Ltda, ("Bres Itupeva"), para a construção e locação de um centro de distribuição (HUB), na cidade de Itupeva/SP. Os Srs. Antonio Luiz da Cunha Seabra, Guilherme Peirão Leal e Pedro Luiz Barreiros Passos, integrantes do bloco de controle da Natura Cosméticos S.A., detêm, indiretamente, o controle da Bres Itupeva.

28.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração da Sociedade está assim composta:

	2012			2011		
	Remuneração			Remuneração		
		Variável			Variável	
	Fixa	(*)	Total	Fixa	(*)	Total
Conselho de Administração	5.654	2.344	7.998	3.786	-	3.786
Diretores estatutários	6.931	5.810	12.741	5.657	-	5.657
	12.585	8.154	20.739	9.443	-	9.443
Diretores não estatutários	28.964	20.345	49.309	30.587	2.390	32.977

(*) Refere-se à participação nos resultados a serem apurados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos conselheiros e diretores, estatutários e não estatutários.

28.3. Ganhos baseados em ações

Os ganhos de executivos da Sociedade estão assim compostos:

	2012		2011	
	Outorga de opções		Outorga de opções	
	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R$ (b)	Saldo das opções (quantidade) (a)	Preço médio de exercício - R$ (b)
Diretores estatutários	1.564.890	35,52	1.700.155	32,84
Diretores não estatutários	2.666.136	35,52	3.173.327	32,84

(a) Refere-se ao saldo das opções maduras ("vested") e não maduras ("nonvested"), não exercidas, nas datas dos balanços.
(b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado pela variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, até as datas dos balanços.

29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

29.1. Contratos de fornecimento de insumos

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. possui compromisso decorrente de contrato de fornecimento de energia elétrica para suprimento de suas atividades de manufatura, vigente até 2015, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 3,6 Megawatts, equivalente a R$363. Em 31 de dezembro de 2012, a controlada estava adimplente com o compromisso desse contrato.

Os valores estão demonstrados por meio das estimativas de consumo de energia de acordo com o prazo de vigência do contrato, cujos preços estão baseados nos volumes, também estimados, resultantes das operações contínuas da controlada.

Os pagamentos totais mínimos de fornecimento, mensurados a valor nominal, segundo o contrato, são:

	2012	2011
Menos de um ano	3.983	3.983
Mais de um ano e menos de cinco anos	6.929	9.842
	10.912	13.825

29.2. Obrigações por arrendamentos operacionais

A Sociedade e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de imóveis onde estão localizadas algumas de suas controladas no exterior, bem como a sua sede administrativa no Brasil, e imóveis onde se localizam as "Casas Natura" no exterior.

Os contratos têm prazos de arrendamento entre um e dez anos e não possuem cláusula de opção de compra no respectivo término, porém permitem renovações tempestivas de acordo com as condições de mercado em que eles são celebrados, sendo em média de dois anos.

Em 31 de dezembro de 2012, o compromisso assumido com as contraprestações futuras desses arrendamentos operacionais possuía os seguintes prazos para pagamento:

	Controladora	Consolidado
Menos de um ano	11.122	15.555
Mais de um ano e menos de cinco anos	19.606	25.592
Mais de cinco anos	507	973
	31.235	42.120

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2012, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo industrial/ estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	965.529
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1.286 veículos	55.159
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	1.765.099

31. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÔES CONTÀBEIS

As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sociedade foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 06 de fevereiro de 2013.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO NATURA 2012

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Como sonhamos o futuro

Há 72 anos, o livro *Brasil, um País do Futuro* era lançado em seis idiomas, apresentando um Brasil de grandes potenciais ao mundo. Seu autor, o escritor e jornalista austríaco Stefan Zweig, atormentado pela Segunda Guerra Mundial e por toda a insensatez daquele momento histórico, via no Brasil as condições geográficas e culturais para o desenvolvimento de uma sociedade mais tolerante, justa e feliz. A repercussão do livro tornou seu título praticamente um epíteto. Para muitos, uma profecia.

As condições peculiaríssimas deste início de século 21 configuram novamente um cenário de crise global, de complexa interação entre fenômenos econômicos, sociais e ambientais. Nesse contexto, enquanto as economias do chamado mundo desenvolvido oscilam entre a lenta recuperação e a agonia de políticas recessivas, acompanhamos a emergência de países como a China, a Índia, o México e o próprio Brasil. Terá o futuro idealizado por Zweig finalmente saído da utopia e alcançado o presente?

Acreditamos que ainda não. Avançamos, é verdade. No Brasil dos últimos 25 anos, a partir da promulgação da nova Constituição, da consolidação das instituições democráticas e da estabilização da economia, novos e múltiplos instrumentos permitiram avanços nos direitos individuais e coletivos; e no acesso à educação, ao emprego e à renda; e na proteção ambiental. Ao mesmo tempo, temos o dever de zelar por essas conquistas e consolidá-las, para que outros desafios possam ser resolvidos e nossa sociedade continue evoluindo.

Na América Latina, onde estão nossos principais mercados de atuação, constatamos que a região vive um período de crescimento constante, ainda que de forma heterogênea, persistindo as desigualdades sociais. Já no âmbito global, a atual crise pode nos dar a oportunidade de fundar as bases de um novo capitalismo que promova um modelo de desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo. O futuro, portanto, está em construção, e essa obra é responsabilidade de cada um de nós, cidadãos, governos, organizações da sociedade civil e empresas. A visão de empreender um projeto coletivo de empresa em torno de propósitos comuns tem impulsionado a Natura ao longo do tempo. Nossos fundamentos, baseados na busca pela qualidade das relações, têm sido compartilhados por um universo cada vez maior de pessoas.

Em 2012, nos orgulhamos de ter atingido o melhor patamar de nossa história na qualidade da prestação de serviço aos nossos mais de 1,5 milhão de consultoras e consultores, com os quais dividimos riquezas e compartilhamos sonhos, vislumbrando em cada um deles uma imensa capacidade empreendedora, capaz de produzir soluções inovadoras para toda a sociedade. Seguimos entusiasmados com o potencial transformador dessa nossa rede de relações, que se

expande para novas geografias e que pode ser impulsionada e acelerada pelas novas tecnologias digitais. Afinal, o que nos move é o desejo de transformar desafios socioambientais em negócios inovadores; consolidar uma cultura empresarial mais solidária e comprometida com a geração de prosperidade compartilhada; produzir riqueza para as pessoas e para a sociedade; nos relacionar com consumidores mais conscientes; construir a cidadania; e ampliar a qualidade de vida.

Entendemos que, como sociedade, ainda temos um longo caminho pela frente até que se consiga difundir, de forma ampla, a consciência de que somos todos interdependentes e que provocamos, com nossas decisões individuais e coletivas, impactos relevantes sobre o nosso habitat. Essa consciência disseminada é, ao nosso ver, a chave para colocar nossa criatividade, nossos conhecimentos e tecnologias a serviço do redesenho de nosso modo de vida futuro.

Portanto, acreditamos que as qualidades valorizadas por tantos e que originaram a apologia de Zweig para o Brasil merecem uma releitura, um ampliado entendimento do que deveria constituir os fundamentos de uma nova sociedade global. Por isso, no momento em que agradecemos a todos que contribuíram para os bons resultados de 2012, reafirmamos o compromisso de atuar lado a lado com nossa rede de relações para avançarmos na construção desse futuro.

Com a amizade de

Antonio Luiz da Cunha Seabra
Guilherme Peirão Leal
Pedro Luiz Barreiros Passos

Copresidentes do Conselho de Administração

MENSAGEM DO COMITÊ EXECUTIVO

O Impulso de um novo ciclo

Em 2012, vivenciamos com muito entusiasmo o início de um novo ciclo para a Natura. Alcançamos o maior patamar de nossa história na qualidade dos serviços prestados às consultoras e consultores, a ponto de reduzirmos o prazo médio de entrega dos pedidos de 6 para 4,5 dias no segundo semestre. Essa e outras iniciativas possibilitaram o aumento de 2,9% na produtividade de nossa rede no quarto trimestre de ano. Nossas Operações Internacionais, por sua vez, já representam 11,6% da receita total da Natura e seguem em ritmo acelerado de expansão, acompanhado de ganhos de lucratividade, o que reafirma a posição da América Latina como uma plataforma de negócios altamente relevantes.

Ao mesmo tempo, reafirmamos nossa convicção nos rumos traçados para o futuro: demos os primeiros passos para promover uma significativa evolução na experiência de compra por meio do uso da tecnologia e unimos ao nosso portfólio mais uma marca internacional, com visão compartilhada, com presença em outras geografias e que, como nós, valoriza a qualidade das relações.

A aquisição do controle, em dezembro, da marca australiana Aesop soma-se à série de investimentos recordes realizados nos últimos anos que lançam as bases de um novo ciclo de crescimento para a Natura. Movimentos que viabilizaram nosso modelo logístico futuro e, agora, deverão permitir o uso das tecnologias digitais como vetores de inovação aplicada à qualidade das relações e não apenas em suporte às transações. Esse volume de recursos é fruto da consistência de nossos resultados econômicos ao longo do tempo. Em 2012, nossa receita líquida consolidada somou R$ 6,346 bilhões, o Ebitda atingiu R$ 1,511 bilhão e o lucro líquido foi de R$ 861 milhões.

Os bons resultados alcançados são consequência da eficiente execução de nossa estratégia de ampliar a frequência de compra dos consumidores e a variedade de produtos adquiridos no Brasil. Reflexo também dos bem-sucedidos lançamentos, que ocuparam espaços em segmentos nos quais ainda não estávamos presentes, em especial na perfumaria, o que revela o vigor de nosso processo de inovação.

Buscamos inspiração em nossa história de expansão no Brasil para moldar a estratégia de crescimento nos outros países da América Latina, que inclui: expressiva atração e retenção de consultoras e consultores, que já somam mais de 300 mil na região; ampliação do conhecimento e preferência da nossa marca pelos consumidores; e avanço da produção local por meio de fornecedores, o que permite maior flexibilidade de distribuição e melhores resultados econômicos, sociais e ambientais.

E quanto mais evoluímos em nossas práticas socioambientais, mais percebemos as oportunidades de inovação e os desafios que temos pela frente. Se de um lado seguimos no esforço de reduzir nosso impacto, de outro, reconhecemos que ainda há muito a fazer, por exemplo, na gestão de nossos resíduos, de forma a transformar esse e outros temas socioambientais em geradores de valor para os negócios. Com a inauguração do Núcleo de Inovação Natura Amazônia, em Manaus, avançamos nosso compromisso de atuar como um dos agentes indutores do potencial de desenvolvimento futuro da sociobiodiversidade pan-amazônica.

Em tempos em que um “curtir” na internet pode ter mais influência que um anúncio publicitário,

decidimos fortalecer a plataforma tecnológica em nossa estratégia de negócio, de forma a aproximar ainda mais nossos 1,5 milhão de consultoras e consultores de seus quase 100 milhões de consumidores, melhorando a qualidade do serviço e a experiência de compra. Prevalece nosso compromisso de colocar a qualidade das relações no centro de nossa forma de fazer negócios, para que se reafirme como elemento diferenciador de nosso comportamento empresarial. Somos uma organização dinâmica em um mundo em rede e em permanente transformação e, por isso, devemos fortalecer os vínculos em torno dos valores comuns. Nesse cenário, vislumbramos a oportunidade de estarmos cada vez mais conectados às necessidades das pessoas, direcionando nossa capacidade inovadora para atender a essas demandas emergentes e, assim, impulsionar nossa estratégia futura, que aprofunda a concretização de nossa Razão de Ser, o **bem estar bem**, permitindo a expansão da rede de relações da Natura por meio da oferta de novas marcas, produtos, serviços e negócios.

Alessandro Giuseppe Carlucci

Diretor-presidente

Agenor Leão de Almeida Junior

Vice-presidente de Tecnologia Digital

João Paulo Ferreira

Vice-presidente de Operações e Logística

José Vicente Marino

Vice-presidente Executivo

Marcelo Cardoso

Vice-presidente de Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade

Roberto Pedote

Vice-presidente de Finanças, RI e Jurídico

Contexto de mercado

Em 2012, pudemos mais uma vez comprovar o vigor do nosso mercado e da marca Natura. O mercado de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos no Brasil apresentou um crescimento vigoroso de 17,9% no acumulado dos primeiros dez meses de 2012, segundo dados da Sipatesp/Abihpec1. Esses dados demonstram que esse é um mercado menos sensível a oscilações econômicas e mais relacionado à renda disponível dos consumidores. A categoria de Higiene Pessoal apresentou um crescimento mais acentuado, principalmente por lançamentos de produtos de cabelos e desodorantes.

Nesse período, apresentamos uma retração de 0,9 pp em nossa participação de mercado, concentrada na categoria de Higiene Pessoal, pois nas de Cosméticos e Perfumaria ampliamos nossa participação de mercado. O nosso plano de inovação em 2013 nos permitirá aumentar nossa competitividade nas categorias de Higiene Pessoal.

Governança corporativa e mercado de capitais

Buscamos construir ao longo do tempo um sistema de governança corporativa cada vez mais representativo, transparente e alinhado às melhores práticas do mercado. Em 2012, reunimos o número recorde de 350 participantes na Assembleia Geral Ordinária. Acionistas minoritários e representantes de grandes fundos de investimento puderam acompanhar a transmissão da reunião em Cajamar (SP), tirar dúvidas e conversar com a alta gestão da empresa presencialmente. Em conjunto, realizamos também a reunião pública da Apimec-SP (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), com participação de convidados e analistas do mercado.

Na mesma ocasião, confirmamos a ampliação do número de membros do Conselho de Administração, que passou de seis para nove integrantes. Ingressaram Raul Gabriel Beer Roth, Roberto Oliveira de Lima e Plínio Villares Musetti. O movimento reforça o Conselho de nossa empresa com profissionais de trajetórias e qualificações variadas no ambiente corporativo.

Apresentamos a seguir a evolução e o perfil de nossa base acionária:

Perfil dos acionistas	2010	2011	2012
Pessoas físicas	7.838	8.722	7.821
Pessoas jurídicas Brasil	560	659	926
Pessoas jurídicas exterior	850	867	714
Total	**9.248**	**10.248**	**9.461**

Desempenho das ações

Em 2012, as ações da Natura se valorizaram em 67,8% enquanto o índice Ibovespa,

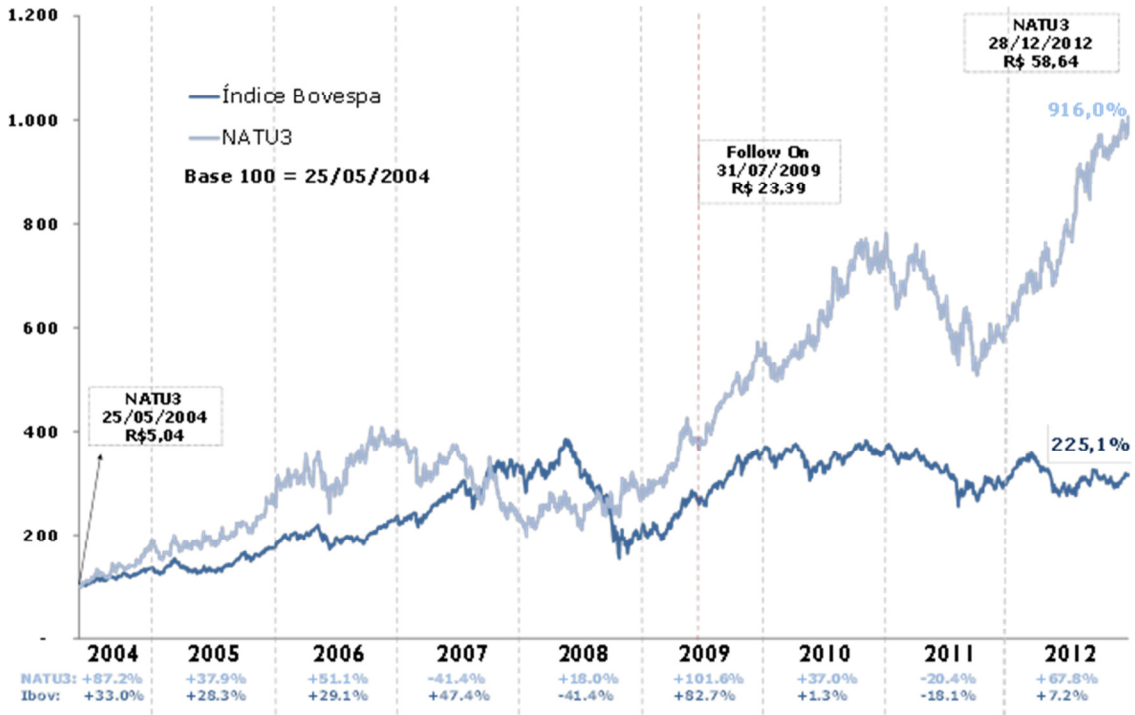
principal indicador da BM&FBOVESPA, acumulou uma valorização de 7,2%.

Volume médio diário negociado de ações (R$ mil)		
2010	**2011**	**2012**
33.182	43.696	54.337

Fonte: Economática

A Natura, listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, faz parte dos principais índices do mercado de ações brasileiro: Ibovespa, IBrX-50 (no qual estão listadas as ações com mais liquidez da BM&FBOVESPA), ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), Índice de Governança Corporativa, Índice de Ações com Tag Along, Índice do Morgan Stanley Composite Index e ICO2 (Índice Carbono Eficiente, da BM&FBOVESPA).

Desde a abertura de capital, em 2004, mantemos um desempenho bastante superior ao Índice Ibovespa, conforme gráfico abaixo:



Desempenho econômico

A receita líquida consolidada da Natura em 2012 foi de R$ 6.345,7 milhões, evolução de 13,5% em relação a 2011, com Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R$ 1.510,7 milhões, margem Ebitda de 23,8%; e lucro líquido de R$ 861,2 milhões, margem de 13,6%.

1. GRÁFICOS

Evolução (R$ milhões)	2010	2011	2012
Receita líquida consolidada	5.136,7	5.591,4	6.345,7
Ebitda consolidado	1.256,8	1.425,0	1.510,7
Lucro líquido consolidado	744,1	830,9	861,2

Na operação Brasil, a receita líquida cresceu 10,3%, alcançando R$ 5.611,2 milhões. As Operações Internacionais, por sua vez, apresentaram crescimento vigoroso de 28% em moeda local ponderada (45,8% em reais), somando R$ 734,4 milhões, ou 11,6% da receita líquida consolidada da Natura, o maior nível histórico. Em 2012, investimos R$ 437,4 milhões em imobilizado, sobretudo em expansão fabril, tecnologia da informação e logística.

Seguimos ampliando a geração de valor econômico para os principais públicos da Natura, como mostra a tabela:

Distribuição de riqueza (R$ milhões)			
	2010	2011	2012
Acionistas[1]	647	763	846
Consultoras	2.738	2.906	3.211
Colaboradores	769	634	803
Fornecedores	3.707	4.363	4.837
Governo	1.474	1.472	1.743
TOTAL	**9.338**	**10.138**	**11.440**

1. Os números de dividendos e juros sobre capital próprio são valores líquidos.

Distribuição de dividendos

Em 6 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou proposta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária (AGO), que será realizada em 12 de abril de 2013, para pagamento, em 17 de abril de 2013, do saldo de dividendos, referentes aos resultados auferidos no exercício de 2012, e de juros sobre capital próprio do período, no montante de R$ 469,5 milhões e R$ 21,8 milhões (R$ 18,6 milhões líquidos de imposto de renda na fonte), respectivamente.

Em 15 de agosto de 2012 foram pagos dividendos intermediários no montante de R$ 327,0 milhões e juros sob o capital próprio no valor de R$ 31,0 milhões (líquidos de imposto de renda na fonte).

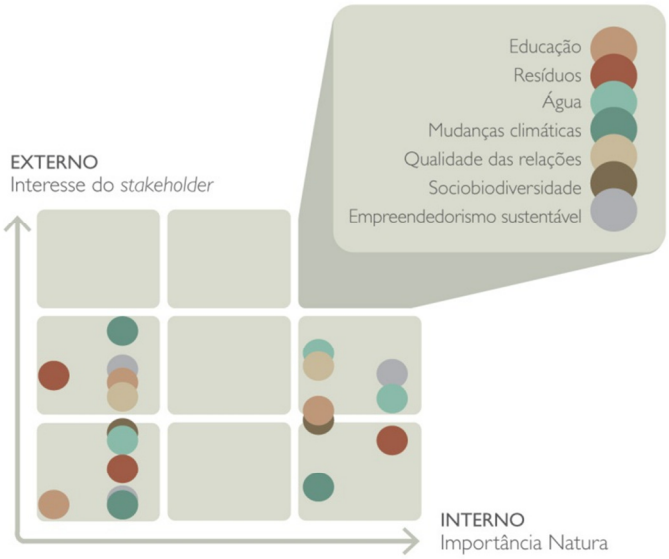
Esses dividendos e juros sobre capital próprio somados, referentes ao resultado do exercício de 2012, representarão uma remuneração líquida de R$ 1,97 por ação (R$ 1,89 por ação em 2011), correspondendo a 100% do lucro líquido de 2012.

Temas prioritários de sustentabilidade

Nossa estratégia de sustentabilidade tem o desafio de tornar o tema um dos principais vetores de inovação e geração de novos negócios por meio de soluções que criem valor compartilhado para toda a nossa rede de relações.

Acreditamos que a evolução dessa estratégia no nosso negócio ocorre a partir de uma abordagem transversal em toda a organização, com a inserção de diretrizes em todos os processos. O tema é um componente relevante do Sistema de Gestão Natura, sendo considerado do planejamento estratégico à definição de indicadores e metas.

Para garantir a sua efetividade, definimos a matriz de materialidade, que determina, em conjunto com os nossos públicos de relacionamento, os temas que devem ser priorizados, e direciona iniciativas em todo o nosso negócio.



Água

A gestão da água tem assumido maior relevância global. Há dois anos, iniciamos o desenvolvimento de uma estratégia de gestão de recursos hídricos a partir do inventário de consumo e poluição da água em toda a nossa cadeia de valor, incluindo a fase de uso dos produtos pelos nossos consumidores. Este inventário de água, que se convencionou chamar de nossa pegada hídrica, transformou-se em um case internacional em 2012, apresentado em uma conferência realizada pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Também em 2012, avançamos no estudo de metodologias que incluíssem a avaliação de biodegradabilidade e toxicidade de produtos junto a pesquisadores internacionais.

Internamente, temos aprimorado nossos processos produtivos de eficiência no uso da

água e, em 2012, alcançamos a nossa meta de manter o consumo em 0,40 litro por unidade produzida.

2. GRÁFICO

Consumo de água (litros/unidade produzida)		
2010	2011	2012
0,42	0,40	0,40

Educação

Temos uma atuação ampla em favor da melhoria da qualidade da educação, pois entendemos que o desenvolvimento de indivíduos conscientes é o ponto de partida para a promoção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Queremos aproveitar o potencial e a diversidade de nossa rede de 1,5 milhão de CNs no Brasil e nas Operações Internacionais para fomentar a educação como oportunidade de novos negócios, estímulo ao empreendedorismo sustentável e ampliação da geração de valor para todos *(leia mais em Empreendedorismo Sustentável)*.

Em 2012, superamos a nossa meta corporativa de treinamentos em 8%, alcançando um total de 87,6 horas médias de treinamento por colaborador no Brasil e na América Latina.

A estratégia de educação da Natura também engloba as atividades do Instituto Natura, organização sem fins lucrativos criada em 2010 para gerenciar o nosso investimento social privado e que tem a promoção de tecnologias educativas para gerar transformações em larga escala como seu foco de atuação. Em 2012, o Projeto Trilhas, de estímulo à leitura e à escrita na educação infantil, se tornou política pública em parceria com o Ministério da Educação e chegou a 2 mil municípios e 3 milhões de estudantes.

A arrecadação do Programa Crer para Ver, uma linha especial de produtos e principal fonte de recursos do Instituto Natura, alcançou R$ 12,8 milhões em 2012, resultado recorde e acima da meta de obter R$ 10 milhões no período.

Empreendedorismo sustentável

Estamos em um mundo cada vez mais complexo e entendemos que existem novos formatos e soluções de negócios que vão constituir um novo modelo econômico e de relação na sociedade. E promover o empreendedorismo é uma das alternativas para criar ecossistemas de negócios sustentáveis.

Em 2012, assinamos uma parceria com o professor Stuart Hart, da Universidade Cornell, nos EUA, um dos principais especialistas mundiais em negócios na base da pirâmide, com o objetivo de conectar uma rede de laboratórios que pesquisa soluções e negócios empreendedores nas classes menos favorecidas em todo o mundo. Além de gerar conhecimento para as nossas CNs, pretendemos aproveitar essa experiência para promover a educação para o empreendedorismo sustentável e viabilizar a criação de soluções inovadoras e criativas para concretizar novos negócios.

Mudanças climáticas

Em 2012, alcançarmos uma redução de 7,4% das nossas emissões absolutas de gases

causadores do efeito estufa (GEE), com base nas emissões de 2008. No entanto, essa diminuição não foi suficiente para atingirmos o compromisso de cortar 10% das nossas emissões absolutas (escopo 1 e 2 do GHG Protocol). O não atingimento ocorreu devido ao aumento da participação das termoelétricas no fornecimento de energia à rede elétrica brasileira no final de 2012 para compensar o baixo nível dos reservatórios das hidroelétricas, o que afetou nossos cálculos de emissões. Esses dados incluem as nossas fábricas em Cajamar (SP) e Benevides (PA), além de nossos espaços administrativos.

Dessa maneira, mesmo conseguindo implementar todos os projetos que havíamos planejado - a caldeira movida a biomassa na fábrica de Benevides (PA) e outra a etanol em Cajamar, o cartão combustível com uso exclusivo de etanol na frota de executivos e da força de vendas e redução no consumo de energia elétrica - ficamos vulneráveis a um fator que é de responsabilidade do sistema nacional de energia.

Adicionalmente, em 2012, nossas emissões de GEE continuaram a tendência dos últimos anos, com um crescimento proporcionalmente menor à evolução econômica da empresa. Alcançamos uma redução relativa de 4% em relação ao ano anterior e acumulada de 28,4% desde 2006, em linha com o nosso compromisso de atingir 33% até o final de 2013.

As emissões que não podem ser evitadas são compensadas por meio da compra de créditos de carbono de programas de reflorestamento, eficiência energética e substituição de combustíveis. Em 2012, garantimos a contratação dos projetos para compensar as emissões geradas no biênio 2011-2012.

3. GRÁFICO

Emissões relativas de Gases de Efeito Estufa (kg CO2e / kg produto faturado)[1]		
2010	2011	2012
3,30	3,12	3,0

1. CO_2 (ou CO_2 equivalente): medida utilizada para expressar as emissões dos gases de efeito estufa, baseada no potencial de aquecimento global de cada um.

Resíduos sólidos

Desde 2010, trabalhamos em uma estratégia para a gestão dos resíduos sólidos com uma visão integrada de ciclo de vida. Também desenvolvemos e aplicamos uma metodologia de inventário de resíduos com resultados auditados pela Ernst & Young.

Além de reduzir a geração de resíduos sólidos e rejeito em nossa cadeia e ampliar o uso de material reciclado, queremos fomentar a estruturação de cadeias de fornecimento desses materiais de maneira eficiente e inclusiva, com preço justo, inclusão social e rastreabilidade. Entendemos o resíduo não como um fim, mas como o início de um novo negócio.

Em 2012, não alcançamos a eficiência que desejávamos. Nosso índice de geração de resíduos subiu de 20,01 gramas por unidade produzida para 25,56. Esse resultado está acima da meta de chegar a 20 gr./unid. e foi reflexo, principalmente, das perdas com estoques de materiais descontinuados (produtos acabados e matérias-primas).

No âmbito setorial, apoiamos ações promovidas pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) para favorecer o cumprimento

da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Sociobiodiversidade

Para reforçar o nosso compromisso com a Amazônia, lançamos em 2011 o Programa Amazônia como foco prioritário de nossa estratégia da sociobiodiversidade e inclui os países vizinhos onde também temos operações. Em 2012, nosso volume de negócios na região Amazônica cresceu 88% em relação ao ano anterior, totalizando R$ 122 milhões Nosso desejo é continuar ampliando nossa atuação local e buscar novas propostas de desenvolvimento sustentável que incluam seus habitantes e conservem o meio ambiente.
Em 2012, estabelecemos cinco territórios prioritários de atuação e temas-chave de investimento da Natura para o fortalecimento institucional local. Inauguramos o Nina (Núcleo de Inovação Natura Amazônia), em Manaus, um centro de conhecimento com a missão de estimular a formação de uma rede de pesquisadores, em conjunto com instituições de Ciência e Tecnologia locais, nacionais e internacionais. Também lançamos o Edital Natura Campus focado na Amazônia para a seleção de projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação na região e iniciamos as obras de um parque industrial em Benevides (PA) com princípios ecológicos, com previsão de inauguração no primeiro semestre de 2013.

Qualidade das relações

Temos a convicção de que o cuidado com as relações sempre foi o grande habilitador da nossa visão de mundo e assim continuará no futuro, permanecendo no centro do nosso negócio como o grande diferenciador de nossa marca. Por isso, mantemos práticas estruturadas de gestão de relacionamento com todos os nossos públicos, o que inclui a realização de consultas e diálogos contínuos na maioria dos projetos estratégicos executados pela empresa.

Entretanto, ainda há muito a fazer para alcançamos o patamar de excelência que desejamos e estamos reforçando nossas práticas para os próximos anos. Veja a seguir os resultados alcançados com os públicos mais próximos de nossa atividade:

Consultoras e Consultores (CNs) e Consultoras Natura Orientadoras (CNOs)

O ano de 2012 foi muito positivo para nossas 1,5 milhão de consultoras e consultores Natura. O nível dos serviços prestados evoluiu e mais consultoras foram atendidas em menos tempo. Hoje, 25% delas recebem seus pedidos em até 48 horas, contra 5% em 2011. Além disso, o prazo médio geral de entrega, considerando as consultoras de todo o Brasil, chegou a 4,5 dias no segundo semestre do ano. Se comparada a média dos 12 meses, o prazo foi de 5,1 dias em vez dos 6,8 dias de 2011. Realizamos entregas mais rápidas e precisas, já que em 2012 também registramos o menor índice de indisponibilidade de produtos dos últimos sete anos.

Essas evoluções são frutos dos investimentos realizados pela Natura nos últimos anos, na revisão e ampliação da nossa malha logística no Brasil e em tecnologia de sistemas para captação dos pedidos. Nosso objetivo é investir para avançar na qualidade de serviço às CNs e CNOs e aos nossos consumidores.

Com os avanços, ampliamos a lealdade das CNs, que atingiu o índice de 24% em 2012, resultado bem acima dos 18,6% do ano anterior e da meta de 21% para o período. Entre as CNOs, o crescimento foi ainda mais expressivo, passando de 24% para 40%.

Colaboradores

Nosso foco em desenvolvimento de pessoas vem apresentando avanços como a aceleração da carreira de líderes com alto potencial e a aquisição de novas competências. Mas sabemos que ainda temos muitos desafios, à medida que nossa organização se amplia e expande suas relações. Esse crescimento impõe estruturas corporativas menos hierárquicas, mais horizontais e com metas mais flexíveis. Em 2012, a empresa deu um importante passo para atender uma demanda identificada na pesquisa de clima organizacional. Promoveu atividades para transmitir com mais clareza e objetividade nossa estratégia, permitindo aos colaboradores ter uma visão mais concreta do futuro do negócio para que orientem seu próprio trabalho.

Em 2012, registramos alta em dois pontos percentuais na pesquisa de clima organizacional da Natura depois de dois anos de queda no índice. O destaque foi o desempenho das Operações Internacionais, que registraram um crescimento mais acentuado do que o Brasil, especialmente Argentina, Chile e França. O resultado, no entanto, está abaixo da meta estipulada de 74%.

Pesquisa de clima – Favorabilidade (%)1	2010	2011	2012
Natura	73	70	72

1. Equivale a porcentagem de colaboradores que responderam 4 e 5 (top 2 box) em uma escala de 0 a 5 pontos.

Consumidores

Vivemos o desafio contínuo de promover experiências de Bem Estar Bem e traduzir a nossa Essência a cada novo produto ou contato que estabelecemos com nossos consumidores. Essas diretrizes estão presentes em tudo o que fazemos e se tornam ainda mais desafiadoras em uma época em que as relações vivem uma intensa transformação motivada, sobretudo, pelas redes sociais.

Pretendemos utilizar as novas tecnologias de informação e de mobilidade para aproximar todos, especialmente nossos consumidores finais, de consultoras e consultores e, por consequência, da própria Natura.

Dentro desse espírito de proximidade, lançamos em 2012 o Espaço Conceito, em São Paulo (SP), um local especialmente ambientado para o consumidor estreitar a relação com a nossa marca, tendo uma vivência de múltiplos sentidos, integrando experiência conceitual, sensorial e comercial.

Nossa marca reforçou sua posição de preferida do mercado de Cosméticos, Perfumaria e Higiene Pessoal. Segundo a pesquisa de imagem de marca Brand Essence, realizada pela consultoria Ipsos, a quantidade de consumidores que concedeu nota máxima para a Natura cresceu de 73% para 79% em 2012.

Fornecedores

Focamos nosso relacionamento na criação de parcerias para a construção de uma cadeia com maior valor agregado. Com nossa atuação, sabemos que podemos influenciar nossos parceiros comerciais e temos trabalhado para que essa influência seja cada vez mais positiva. Em 2012, expandimos a estratégia de Cadeias de Suprimentos Sustentáveis, que considera aspectos socioambientais para selecionar e desenvolver nossos fornecedores. Em 2011, revisamos 60% da nossa base de suprimentos identificando os que têm boas práticas de gestão e oportunidades de ampliar essa atuação. Em 2012, expandimos o programa aos fornecedores de insumos indiretos.

Em cinco anos, temos o objetivo de gerar R$ 16 milhões em ganhos socioambientais por meio dos investimentos de toda a nossa cadeia. Em 2011, primeiro ano do programa, foram gerados benefícios na ordem de R$ 1 milhão e, em 2012, foram alcançados outros R$ 2 milhões.

A lealdade dos fornecedores registrou queda de 4 p.p (de 26,5% para 22,6% em 2012), influenciada pelo público SAIN (Serviços, Ativos e Indiretos). Um conjunto de fatores explica esse cenário de complexidade no relacionamento com os fornecedores, entre eles, a resolução dos problemas causados pela instabilidade na operação em 2011 e negociações comerciais (incluindo custos e prazo de pagamento), influenciadas pela volatilidade cambial e alta da inflação.

Comunidades fornecedoras

Como público fundamental da nossa estratégia de sociobiodiversidade, mantivemos relacionamento com 36 comunidades fornecedoras, envolvendo 3,5 mil famílias no ano passado. O repasse de recursos subiu 16,6%, totalizando R$ 12,1 milhões e alcançando a nossa meta de ampliação dos negócios e de expansão de benefício social gerado pelo acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

Essa geração de valor seguirá se ampliando nos próximos anos dentro da estratégia de expansão dos negócios no Programa Amazônia *(leia mais em Sociobiodiversidade)*. Para preparar a nossa cadeia de fornecimento de insumos para a ampliação na demanda, instituímos o Núcleo de Abastecimento, com foco na identificação de necessidades de estruturação das atuais comunidades e na busca por novos parceiros.

Comunidades Fornecedoras	2010	2011	2012
Comunidades com as quais a Natura se relaciona	27	35	36
Famílias beneficiadas nas comunidades fornecedoras	2.301	3.235	3.571

Recursos (R$ mil)	2010	2011	2012
Recursos destinados às comunidades fornecedoras	**8.706**	**10.037**	**12.072**

Perspectivas

A Natura deu início a um novo ciclo de crescimento em 2012 e os resultados obtidos foram consequência dos investimentos realizados nos últimos dois anos. Alcançamos uma expressiva evolução em nosso nível de serviço: reduzimos o prazo de entrega para as consultoras e consultores, duplicamos o número de pedidos entregues em até 48 horas e alcançamos o menor índice de indisponibilidade de produtos dos últimos dez anos.

Nossa infraestrutura logística está preparada para atender a expansão futura, que no Brasil será fortemente impulsionada pelas iniciativas voltadas ao aumento de produtividade das consultoras e consultores, uma rede de mais de 1,2 milhão de pessoas que já chega às casas de quase 100 milhões de consumidores.

Seguimos empenhados em aumentar a frequência de compra e a variedade de produtos adquiridos. Por isso, temos investido na evolução de nosso marketing, avançando no treinamento de consultoras e consultores e na oferta combinada de diversas categorias de produtos para o nosso consumidor.

Esse movimento é apoiado por nosso processo de inovação, que gerou lançamentos importantes em 2012: a primeira fragrância de UNA, um deo parfum focado no segmento premium, e os sprays Natura Tododia, voltados para um hábito de perfumação corporal pós-banho. Com vendas que superaram as expectativas, esses produtos comprovam a força da nossa marca em diferentes segmentos. Seguiremos inovando em conceitos e produtos para encantar nossos clientes e ocupar espaços onde a marca Natura pode oferecer produtos alinhados à nossa proposta de valor e ainda não está presente.

Por sua vez, nossas Operações Internacionais na América Latina alcançaram um patamar de desenvolvimento e rentabilidade que reforçam sua posição de plataforma de negócios relevantes. Nossa estratégia para a região inclui crescimento acelerado da nossa rede de consultoras e consultores, ampliação da produção apoiada em parceiros locais e aumento do prestígio de marca e reconhecimento institucional. Já estamos entre as três marcas preferidas pelos consumidores na Argentina e no Peru e ampliamos significativamente o conhecimento da nossa marca no México e na Colômbia, onde a nossa atuação é mais recente. Temos ainda espaço para ganharmos parte do mercado na região.

Em 2012, também começamos a explorar, na prática, as oportunidades que as novas tecnologias digitais e redes sociais abrem para o modelo de venda direta. Identificamos um grande potencial de aproximar ainda mais nossas consultoras e consultores de seus consumidores, entendendo seus hábitos de compra e abastecendo nossa rede de CNs com informações que incrementem sua produtividade e melhorem a experiência de compra de nossos clientes. Esse movimento será apoiado pelos investimentos programados em tecnologia digital.

Neste cenário, vislumbramos a oportunidade de estarmos cada vez mais conectados as necessidades das pessoas, permitindo a expansão de nossa rede de relações por meio da oferta de novas marcas, produtos, serviços e negócios

Aderência à Câmara de Arbitragem do Mercado

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei no. 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias no Novo Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Sociedade e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter a devida aprovação de seu Comitê de Auditoria. A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Diretrizes para a comunicação da sustentabilidade

Para retratar com fidelidade e transparência nossos desempenhos nos planos econômico, ambiental e social, adotamos as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI-G3.1), cujos critérios serão extensivamente desenvolvidos em nosso Relatório Anual 2012.

Todos os dados socioambientais contidos nos indicadores GRI passam pela verificação externa de auditores independentes da companhia Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. No caso das emissões de GEE de 2012, foi realizada uma verificação específica (asseguração limitada) dos dados do inventário também pela Ernst & Young.

Itapecerica da Serra, 06 de fevereiro de 2013 – A Natura Cosméticos S.A. (BM&FBOVESPA: NATU3) anuncia hoje os resultados do quarto trimestre (4T12) e do exercício 2012. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em base consolidada, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

resultados natura 4T12

natura
bem estar bem

Ano marcado pela recuperação da produtividade das consultoras no Brasil, melhor nível de serviços dos últimos anos e América Latina como plataforma de negócios relevantes

Retomamos o crescimento das vendas no Brasil com um melhor equilíbrio entre a expansão do número de consultoras e da produtividade[1], resultado da execução de nossa estratégia de ampliar a frequência de compra dos nossos clientes.

Nosso nível de serviços alcançou o melhor patamar dos últimos dez anos, evidenciado pelo menor índice de indisponibilidade de produtos e aumento significativo do número de pedidos entregues em 48 horas. Além disso, outras iniciativas como o Mais Natura, ajustes nos incentivos da força de vendas dando mais importância à produtividade e o lançamento de produtos em faixas de preço que ainda não estávamos presentes contribuíram para o crescimento de 2,9% da produtividade no 4T12 frente ao mesmo período do ano anterior.

No Brasil nosso mercado alvo de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos apresentou um crescimento vigoroso de 17,9% no acumulado dos primeiros dez meses de 2012, segundo dados da SIPATESP/ABHIPEC[2]. As categorias de higiene pessoal apresentaram um crescimento mais acentuado, principalmente por lançamentos de produtos nas categorias de cabelos e desodorantes. Nesse período, apresentamos uma retração de 0,9pp em nossa participação de mercado, concentrada nas categorias de higiene pessoal, enquanto nas categorias de cosméticos e fragrâncias ampliamos nossa participação de mercado. Em 2013, o nosso plano de inovação nos permitirá aumentar nossa competitividade nas categorias de higiene pessoal.

Brasil	Tamanho de Mercado (R$ Milhões)			Market Share Natura (%)		
	10M12	10M11	Var.	10M12	10M11	Var.
Cosméticos e Fragrâncias	9.292	8.137	14,2%	34,5%	33,9%	0,5 pp
Higiene Pessoal	10.371	8.545	21,4%	11,6%	13,2%	(1,6) pp
Total	**19.662**	**16.682**	**17,9%**	**22,4%**	**23,3%**	**(0,9) pp**

Fonte: Sipatesp/Abhipec

Encerramos o ano com 302 mil consultoras na América Latina, reafirmando a posição desta região como uma plataforma de negócios relevantes. A lucratividade das Operações em Consolidação totalizou R$ 78,4 milhões com margem Ebitda de 16,1% e nas operações em implantação nos aproximamos do ponto de equilíbrio. Isto reflete os importantes avanços que tivemos na região como o contínuo aumento do volume de produção local para cerca de 10% da necessidade de dezembro de 2012 e a estabilização do modelo CNO na Colômbia, Chile e Peru, além de ajustes na Rede de Relações Sustentáveis no México. Seguimos especialmente confiantes e entusiasmados com nossos negócios nas Operações Internacionais, focados no objetivo de estarmos entre os *players* mais relevantes nos países em que atuamos.

[1] Produtividade a preços de varejo = (receita bruta do período/número de consultoras média do período)/(1- %lucro da consultora)
[2] Sipatesp/Abihpec: Sindicato da Indústria de Perfumarias de Artigos de Toucador do Estado de São Paulo / Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. Valores de 2011 reprocessados pela Sipatesp/Abihpec.

Valores em R$ milhões	4T12	4T11	Var. (%)	2012	2011	Var. (%)
Receita Bruta Brasil	2.257,8	2.030,8	*11,2*	7.629,4	6.898,9	*10,6*
Receita Bruta Internacionais	293,4	201,7	*45,4*	936,6	636,9	*47,1*
Receita Bruta Consolidada	**2.551,2**	**2.232,6**	***14,3***	**8.566,1**	**7.535,8**	***13,7***
Receita Líquida Brasil	1.645,0	1.511,0	*8,9*	5.611,2	5.087,6	*10,3*
Receita Líquida Internacionais*	230,1	159,5	*44,2*	734,4	503,8	*45,8*
Receita Líquida Conosolidada	**1.875,0**	**1.670,5**	***12,2***	**6.345,7**	**5.591,4**	***13,5***
% Part Receita Líquida Internacionais	***12,3%***	***9,5%***	***2,7 pp***	***11,6%***	***9,0%***	***2,6 pp***
EBITDA Brasil pró-forma	452,0	499,4	*(9,5)*	1.522,6	1.476,1	*3,2*
% Margem EBITDA Brasil	*27,5%*	*33,1%*	*(5,6) pp*	*27,1%*	*29,0%*	*(1,9) pp*
EBITDA Internacionais pró-forma	10,0	1,0	*n/d*	(11,8)	(51,1)	*(76,8)*
% Margem EBITDA Internacionais	*4,3%*	*0,6%*	*3,7 pp*	*(1,6)%*	*(10,1)%*	*8,5 pp*
EBITDA Consolidado	**462,0**	**500,4**	***(7,7)***	**1.510,7**	**1.425,0**	***6,0***
% Margem EBITDA Consolidada	*24,6%*	*30,0%*	*(5,3) pp*	*23,8%*	*25,5%*	*(1,7) pp*
Lucro Líquido Consolidado	**257,3**	**290,7**	***(11,5)***	**861,2**	**830,9**	***3,7***
% Margem Líquida Consolidada	*13,7%*	*17,4%*	*(3,7) pp*	*13,6%*	*14,9%*	*(1,3) pp*
Geração de Caixa	**311,6**	**173,9**	**79,2**	**884,3**	**410,6**	***115,4***
Dívida Líquida / Ebida				**0,37**	**0,41**	

*Crescimento em Moeda Local: 25.5 em 4T12 vs. 4T11 e 28,0% em 2012 vs. 2011

No ano de 2012 o EBITDA Consolidado apresentou um crescimento de 6% versus 2011. Ao desconsiderarmos os efeitos não-recorrentes e a reversão da PLR que favoreceram de forma significativa o resultado de 2011, a evolução dos fundamentos do nosso negócio permitiu um crescimento de 17% do EBITDA.

Seguimos realizando investimentos relevantes que também serão importantes para a nossa diferenciação, nos habilitando para o crescimento do negócio e para um novo patamar de serviços e atendimento. Neste ano, nosso CAPEX totalizou R$ 437,4 milhões distribuídos em expansão fabril, tecnologia da informação e logística. Entramos agora num ciclo de investimentos em que a tecnologia da informação será cada vez mais um diferencial competitivo.

Também demos os primeiros passos para promover uma significativa evolução na experiência de compra por meio da integração da tecnologia a serviço da relação entre consultoras e consumidores. Nesse cenário, vislumbramos a oportunidade de estarmos cada vez mais conectados às necessidades das pessoas, permitindo a expansão da rede de relações da Natura por meio da oferta de novas marcas, produtos, serviços e negócios.

Em dezembro, a aquisição da marca Australiana AESOP, presente em 11 países, simbolizou mais um investimento consistente em nossa estratégia de longo prazo, possibilitando o acesso a uma marca expressiva e global com excelentes produtos oferecidos por meio de uma experiência única de compra em lojas conceito. Esse movimento dará uma maior exposição em mercados além da América Latina, permitindo ainda o compartilhamento de competências relevantes entre ambas as empresas.

1. destaques socioambientais

Em 2012, evoluímos em nossa gestão da sustentabilidade, fundamental para a execução de nossa estratégia e modelo de negócio. Pelo 2º ano consecutivo, fomos classificados como a 2ª empresa mais sustentável do mundo e a primeira do Hemisfério Sul pelo ranking "Global 100", da organização canadense Corporate Knights.

Inauguramos o Núcleo de Inovação na Amazônia (NINA) e lançamos o Edital Natura Campus para a seleção de projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação na região. Também iniciamos as obras de um parque industrial baseado em princípios sustentáveis, em Benevides (PA), com previsão de inauguração no primeiro semestre de 2013.

Em novembro de 2012 a BM&FBOVESPA anunciou a nova lista de empresas da carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), e pelo oitavo ano consecutivo fomos listados neste índice. Também fomos uma das primeiras empresas a apoiar a BM&FBOVESPA em publicar integralmente nossas respostas ao detalhado questionário do ISE.

Indicador	Resultado 2011	Compromisso 2012	Resultado 2012
Gases de efeito estufa (Mudanças Climáticas)	Redução de 5,3% vs. 2010	Reduzir em 4,5% as nossas emissões relativas de GEE vs. 2011*	Redução de 4,0% vs 2011
Consumo de Água	0,4 litro / unidade produzida	Manter o consumo de água em 0,4 litro por unidade produzida no Brasil	0,4 litro / unidade produzida
Geração de Resíduos	20,0 gramas / unidade produzida	Manter em 20,0 gramas por unidade produzida a quantidade de resíduos gerada no Brasil	25,6 gramas/unidade produzida
Arrecadação Crer para Ver (Educação)	R$ 8,4 milhões	Arrecadar R$ 10,3 milhões com a venda dos produtos Crer para Ver no Brasil	R$ 12,8 milhões
Recursos Destinados às Comunidades Fornecedoras **	R$ 10,0 milhões	Distribuir R$ 12,0 milhões em riquezas para as comunidades fornecedoras.	R$ 12,1 milhões

* Reduzir em 33% até 2013 as nossas emissões relativas de GEE, com base no inventário de 2006. Redução até 2011 de 25,4% vs 2006

** Indicador composto principalmente por repartição de benefícios e valores pagos pela compra de matéria-prima.

Em continuidade ao nosso compromisso de redução relativa de emissão de **Gases de Efeito Estufa,** alcançamos uma diminuição de 4% em 2012 em relação ao ano anterior. No acumulado, reduzimos 28,4% desde 2006 e estamos em linha com nosso compromisso de reduzir 33,0% as emissões relativas até 2013. A implantação de caldeira movida a biomassa na fábrica de Benevides (PA), cartão combustível para a frota de veículos internos e o mix de produtos contribuíram para esta redução.

Mantivemos o consumo de **Água** em 0,4 litro/unidade produzida, em linha com a meta estabelecida para 2012. Já o não atingimento da meta de **Geração de Resíduos** se deve principalmente à baixa do estoque de materiais descontinuados (produtos acabados e matérias-primas).

No âmbito social, a superação de 24% da meta na **Arrecadação de Crer para Ver** se deu em função do bom desempenho dos lançamentos da Linha em 2012. O Crer para Ver é a principal fonte de recursos do Instituto Natura, braço de investimento social privado da companhia. Em 2012, o Projeto Trilhas, idealizado em parceria com a Comunidade Educativa (Cedac), tornou-se política pública e chegou a três milhões de alunos e 72 mil escolas das séries iniciais do ensino fundamental.

O aumento no volume de recursos destinados às nossas **Comunidades Fornecedoras** foi consequência principalmente do crescimento na Repartição de Benefícios para as mesmas.

2. desempenho econômico-financeiro

Nos resultados pró-formas a margem de lucro alcançada nas exportações do Brasil para as operações internacionais foi subtraída do CPV das respectivas operações, demonstrando o real impacto dessas subsidiárias no resultado consolidado da empresa. Desta forma, a Demonstração de Resultados pró-forma Brasil apresenta somente o resultado das vendas realizadas no mercado interno.

Trimestre

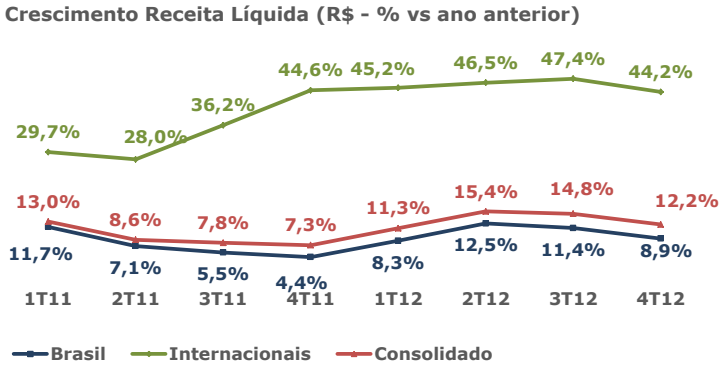
(R$ milhões)	Consolidado[3]			Pró-Forma								
				Brasil			Consolidação			Implantação		
	4T12	4T11	Var%	4T12	4T11	Var%	4T12	4T11	Var%	4T12	4T11	Var%
Consultoras - final do período ('000)[4]	1.572,8	1.421,1	10,7	1.268,4	1.175,5	7,9	190,6	157,3	21,1	111,2	85,6	30,0
Consultoras Média do período ('000)	1.555,8	1.400,3	11,1	1.253,8	1.160,4	8,0	189,8	156,5	21,3	109,7	80,5	36,3
Unidades de produtos para revenda (milhões)	140,2	131,1	6,9	125,2	117,8	6,2	9,9	9,1	9,0	4,8	4,5	6,3
Receita Bruta	**2.551,2**	**2.232,6**	**14,3**	**2.257,8**	**2.030,8**	**11,2**	**205,8**	**141,1**	**45,9**	**80,3**	**52,9**	**51,9**
Receita Líquida	**1.875,0**	**1.670,5**	**12,2**	**1.645,0**	**1.511,0**	**8,9**	**154,6**	**107,2**	**44,2**	**69,2**	**45,6**	**51,6**
Lucro Bruto	**1.298,6**	**1.174,2**	**10,6**	**1.139,9**	**1.072,3**	**6,3**	**108,0**	**69,5**	**55,4**	**46,8**	**29,9**	**56,5**
Despesas com Vendas	(638,1)	(543,2)	17,5	(533,7)	(468,7)	13,9	(66,0)	(40,6)	62,5	(33,7)	(28,1)	19,9
Despesas Administrativas e Gerais	(209,5)	(198,8)	5,4	(170,1)	(170,7)	(0,3)	(9,8)	(6,4)	54,6	(7,3)	(5,5)	33,0
Participação dos Colaboradores nos Resultados	(21,1)	(5,1)	n/d	(17,0)	(5,1)	n/d	(1,6)	-	n/d	(0,9)	-	n/d
Remuneração dos Administradores	(5,2)	0,3	n/d	(5,2)	0,3	n/d	-	-	n/d	-	-	n/d
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(0,5)	42,1	n/d	2,7	42,2	n/d	(2,2)	0,6	n/d	(0,1)	(0,4)	(87,2)
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(38,9)	(41,6)	(6,5)	(32,8)	(40,0)	(18,1)	(5,2)	(1,8)	n/d	(0,9)	0,2	n/d
Lucro antes do IR/CSLL	**385,4**	**427,8**	**(9,9)**	**383,8**	**430,4**	**(10,8)**	**23,1**	**21,3**	**8,6**	**3,8**	**(3,9)**	**n/d**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(128,1)	(137,1)	(6,6)	(120,1)	(137,2)	(12,5)	(7,8)	1,4	n/d	(0,2)	(1,2)	(81,6)
Lucro Líquido	**257,3**	**290,7**	**(11,5)**	**263,8**	**293,2**	**(10,0)**	**15,4**	**22,7**	**(32,3)**	**3,6**	**(5,1)**	**n/d**
EBITDA	**462,0**	**500,4**	**(7,7)**	**452,0**	**499,4**	**(9,5)**	**29,4**	**24,2**	**21,7**	**5,7**	**(3,6)**	**n/d**
Margem Bruta	*69,3%*	*70,3%*	*(1,0) pp*	*69,3%*	*71,0%*	*(1,7) pp*	*69,8%*	*64,8%*	*5,0 pp*	*67,7%*	*65,5%*	*2,1 pp*
Despesas com Vendas/Receita Líquida	*34,0%*	*32,5%*	*1,5 pp*	*32,4%*	*31,0%*	*1,4 pp*	*42,7%*	*37,9%*	*4,8 pp*	*48,8%*	*61,6%*	*(12,9) pp*
Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida	*11,2%*	*11,9%*	*(0,7) pp*	*10,3%*	*11,3%*	*(1,0) pp*	*6,4%*	*5,9%*	*0,4 pp*	*10,6%*	*12,1%*	*(1,5) pp*
Margem Líquida	*13,7%*	*17,4%*	*(3,7) pp*	*16,0%*	*19,4%*	*(3,4) pp*	*9,9%*	*21,2%*	*n/d*	*5,2%*	*n/d*	*n/d*
Margem EBITDA	*24,6%*	*30,0%*	*(5,3) pp*	*27,5%*	*33,1%*	*(5,6) pp*	*19,0%*	*22,6%*	*(3,5) pp*	*8,2%*	*n/d*	*n/d*

Acumulado

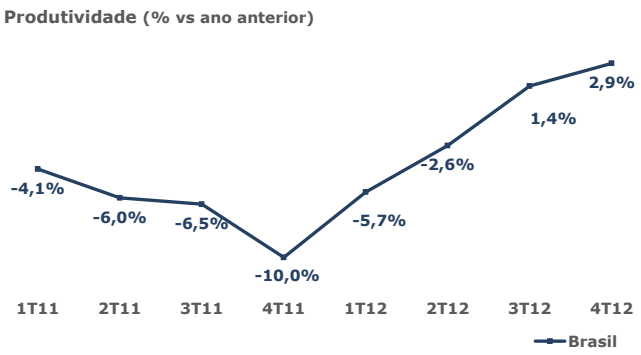
(R$ milhões)	Consolidado[3]			Pró-Forma								
				Brasil			Consolidação			Implantação		
	2012	2011	Var%	2012	2011	Var%	2012	2011	Var%	2012	2011	Var%
Consultoras - final do período ('000)[4]	1.572,8	1.421,1	10,7	1.268,4	1.175,5	7,9	190,6	157,3	21,1	111,2	85,6	30,0
Consultoras Média do período ('000)	1.497,7	1.313,4	14,0	1.216,8	1.093,2	11,3	175,8	145,6	20,7	102,4	71,8	42,6
Unidades de produtos para revenda (milhões)	499,5	458,6	8,9	445,8	410,5	8,6	35,2	32,9	7,1	17,3	14,9	15,9
Receita Bruta	**8.566,1**	**7.535,8**	**13,7**	**7.629,4**	**6.898,9**	**10,6**	**649,7**	**441,5**	**47,1**	**263,5**	**172,9**	**52,4**
Receita Líquida	**6.345,7**	**5.591,4**	**13,5**	**5.611,2**	**5.087,6**	**10,3**	**487,2**	**335,1**	**45,4**	**226,7**	**149,2**	**52,0**
Lucro Bruto	**4.477,6**	**3.925,1**	**14,1**	**3.971,7**	**3.611,3**	**10,0**	**340,2**	**212,5**	**60,1**	**153,4**	**92,2**	**66,4**
Despesas com Vendas	(2.212,2)	(1.952,7)	13,3	(1.835,3)	(1.686,5)	8,8	(224,2)	(148,8)	50,6	(137,5)	(99,8)	37,7
Despesas Administrativas e Gerais	(772,7)	(680,7)	13,5	(645,6)	(577,9)	11,7	(31,0)	(23,2)	33,5	(23,4)	(17,6)	32,8
Participação dos Colaboradores nos Resultados	(90,8)	(30,2)	n/d	(74,4)	(30,2)	n/d	(6,5)	-	n/d	(3,7)	-	n/d
Remuneração dos Administradores	(20,7)	(9,4)	n/d	(20,7)	(9,4)	n/d	-	-	n/d	-	-	n/d
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, líquidas	(11,6)	63,1	n/d	(5,9)	65,7	n/d	(4,6)	(1,1)	n/d	0,0	(1,1)	n/d
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(93,4)	(77,3)	20,8	(90,9)	(73,5)	23,8	(2,2)	(2,6)	n/d	(0,3)	(1,2)	n/d
Lucro antes do IR/CSLL	**1.276,1**	**1.237,7**	**3,1**	**1.298,9**	**1.299,4**	**(0,0)**	**71,7**	**36,6**	**95,7**	**(11,4)**	**(27,6)**	**n/d**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(414,9)	(406,8)	2,0	(402,1)	(398,3)	1,0	(11,8)	(4,8)	n/d	(1,0)	(3,4)	n/d
Lucro Líquido	**861,2**	**830,9**	**3,7**	**896,8**	**901,1**	**(0,5)**	**60,0**	**31,9**	**88,1**	**(12,4)**	**(31,0)**	**n/d**
EBITDA	**1.510,7**	**1.425,0**	**6,0**	**1.522,6**	**1.476,1**	**3,2**	**78,4**	**43,0**	**82,3**	**(8,2)**	**(24,2)**	**(66,0)**
Margem Bruta	*70,6%*	*70,2%*	*0,4 pp*	*70,8%*	*71,0%*	*(0,2) pp*	*69,8%*	*63,4%*	*6,4 pp*	*67,7%*	*61,8%*	*5,8 pp*
Despesas com Vendas/Receita Líquida	*34,9%*	*34,9%*	*(0,1) pp*	*32,7%*	*33,1%*	*(0,4) pp*	*46,0%*	*44,4%*	*1,6 pp*	*60,6%*	*66,9%*	*(6,3) pp*
Despesas Administrativas e Gerais/Receita Líquida	*12,2%*	*12,2%*	*0,0 pp*	*11,5%*	*11,4%*	*0,1 pp*	*6,4%*	*6,9%*	*(0,6) pp*	*10,3%*	*11,8%*	*(1,5) pp*
Margem Líquida	*13,6%*	*14,9%*	*(1,3) pp*	*16,0%*	*17,7%*	*(1,7) pp*	*12,3%*	*9,5%*	*2,8 pp*	*(5,5)%*	*(20,8)%*	*n/d*
Margem EBITDA	*23,8%*	*25,5%*	*(1,7) pp*	*27,1%*	*29,0%*	*(1,9) pp*	*16,1%*	*12,8%*	*3,3 pp*	*(3,6)%*	*(16,2)%*	*n/d*

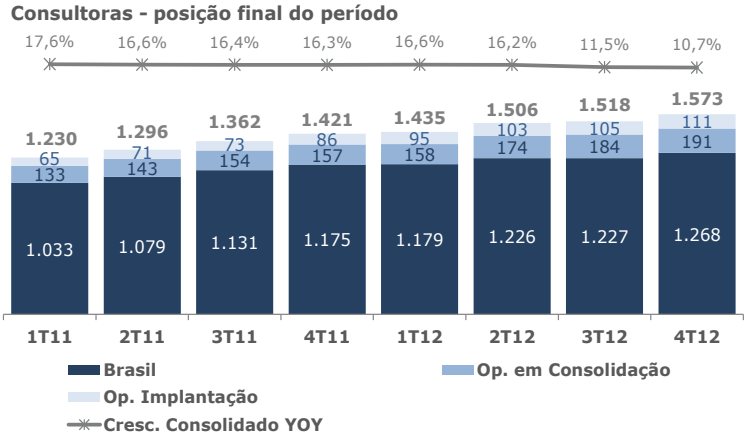
[3] Consolidado inclui Brasil, Operação em Consolidação, Operações em Implantação e outros Investimentos Internacionais.
[4] Posição ao final do Ciclo: **Brasil** – Ciclo 18. **Consolidação**: Argentina Ciclo 17, Peru e Chile Ciclo 16. **Implantação**: México Ciclo 17 e Colômbia Ciclo 16.

2.1 receita líquida



No **Brasil**, como planejado, nosso crescimento de receita apresentou um melhor equilíbrio entre o aumento da base de consultoras e de produtividade. Entre o 4T12 e o 3T12, 41,8 mil consultoras se uniram a nossa base, totalizando 1.268 mil consultoras no encerramento de 2012, enquanto a produtividade cresceu 2,9%. Já no acumulado do ano, em termos nominais apresentamos uma produtividade estável frente ao ano anterior: de R$ 9.016 em 2011 para R$ 8.957 em 2012.





No 4T12, como descrito na tabela ao lado, o crescimento da receita líquida foi 2,3pp inferior ao crescimento da receita bruta, resultado do aumento da carga tributária – elevação da MVA do Estado de São Paulo desde 1 de agosto de 2012[5], impactando parcialmente o 3T12 - e impactos não-recorrentes concentrados no 4T11, que diminuíram a carga tributária daquele trimestre.

Brasil (R$ milhões)	4T10	4T11	3T12	4T12	4T11 vs 4T10	4T12 vs. 4T11
Receita Bruta	**1.971,6**	**2.030,8**	**1.903,6**	**2.257,8**	**3,0%**	**11,2%**
Impostos (%)	524,3	519,9	511,8	612,8	16,9%	17,9%
Carga Tributária	26,6%	25,6%	26,9%	27,1%	*(1,0) pp*	*1,5 pp*
Receita Líquida	**1.447,2**	**1.511,0**	**1.391,8**	**1.645,0**	**4,4%**	**8,9%**

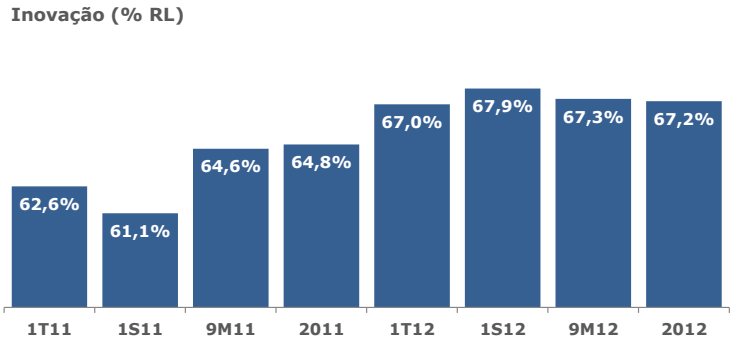
Nas **Operações Internacionais**, que representaram 12,3% da receita líquida consolidada do 4T12, nossas vendas foram alavancadas pelo crescimento significativo da base de consultoras, fruto da estabilização do modelo CNO no Chile, na Colômbia e no Peru e dos ajustes no modelo de Rede de Relações Sustentáveis no México. Este cenário possibilitou um crescimento em moeda local de 28,0% nas Operações em Consolidação e 25,2% nas Operações em Implantação no trimestre e de 27,4% e 32,6%, respectivamente, no acumulado do ano.

[5] MVA (Margem de Valor Agregado): percentual utilizado para estimar a margem média praticada pelas consultoras, parâmetro para a formação da base de cálculo do ICMS-ST (substituição tributária).

2.2 inovação & produtos

No Brasil, lançamentos de produtos como os sprays corporais perfumados Natura Tododia e a fragrância de UNA, seguindo nossa estratégia de posicionamento em faixas de preço que ainda não estamos presentes, contribuíram positivamente para o resultado do ano. Adicionalmente, nossos estojos de Natal apresentaram um desempenho de vendas muito bom, com destaque para os estojos de perfumaria.

O índice de inovação[6], com base em dezembro de 2012, foi de 67,2% versus 64,8% do mesmo período de 2011, impulsionado principalmente pelas categorias Corpo e Perfumaria, que tiveram lançamentos bem distribuídos ao longo dos últimos meses. Investimos no trimestre 2,5% da receita líquida em P&D versus 2,6% no 4T11 (2,5% em 2012 versus 2,7% em 2011).



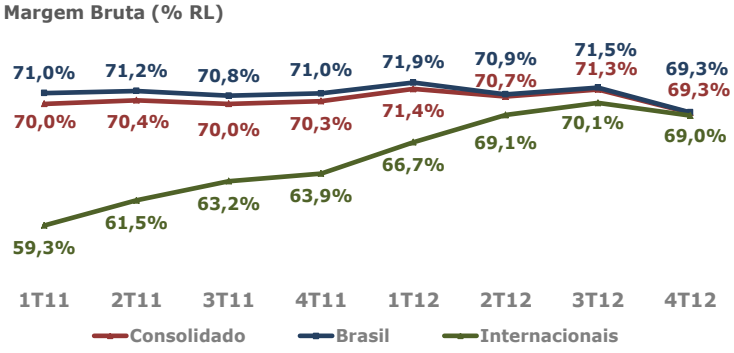
2.3 margem bruta

No **Brasil**, apresentamos uma retração de margem bruta no trimestre de 1,7pp, decorrente do aumento da carga tributária e de efeitos não-recorrentes que influenciaram a alta desse indicador no mesmo trimestre do ano anterior. Já para o acumulado 2012, a melhora da eficiência promocional e negociações de preços de insumos e embalagens abaixo da inflação de mercado compensaram o efeito negativo do aumento da carga tributária, levando a uma estabilidade de margem bruta.

O quadro abaixo exibe o custo aberto em seus principais componentes:

	4T12	4T11	2012	2011
MP / ME*	84,8	86,3	82,9	83,2
Mão de Obra	7,9	8,6	9,1	9,4
Depreciação	2,5	1,9	2,6	2,3
Outros	4,8	3,1	5,4	5,0
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

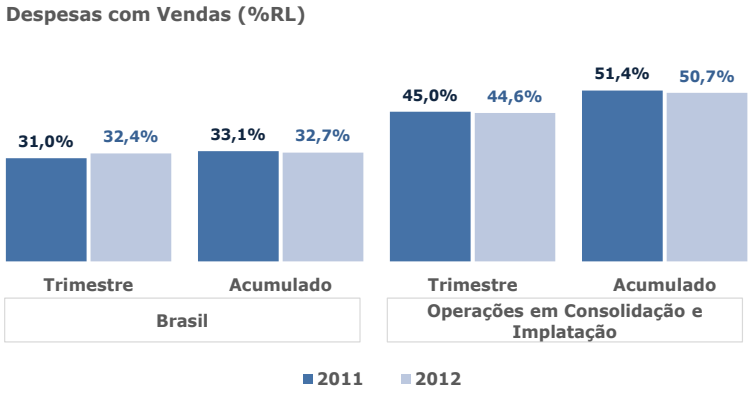
* Matéria Prima e Material de Embalagem



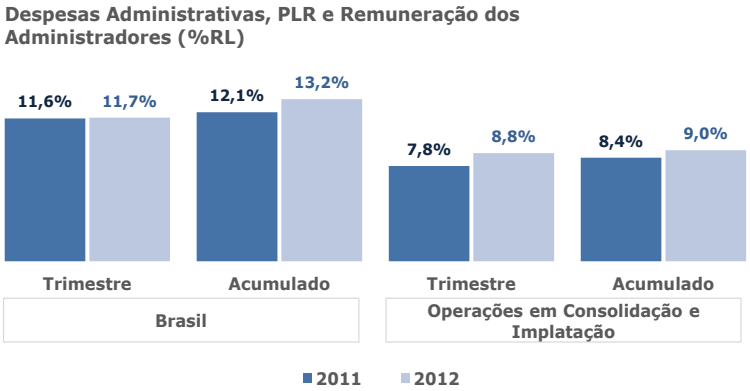
Em nossas operações internacionais, nos países em consolidação e em implantação, tivemos respectivamente aumentos de 5,0pp e 2,1pp na margem bruta do trimestre, também resultado da melhora na eficiência promocional, de uma gestão de estoques mais assertiva e de um efeito cambial ainda favorável entre o Real e a cesta de moedas dos países em que operamos.

[6] Índice de Inovação: participação nos últimos 12 meses da venda dos produtos lançados nos últimos 24 meses.

2.4 despesas com vendas, administrativas e gerais



No Brasil, no 4T12, o aumento relativo das **despesas com vendas** é resultado dos ajustes feitos nos incentivos das CNOs relacionados ao Programa de Produtividade, bem como de maiores investimentos em marketing. No mesmo período, em nossas Operações Internacionais, mantivemos fortes investimentos em marketing, além de maiores despesas na fase inicial do modelo CNO implantado na Argentina, no Chile e na Colômbia.



No Brasil, ao excluirmos a reversão de PLR que favoreceu o resultado de 2011, observamos uma estabilidade nas **despesas administrativas**. Em 2012, além de uma estrutura mais robusta de tecnologia da informação, mantivemos também os investimentos em iniciativas importantes para nosso diferencial competitivo. Em nossas Operações Internacionais, o crescimento relativo das despesas administrativas, tanto no trimestre quanto no ano, é resultado de uma situação de pressão inflacionária na Argentina, além de uma base menor em 2011 devido à reversão da PLR naquele ano.

2.5 outras despesas e receitas operacionais

No 4T12, contemplando o Brasil e as Operações Internacionais, tivemos despesas de R$ 0,5 milhão frente a receita de R$ 42,1 milhões no 4T11 e no acumulado ano apresentamos despesas de R$ 11,6 milhões em 2012 e receita de R$ 63,1 milhões em 2011. As outras receitas operacionais em 2011 foram resultado do impacto de efeitos não recorrentes do reconhecimento extemporâneo de créditos tributários de PIS e COFINS em 2011.

2.6 Outros investimentos internacionais

Os outros investimentos internacionais, que dizem respeito a nossa operação na França e aos gastos com projetos e estrutura corporativa internacional baseada em Buenos Aires, registraram prejuízo (EBITDA) de R$ 25,1 milhões no 4T12 e R$ 82,0 milhões em 2012 (R$ 19,7 milhões no 4T11 e R$ 69,9 milhões em 2011). Os custos da estrutura corporativa baseada em Buenos Aires foram influenciados pela desvalorização do real frente ao peso argentino.

2.7 EBITDA

O EBITDA consolidado de 2011 foi favorecido por efeitos não-recorrentes nas despesas referentes à reversão da PLR e créditos tributários, que totalizaram R$ 124,1 milhões (2,2pp de margem EBITDA). Ao normalizarmos o EBITDA de 2011 e 2012, eliminando estes efeitos, o EBITDA cresce 17,0%.

No cenário de EBITDA normalizado, os ganhos de eficiência e escala no Brasil somado a evolução da lucratividade das Operações Internacionais compensaram os maiores investimentos em tecnologia da informação e marketing, permitindo uma evolução de margem EBITDA.

Consolidado (R$ milhões)	2012	2011	2012 vs. 2011
EBITDA Divulgado	**1.510,7**	**1.425,0**	***6,0%***
(-) Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	(11,6)	63,1	
EBITDA sem Outras Receitas / Despesas Líquidas	**1.522,4**	**1.361,9**	
(-) Reversão PLR	0,0	61,0	
EBITDA Normalizado	**1.522,4**	**1.300,9**	***17,0%***
% Margem EBITDA Divulgado	*23,8%*	*25,5%*	*(1,7) pp*
% Margem EBITDA sem Outras Receitas / Despesas Líquidas	*24,0%*	*24,4%*	*(0,4) pp*
% Margem EBITDA Normalizado	*24,0%*	*23,3%*	*0,7 pp*
Var. sem Outras Receitas / Despesas Líquidas - Divulgado	*0,2 pp*	*(1,1) pp*	
Var. Normalizado - Divulgado	*0,2 pp*	*(2,2) pp*	

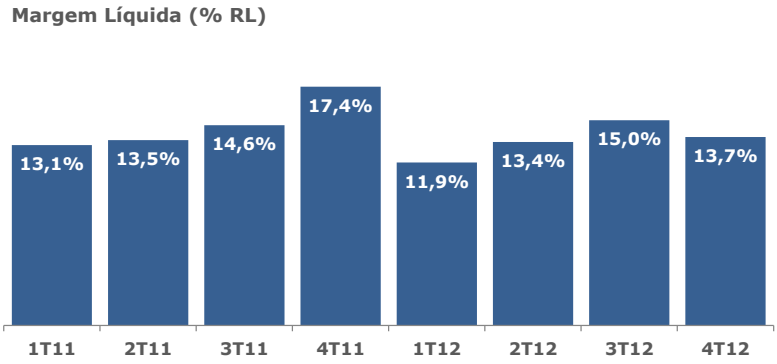
Ebitda (R$ milhões)

	4T12	4T11	Var%	2012	2011	Var%
Receita Líquida	1.875,0	1.670,5	12,2	6.345,7	5.591,4	13,5
(-) Custos e Despesas	1.450,7	1.201,0	20,8	4.976,1	4.276,3	16,4
EBIT	**424,3**	**469,4**	**(9,6)**	**1.369,6**	**1.315,1**	**4,1**
(+) Depreciação / amortização	37,7	30,9	21,9	141,2	109,9	28,4
EBITDA	**462,0**	**500,4**	**(7,7)**	**1.510,7**	**1.425,0**	**6,0**

EBITDA pró-forma por bloco de operações (R$ milhões)

	4T12	4T11	Var%	2012	2011	Var%
Brasil	452,0	499,4	(9,5)	1.522,6	1.476,1	3,2
Argentina, Chile e Peru	29,4	24,2	21,7	78,4	43,0	82,3
México, Colômbia	5,7	(3,6)	n/d	(8,2)	(24,2)	n/d
Outros Investimentos	(25,1)	(19,7)	27,7	(82,0)	(69,9)	17,3
EBITDA	**462,0**	**500,4**	**(7,7)**	**1.510,7**	**1.425,0**	**6,0**

2.8 lucro líquido



A **margem líquida** consolidada, tanto no 4T12 quanto no acumulado do ano, apresentou retração frente ao mesmo período de 2011, sendo -3,7pp no trimestre e -1,3pp no ano. Esta redução foi fruto dos efeitos não recorrentes ocorridos durante 2011 já explicados. Este impacto foi parcialmente compensado por uma leve redução da alíquota de imposto de renda de 32,9% em 2011 para 32,5% em 2012.

O **Resultado Financeiro** de 2012 reflete o crescimento da dívida líquida média parcialmente compensado pela redução do custo da dívida como efeito da queda do CDI.

Valores em R$ milhões	4T12	4T11	*Var. (%)*	2012	2011	*Var. (%)*
Receitas financeiras	42,6	23,1	*84,3*	161,8	122,7	*31,9*
Despesas financeiras	(81,5)	(64,7)	*26,0*	(255,3)	(200,0)	*27,6*
Receitas / (Despesas) Financeiras, líquidas	(38,9)	(41,6)	*(6,4)*	(93,4)	(77,3)	*20,8*

2.9 fluxo de caixa

Em 2012, o crescimento de 115,4% de nossa **geração de caixa livre** foi resultado da redução R$ 281,1 milhões do investimento em capital de giro, resultado da evolução na gestão de estoques, recuperação de impostos, além do contas a pagar que foi positivamente impactado pelo calendário de 2012 e pela concentração de CAPEX nos últimos meses do ano.

R$ milhões	4T12	4T11	Var. R$	Var. %	2012	2011	Var. R$	Var. %
Lucro líquido do período	**257,3**	**290,7**	**(33,4)**	**(11,5)**	**861,2**	**830,9**	**30,3**	**3,7**
Depreciações e amortizações	37,7	30,9	6,8	21,9	141,2	109,9	31,3	28,4
Itens não caixa / Outros*	(4,4)	12,8	(17,2)	(134,0)	38,3	23,3	15,0	64,2
Geração interna de caixa	**290,7**	**334,4**	**(43,8)**	**(13,1)**	**1.040,7**	**964,1**	**76,6**	**7,9**
(Aumento) / Redução do Capital de Giro	256,0	(66,1)	322,0	(487,3)	281,1	(207,2)	488,3	(235,7)
Geração operacional de caixa	**546,6**	**268,4**	**278,3**	**103,7**	**1.321,8**	**756,9**	**564,8**	**74,6**
Adições do imobilizado e intangível	(235,0)	(94,5)	(140,5)	148,7	(437,4)	(346,4)	(91,1)	26,3
Geração de caixa livre**	**311,6**	**173,9**	**137,8**	**79,2**	**884,3**	**410,6**	**473,8**	**115,4**

Favorável / (desfavorável)

(*) Para efeito de melhor divulgação, alguns saldos de 2011 foram reclassificados

(**) (Geração interna de caixa) +/- (variações no capital de giro e realizável a longo prazo) - (aquisições de ativo imobilizado).

No 4T12, investimos R$ 235,0 milhões em **imobilizado e intangível**, totalizando R$ 437,4 milhões no ano, principalmente na expansão de nossa capacidade produtiva, em tecnologia da informação e em logística. Para 2013, nossa projeção de CAPEX é de R$ 450,0 milhões, que inclui as inaugurações de nossa fábrica de sabonetes no Pará e do novo centro de distribuição em São Paulo, a ampliação da capacidade produtiva de Cajamar além de investimentos em sistemas que permitirão uma significativa evolução na experiência de compra por meio do uso da tecnologia.

2.10 endividamento

O aumento do endividamento total reflete o planejamento para amortizar empréstimos que terão vencimentos próximos. Vale ressaltar que mesmo com o aumento dos empréstimos, o múltiplo Dívida Líquida / Ebitda foi de 0,37x em dez/12, permanecendo abaixo de dez/11.

Endividamento R$ Mil	dez/12	Part (%)	dez/11	Part (%)	Var. (%)
Curto Prazo	999,5	45,5%	169,0	15,3%	491,5%
Longo Prazo	1.325,1	60,3%	1.017,7	92,4%	30,2%
Instrumentos financeiros derivativos	(80,9)	(3,7)%	(28,6)	(2,6)%	182,7%
Arrendamentos Mercantis - Financeiros	(47,8)	(2,2)%	(56,3)	(5,1)%	-15,2%
Total da Dívida	**2.195,8**	**100,0%**	**1.101,7**	**100,0%**	**99,3%**
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	1.643,1		515,6		218,7%
(=) Endividamento Líquido - Caixa Líquido	**552,7**		**586,1**		**-5,7%**
Dívida Líquida / Ebitda	0,37		0,41		
Total Dívida / Ebitda	1,45		0,77		

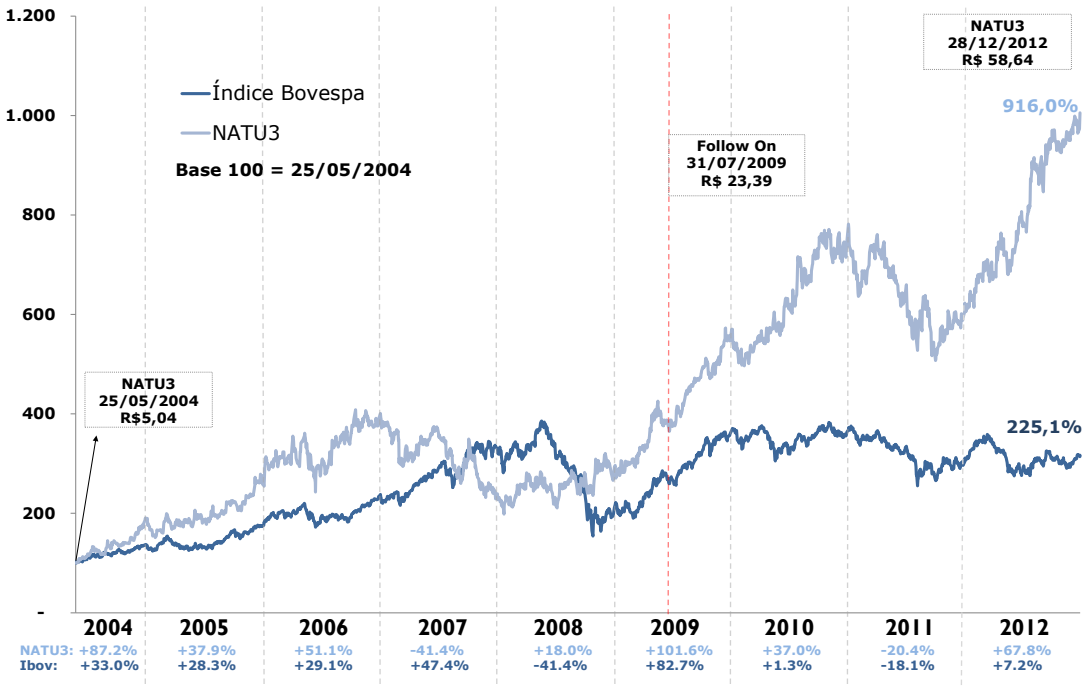
3. desempenho

NATU3

Em 2012, as ações da Natura tiveram uma valorização de 67,8%, enquanto o Ibovespa valorizou-se 7,2%. O volume médio diário negociado no 4T12 foi de R$ 51,3 milhões (R$ 54,3 milhões no ano) e de R$ 35,6 milhões no 4T11 (R$ 43,7 milhões no ano).

Em 2012, nossa posição média no Índice de Negociabilidade da BOVESPA foi 31º.

O gráfico abaixo demonstra o desempenho das ações Natura desde o seu lançamento (IPO):



4. dividendos e juros sobre capital próprio

Em 6 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou proposta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária (AGO), que será realizada em 12 de abril de 2013, para pagamento, em 17 de abril de 2013, do saldo de dividendos, referentes aos resultados auferidos no exercício de 2012, e de juros sobre capital próprio do período, no montante de R$ 469,5 milhões e R$ 21,8 milhões (R$ 18,6 milhões líquidos de imposto de renda na fonte), respectivamente.

Em 15 de agosto de 2012 foram pagos dividendos intermediários no montante de R$ 327,0 milhões e juros sob o capital próprio no valor de R$ 31,0 milhões (líquidos de imposto de renda na fonte).

Esses dividendos e juros sobre capital próprio somados, referentes ao resultado do exercício de 2012, representarão uma remuneração líquida de R$ 1,97 por ação, correspondendo a 100% do lucro líquido[7] de 2012.

[7] Lucro líquido de acordo com a Lei das Sociedades por Ações

teleconferência & webcast

PORTUGUÊS: Sexta-feira, 08 de Fevereiro de 2013

10h00 – horário de Brasília

INGLÊS: Sexta-feira, 08 de Fevereiro de 2013

12h00 – horário de Brasília

Participantes do Brasil: **+55 11 4688 6341**
Participantes dos EUA: Toll Free **+ 1 855 281 6021**
Participantes de outros países: **+1 786 924 6977**
Senha para os participantes: **Natura**

Transmissão ao vivo pela internet:
www.natura.net/investidor

relações com investidores

Telefone: (11) 4196-1421
Fabio Cefaly, fabiocefaly@natura.net
Tatiana Bravin, tatianabravin@natura.net
Taísa Hernandez, taisahernandez@natura.net
Yakatherine Menendez, yakatherinemenendez@natura.net

balanços **patrimoniais**

em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(em milhões de reais - R$)

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.144,4	515,6
Títulos e valores mobiliários	498,7	-
Contas a receber de clientes	651,4	641,9
Estoques	700,7	688,7
Impostos a recuperar	144,5	201,6
Instrumentos financeiros derivativos	80,9	28,6
Outros ativos circulantes	157,8	126,8
Total do ativo circulante	**3.378,3**	**2.203,3**
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo:		
Impostos a recuperar	151,4	111,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	214,2	189,6
Depósitos judiciais	349,5	295,8
Outros ativos não circulantes	41,3	29,9
Imobilizado	1.012,1	800,4
Intangível	228,5	162,8
Total do ativo não circulante	**1.997,1**	**1.589,8**
TOTAL DO ATIVO	**5.375,4**	**3.793,0**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2011
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	999,5	169,0
Fornecedores e outras contas a pagar	649,9	489,0
Salários, participações nos resultados e encargos sociais	211,8	132,0
Obrigações tributárias	501,5	446,8
Outras obrigações	52,0	37,9
Total do passivo circulante	**2.414,7**	**1.274,7**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	1.325,1	1.017,7
Obrigações tributárias	177,3	140,5
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	63,3	65,0
Outras provisões	89,0	44,8
Total do passivo não circulante	**1.654,6**	**1.268,0**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	427,1	427,1
Reservas de capital	155,9	160,3
Reservas de lucros	308,1	292,5
Ações em tesouraria	(66,1)	(102,8)
Dividendo adicional proposto	491,3	490,9
Outros resultados abrangentes	(10,2)	(17,6)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	**1.306,1**	**1.250,2**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.375,4**	**3.793,0**

demonstrações
dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(R$ milhões)	2012	2011
RECEITA LÍQUIDA	**6.345,7**	**5.591,4**
Custo dos produtos vendidos	(1.868,0)	(1.666,3)
LUCRO BRUTO	**4.477,6**	**3.925,1**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(2.212,2)	(1.952,7)
Administrativas e gerais	(772,7)	(680,7)
Participação dos colaboradores nos resultados	(90,8)	(30,2)
Remuneração dos administradores	(20,7)	(9,4)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11,6)	63,1
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**1.369,5**	**1.315,1**
Receitas financeiras	161,8	122,7
Despesas financeiras	(255,3)	(200,0)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**1.276,1**	**1.237,7**
Imposto de renda e contribuição social	(414,9)	(406,8)
LUCRO LÍQUIDO	**861,2**	**830,9**

demonstrações
dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2012 e de 2011

em R$ milhões	2012	2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**861,2**	**830,9**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	141,2	109,9
Provisão (Reversão) decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"	(52,3)	(14,3)
Provisões (Reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4,6	(8,0)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(21,0)	(51,2)
Imposto de renda e contribuição social	414,9	406,8
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	15,7	13,5
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	163,2	121,7
Variação cambial sobre outros ativos e passivos	9,1	(7,8)
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações	10,8	13,4
Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS	0,8	0,3
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	7,9	(0,7)
Provisão (Reversão) para perdas nos estoques	(23,8)	19,7
Provisão com plano de assistência médica e créditos carbono	44,2	12,4
Reconhecimento de crédito tributário extemporâneo	(11,6)	(40,4)
Reconhecimento de crédito tributário de processo judicial	(1,7)	(16,9)
	1.563,2	**1.389,4**
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS		
Contas a receber de clientes	(17,5)	(70,9)
Estoques	11,9	(136,9)
Impostos a recuperar	29,5	(45,2)
Outros ativos	(48,6)	(158,0)
Subtotal	**(24,6)**	**(411,0)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS		
Fornecedores nacionais e estrangeiros	162,1	121,8
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	79,8	(30,7)
Obrigações tributárias	(2,7)	24,1
Outros passivos	14,1	(14,1)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(6,3)	(0,8)
Subtotal	**247,0**	**100,1**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.785,6**	**1.078,5**

OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(320,8)	(319,6)
Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos	(18,5)	(18,4)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(104,3)	(76,7)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.342,0**	**663,8**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de imobilizado e intangível	(437,5)	(346,4)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível	3,1	3,7
Levantamento (pagamento) de depósitos judiciais	(32,6)	92,3
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(4.213,7)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	3.715,1	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(965,6)**	**(250,3)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(629,7)	(648,7)
Captações de empréstimos e financiamentos	1.708,6	1.045,7
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio eferentes ao exercício anterior	(491,0)	(430,1)
Utilização de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	30,8	1,2
Antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio referentes ao exercício corrente	(363,5)	(332,8)
Compra de ações em tesouraria	-	(104,5)
Aumento de capital por subscrição (353.289 ações ordinárias ao preço médio de R$39,69)	-	9,0
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**255,3**	**(460,1)**
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(2,9)	1,9
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**628,8**	**(44,6)**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	515,6	560,2
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.144,4	515,6
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**628,8**	**(44,6)**
Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa:		
Numerários com utilização restrita	-	6,8
Limites de contas garantidas sem utilização	343,6	235,5

Glossário

_CDI: Certificado de depósito interbancário.

_CN: Revendedoras autônomas, que não têm relação de emprego com a Natura, também chamadas **Consultoras Natura**.

_CNO: Revendedoras autônomas, que não têm relação de emprego conosco, e apoiam as Gerentes de Relacionamento em suas atividades.

_Comunidades Fornecedoras: Comunidades de agricultores familiares e extrativistas de diversas localidades do Brasil – majoritariamente da Região Amazônica das quais são extraídos de forma sustentável insumos da sociobiodiversidade utilizados em nossos produtos. Estabelecemos com essas comunidades cadeias produtivas que se pautam pelo preço justo, repartição de benefícios pelo acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local. Esse modelo de negócio tem se mostrado efetivo na geração de valor social, econômico e ambiental para a Natura e para as comunidades.

_GEE: Gases de Efeito Estufa.

_Índice de Inovação: Participação nos últimos 12 meses da venda dos produtos lançados nos últimos 24 meses.

_Instituto Natura: é uma organização sem fins lucrativos criada em 2010 para fortalecer e ampliar nossas iniciativas de Investimento Social Privado. Sua criação nos permitiu potencializar os esforços e investimentos em ações que contribuem para a melhoria da qualidade do ensino público.

_Mercado Alvo: Referente aos dados de mercado alvo da SIPATESP/Abihpec. Considera somente os segmentos nos quais a Natura opera. Exclui fraldas, itens de higiene oral, tintura para cabelo, esmaltes, absorventes dentre outros.

_Operações em Consolidação: Agrupamento das operações: Argentina, Chile e Peru.

_Operações em Implantação: Agrupamento das Operações: Colômbia e México.

_PLR: Participação nos Lucros e Resultados.

_Programa Natura Crer Para Ver: Linha especial de produtos não cosméticos, cujo lucro é revertido para o Instituto Natura. Nossas Consultoras e Consultores se engajam nas vendas em prol de seu benefício social, sem obter ganhos.

_Projeto Trilhas: Lançado em 2009, tem o objetivo de inserir as crianças do 1º ano do Ensino Fundamental em um universo letrado através de um conjunto de materiais elaborado para instrumentalizar e apoiar o trabalho docente no campo da leitura, escrita e oralidade.

_Rede de Relações Sustentáveis: Modelo Comercial adotado no México que contempla oito etapas de avanço da consultora: Consultora Natura, Consultora Natura Empreendedora, Formadora Natura 1 e 2, Transformadora Natura 1 e 2, Inspiradora Natura e Associada Natura. Para ascender na atividade, é preciso atender a critérios de volume de vendas, atração de novas consultoras e – como diferencial dos demais modelos existentes no país – desenvolvimento pessoal e de relações socioambientais na comunidade.

_Repartição de Benefícios: Com base na Política Natura de Uso Sustentável da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional Associado, é utilizada a premissa de repartir benefícios sempre que percebermos diferentes formas de valor nos acessos que realizamos. Sendo assim, uma das práticas que definem a forma como esses recursos serão divididos é associar pagamentos ao número de matérias-primas produzidas a partir de cada planta e ao sucesso comercial dos produtos para os quais essas matérias-primas servem de insumo.

_Sipatesp/Abihpec: Sindicato da Indústria de Perfumarias de Artigos de Toucador do Estado de São Paulo / Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

reapresentações

_Produtividade com nova metodologia de cálculo: a preços de varejo = (receita bruta/número de consultoras media)/ (1%lucro da consultora).

_Quadro de Distribuição de Custos: Reapresentação da distribuição de custos de 2011 devido a reclassificações pertinentes.

_Unidades de produtos para revenda: Reapresentação do valor de 2011 e 4T11 foram alterados devido a reprocessamento interno. Referente ao ano de 2011 do consolidado passaram de 445,5 para 458,2 mil unidades e referente ao 4T11 do consolidado passaram de 131,1 para 131, mil unidades.

O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados. Também não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e sua definição na Sociedade, eventualmente, pode não ser comparável ao LAJIDA ou EBITDA definido por outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional da Sociedade. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Este relatório contém informações futuras. Tais informações não são apenas fatos históricos, mas refletem os desejos e as expectativas da direção da Natura. As palavras "antecipa", "deseja", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "prediz", "projeta", "almeja" e similares, pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Riscos conhecidos incluem incertezas, que não são limitadas ao impacto da competitividade dos preços e produtos, aceitação dos produtos no mercado, transições de produto da Companhia e seus competidores, aprovação regulamentar, moeda, flutuação da moeda, dificuldades de fornecimento e produção e mudanças na venda de produtos, dentre outros riscos. Este relatório também contém algumas informações "proforma", elaboradas pela Companhia a título exclusivo de informação e referência, portanto, são grandezas não auditadas. Este relatório está atualizado até a presente data e a Natura não se obriga a atualizá-lo mediante novas informações e/ou acontecimentos futuros.

natura
bem estar bem

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2013.

Alessandro Carlucci
Diretor - Presidente

Roberto Pedote
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2013.

Alessandro Carlucci
Diretor - Presidente

Roberto Pedote
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

NATURA COSMÉTICOS S.A.

CNPJ/MF nº 71.673.990/0001-77 Companhia Aberta NIRE 35.300.143.183

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA, DE GESTÃO DE RISCOS E DE FINANÇAS, REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 2013

Em 4 de fevereiro de 2013, às 10 horas, na sede social da Companhia localizada na cidade de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo, na Rodovia Régis Bittencourt, s/nº, Km 293, Edifício I, reuniu-se, sob a presidência do Sr. Marcos de Barros Lisboa que convidou a mim, Mercedes Stinco, para secretariar os trabalhos, e com a presença do Srs. Luiz Ernesto Gemignani e Roberto Oliveira de Lima, membros do Comitê, e dos Srs. Gilberto Mifano e Taiki Hirashima, consultores externos, o Comité de Auditoria, de Gestão de Riscos e de Finanças da **NATURA COSMÉTICOS S.A.** Por unanimidade de votos e sem ressalvas, os membros do Comitê revisaram e manifestaram-se favoravelmente às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2012.

Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Assinaturas: Marcos de Barros Lisboa, Presidente da Reunião; Luiz Ernesto Gemignani e Roberto Oliveira de Lima, membros do Comitê e Mercedes Stinco, Secretário da Reunião.

Certifico ser a presente extrato da ata lavrada no livro próprio.

Itapecerica da Serra, 4 de fevereiro de 2013

MERCEDES STINCO
Secretária da Reunião

Individual and Consolidated Financial Statements for the Year Ended December 31, 2012 and Report of Independent Auditors on Financial Statements

Natura Cosméticos S.A.

December 31, 2012

Natura Cosméticos S.A.

Individual and Consolidated
Financial Statements
December 31, 2012

Contents

Report on review of Individual and Consolidated
Financial Statements 1

Audited financial statements

Balance sheets 3
Income Statements 4
Statements of comprehensive income 5
Statements of changes in shareholders' equity 6
Statements of cash flows 7
Statements of value added 8
Notes to the individual and consolidated 9

Natura Cosméticos S.A.

(A free translation from Portuguese into English of Financial Statements prepared in Brazilian currency in accordance with accounting practices adopted in Brazil, and of Consolidated Financial Statements prepared in Brazilian currency in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRS), issued by International Accounting Standards Board – IASB and accounting practices adopted in Brazil)

Independent auditor's report on financial statements

The Board of Directors and Shareholders
Natura Cosméticos S.A.
Itapecerica da Serra - SP

Introduction

We have audited the accompanying individual and consolidated balance sheet of Natura Cosméticos S. A. (Company) as of December 31, 2012, and the related consolidated statements of income, of comprehensive income, shareholders' equity, and cash flows for the year then ended, including the summary of main accounting practices and explanatory notes.

Management's responsibility for the financial statements

Management is responsible for the preparation and fair presentation of the individual financial statements in accordance with accounting practices adopted in Brazil, and of the consolidated financial statements in accordance with the International Financial Reporting Standards (IFRS),
as issued by the "International Accounting Standards Board – IASB", and in accordance with accounting practices adopted in Brazil, and for such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of these financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

Independent Auditor's responsibility

Our responsibility is to express an opinion on these financial statements based on our audit, which was conducted in accordance with Brazilian and International Standards on Auditing. Those standards require that we comply with ethical requirements and plan and perform the audit to obtain reasonable assurance about whether the financial statements are free from material misstatement.

An audit involves performing procedures to obtain audit evidence about the amounts and disclosures in the financial statements. The procedures selected depend on the auditor's judgment, including the assessment of the risks of material misstatement in the financial statements, whether due to fraud or error. In making those risk assessments, the auditor considers internal controls relevant to the preparation and fair presentation of the Company's financial statements in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Company's internal controls. An audit also includes evaluating the appropriateness of accounting practices used and the reasonableness of accounting estimates made by management, as well as evaluating the overall presentation of the financial statements.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

Opinion on the individual financial statements

In our opinion, the individual financial statements referred to above present fairly, in all material respects, the financial position of Natura Cosméticos S.A. as of December 31, 2012, and the performance of its operations and its cash flows for the year then ended, in accordance with the accounting practices adopted in Brazil.

Opinion on the consolidated financial statements

In our opinion, the consolidated financial statements referred to above present fairly, in all material respects, the consolidated financial position of Natura Cosméticos S.A. as of December 31, 2012, and the consolidated performance of its operations and its consolidated cash flows for the year then ended, in accordance with the International Financial Reporting Standards (IFRS) as issued by the "International Accounting Standards Board – IASB" and the accounting practices adopted in Brazil.

Emphasis of matter

As described in Note 2.1., the individual financial statements were prepared in accordance with accounting practices adopted in Brazil. In the case of Natura Cosméticos S.A., these accounting practices differ from the IFRS, applicable to the separate financial statements, only with respect to the measurement of investments in subsidiaries, associates and joint ventures by the equity method of accounting, which, for purposes of IFRS, would be measured at cost or fair value. Our opinion is not qualified in respect of this matter.

Other matters

Statements of value added

We have also audited the individual and consolidated statement of value added (SVA) for the year ended December 31, 2012, prepared under the responsibility of the Company's management, the presentation of which is required by the Brazilian Corporation Law for publicly-held companies, and as supplementary information under IFRS, whereby no statement of value added presentation is required. These statements have been subject to the same auditing procedures previously described and, in our opinion, are presented fairly, in all material respects, in relation to the overall financial statements.

Prior year comparative figures

The individual and consolidated financial statements of Natura Cosméticos S. A. related to the balance sheet as of December 31, 2011 and the income statement, statement of comprehensive income, of changes in equity and the cash flows statement for the year then ended, presented for comparison purposes, were audited by other independent auditors who issued an audit report dated February 15, 2012, without modifications.

São Paulo, February 06 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Accountant CRC-1SP144343/O-3

Drayton Teixeira de Melo
Accountant CRC-1SP236947/O-3

(A free translation from Portuguese into English of Individual Interim Financial Information prepared in Brazilian currency in accordance with accounting practices adopted in Brazil, and of Consolidated Interim Financial Information prepared in Brazilian currency in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRS), issued by International Accounting Standards Board – IASB and accounting practices adopted in Brazil)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

BALANCE SHEETS AS OF DECEMBER 31, 2012 AND 2011
(In thousands of Brazilian reais - R$)

		Company (BR GAAP)		Consolidated (BR GAAP and IFRS)	
ASSETS	Note	2012	2011	2012	2011
CURRENT ASSETS					
Cash and cash equivalents	5	72,767	166,007	1,144,390	515,610
Short-term investments	6	1,168,487	-	498,672	-
Trade receivables	7	530,033	535,309	651,416	641,872
Inventories	8	158,003	217,906	700,665	688,748
Recoverable taxes	9	23,417	69,417	144,459	201,620
Related parties	28.1.	25,908	37,908	-	-
Derivatives	4.2.	80,271	28,184	80,928	28,626
Other receivables	12	130,532	115,328	157,787	126,783
Total current assets		2,189,418	1,170,059	3,378,317	2,203,259
NONCURRENT ASSETS					
Long-term assets:					
Recoverable taxes	9	12,952	12,299	151,350	111,239
Deferred income tax and social contribution	10.a)	94,813	80,145	214,246	189,552
Escrow deposits	11	267,598	244,938	349,537	295,839
Other noncurrent assets	12	23,187	4,562	41,295	29,935
Investments	13	1,311,364	1,253,721	-	-
Property, plant and equipment	14	357,443	332,215	1,012,089	800,434
Intangible assets	14	206,036	78,929	228,545	162,754
Total noncurrent assets		2,273,393	2,006,809	1,997,062	1,589,753
TOTAL ASSETS		4,462,811	3,176,868	5,375,379	3,793,012

		Company (BR GAAP)		Consolidated (BR GAAP and IFRS)	
LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY	Note	2012	2011	2012	2011
CURRENT LIABILITIES					
Borrowings and financing	15	844,261	66,424	999,462	168,962
Trade and other payables	16	252,318	183,317	649,887	488,980
Suppliers - related parties	28.1.	254,535	293,024	-	-
Payroll, profit sharing and related taxes		98,351	58,551	211,814	132,045
Taxes payable	17	303,833	260,027	501,509	446,800
Other payables		44,820	29,359	52,040	37,932
Total current liabilities		1,798,118	890,702	2,414,712	1,274,719
NONCURRENT LIABILITIES					
Borrowings and financing	15	1,144,421	852,549	1,325,057	1,017,737
Taxes payable	17	106,928	97,955	177,259	140,545
Provision for tax, civil and labor risks	18	38,488	49,600	63,293	64,957
Others provisions	19	68,760	35,818	88,961	44,809
Total noncurrent liabilities		1,358,597	1,035,922	1,654,570	1,268,048
SHAREHOLDERS' EQUITY					
Capital	20.a)	427,073	427,073	427,073	427,073
Treasury shares	20.c)	(66,105)	(102,849)	(66,105)	(102,849)
Capital reserves		155,905	160,313	155,905	160,313
Earnings reserves		308,079	292,457	308,079	292,457
Proposed additional dividend	20.b)	491,343	490,885	491,343	490,885
Other comprehensive losses		(10,199)	(17,635)	(10,199)	(17,635)
Total equity attributable to owners of the Company		1,306,096	1,250,244	1,306,096	1,250,244
Noncontrolling interests		-	-	1	1
Total shareholders' equity		1,306,096	1,250,244	1,306,097	1,250,245
TOTAL LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY		4,462,811	3,176,868	5,375,379	3,793,012

NATURA COSMÉTICOS S.A.

INCOME STATEMENTS
FOR THE YEAR ENDED DECEMBER 31, 2012 AND 2011
(In thousands of Brazilian reais - R$, except earnings per share)

	Note	Company (BR GAAP)		Consolidated (BR GAAP and IFRS)	
		2012	2011	2012	2011
NET REVENUE	22	6,249,086	5,848,777	6,345,669	5,591,374
Cost of sales	23	(2,438,873)	(2,375,514)	(1,868,045)	(1,666,300)
GROSS PROFIT		3,810,213	3,473,263	4,477,624	3,925,074
OPERATING (EXPENSES) INCOME					
Selling expenses	23	(1,642,380)	(1,503,069)	(2,212,205)	(1,952,740)
Administrative and general expenses	23	(899,128)	(816,818)	(772,688)	(680,730)
Employee profit sharing	24.1	(29,555)	(3,765)	(90,799)	(30,168)
Management compensation	28.2	(20,739)	(9,443)	(20,739)	(9,443)
Equity in investees	13	59,380	54,789	-	-
Other operating income (expenses), net	26	15,472	43,579	(11,643)	63,077
INCOME FROM OPERATIONS BEFORE FINANCIAL INCOME (EXPENSES)		1,293,263	1,238,536	1,369,550	1,315,070
Financial income	25	129,831	86,502	161,808	122,698
Financial expenses	25	(216,965)	(163,247)	(255,258)	(200,038)
INCOME BEFORE INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION		1,206,129	1,161,791	1,276,100	1,237,730
Income tax and social contribution	10.b)	(344,907)	(330,890)	(414,878)	(406,829)
NET INCOME		861,222	830,901	861,222	830,901
ATTRIBUTABLE TO					
Owners of the Company		861,222	830,901	861,222	830,901
EARNINGS PER SHARE - R$					
Basic	27.1.	2.0081	1.9320	2.0081	1.9320
Diluted	27.2.	1.9980	1.9278	1.9980	1.9278

(A free translation from Portuguese into English of Individual Interim Financial Information prepared in Brazilian currency in accordance with accounting practices adopted in Brazil, and of Consolidated Interim Financial Information prepared in Brazilian currency in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRS), issued by International Accounting Standards Board – IASB and accounting practices adopted in Brazil)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF COMPREHENSIVE INCOME
FOR THE YEAR ENDED DECEMBER 31, 2012 AND 2011
(In thousands of Brazilian reais - R$)

	Note	Company (BR GAAP)		Consolidated (BR GAAP and IFRS)	
		2012	2011	2012	2011
NET INCOME		861,222	830,901	861,222	830,901
Other comprehensive losses-					
Gains from translation of financial statements of foreign subsidiaries	13	7,436	5,561	7,436	5,561
TOTAL COMPREHENSIVE INCOME		868,658	836,462	868,658	836,462
ATTRIBUTABLE TO					
Owners of the Company		868,658	836,462	868,658	836,462

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF CHANGES IN SHAREHOLDERS' EQUITY
FOR THE YEAR ENDED DECEMBER 31, 2012 AND 2011
(In thousands of Brazilian reais - R$, except for dividends per share)

				Capital reserves			Earnings reserves								
	Note	Capital	Treasury shares	Share premium	Tax incentive reserve Investment grants	Additional paid-in capital	Legal	Tax incentives	Earnings reserves	Retained earnings	Proposed additional dividend	Other comprehensiv losses	Equity attributable to owners of the Company	Noncontrolling interests in subsidiaries' equity	Total shareholders' equity
BALANCE AS OF DECEMBER 31, 2010		418,061	(14)	103,620	17,378	28,629	18,650	10,934	253,360	-	430,079	(23,196)	1,257,501	1	1,257,502
Net income		-	-	-	-	-	-	-	-	830,901	-	-	830,901	-	830,901
Other comprehensive income		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,561	5,561	-	5,561
Total comprehensive income		-	-	-	-	-	-	-	-	830,901	-	5,561	836,462	-	836,462
2010 dividends and interest on capital approved at the Annual Shareholders' Meeting of April 8, 2011		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(430,079)	-	(430,079)	-	(430,079)
Capital increase through subscription of shares		9,012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,012	-	9,012
Acquisition of treasury shares		-	(104,452)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(104,452)	-	(104,452)
Sale of treasury shares due to exercise of stock options		-	1,617	(377)	-	-	-	-	-	-	-	-	1,240	-	1,240
Changes in stock option plans:													-		-
Grant of stock options		-	-	-	-	13,369	-	-	-	-	-	-	13,369	-	13,369
Exercise of stock options		-	-	-	-	(2,306)	-	-	2,306	-	-	-	-	-	-
Allocation of net income:													-		-
Recognition of tax incentive reserve		-	-	-	-	-	-	3,677	-	(3,677)	-	-	-	-	-
Interim dividends and interest on capital		-	-	-	-	-	-	-	-	(332,809)	-	-	(332,809)	-	(332,809)
Dividends declared on February 14, 2012		-	-	-	-	-	-	-	-	(467,261)	467,261	-	-	-	-
Interest on capital declared on February 14, 2012		-	-	-	-	-	-	-	-	(23,624)	23,624	-	-	-	-
Retained earnings reserve		-	-	-	-	-	-	-	3,530	(3,530)	-	-	-	-	-
BALANCE AS OF DECEMBER 31, 2011		427,073	(102,849)	103,243	17,378	39,692	18,650	14,611	259,196	-	490,885	(17,635)	1,250,244	1	1,250,245
Net income		-	-	-	-	-	-	-	-	861,222	-	-	861,222	-	861,222
Other comprehensive income	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,436	7,436	-	7,436
Total comprehensive income		-	-	-	-	-	-	-	-	861,222	-	7,436	868,658	-	868,658
2011 dividends and interest on capital approved at the Annual Shareholders' Meeting of April 13, 2012		-	-	-	-	-	-	-	(66)	-	(490,885)	-	(490,951)	-	(490,951)
Sale of treasury shares due to exercise of stock options	20.c)	-	36,744	(5,910)	-	-	-	-	-	-	-	-	30,834	-	30,834
Changes in stock option plans:															
Grant of stock options	24.2.	-	-	-	-	10,844	-	-	-	-	-	-	10,844	-	10,844
Exercise of stock options	24.2.	-	-	-	-	(9,342)	-	-	9,342	-	-	-	-	-	-
Allocation of net income:															
Recognition of tax incentive reserve		-	-	-	-	-	-	6,346	-	(6,346)	-	-	-	-	-
Interim dividends and interest on capital		-	-	-	-	-	-	-	-	(363,533)	-	-	(363,533)	-	(363,533)
Dividends declared on February 6, 2013		-	-	-	-	-	-	-	-	(469,512)	469,512	-	-	-	-
Interest on capital declared on February 13, 2013		-	-	-	-	-	-	-	-	(21,831)	21,831	-	-	-	-
Retained earnings reserve		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BALANCE AS OF DECEMBER 31, 2012		427,073	(66,105)	97,333	17,378	41,194	18,650	20,957	268,472	-	491,343	(10,199)	1,306,096	1	1,306,097

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF CASH FLOWS
FOR THE YEAR ENDED DECEMBER 31, 2012 AND 2011
(In thousands of Brazilian reais - R$)

	Note	Company (BR GAAP)		Consolidated (BR GAAP and IFRS)	
		2012	2011	2012	2011
CASH FLOW FROM OPERATING ACTIVITIES					
Net income		861,222	830,901	861,222	830,901
Adjustments to reconcile net income to net cash provided by operating activities:					
Depreciation and amortization	14	63,594	27,565	141,178	109,921
Provision for losses on swap and forward transactions		(52,087)	(16,442)	(52,302)	(14,305)
Provision (reversal) for tax, civil and labor contingencies	18	(5,176)	(2,866)	4,623	(7,998)
Interest and inflation adjustment of escrow deposits		(17,371)	(28,841)	(21,049)	(51,173)
Income tax and social contribution	10.b)	344,907	330,890	414,878	406,829
(Gain) loss on sale on property, plant and equipment and intangible assets		(2,098)	1,559	15,692	13,457
Equity in investees		(59,380)	(54,789)	-	-
Interest and exchange rate changes on borrowings and financing and other liabilities	25	145,660	94,985	163,228	121,674
Exchange rate changes on other assets and other liabilities		691	22	9,101	(7,767)
Stock options plans expenses		2,712	6,359	10,844	13,369
Provision for discount on assignment of ICMS credits		-	-	807	323
Allowance for doubtful accounts	7	2,776	(492)	7,942	(675)
Allowance for inventory losses	8	(1,460)	9,801	(23,842)	19,726
Provision for healthcare plan and carbon credits	19	32,942	10,012	44,152	12,384
Recognition of untimely used tax credits		(7,311)	(15,461)	(11,617)	(40,378)
Recognition of tax credits related to lawsuit	26	(715)	(11,887)	(1,665)	(16,852)
		1,308,906	1,181,316	1,563,192	1,389,436
(INCREASE) DECREASE IN ASSETS					
Trade receivables		2,500	(41,125)	(17,486)	(70,918)
Inventories		61,363	(42,615)	11,925	(136,948)
Recoverable taxes		53,373	(14,648)	29,525	(45,224)
Other receivables		(13,068)	(171,952)	(48,570)	(157,950)
Subtotal		104,168	(270,340)	(24,606)	(411,040)
INCREASE (DECREASE) IN LIABILITIES					
Domestic and foreign suppliers		68,310	69,443	162,102	121,752
Payroll, profit sharing and related taxes, net		39,800	(5,218)	79,769	(30,702)
Taxes payable		1,623	28,692	(2,650)	24,060
Other payables		(23,028)	34,006	14,108	(14,132)
Provision for tax, civil and labor contingencies		(5,936)	(816)	(6,287)	(829)
Subtotal		80,769	126,107	247,042	100,149
CASH GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES		1,493,843	1,037,083	1,785,628	1,078,545
OTHER CASH FLOWS FROM OPERATING ACTIVITIES					
Payments of income tax and social contribution		(293,751)	(255,182)	(320,805)	(319,623)
Payments of derivatives		(23,428)	(15,082)	(18,488)	(18,382)
Payment of interest on borrowings and financing		(87,480)	(57,812)	(104,332)	(76,700)
NET CASH GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES		1,089,184	709,007	1,342,003	663,840
CASH FLOW FROM INVESTING ACTIVITIES					
Acquisition of property, plant and equipment and intangible assets	14	(215,929)	(277,036)	(437,451)	(346,367)
Proceeds from sale of property, plant and equipment and intangible assets		2,098	2,535	3,135	3,726
Withdrawal (payment) of escrow deposits		(5,289)	72,973	(32,649)	92,341
Short-term investments		(3,015,724)	-	(4,213,731)	-
Redemption of short-term investments		1,847,237	-	3,715,059	-
Dividends received from subsidiaries		66,148	34,000	-	-
Capital increase in subsidiaries	13	(48,843)	(121,173)	-	-
NET CASH USED IN INVESTING ACTIVITIES		(1,370,302)	(288,701)	(965,637)	(250,300)
CASH FLOW FROM FINANCING ACTIVITIES					
Repayments of borrowings and financing - principal		(462,885)	(425,383)	(629,650)	(648,687)
Proceeds from borrowings and financing		1,474,413	822,047	1,708,574	1,045,702
Sale of treasury shares due to exercise of stock options		30,834	1,240	30,834	1,240
Payment of dividends and interest on capital		(490,951)	(430,079)	(490,951)	(430,079)
Interim dividends and interest on capital		(363,533)	(332,809)	(363,533)	(332,809)
Acquisition of treasury shares		-	(104,452)	-	(104,452)
Capital increase through subscription of shares (353,289 common shares at average price of R$39.69)		-	9,012	-	9,012
NET CASH GENERATED (USED) IN FINANCING ACTIVITIES		187,878	(460,424)	255,274	(460,073)
Gains (losses) arising on translating foreign currency cash and cash equivalents		-	-	(2,860)	1,914
INCREASE (DECREASE) IN CASH AND CASH EQUIVALENTS		(93,240)	(40,118)	628,780	(44,619)
Cash and cash equivalents at beginning of year		166,007	206,125	515,610	560,229
Cash and cash equivalents at end of year		72,767	166,007	1,144,390	515,610
INCREASE (DECREASE) IN CASH AND CASH EQUIVALENTS		(93,240)	(40,118)	628,780	(44,619)
ADDITIONAL INFORMATION TO THE STATEMENTS OF CASH FLOWS					
Restricted cash	12	-	-	-	6,757
Bank overdrafts - unused		299,500	117,900	343,600	235,500

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF VALUE ADDED
FOR THE YEAR ENDED DECEMBER 31, 2012 AND 2011
(In thousands of Brazilian reais - R$, except additional information)

	Note	Company (BR GAAP) 2012		Company (BR GAAP) 2011		Consolidated (BR GAAP) 2012		Consolidated (BR GAAP) 2011	
REVENUES		7,501,382		6,847,932		8,515,446		7,499,050	
Sales of products and services		7,608,134		6,887,213		8,665,145		7,524,250	
Allowance for doubtful accounts	7	(122,224)		(82,860)		(138,056)		(88,277)	
Other operating (expenses) income, net	26	15,472		43,579		(11,643)		63,077	
INPUTS PURCHASED FROM THIRD PARTIES		(4,823,121)		(4,538,954)		(4,836,794)		(4,362,838)	
Cost of sales and services		(2,846,755)		(2,610,197)		(3,025,657)		(2,624,578)	
Materials, electricity, outside services and other		(1,976,366)		(1,928,757)		(1,811,137)		(1,738,260)	
GROSS VALUE ADDED		2,678,261		2,308,978		3,678,652		3,136,212	
RETENTIONS		(63,594)		(27,565)		(141,178)		(109,921)	
Depreciation and amortization	14	(63,594)		(27,565)		(141,178)		(109,921)	
WEALTH CREATED BY THE COMPANY		2,614,667		2,281,413		3,537,474		3,026,291	
TRANSFERRED VALUE ADDED		189,211		141,291		161,805		122,698	
Equity in investees	13	59,380		54,789		-		-	
Financial income - includes inflation adjustments and exchange differe	25	129,831		86,502		161,805		122,698	
TOTAL WEALTH FOR DISTRIBUTION		2,803,878		2,422,704		3,699,280		3,148,989	
DISTRIBUTION OF WEALTH:		(2,803,878)	100%	(2,422,704)	100%	(3,699,280)	100%	(3,148,989)	100%
Employees and payroll taxes		(333,466)	12%	(250,870)	10%	(802,966)	21%	(634,261)	20%
Taxes and fees		(1,369,813)	49%	(1,182,449)	49%	(1,743,401)	48%	(1,472,345)	46%
Financial expenses and rentals		(239,377)	9%	(158,485)	7%	(291,691)	8%	(211,483)	7%
Dividends		(796,531)	28%	(762,563)	31%	(796,531)	22%	(762,563)	24%
Interest on capital		(58,347)	2%	(61,130)	3%	(58,347)	2%	(61,130)	2%
Retained earnings		(6,344)	0%	(7,207)	0%	(6,344)	0%	(7,207)	0%

Additional information to the statements of value added

R$541,669 and R$442,063 of the amounts recorded in line item 'Taxes and fees' in 2012 and 2011, respectively, refer to reverse charge State VAT (ICMS) levied on the estimated profit margin set by the State Departments of Finance based on sales made by Natura consultants to final customers.

To analyze this tax impact on the statement of value added, these amounts should be deducted from those recorded in 'Sales of goods and services' and 'Taxes and fees' since sales revenue does not include the estimated profit attributable to Natura consultants on the sale of products, in the amounts of R$3,210,727 and R$2,906,137 in 2012 and 2011, respectively, considering an estimated profit margin of 30%.

1. GENERAL INFORMATION

Natura Cosméticos S.A. ("Company") is a publicly-traded company, registered in the special trading segment called "Novo Mercado" in the São Paulo Stock Exchange (BM&FBOVESPA), under the ticker "NATU3", and headquartered in Itapecerica da Serra, State of São Paulo.

The Company's and its subsidiaries' activities ("Natura Group" or "Group") include the development, production, distribution and sale of cosmetics, fragrances, and hygiene products, substantially through direct sales by Natura Beauty Consultants. The Company also holds equity interests in other companies in Brazil and abroad.

On December 20, 2012, Natura Cosméticos S.A. entered into a purchase and sale agreement, subject to certain conditions precedent, for the acquisition of 65% of Emeis Holdings Pty Ltd., an Australian manufacturer of premium cosmetics and beauty products that operates under the brand name "Aesop" in Australia, Asia, Europe and North America. The price of the acquisition agreed by the parties was AU$68.25 million, subject to certain adjustments.

The Company expects that the acquisition will be closed by April 30, 2013, and that the acquisition price will be paid from the Company's cash flow.

2. SUMMARY OF SIGNIFICANT ACCOUNTING PRACTICES

2.1. Statement of compliance and basis of preparation

The Company's financial statements include:

- The consolidated financial statements prepared in accordance with the International Financial Reporting Standards (IFRSs), issued by the International Accounting Standards Board (IASB), and the accounting practices adopted in Brazil, identified as Consolidated - IFRS and BR GAAP.

- The Parent's individual financial statements prepared in accordance accounting practices adopted in Brazil, identified as Company - BR GAAP.

The accounting practices adopted in Brazil include those established in the Brazilian Corporate Law as well as the Pronouncements, Instructions and Interpretations issued by the Accounting Pronouncements Committee (CPC) and approved by the Brazilian

Securities and Exchange Commission (CVM).

The individual financial statements present the valuation of investments in subsidiaries, joint ventures and associates which are measured by the equity method, as required by legislation prevailing in Brazil. Therefore, these individual financial statements are not fully compliant with IFRS, which requires that these investments be carried at fair value or acquisition cost.

Since there is no difference between the consolidated shareholders' equity and the consolidated net income attributable to owners of the Company recorded in the consolidated financial statements prepared in accordance with IFRS and accounting practices adopted in Brazil and the Company's shareholders' equity and net income disclosed in the individual financial statements prepared in accordance with accounting practices adopted in Brazil, the Company elected to present the individual and the consolidated financial statements as a single set, placed side-by-side.

The financial statements have been prepared based on the historical cost basis except for certain financial instruments that are measured at their fair values, as described in the accounting policies below. The historical cost is generally based on the fair value of the consideration paid in exchange for an asset.

The significant accounting practices applied to the preparation of these consolidated financial statements are presented below. These policies have been consistently applied in the previous annual reporting period presented, except as otherwise indicated.

New or revised pronouncements applied for the first time in 2012

The accounting policies adopted in 2012 are consistent with those adopted in the financial statements of the previous year, except for the following revisions to IFRS in force from January 1, 2012:

IAS 12 Income Taxes (review)-deferred taxes – Underlying asset recovery.
The revision clarifies the determination of deferred tax calculation on investment property measured at fair value. Introduces a rebuttable presumption that the deferred tax on investment property measured at fair value model in IAS 40 (CPC 31) must be set based on the fact that its carrying amount will be recovered through sale. Additionally, introduces the requirement that deferred tax assets not subject to the depreciation that are measured using the revaluation model in IAS 16 (CPC 27) always be measured based on the sale of the asset. This review will have validity for annual periods beginning on or after January 1, 2012. This review did not generate an impact on the financial position, performance, or disclosures of society.

IFRS 1 initial adoption of IFRS (revised)-Hyperinflation and removal of fixed dates for First Adoption (review).
The IASB has provided guidance on how an entity should resume the presentation of financial statements based on IFRS as their functional currency is no longer subject to

hyperinflation. The revision will be effective for annual periods beginning on or after July 1, 2011. This review did not generate any impact on society.

IFRS 7 financial instruments-Disclosure — Major Requirements for disclosure of derecognitions.
The revision requires additional disclosure on financial assets transferred but not derecognized assets to allow the user of the financial statements of the company understand the relationship between the assets that were not derecognized assets and corresponding liabilities. Additionally, the review requires disclosure about the continuous involvement of the entity with the assets derecognized assets, to allow users to evaluate the nature of the involvement and the related risks. The revised standard will have validity for annual periods beginning on or after July 1, 2011.
The company has no assets with these characteristics, so there was no impact on its financial statements.

2.2. Consolidation

a) Subsidiaries and joint-controlled entities

Subsidiaries are all entities over which the Company has the power to govern the financial and operating policies so as to obtain benefits from their activities and in which generally holds more than 50% of the equity interest. In the applicable cases, the existence and the effect of potential voting rights, currently exercisable or convertible, are taken into consideration to determine if the company control another entity. Subsidiaries are fully consolidated from the date in which control is transferred to the Company and cease to be consolidated, when applicable, when control no longer exists.

In the cases control is jointly held, the consolidation of the financial statements is made proportionately to the interest percentage.

b) Companies include in the consolidated financial statements

	Equity interest - %	
	2012	2011
Direct interest:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	99.99	99.99
Natura Biosphera Comércio de Cosméticos e Serviços Ltda.	99.99	-
Natura Cosméticos S.A. - Chile	99.99	99.99
Natura Cosméticos S.A. - Peru	99.94	99.94
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	99.97	99.97
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	99.99	99.99
Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.	99.99	99.99
Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.	99.99	99.99
Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.	99.99	99.99

	Equity interest - %	
	2012	2011
Natura Cosméticos Ltda. - Colombia	99.99	99.99
Natura Cosméticos España S.L. - Spain	100.00	100.00
Natura (Brazil) International B.V. - The Netherlands	100.00	100.00
Indirect interest:		
Via Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.-		
Natura Logística e Serviços Ltda.	99.99	99.99
Via Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.:		
Ybios S.A. (proportionate consolidation - joint control)	-	43.33
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - France	100.00	100.00
Via Natura (Brazil) International B.V. - The Netherlands:		
Natura Brasil Inc. - USA – Delaware	100.00	100.00
Natura Brasil Inc. - USA – Nevada	100.00	100.00
Natura Brasil SAS – France	100.00	100.00
Natura Europa SAS – France	100.00	100.00

The consolidated financial statements have been prepared based on the financial statements as of the same date and consistent with the Company's accounting policies. Investments in subsidiaries have been eliminated proportionately to the investor's interests in the subsidiaries' shareholders' equity and net income or loss, intergroup balances and transactions and unrealized profits, net of taxes.

The operations of the direct and indirect subsidiaries are as follows:

- Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: engaged principally in the production and sale of Natura products to Natura Cosméticos S.A. - Brazil, Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colombia, Natura Europa SAS - France, and Natura Cosméticos de Mexico S.A. de C.V..
- Natura Biosphera Comércio de Cosméticos e Serviços Ltda.: engaged in trading, including by electronic means, of products from Natura brand.
- Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colombia and Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.: their activities are an extension of the activities conducted by the parent company Natura Cosméticos S.A. - Brazil.
- Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: it is engaged in product and technology development and market research. It is the only owner of Natura Innovation et Technologie de Products SAS - France, a research and technology satellite center opened in 2007 in Paris.

- Natura Europa SAS - France: engaged in the purchase, sale, import, export and distribution of cosmetics, fragrances in general, and hygiene products.
- Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.: engaged in the import and sale of cosmetics, fragrances in general, and hygiene products to Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.: engaged in the provision of administrative and logistics services to Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. and Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V..
- Natura Cosméticos España S.L.: company in start-up stage and its activities will be an extension of the activities carried out by its parent company Natura Cosméticos S.A. - Brazil.
- Natura Logística e Serviços Ltda.: engaged in the provision of administrative and logistics services to Natura Group companies based in Brazil.
- Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - France: engaged mainly in research activities developed for in vitro testing as an alternative to animals testing, for to the safety and efficiency of test active compounds, skincare products and new packaging materials.
- Ybios S.A.: On June 29, 2012, the company sold its share and no longer had equity interest in Ybios. The effects of this sale were not relevant. Engaging in biotechnology research, management and development of projects, products and services, and may also enter into agreements and/or partnerships with universities, foundations, companies, cooperatives, associations and other public and private entities, provide services in the biotechnology area, and holding of equity interest in other companies.
- Natura Europa SAS – France, Natura Brazil Inc. e Natura International Inc.: in January 2009 the shares of these subsidiaries were assigned as a capital contribution to the holding company Natura (Brazil) International B.V. - The Netherlands, and the Company became the indirect holder of such interests through this company headquartered in The Netherlands.

2.3. Segment reporting

Information per operating segments is consistent with the internal report provided to the chief operating decision maker. The chief operating decision maker, responsible for allocating resources to the operating segments and assessing their performance, is the Company's Executive Committee.

2.4. Translation of foreign currency

a) Functional currency

Items included in the financial statements of the Company and each one of the subsidiaries included in the consolidated financial statements are measured using the currency of the main economic environment in which the companies operate ("functional currency").

b) Foreign currency transactions and balances

Foreign currency-denominated transactions are translated into the Company's functional currency – Brazilian reais (R$) - at the exchange rates prevailing on the dates of the transactions. Balance sheet accounts are translated at the exchange rates prevailing at the end of the reporting period. Foreign exchange gains and losses arising on the settlement of such transactions and the translation of monetary assets and monetary liabilities denominated in foreign currency are recognized in profit or loss, in line items "Financial income" and "Financial expenses".

c) Presentation currency and translation of financial statements

The financial statements are presented in Brazilian reais (R$), which corresponds to the Group's presentation currency.

In preparing the consolidated financial statements, the statements income statement and the statement of cash flows, and all other changes in foreign subsidiaries' assets and liabilities, whose functional currency is the local currency, are translated into Brazilian reais at the average monthly exchange rate, which approximates the exchange rate prevailing at the date of the underlying transactions. Balance sheets are translated into Brazilian reais at the exchange rates prevailing at yearend.

The effects of exchange differences resulting from these translations are presented in line item 'Other comprehensive income' and in shareholders' equity.

2.5. Cash and cash equivalents

Include cash, demand deposits and short-term investments redeemable within up to 90 days from the investment date, highly liquid or convertible to a known cash amount and subject to immaterial change in value, which are recorded at cost plus income earned through the end of the reporting period and do not exceed their fair or realizable values.

2.6. Financial instruments

2.6.1. Categories

The category depends on the purpose for which financial assets and financial liabilities were acquired or contracted and is determined on the initial recognition of the financial instruments.

Financial assets held by the Company are classified into the following categories:

<u>Financial assets measured at fair value through profit or loss</u>

Consist of financial assets held for trading, when acquired for such purpose, principally in the short term. These assets are measured at fair value at the end of the reporting period and any differences are recognized in profit or loss.

Derivative financial instruments are also classified in this category. Assets in this category are classified in current assets.

In the case of the Company, this category includes only derivative financial instruments. The balances of outstanding derivatives are measured at their fair values at the end of the reporting period and classified in current assets or current liabilities, and changes in fair value are recorded in "Financial income" or "Financial expenses", respectively.

Held-to-maturity financial assets

Comprise investments in certain financial assets classified by treasury at their origination as held to maturity, and are measured at amortized cost using the effective interest method, less losses due to reduction of the recoverable amount. The Society does not have investments held to maturity during the years ended December 31, 2011 and 2012.

Available-for-sale financial assets

When applicable, this category includes non-derivative financial assets that either designated as available for sale or are not classified into any of the other categories, such as (a) loans and receivables; (b) held-to-maturity investments; or (c) financial assets at fair value through profit and loss. These financial assets include shares of investment funds and government debt securities. In this category are registered instruments which are held for an indefinite period and may be sold to meet liquidity needs or changes in market conditions.

Loans and receivables

Include non-derivative financial assets with fixed or determinable payments that are not quoted in an active market. They are recorded in current assets, except for maturities greater than 12 months after the end of the reporting period, when applicable, which are classified as noncurrent assets. After initial measurement, these financial assets are accounted for at amortized cost, using the effective interest method (effective interest rate), less loss by decrease in recoverable value. Amortized cost is calculated taking into account any discount or premium on acquisition and fees or costs incurred. In December 31, 2012 and 2011 include trade accounts receivable (note 7).

Financial liabilities held by the Company are classified into the following categories:

Financial liabilities at fair value through profit or loss

They are classified as fair value through profit or loss when the financial liability is either held for trading or it is designated as fair value through profit or loss.

Other financial liabilities

They are measured at the amortized cost using the effective interest method. As of December 31, 2012 and 2011, in the case of the Company, comprise borrowings and financing (note 15) and domestic and foreign trade payables.

2.6.2. Measurement

Regular purchases and sales of financial assets are recognized on the transaction date, i.e., on the date the Company agrees to buy or sell the asset. Loans and receivables and held-to-maturity financial assets are measured at amortized cost.

Financial assets at fair value through profit or loss are initially recognized at their fair value and transaction costs are recognized in the income statement. Gains or losses resulting from changes in the fair value of financial assets at fair value through profit or loss are recognized in the income statement, in "Finance income" or "Finance costs", respectively, for the period in which they occur. Changes in financial assets classified as "Available for sale", when applicable, are recorded in "Other comprehensive income" and shareholders' equity until the financial assets are settled, when they are ultimately reclassified to profit or loss for the year.

2.6.3. Offsetting financial instruments

Financial assets and financial liabilities are offset and the net amount is presented in the balance sheet when there is a legally enforceable right to set off recognized amounts and the intent to either settle them on a net basis, or to recognize the asset and settle the liability simultaneously.

2.6.4. Derecognition of financial instruments

A financial asset (or, where applicable, a part of a financial asset or part of a group of similar financial assets) is downloaded when:

The rights to receive cash flows from the asset have expired;

The company transferred its rights or risk receiving the cash flows of the asset or has assumed an obligation to pay the received cash flows in full.

2.6.5. Derivative instruments and hedge accounting

Derivative transactions contracted by the Group consist of swaps and non-deliverable forwards (NDFs) intended exclusively to hedge against the foreign exchange risks related to the positions in balance sheets and projected cash outflows in foreign currency for capital increases in foreign subsidiaries.

They are measured at fair value, and changes in fair value are recognized through profit or loss, except when they are designated as cash flow hedges, to which changes in fair value are recorded in "Other comprehensive income" within shareholders' equity.

The fair value of derivatives are measured by the Company's treasury department based on information on each contracted transaction and related market inputs at the end of the reporting period, such as interest rates and exchange coupon. When applicable, these inputs are compared with the positions reported by the trading desks of each involved financial institution.

Even though the Group uses derivatives for hedging purposes, it does not apply hedge accounting.

The fair values of derivatives are disclosed in note 4.

2.6.6. Effective interest method

Used to calculate the amortized cost of a debt instrument and allocate its interest income over the related period. The effective interest rate is the rate that exactly discounts estimated future cash receipts (including all fees and points paid or received that form an integral part of the effective interest rate, transaction costs and other premiums or discounts) through the expected life of the debt instrument or, where appropriate, a shorter period, to the net carrying amount on initial recognition.

Income is recognized on an effective interest basis for debt instruments other than those financial assets classified as fair value through profit or loss.

2.7. Trade receivables and allowance for doubtful debts

Trade receivables are stated at their nominal amount, less the allowance for doubtful debts, which is recognized based on the history of losses using an aging list, in an amount considered sufficient by management to cover possible losses, as described in note 7.

2.8. Inventories

Carried at the lower of average cost of purchase or production and net realizable value. Details are disclosed in note 8.

The Company considers the following when determining its provision for inventory losses: discontinued products, products with slow turnover, products with expired validity and products that do not meet quality standards.

2.9. Investments in subsidiaries, associates and jointly controlled entities

The Company holds interest only in subsidiaries.

Subsidiaries are entities in which the Company, directly or through other subsidiaries, has ownership rights that provide it with the ability to direct the subsidiaries' activities and to elect the majority of the subsidiaries' management members on a permanent basis. Subsidiaries are the companies over which the Company has control. Control is the power to govern the financial and operating policies of an entity so as to obtain benefits from its activities, which in general consists of the ability to exercise the

majority of the voting rights. Potential voting rights considered when assessing the control exercised by the Company over the other entity, when they can be exercised at the time of the assessment.

Investments in subsidiaries are accounted for by the equity method of accounting. The financial statements of subsidiaries are prepared for the same reporting date of the Company. Adjustments are made, if necessary, to conform their accounting policies to those adopted by the Company.

Under the equity method of accounting, the share attributable to the Company of the profit or loss for the period of such investments is accounted for in the income statement, in line item "Equity in investees". Unrealized gains and losses arising on transactions between the Company and the investees are eliminated based in the percentage interest held in such investees. The other comprehensive income of subsidiaries, associates and jointly controlled entities is recorded directly in the Company's shareholders' equity, in line item "Other comprehensive income".

2.10. Property, plant and equipment

Stated at cost of purchase or construction, plus interest capitalized during construction period, when applicable, for the case of eligible assets, and reduced by accumulated depreciation and impairment losses, if applicable.

Rights in tangible assets that are maintained or used in the operations of the Group, originated from finance leases, are recorded as purchase financing, and a fixed asset and a financing liability are recognized at the beginning of each transaction, where assets are also submitted to depreciation calculated based on the estimated useful lives of the assets.

Land is not depreciated. Depreciation of the other assets is calculated under the straight-line method to distribute their cost over their useful lives, as follows:

	Years
Buildings	25
Machinery and equipment	13
Molds	3
Facilities and leasehold improvements	5 - 13
Furniture and fixtures	14
Vehicles	3

The useful lives are reviewed annually.

Gains and losses on disposals are calculated by comparing the proceeds from the sale with the carrying amount, and are recognized in the income statement.

2.11. Intangible assets

2.11.1 Software

Software and ERP systems licenses purchased are also capitalized and amortized at the rates also described in note 14, and expenses on the software maintenance are recognized as expenses when incurred.

The ERP system purchase and implementation costs are capitalized as intangible assets when there is evidence that future economic benefits will flow into the Company, taking into consideration its economic and technologic viability. Expenses on software development recognized as assets are amortized under the straight-line method over its estimated useful life. The expenses related to software maintenance are expensed when incurred.

2.11.2 Trademarks and patents

Separately purchased trademarks and patents are stated at their historic cost. Trademarks and patents acquired in a business combination are recognized at fair value on the acquisition date. Amortization is calculated on a straight-line basis at the annual rates described in note 14.

2.11.3 Carbon credits - Carbon Neutral Program

In 2007 the Company assumed to its employees, customers, suppliers and shareholders the commitment to become a Carbon Neutral company, which consists of offsetting all the emissions of Greenhouse Gases (GHGs) by its entire production chain, from raw material extraction to post-consumption. Even though this commitment is not a legal obligation, since Brazil did not adopt the Kyoto Protocol requirements, it is considered a constructive obligation, under CPC 25 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets, which required the recognition of a provision in the financial statements if it can result in a disbursement and be realizably measured.

The liability is estimated using audited carbon emission inventories taken on an annual basis and valued based in the average price per ton of carbon of outstanding contracts and the estimated prices of future carbon purchases. As of December 31, 2012, the liability's balance recognized in line item "Other provisions" (see note 19) refers to total carbon emissions in 2007-2012 that were not fully offset through the related projects, thus preventing the awarding of a carbon neutral certificate.

In line with its beliefs and principles, the Company elected not to directly purchase any carbon credits and invested, instead, in socio-environmental projects in communities. Accordingly, the expenses incurred will produce carbon credits as these projects are completed or mature. During this period, these expenses are recognized at cost as intangible assets (see note 14) as they represent a right for future use. As of December 31, 2012, the balance recognized in intangible assets refers to expenses incurred in socio-environmental projects that will result in future carbon neutral company certificates.

The obligation to become a carbon neutral company will be met when the related carbon neutral company certificates are actually awarded to the Company, and thus these assets will be offset against said liabilities.

The difference between the assets and liabilities as of December 31, 2012 refers to the cash amounts that the Company will still disburse on other socio-environmental projects to ensure the future issuance of carbon neutral company certificates.

2.12. Research and product development expenses

In view of the high level of innovation and the turnover rate of the products in the Company's sales portfolio, the Company adopts the accounting policy of recognizing product research and development expenditure as expenses for the year, when incurred.

2.13. Leases

Lease classification is made at the inception of the lease. Leases where the lessor does not retain substantially all the risks and rewards incidental to ownership are classified as operating leases. Lease payments under an operating lease are recognized as an expense on a straight-line basis over the lease term.

Leases where the Group retains substantially all the risks and rewards incidental to ownership are classified as finance leases. These leases are capitalized in balance sheet at the commencement of the lease term at the lower fair value of the leased asset and the present value of minimum lease payments.

Each lease payment is apportioned between liabilities and the finance charges so as to permit obtaining a constant effective interest rate on the outstanding liability. The corresponding obligations, less the finance charge, are classified in current liabilities and noncurrent liabilities, according to the lease term. Property, plant and equipment items purchased through finance leases are depreciated over their useful lives, as described in note 2.10, or over the lease term, when it is shorter.

2.14. Impairment assessment

Property, plant and equipment, intangible assets and, when applicable, other noncurrent assets are annually tested to identify evidences of impairment, or also significant events or changes in circumstances that indicate the carrying value of an asset may not be recoverable. Where applicable, when there is a loss, arising from situations where the carrying amount of an asset exceeds its recoverable amount, defined as the higher of its value in use and its fair value less costs to sell, this loss is recognized in the income statement.

For impairment assessment purposes, assets are grouped at the lowest levels for which there are separately identifiable cash flows (cash-generating units, or CGUs).

The recoverable amount of an asset or cash-generating unit is determined defined as being the larger of the value in use and the net selling value. In the estimation of the value in use of the asset, the estimated future cash flows are discounted to their present

value using a pre-tax discount rate that reflects the weighted average cost of capital for the industry in which it operates the cash-generating unit. The net selling value is determined, whenever possible, on the basis of the contract of sale firm in a transaction in commutative bases, between knowledgeable and interested parties, adjusted for expenses attributable to the sale of the asset, or, where there is no contract of sale firm, based on the market price of an active market, or in the price of the most recent transaction with similar assets.

2.15. Trade payables

These are initially recognized at their nominal amounts, plus interest, inflation adjustments and exchange differences through the end of the reporting period, when applicable.

2.16. Borrowings and financing

Initially recognized at fair value of proceeds received less transaction costs, plus charges, interest, adjustments and exchange differences incurred through the end of the reporting period, as shown in note 15.

2.17. Provision for tax, civil, and labor contingencies

The provisions for contingent liabilities are recognized when the Group has a legal or constructive obligation as a result of past events, and it is probable that disbursements will be required to settle the obligation, and its value can be reliably estimated. Provisions are quantified at the present value of the expected disbursement to settle the obligation using the appropriate discount rate, according to related risks.

Adjusted for inflation through the end of the reporting period to cover probable losses, based on the nature of contingencies and the opinion of the Company's legal counsel. The bases for and nature of the provisions for tax, civil, and labor contingencies are described in note 18.

2.18. Current and deferred income tax and social contribution

Recognized in the income statement, except, when applicable, in the proportion related to items recognized directly in shareholders' equity. In this case, taxes are recognized directly in shareholders' equity, in line item "Other comprehensive income".

Except for the foreign subsidiaries, which apply the tax rates prevailing in each one of the countries where they are located, income tax and social contribution on the Company's and its Brazilian subsidiaries' profits are calculated at the tax rates of 25% and 9%, respectively.

Current income tax and social contribution expenses are calculated using the laws and regulations enacted by the end of the reporting period, pursuant to Brazilian tax regulations. Management periodically measures the positions assumed in the income tax return regarding the situations where applicable tax law is subject to possibly

different interpretations and, when appropriate, recognizes provisions based on the amounts it expects to pay tax authorities.

Deferred income tax and social contribution are calculated on temporary differences between the tax base of assets and liabilities and their carrying amounts. Deferred income tax and social contribution are calculated using the tax rates enacted on the end of the reporting period and that must be applied when the corresponding deferred income tax and social contribution assets are realized or deferred income tax and social contribution liabilities are settled.

Deferred income tax and social contribution assets are recognized only to the extent that there is a reasonable certainty that future taxable income will be available and against which temporary differences can be offset.

The amounts of deferred income tax and social contribution assets and liabilities are only utilized when there is a legally enforceable right to offset current tax assets against tax liabilities and/or when current deferred income tax and social contribution assets and liabilities are related to the income tax and social contribution levied by the same tax authorities on the taxable entity or different taxable entities, where there is intention to settle the net balances. Details are disclosed in note 10.

2.19. Stock option plan

The Company offers equity-settled share-based compensation plans to its executives.

The stock option plan is measured at fair value on grant date and is expensed during the vesting period as a balancing item to “Additional paid-in capital”, in shareholders’ equity. At the end of the reporting period, the Company’s management reviews its estimates on the number of options vesting based on the conditions fulfilled and, when applicable, recognizes in the income statement the effect arising from the revision of the initial estimates as a balancing item to shareholders’ equity. The details are disclosed in note 24.2.

The cost of transactions settled with equity securities is recognized, together with a corresponding increase in equity under the heading "additional paid-in Capital", throughout the period in which the performance and/or service conditions are fulfilled, ending on the date on which the employee acquires the full right to prize (date of acquisition). The cumulative expense recognized for equity instruments transactions settled on each base date up to the date of acquisition reflects the extent to which the vesting period has expired and the best estimate of the number of equity securities Company to be acquired. The expense or credit in the statement of income of the period is recorded under the heading "administrative expenses".

When an award of equity instruments settlement is cancelled, it is treated as if it had been acquired on the date of cancellation, and any expense not recognized award is registered immediately. This includes any award where non-vesting conditions within the control of the company or the counterparty were not met. All cancellations of transactions settled with equity securities are treated in the same way.

The dilution effect of options open is reflected as additional share dilution in the calculation of diluted earnings per share (Note 27.2).

2.20. Profit sharing

The Company recognizes a profit sharing liability and an expense based on a formula that takes into consideration the net income attributable to the owners of the Company after certain adjustments, which is linked to the achievement of operational goals and specific objectives, established and approved at the beginning of each year.

2.21. Dividends and interest on capital

The proposed distribution of dividends and interest on capital made by the Company's management included in the portion equivalent to the mandatory minimum dividends is recognized in line item "Other payables" in current liabilities, as it is considered as a legal obligation provided for by the Company's bylaws; however, the portion of dividends exceeding minimum dividends declared by management after the reporting period but before the authorization date for issuance of these financial statements is recognized in line item "Proposed additional dividends" and their effects are disclosed in note 20.(b).

For corporate and accounting purposes, interest on capital is stated as allocation of income directly in shareholders' equity.

2.22. Treasury shares

Own equity instruments which are reacquired (Treasury shares) and recognized at acquisition cost and deducted from shareholders ' equity. No gain or loss is recognized in the income statement on the purchase, sale, issue or cancellation of the company's own equity instruments. Any difference between the book value and the consideration is recognized in other capital reserves.

2.23. Actuarial gains and losses of healthcare plan and other costs related to employees' benefit plans

The company has defined contribution retirement plans, which require that contributions are made to the funds administered separately from the equity of the Company. The company also provides certain benefits of extension of medical assistance to retired employees. The costs associated with the contributions made by the company and its subsidiaries to the plans are recognized on the accrual basis. The costing of the benefits granted by the defined benefit plans is established separately for each plan using the projected unit credit method.

Actuarial gains and losses recorded in the retirees' healthcare expansion plan are recorded in the income statement in accordance with IAS 19 and CPC 33 – Employee Benefits, based on the actuarial calculation prepared by an independent actuary, as detailed in note 19.

2.24. Revenue and expense recognition

Sales revenue is recognized when all risks and rewards of ownership of the product are transferred to the customers and there are recognized on an accrual basis.

Revenues are recognized to the extent in which it is probable that the economic benefits associated with the transaction will accrue to the Company, and when such benefits can be reliably measured. Sales revenues are primarily generated through sales made by the Natura Beauty Consultants (our clients), measured based on the fair value of the consideration received (or to be received), excluding any discounts, rebates and taxes or charges with respect to such sales. Sales revenue is recognized when the significant risks and rewards of title to products have been transferred to the client, which generally occurs upon delivery thereof to the Natura Beauty Consultants.

Sales revenue is generated and accumulates initially in the subsidiary sales ledger of the Company, as of the moment in which the proof of shipping is issued in the name of our clients. However, as our revenues are recorded for accounting purposes only when the final delivery of products has occurred, the Company makes a provision to eliminate the amount of revenues with respect to products shipped but not yet received by the Natura Beauty Consultants as of the closing date of the financial statements for each period.

Income from tax incentives, received in the form of a monetary asset, is recognized in the income statement when received as a balancing item to costs and investment already incurred by the Company in the jurisdiction where the tax incentive is granted. There are no established conditions to be met by the Company that might affect the recognition of tax incentives.

The portion of tax incentives recognized in the income statement is allocated to the tax incentive reserves, in the “Earnings reserves”, in shareholders’ equity.

2.25. Statement of value added

The purpose of this statement is to disclose the wealth created by the Company and its distribution during a certain reporting period, and is presented by the Company, as required by the Brazilian Corporate Law, as an integral part of its individual financial statements, and as additional disclosure of the consolidated financial statements, since this statement is not required by IFRSs.

The statement of value added was prepared using information obtained in the same accounting records used to prepare the financial statements and pursuant to the provisions of CPC 09 - Statement of Value Added. The first part of this statement includes the wealth created by the Company, represented by revenue (gross sales revenue, including taxes levied thereon, other income, and the effects of the allowance for doubtful accounts), inputs acquired from third parties (cost of sales and purchase of materials, electricity, and services from third parties, including taxes levied at the time of the acquisition, the effects of impairment losses, and depreciation and amortization), and the value added received from third parties (equity in investees, financial income, and other income). The second part of the statement of value added presents the

distribution of wealth among personnel, taxes, fees and contributions, lenders and lessors, and shareholders.

2.26. New and revised standards and interpretations

a) Standards, interpretations and revised standards not yet effective and which were not early adopted by the Company

Standard	Main requirements	Effective date
IFRS 9 Financial instruments	Classification and Measurement end the first part of the project to supersede "IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement". This new standard adopts a simple approach to determine whether a financial asset is measured at amortized cost or fair value, based on the way an entity manages its financial instruments (its business model) and contractual cash flow typical of financial assets. IFRS 9 also requires only one method to be adopted to determine impairment losses.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
IFRS 10 - Consolidated Financial Statements	IFRS 10, establishes principles for the presentation and preparation of the consolidated financial statements when an entity controls one or more entities. The IFRS 10 overrides the requirements of SIC-12 Consolidation special purpose entities and IAS 27 consolidated financial statements and separate.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
IFRS 11 - Joint Arrangements	IFRS 11 provides for a more realistic reflection of agreements together, focusing on the rights and obligations of the agreement, rather than its legal form. The standard addresses inconsistencies in the treatment of an agreement together, requiring a single method to treat in controlled entities jointly through the equity method. The IFRS 13 replaces IAS 31 and SIC jointly Controlled Enterprises-13 jointly controlled entities-non-monetary Contributions by Shareholders. Early application is permitted. The main effects of the adoption of IFRS 11 will be the end of proportionate consolidation, which will not affect the consolidated information of the company.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities	IFRS 12 is a new and comprehensive standard on disclosure requirements for all forms of investments in other entities, including subsidiaries, joint ventures, associates and unconsolidated structured entities. Early application is permitted.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.

IFRS 13 - Fair Value Measurement	Replaces and consolidates in a single standard all the guidance and requirements in respect of fair value measurement contained in other IFRSs. IFRS 13 defines fair value and provides guidance on how to measure fair value and requirements for disclosure relating to fair value measurement. However, it does not introduce any new requirement or amendment with respect to items to be measured at fair value, which remain as originally issued.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IAS 27 (revised in 2011) "Separate Financial Statements;	As a result of the recent IFRS and IFRS 12 10, what remains in the IAS 27 restricted to accounting for subsidiaries, joint control and entities associated in separate financial statements.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IAS 28 (Revised in 2011) - Investments in Associates and Joint Ventures	As a result of the recent IFRS and IFRS 12 11, IAS 28 become IAS 28 investments in associates and Joint Ventures, and describes the application of the equity method to investments in joint ventures, in addition to the investment in associates.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
Amendments to IAS 19 - Employee Benefits	Eliminates the corridor approach and requires recognition of actuarial gains and losses as other comprehensive income for pension plans and other long-term benefits in profit or loss, when earned or incurred, among other changes.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
Amendments to IAS 1 - Presentation of Financial Statements	Introduces the requirement that all items recognized in other comprehensive income be separated into and totaled as items that are and items that are no subsequently reclassified to profit or loss.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IAS 12 Income Taxes (review)-deferred taxes – Underlying asset recovery	The revision clarifies the determination of deferred tax calculation on investment property measured at fair value. Introduces a rebuttable presumption that the deferred tax on investment property measured at fair value model in IAS 40 (CPC 31) must be set based on the fact that its carrying amount will be recovered through sale. Additionally, introduces the requirement that deferred tax assets not subject to the depreciation that are measured using the revaluation model in IAS 16 (CPC 27) always be measured based on the sale of the asset. This review will have validity for annual periods beginning on or after January 1, 2012.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IFRS 1 initial adoption of IFRS (revised)- Hyperinflation and removal of fixed dates for First Adoption (review)	The IASB has provided guidance on how an entity should resume the presentation of financial statements based on IFRS as their functional currency is no longer subject to hyperinflation. The revision will be effective for annual periods beginning on or after July 1, 2011.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.

IFRS 7 financial instruments- Disclosure — Major Requirements for disclosure of derecognition	The revision requires additional disclosure on financial assets transferred but not derecognized assets to allow the user of the financial statements of Company the relationship between the assets that were not derecognized assets and corresponding liabilities. Additionally, the review requires disclosure about the continuous involvement of the entity with the assets derecognized assets, to allow users to evaluate the nature of the involvement and the related risks. The revised standard will have validity for annual periods beginning on or after July 1, 2011.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IAS 1 presentation of financial statements	This clarifies the difference between voluntary and additional comparative information comparative information required minimum.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IAS 16 property, plant and equipment	This explains that the main spare parts and equipment to provide services that meet the definition of fixed assets are not a part of inventory.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IAS 32 financial instruments: presentation	This clarifies that income taxes resulting from distributions to shareholders are accounted for in accordance with IAS 12 Income Taxes.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.
IAS 34 Intermediate financial statements	The review presents an alignment of disclosure requirements for total assets total liabilities with segment in the segment in the financial statements. This clarification also ensures that the intermediary disclosures are aligned with the annual disclosures.	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013.

The Company intends to adopt such standards when they go into effect.

Considering the current operations of the Group, management does not expect these new rules, interpretations and changes to have a material impact on the financial statements as from their adoption.

The CPC has not yet issued the pronouncements and amendments related to the new and revised IFRSs presented above. Because of the CPC's and the CVM's commitment to keep the set of standards issued updated according to the changes made by the IASB, we expect that such pronouncements and amendments be issued by the CPC and approved by the CVM by the date they become effective.

There are not further standards and interpretations issued but not yet adopted which may, in the management's view, have a significant impact on P&L or equity disclosed by the Company.

3. CRITICAL ACCOUNTING ESTIMATES AND ASSUMPTIONS

The preparation of financial statements requires the use of certain critical accounting estimates and the exercise of judgment by the Company's management in the process of application of accounting policies.

The accounting estimates and underlying assumptions are reviewed on an ongoing basis and are based on historical experience and other factors that are considered to be relevant in the circumstances. Actual results may differ from those estimates. The effects resulting from the revision of accounting estimates are recognized in the revision period.

These significant assumptions and accounting estimates are follows:

a) Income tax, social contribution, and other taxes

The Company recognizes deferred tax assets and liabilities based on differences between the carrying amount stated in the financial statements and the tax base assets and liabilities using statutory tax rates. The Company reviews regularly deferred tax assets in terms of possible recovery, considering the history of earnings generated and projected future taxable income, based on a technical feasibility study.

b) Provision for tax, civil, and labor contingencies

The Company is a party to several lawsuits and administrative proceedings, as described in note 18. Provisions are recognized for all contingent liabilities arising from lawsuits that represent probable losses and can be reliably estimated. The probability assessment includes assessing available evidences, the hierarchy of laws, available previous decisions, most recent court decisions and their relevance within the legal system, and the assessment of the outside legal counsel. Management believes that these provisions for tax, civil and labor contingencies are fairly presented in the financial statements.

c) Retirees' healthcare plan

The current amount of the retirees' healthcare plan is contingent to a series of factors determined based on actuarial calculations that update a series of assumptions, for example, the discount and other rates, which are disclosed in note 19. The change in one of these estimates could impact the results presented.

d) Stock option plan

The stock option plan is measured at fair value on grant date and is expensed during the vesting period as a balancing item to "Additional paid-in capital", in shareholders' equity. At the end of the reporting period, the Company's management reviews its estimates on the number of options vesting based on the conditions fulfilled and, when applicable, recognizes in the income statement the effect arising from the revision of the initial estimates as a balancing item to shareholders' equity. The details are disclosed in note 24.2.

4. FINANCIAL RISK MANAGEMENT

4.1 General considerations and policies

Risks and the financial instruments are managed through the definition of policies and strategies and implementation of control systems, defined by the Company's Treasury Committee and approved by the Board of Directors. The compliance of the treasury area's positions in financial instruments, including derivatives, in relation to these policies, is presented and assessed on a monthly basis by the Treasury Committee and subsequently submitted to the analysis of the Audit Committee, the Executive Committee and the Board of Directors.

Risk management is performed by the Company's general treasury function, which is also responsible for approving the short-term investments and loan transactions conducted by the Group's subsidiaries.

4.2. Financial risk factors

The Group's activities expose them to several financial risks: market risk (including currency and interest risks), credit risk and liquidity risk. The Company's overall risk management program is focused on the unpredictability of financial markets and seeks to minimize potential adverse effects on the financial performance, using derivatives to protect certain risk exposures.

a) Market risks

The Group is exposed to market risks arising from their business activities. These risks mainly comprise possible changes in exchange and interest rates.

i) Foreign exchange risk

The Group is exposed to the foreign exchange risk arising from financial instruments denominated in currencies different from their functional currencies. To reduce this exposure, the Group implanted a policy to hedge against the foreign exchange risk that establishes exposure limits linked to this risk (Foreign Exchange Hedging Policy).

The treasury area's procedures defined based on the current policy include monthly projection and assessment of the Company's and its subsidiaries' foreign exchange exposure, on which management's decision-making is based.

Exchange rate Protection Policy considers the values of foreign currency receivables and Payables balances of commitments already made and recorded in the financial statements from the operations of the Company and its subsidiaries, as well as future cash flows, with an average of six months, still not recorded in the balance sheet.

As of December 31, 2012 and 2011, the Group is basically exposed to risks of fluctuations in the U.S. dollar and particularly as of December 31, 2012, the Company's is basically exposed to risks of fluctuations in the Australian dollar. To hedge against foreign exchange exposures, the Group contracts derivative (swaps) and non-deliverable forward (NDF) transactions. The Foreign Exchange Hedging Policy establishes that the derivatives contracted by the Group should limit loss due to exchange rate depreciation related to the net income estimated for the current year considering the expected depreciation of the Brazilian real against the U.S. dollar. This limit sets the cap on the maximum foreign exchange exposure that the Group can undertake in relation to the U.S. dollar.

As of December 31, 2012, the Company's and the consolidated balance sheets include accounts denominated in foreign currency which, in the aggregate, represent net liabilities of R$1,510,721 and R$1,515,328, respectively (R$438,667 and R$444,894 as of December 31, 2011, respectively). These accounts are substantially represented by borrowings and financing which, as of December 31, 2012 and December 31, 2011, are hedged by swap arrangements.

As of December 31, 2012, the Company has future financial obligations denominated in Australian dollars, as described in the Material News Release ("*Fato Relevante*") published on December 20, 2012, in an amount equivalent to R$144,670. This amount is the future disbursement for the acquisition, subject to certain conditions precedent, of 65% of Emeis Holdings Pty Ltd., and is hedged with forward contracts.

Derivatives to hedge foreign exchange risk

The Company classifies derivatives into "financial" and "operating". "Financial" derivatives include swaps or forwards contracted to hedge against the foreign exchange risk associated with foreign-currency-denominated borrowings and financing. "Operating" derivatives (usually forwards) include derivatives contracted to hedge against the foreign exchange risk on the business's operating cash flows.

As of December 31, 2012, outstanding swap and forward contracts, with maturities between January 2013 and July 2020, were entered into the counterparties represented by the banks Bank of America (43%), HSBC (23%), Bradesco (19%), Citibank (6%), Itaú (6%) and Brasil (3%), broken down as follows:

Financial swaps – Company

	Principal		Fair value		Gain for the year	
Type of transaction	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Swap contracts (1)						
Asset position:						
Long position – U.S.	1,411,816	396,938	1,531,596	435,094	80,624	28,184

dollar						
Liability position:						
CDI floating rate:						
Short position in CDI	1,411,816	396,938	1,450,972	406,910	-	-

Financial swaps – Consolidated

	Principal		Fair value		Gain for the year	
Type of transaction	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Swap contracts (1)						
Asset position:						
Long position – U.S. dollar	1,418,092	404,662	1,538,307	442,573	81,281	28,626
Liability position:						
CDI floating rate:						
Short position in CDI	1,418,092	404,662	1,457,026	413,947	-	-

Operating forwards - Company and consolidated

	Notional amount		Fair value		Gain (loss) for the year	
Type of transaction	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Forward contracts (2):						
Asset position:						
Long position - Australian dollar	147,522	-	147,522	-	(353)	-
Liability position						
Fixed rates:						
Short position in Australian dollar	147,522	-	147,875	-	-	-

(1) Swap transactions consist of swapping the exchange rate fluctuation for a percentage of the floating rate Interbank Deposit Rate (CDI)..

(2) Forward transactions establish a future parity between the Brazilian real and the foreign currency based on their equivalence when contracted, adjusted by a fixed interest rate.

The notional amount represents the amounts of the contracted derivatives. Fair value refers to the value of outstanding contracted derivatives recognized in balance sheets.

For derivatives maintained by the Group as of December 31, 2012 and December 31,2011, due to the fact contracts are directly entered into with the financial institutions and not through São Paulo Stock Exchange (BM&FBOVESPA), there are no margin calls deposited as guarantee of the related transactions.

Sensitivity analysis

For the sensitivity analysis of derivatives, the Company's management understands it is necessary to take into consideration corresponding assets and liabilities with exposure to exchange rates recorded in the balance sheet.

	Company	Consolidated
Loans and financing in foreign currency (*)	1,510,721	1,536,507
Receivables in foreign currency	-	(5,752)
Accounts payable in foreign currencies	10,308	15,686
Value of the "financial" derivatives	(1,646,856)	(1,649,894)
Net passive exposure	(125,827)	(103,454)

The tables below show the gain (loss) that would have been recognized in profit or loss for the year ended December 31, 2012 based on the following scenarios:

	Company			
Description	Company's risk	Probable scenario	Scenario II	Scenario III
Net liability exposure	Us dollar appreciation	1,170	31,457	62,914

	Consolidated			
Description	Company's risk	Probable scenario	Scenario II	Scenario III
Net liability exposure	Us dollar appreciation	962	25,863	51,727

During the year ended December 31, 2012, there were no changes in any of the levels of the fair value estimates.

The probable scenario (R$ 2.04/US$1.00) considers future U.S. dollar rates obtained at BM&FBOVESPA for the maturity dates of the financial instruments exposed to foreign exchange risks. Scenarios II and III consider a 25% (R$ 2.55/US$1.00) and 50% (R$3.07/US$1.00) appreciation of U.S. dollar, respectively. Probable scenarios II and III are presented as required by CVM Instruction 475/08. In assessing possible changes in exchange rates, management uses the probable scenario, which is being presented for compliance with IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures.

The Group does not use derivatives for speculative purposes.

ii) Interest rate risk

The interest rate risk arises from short-term investments and loans. Financial instruments issued at floating rates expose the Group to cash flow risks associated with the interest rate. Financial instruments issued at fixed rates expose the Group to fair value risks associated with the interest rate.

The Company's cash flow risk associated with the interest rate arises from short-term investments and short- and long-term loans and financing issued at floating rates. The Company's management adopts the policy of maintaining its rates of exposure to asset and liability interest rates pegged to floating rates. Short-term investments are adjusted by the Interbank Deposit Rate (CDI) whereas borrowings and financing are adjusted based on the Long-term Interest Rate (TJLP), CDI and fixed rates, according to the contracts made with the related financial institutions, and trading securities with investors in this market.

Management believes that the risk of significant changes in the CDI and TJLP in the next 12 months is low taking into consideration the stability achieved with the current monetary policy implemented by the Federal Government, in addition to the history of adjustments in Brazilian policy rate over the past years. For this reason, the Company has not conduct derivative transactions to hedge against this risk.

The Group contracts swap transactions to mitigate risks on borrowing and financing transactions subject to an index other than CDI, TJLP or fixed rates. However, as of December 31, 2012 and December 31, 2011, the Group did not have this type of derivative as they assessed the related risk as very low, as described above.

Sensitivity analysis

As described in the foreign exchange risk section above, as of December 31, 2012 almost all foreign-currency-denominated borrowings and financing are hedged by swap arrangements that exchange the foreign-currency liability index for the CDI rate fluctuation, in light of the Company's policy to hedge such risks. The Company is, therefore, exposed to CDI fluctuation. The table below presents the exposure to interest rate risks of transactions pegged to CDI and TJLP, including derivative transactions:

	Company	Consolidated
Total borrowings and financing - in local currency (note 15)	(477,961)	(788,011)
Derivatives pegged to CDI/TJLP	(1,510,721)	(1,536,507)
Short-term investments (notes 5, 6 and 12)	1,189,521	1,499,052
Net liability exposure	(799,161)	(825,466)

The sensitivity analysis considers the exposure of borrowings and financing pegged to CDI and TJLP rates, net of short-term investments, also pegged to the CDI rate (notes 5 and 6).

The tables below show the loss (gain) that would have been recognized in profit or loss for the year ended December 31, 2012 based on the following scenarios:

		Company		
Description	Company's risk	Probable scenario	Scenario II	Scenario III
Net liabilities	Interest rate increase	(799)	(13,786)	(27,571)

		Consolidated		
Description	Company's risk	Probable scenario	Scenario II	Scenario III
Net liabilities	Interest rate increase	(825)	(14,239)	(28,479)

The probable scenario (6.9% per year) considers future interest rates obtained at BM&FBOVESPA for the maturity dates of the financial instruments exposed to interest rate risks. Scenarios II and III consider an increase in the interest rate of 25% (8.6% per year) and 50% (10.4% per year) , respectively.

b) Credit risk

Credit risk refers to risk of a counterparty not complying with its contract obligations, which would result in financial losses for the Company. Sales of the Group are made to a great number of sales representatives (Natura Beauty Consultants) and this risk is managed through a strict credit granting process. The result of this management is reflected in the 'Allowance for doubtful accounts', as explained in note 7.

The Group is also subject to credit risks related to financial instruments contracted for the management of its business, primarily represented by cash and cash equivalents, short-term investments and derivative instruments.

The Company believes that the credit risk of transactions with financial institutions is low, as these are considered by the market as prime banks.

The Policy for Short-term Investments adopted by the Company's management establishes the financial institutions with which the Group can do business and defines fund allocation limits and the amounts that may be invested in each of these financial institutions.

c) Liquidity risk

Effectively managing liquidity risk implies to maintain enough cash and marketable securities, funds available through credit facilities used and the ability to settle market positions.

Management monitors the Company's consolidated liquidity level considering the expected cash flows against unused credit facilities.

The carrying amounts of financial liabilities are measured at amortized cost, and their corresponding maturities are as follows:

Company as of December 31, 2012	Less than one year	One to two years	Two to five years	More than five years	Fair value 2012	Discount effect	Carrying amount 2012
Current:							
Borrowings and financing	893,202	-	-	-	893,202	(48,941)	844,261
Trade payables	252,318	-	-	-	252,318	-	252,318
Financial instruments	68,939	-	-	-	68,939	11,332	80,271
Noncurrent:							
Borrowings and financing		1,127,258	65,606	64,736	1,257,600	(113,179)	1,144,421

Consolidated as of December 31, 2012	Less than one year	One to two years	Two to five years	More than five years	Fair value 2012	Discount effect	Carrying amount 2012
Current:							
Borrowings and financing	1,057,712	-	-	-	1,057,712	(58,250)	999,462
Trade payables	649,887	-	-	-	649,887	-	649,887
Financial instruments	69,402	-	-	-	69,402	11,526	80,928
Noncurrent:							
Borrowings and financing	-	1,261,619	121,712	74,840	1,458,171	(133,114)	1,325,057

4.3. Capital management

The Company's objectives in managing its capital are to ensure that the Company is continuously capable of offering return to its shareholders and benefits to other stakeholders, and maintain an optimal capital structure to reduce this cost.

The Company monitors capital based on the financial leverage ratios. This ratio corresponds to the net debt divided by the total capital. The net debt corresponds to total borrowings and financings (including short- and long-term borrowings, as shown in the consolidated balance sheet), deducted from cash and cash equivalents.

The consolidated financial leverage ratios as of December 31, 2012 and December 31, 2011 are as follows:

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Short- and long-term borrowings and financing	1,988,682	918,973	2,324,519	1,186,699
Derivative financial instruments	(80,271)	(28,184)	(80,928)	(28,626)
Cash and cash equivalents and Short-term investments	(1,241,254)	(166,007)	(1,643,062)	(515,610)
Net debt	667,157	724,782	600,529	642,463
Shareholders' equity	1,306,096	1,250,244	1,306,097	1,250,245
Financial leverage ratio	51.08%	57.97%	45.98%	51.39%

4.4. Fair value estimate

Financial instruments are measured at fair value at the end of the reporting period as prescribed by CPC 40 – Financial Instruments: Disclosures and according to the following hierarchy:

- Level 1: Prices quoted (unadjusted) in active markets for identical assets or liabilities. A market is considered active if quoted prices are readily and regularly available from an exchange, dealer, broker, industry group, pricing service or regulatory agency, and those prices represent actual and regularly occurring market transactions on an arm's-length basis.

- Level 2: Used for financial instruments that are not traded in active markets (for example, over-the-counter derivatives) and whose fair value is determined using valuation techniques that, in addition to the quoted prices, included in Level 1, use other inputs adopted by the market for assets or liabilities, whether directly (i.e., prices) or indirectly (i.e., derived from prices).

- Level 3: Inputs for assets or liabilities that are not based on the data adopted by the market (i.e., unobservable inputs).

As of December 31, 2012 and December 31, 2011, the measurement of all the Company's and its subsidiaries' derivatives falls under the Level 2 characteristics. The fair value of exchange rate derivatives (swap and forwards) is determined based on the exchange rate at the end of the reporting period, with the resulting amount being discounted to present value.

Short-term investments

The carrying amounts of the short-term investments approximate their fair values as transactions are conducted at floating interest rates and can be immediately redeemable.

Borrowings and financing

The carrying amounts of borrowings and financing, except those pegged to a fixed rate, approximate their fair values as they are pegged to a floating rate, the CDI fluctuation. The carrying amounts of financing pegged to TJLP approximate their fair values as the TJLP is also pegged to CDI and is a floating rate.

The fair value of borrowings and financing contracted at fixed interest rates does not have significant variation related to the book value disclosed in note 15.

Trade and other payables

It is estimated that the carrying amounts of trade receivables and trade payables approximate their fair values in view of the short term of the transactions conducted.

5. CASH AND CASH EQUIVALENTS

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Cash and banks	51,732	27,929	144,011	98,208
Floating rate Bank certificates of deposit (CDBs) (a)	21,035	138,078	965,777	417,402
Repurchase agreements (b)	-	-	34,602	-
	72,767	166,007	1,144,390	515,610

(a) Investments in Bank Deposit Certificates are restated with yield interest ranging from 99.60% to 103.75% of CDI.

(b) Repurchase agreements are securities issued by banks with a commitment by the bank to repurchase the security, and by the client to resell the security, at a fixed price (rate of interest) and within a predetermined term, which are backed by public or private securities (depending on the bank) and are registered with the CETIP.

6. SHORT-TERM INVESTMENTS

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Exclusives investments funds	1,168,487	-	-	-
Government security	-	-	498,672	-
	1,168,487	-	498,672	-

From April 2012, the Company concentrated most of its short-term investments in an investment fund. At December 31, 2012, the amount referring to the exclusive investment fund is stated at fair value through profit or loss. Under CVM Rule No. 408/04, short-term investments in funds, which the Company has exclusive participation were consolidated.

The exclusive funds are as follows:

The Fundo de Investimento Sintonia (Sintonia Investment Fund) is a fixed income private credit fund under the management, administration and custody of BTG Pactual. The assets eligible for inclusion in the portfolio are repurchase operations, CDBs and public debt issuances used to guarantee repurchase operations. There is no grace period for the redemption of shares, which may be redeemed with accrued returns at any time.

The Fundo de Investimento Essencial (Essential Investment Fund) is a fixed income private credit fund under the management, administration and custody of Itaú Unibanco. The assets eligible for inclusion in the portfolio are public debt issuances, CDBs and repurchase operations. There is no grace period for the redemption of shares, which may be redeemed with accrued returns at any time.

Breakdown of the exclusive fund portfolio at December 31, 2012 is as follows:

	Sintonia	Essencial	Total
Floating rate Bank certificates of deposit (CDBs)	249,516	683,563	933,079
Repurchase agreements	31,069	-	31,069
Government security (LFT)	-	498,672	498,672
	280,585	1,182,235	1,462,820

7. TRADE RECEIVABLES

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Trade receivables	588,980	591,480	724,347	706,861
Allowance for doubtful accounts	(58,947)	(56,171)	(72,931)	(64,989)
	530,033	535,309	651,416	641,872

The aging list of trade receivables is as follows:

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Current	463,023	452,392	567,207	543,472
Past due:				
Up to 30 days	54,489	102,107	72,145	117,560
31 to 60 days	23,020	14,029	26,481	16,254
61 to 90 days	14,448	9,950	17,708	13,306
91 to 180 days	34,000	13,002	40,806	16,269
	588,980	591,480	724,347	706,861
Allowance for doubtful accounts	(58,947)	(56,171)	(72,931)	(64,989)
	530,033	535,309	651,416	641,872

The balance of trade receivables in consolidated is basically denominated in Brazilian reais, and approximately 84% of the outstanding balance as of December 31, 2012 refers to real-denominated transactions (89% as of December 31, 2011). The remaining balance is denominated in several currencies and refers to sales of foreign subsidiaries.

The changes in the allowance for doubtful accounts for the period ended December 31, 2011 are as follows:

Company				Consolidated			
Balance at 2010	Additions (a)	Reversals (b)	Balance at 2011	Balance at 2010	Additions (a)	Reversals (b)	Balance at 2011
(56,663)	(82,860)	83,352	(56,171)	(65,664)	(88,277)	88,952	(64,989)

The changes in the allowance for doubtful accounts for the period ended December 31, 2012 are as follows:

Company				Consolidated			
Balance at 2011	Additions (a)	Reversals (b)	Balance at 2012	Balance at 2011	Additions (a)	Reversals (b)	Balance at 2012
(56,171)	(122,224)	119,448	(58,947)	(64,989)	(138,056)	130,114	(72,931)

(a) Allowance recognized according to note 2.7.

(b) Refers to accounts that are over 180 days past due that were written off due to uncollectible amounts.

The expense on the recognition of the allowance for doubtful accounts was recorded in 'Selling expenses' in the income statement. When recovery of additional cash is less than probable, the amounts credited to line item 'Allowance for doubtful accounts' are in general reversed against the definite write-off of the receivable and is recorded in net income or loss.

Maximum exposure to credit risk at the reporting date is the carrying amount of each aging range, net of the allowance for doubtful accounts, as shown in the aging list above. The Group does not have any guarantee for past-due receivables.

8. INVENTORIES

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Finished products	162,952	219,626	549,697	565,739
Raw materials and packaging	-	-	150,167	149,806
Promotional material	13,871	18,560	52,273	52,288
Work in progress	-	-	20,085	16,314
Allowance for losses	(18,820)	(20,280)	(71,557)	(95,399)
	158,003	217,906	700,665	688,748

The changes in the allowance for inventory losses for the year ended December 31, 2011 are as follows:

Company				Consolidated			
Balance at 2010	Additions (a)	Reversals (b)	Balance at 2011	Balance at 2010	Additions (a)	Reversals (b)	Balance at 2011
(10,479)	(20,741)	10,940	(20,280)	(75,673)	(66,900)	47,174	(95,399)

The changes in the allowance for inventory losses for the year ended December 31, 2012 are as follows:

Company				Consolidated			
Balance at 2011	Additions (a)	Reversals (b)	Balance at 2012	Balance at 2011	Additions (a)	Reversals (b)	Balance at 2012
(20,280)	(11,803)	13,263	(18,820)	(95,399)	(86,894)	110,736	(71,557)

(a) Refer basically to the recognition of the allowance for losses due to discontinuation, expiration and quality, to cover expected losses on the realization of inventories, pursuant to the Group's policy.

(b) Consist of write-offs of products discarded by the Company.

9. RECOVERABLE TAXES

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
ICMS on purchases of goods	-	-	208,907	154,942
Refundable ICMS - ST on interstate sales, SP (a)	3,693	8,296	3,693	8,296
Taxes - foreign subsidiaries	-	-	26,315	22,170
ICMS on purchases of fixed assets	12,812	15,428	21,992	24,318
PIS and COFINS on purchases of fixed assets	-	-	44	7,376
PIS and COFINS on purchase of goods	18,512	45,012	21,394	68,187
PIS and COFINS resulting from win on a lawsuit (b)	-	11,887	7,881	16,852
IRPJ and CSLL on freight	970	728	1,362	3,236
PIS, COFINS and CSLL - withheld at source	-	-	3,221	2,024
Other	382	365	5,184	8,834
Provision for discount on sale of ICMS credits (C)	-	-	(4,184)	(3,376)
	36,369	81,716	295,809	312,859
Current	23,417	69,417	144,459	201,620
Noncurrent	12,952	12,299	151,350	111,239

(a) Refers to the State Reverse Charge System VAT (ICMS - ST) amount that has been separately disclosed and withheld on a monthly basis on the Company's and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.'s products sold and shipped to customers located in the Federal District and States other than the State of São Paulo, pursuant to São Paulo State tax legislation in effect since February 2008. In 2010, São Paulo State Department of Finance (SeFaz - SP) granted the Company a special regime that allows it to offset the credits through the "Fast Track", in which the credits are offset in the month following its computation, through a bank guarantee of 1.5 times the credit amount.

(b) The stated amount refers to the recognition of PIS and COFINS tax credits as a result of the favorable outcome in a lawsuit claiming the unconstitutionality and illegality of the PIS and COFINS taxable basis broadening established by Law 9718/98. The Company received authorization from the Brazilian Internal Revenue Service ("*Receita Federal do Brazil*"), to offset the credits of the Company following the definitive judgment of the claim. In December 2012, the judicial proceeding was decided in favor of the Company, and as a result, the Brazilian IRS granted the authorization of credits requested by the Company.

(c) The negative goodwill is a result of the desire of the Company to realize its ICMS credits from exports in a prompt and cost-effective manner. As a result, it used a legal provision that permits the sale of such credits. However, the realization of the sale is subject to approval of the Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ/SP (Finance Department of the State of São Paulo), and as a result, the sale has not yet been completed.

10. INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION

a) Deferred

Deferred Corporate Income Tax (IRPJ) and Social Contribution on Net Income (CSLL) result from temporary differences in the Company and in its subsidiaries. These credits are kept recorded in noncurrent assets, as prescribed by CPC 26 (R1) – Presentation of Financial Statements. The amounts are as follows:

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Allowance for doubtful accounts (note 7)	22,316	19,098	22,316	19,098
Allowance for losses on inventories realization (note 8)	6,399	6,895	20,039	28,219
Reserve for tax, civil and labor contingencies (note 18)	14,168	17,743	36,273	36,896
Non-inclusion of ICMS in the PIS and COFINS basis (note 18)	656	620	49,342	39,173
Actuarial liability - Retirees' healthcare plan (note 19)	14,181	6,573	18,661	9,565
Allowance for losses on swap and forward contracts (note 25)	(27,292)	(9,583)	(27,516)	(9,733)
Provision for ICMS – ST, PR, DF, MS, MT and RJ States (note 17)	13,856	8,247	13,856	8,247
Allowances for losses on advances to suppliers	2,011	1,992	2,614	2,137
Accrued contractual obligations	7,809	1,439	10,310	2,713
Provision for discount on assignment of ICMS credits	-	-	1,422	1,148
Accrued benefits sharing and partnerships	8,510	6,178	8,510	6,178
Temporary differences of foreign subsidiaries	-	-	10,019	9,681
Provision for profit sharing	15,412	3,955	31,016	10,947
Depreciation rate adjustments to useful lives (RTT)	1,241	1,420	(9,605)	(6,989)
Other temporary differences	15,546	15,568	26,989	32,272
	94,813	80,145	214,246	189,552

Management, based on projections of future taxable income, estimates that the recorded tax credits will be fully realized within five years.

Tax credits will be realized as follows:

	Company	Consolidated
2013	57,432	121,423
2014	4,514	6,616
2015	5,916	49,189
2016 and thereafter	26,951	37,018
	94,813	214,246

With respect to the Company's foreign subsidiaries, except for the operation in Argentina and Peru which reports taxable income, the other subsidiaries do not record tax credits on tax loss carryforwards and temporary differences in their financial statements due to the absence of a history of taxable income and taxable income projections for the coming fiscal years.

As of December 31, 2012, tax credits calculated at the prevailing tax rates in the countries where the subsidiaries are located, are as follows:

Tax loss carryforwards:

Chile	100,146
Mexico	158,930
Colombia	95,738
France	122,578

Tax credits on tax loss carryforwards generated by the subsidiaries can be carried forward indefinitely, except for the subsidiary in Mexico, which expire as follows:

	Mexico
2014	15
2015	8,524
2016	13,216
2017 to 2022	137,176
	158,931

b) Reconciliation of income tax and social contribution

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Income before income tax and social contribution	1,206,129	1,161,791	1,276,100	1,237,730
Income tax and social contribution at the rate of 34%	(410,084)	(395,009)	(433,874)	(420,828)
Technological research and innovation benefit - Law 11196/05 (*)	22,008	22,386	22,008	22,386
Tax incentives – donations	6,242	6,582	8,487	9,668
Equity in investees (note 13)	20,189	18,628	-	-
Unrecognized deferred taxes on tax losses generated by foreign subsidiaries	-	-	(11,345)	(28,915)

Tax Transition Regime (RTT) - Provisional Act 449/08 – Law 11,638/07 adjustments	1,352	(774)	(1,413)	(3,242)
Interest on capital tax benefit	20,447	21,067	20,447	21,067
Other permanent differences	(5,060)	(3,770)	(19,187)	(6,965)
Income tax and social contribution expenses	(344,907)	(330,890)	(414,878)	(406,829)
Income tax and social contribution - current	(359,575)	(323,544)	(439,572)	(416,122)
Income tax and social contribution - deferred	14,668	(7,346)	24,694	9,293
Effective rate - %	28.6	28.5	32.5	32.9

(*) Refers to the tax benefit established by Law 11196/05, which allows for the direct deduction from the calculation of taxable income and the social contribution tax basis of the amount corresponding to 60% of the total expenses on technological research and innovation, observing the rules established in said Law.

The changes in income tax and social contribution for the year of 2011 were as follows:

Company			Consolidated		
Balance at 2010	Charged / (credit) to profit or loss	Balance at 2011	Balance at 2010	Charged / (credit) to profit or loss	Balance at 2011
87,491	7,346	80,145	180,259	(9,293)	189,552

The changes in income tax and social contribution for the year of 2012 were as follows:

Company			Consolidated		
Balance at 2011	Charged / (credit) to profit or loss	Balance at 2012	Balance at 2011	Charged / (credit) to profit or loss	Balance at 2012
80,145	(14,668)	94,813	189,552	(24,694)	214,246

11. ESCROW DEPOSITS

Represent Group's restricted assets related to amounts deposited and held by the courts until the litigation to which they are linked is resolved.
The Group's escrow deposits as of December 31, 2012 and December 31, 2011 are as follows:

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
ICMS - ST (note 18.(a))	88,475	80,304	88,475	80,304
ICMS - ST suspended collection (note 17 (b))	96,898	88,521	96,898	88,521
Other accrued tax obligations (note 17 (e) and (f))	10,030	9,434	80,361	52,024
Other suspended tax obligations (noteº 18.(c))	11,351	10,955	11,351	10,955
Unaccrued tax lawsuits	36,576	34,373	42,337	38,254
Accrued tax lawsuits (note 18)	9,913	9,952	11,554	11,515
Unaccrued civil lawsuits	1,027	1,016	1,118	1,108

Accrued civil lawsuits (note 18)	2,056	1,886	2,167	1,992
Unaccrued labor lawsuits	8,241	5,844	10,123	6,999
Accrued labor lawsuits (note 18)	3,031	2,653	5,153	4,167
	267,598	244,938	349,537	295,839

12. OTHER CURRENT AND NONCURRENT ASSETS

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Advances to advertisement services	138,149	111,690	139,149	112,666
Asset held for sale (a)	4,327	-	22,079	17,752
Advances to employee	3,666	3,867	5,479	5,750
Advances to trade payables	2,548	2,504	5,096	3,643
Insurance	2,123	1,829	2,699	2,464
Restricted cash - CDBs (b)	-	-	-	6,757
Others	2,906	-	24,580	7,686
	153,719	119,890	199,082	156,718
Current	130,532	115,328	157,787	126,783
Non-current	23,187	4,562	41,295	29,935

(a) This balance refers to assets which the company intends to sell one of the next 12 months as CPC 31-non-current assets held for sale (IFRS 5). These assets are measured at the lower value between the carrying amount and fair value less costs to sell. The company classifies these assets under this heading by considering selling highly probable and the assets are available for immediate sale in its present condition. Once classified as intended for sale, the assets are not depreciated or amortized.

(b) Refers to a blocked account pledged as guarantee related to the court collection of Federal VAT (IPI) for July 1989 when wholesale units were held equivalent to manufacturing establishments under Law 7798/89. The lawsuit is pending a decision on the appeal from the defendant at the Federal Regional Court of the 3rd region (São Paulo). Based on the Company's legal counsel assessment the likelihood of loss in this lawsuit is possible. On December 17, 2012, this value was released in exchange for a letter of guarantee.

13. INVESTMENTS

	Company	
	2012	2011
Investments in subsidiaries and jointly controlled entities	1,311,364	1,253,721

Information and changes in the balances for the year ended December 31, 2012 and 2011

	Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	Natura Cosméticos S.A. - Chile	Natura Cosméticos S.A. - Peru	Natura Cosméticos S.A. - Argentina	Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	Natura Cosméticos de México S.A. (*)	Natura Cosméticos Ltda. - Colombia	Natura (Brazil) International B.V. - The Netherlands (*)	Natura Cosméticos España S.L.	Natura Biosphera Comércio de Cosméticos e Serviços Ltda.	Total
Share capital	526,155	124,846	30,181	101,248	7,200	5,008	225,054	102,843	(5,784)	73	100	1,116,924
Equity interest	99.99%	99.99%	99.94%	99.97%	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%	100.00%	100.00%	99.99%	
Subsidiaries' shareholders' equity	1,105,729	36,537	5,469	80,562	334	31,290	30,215	10,863	10,283	142	89	1,311,513
Interest in shareholders' equity	1,105,618	36,533	5,466	80,538	334	31,287	30,212	10,862	10,283	142	89	1,311,364
Subsidiaries' net income (loss) for the year	89,528	11,758	(9,995)	12,222	-	16,080	(23,678)	(21,758)	(14,772)	-	(11)	59,374
Carrying amount of investments												
Balance as of December 31, 2010	930,614	23,246	(891)	56,902	273	45,021	26,950	8,782	8,208	83	-	1,099,188
Equity in investees	124,881	(3,535)	(4,725)	7,683	(1)	15,527	(46,019)	(20,970)	(18,052)	-	-	54,789
Exchange rate change and other adjustments on the translation of investments in foreign subsidiaries	-	672	357	2,431	34	89	(384)	1,893	469	-	-	5,561
Company's contribution to the stock options plan of subsidiaries' executives and other reserves	4,839	-	-	-	-	2,171	-	-	-	-	-	7,010
Profit distribution	-	-	-	-	-	(34,000)	-	-	-	-	-	(34,000)
Capital increases	-	-	6,744	5,809	-	-	67,049	23,729	17,819	23	-	121,173
Balance as of December 31, 2011	1,060,334	20,383	1,485	72,825	306	28,808	47,596	13,434	8,444	106	-	1,253,721
Equity in investees	89,529	11,756	(9,989)	12,218	-	16,080	(23,676)	(21,756)	(14,771)	-	(11)	59,380
Exchange rate change and other adjustments on the translation of investments in foreign subsidiaries	-	4,394	(675)	(4,505)	28	170	6,292	1,988	(256)	-	-	7,436
Company's contribution to the stock options plan of subsidiaries' executives and other reserves	5,755	-	-	-	-	2,377	-	-	-	-	-	8,132
Profit distribution	(50,000)	-	-	-	-	(16,148)	-	-	-	-	-	(66,148)
Capital increases	-	-	14,645	-	-	-	-	17,196	16,866	36	100	48,843
Balance as of December 31, 2012	1,105,618	36,533	5,466	80,538	334	31,287	30,212	10,862	10,283	142	89	1,311,364

(*) Consolidated information of the following companies:

Natura Cosméticos de México S.A.: Natura Cosméticos y Servicios de México, S.A. de C.V., Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. and Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.
Natura (Brasil) International B.V. - The Netherlands: Natura (Brazil) International B.V. (The Netherlands), Natura Brazil Inc. (USA - Delaware), Natura International Inc. (USA - New York), Natura Europa SAS (France) and Natura Brasil SAS (France).
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: Ybios S.A (until June 29, 2012) and Natura Innovation et Technologie Produits S.A.S. - France

[this page intentionally left blank]

14. PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT AND INTANGIBLE ASSETS

PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT	Weighted average annual depreciation rate - %	Company 2012 Adjusted cost	2012 Accumulated depreciation	2012 Residual amount	Company 2011 Adjusted cost	2011 Accumulated depreciation	2011 Residual amount
Vehicles	21	39,872	(21,270)	18,602	39,010	(16,991)	22,019
Leasehold improvements (a)	15	41,108	(24,247)	16,861	35,419	(11,844)	23,575
Machinery and equipment	4	123,467	(16,251)	107,216	114,844	(7,421)	107,423
Buildings	15	56,694	-	56,694	56,694	-	56,694
Furniture and fixtures	7	16,039	(5,131)	10,908	11,633	(3,006)	8,627
IT equipment	18	66,832	(19,857)	46,975	50,867	(7,024)	43,843
Projects in progress	-	100,187	-	100,187	70,034	-	70,034
		444,199	(86,756)	357,443	378,501	(46,286)	332,215

INTANGIBLE ASSETS	Weighted average annual amortization rate - %	Company 2012 Adjusted cost	2012 Accumulated amortization	2012 Residual amount	Company 2011 Adjusted cost	2011 Accumulated amortization	2011 Residual amount
Software and other	17	238,840	(42,468)	196,372	88,848	(17,356)	71,492
Carbon credits (c)	-	9,664	-	9,664	7,437	-	7,437
		248,504	(42,468)	206,036	96,285	(17,356)	78,929

PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT	Weighted average annual depreciation rate - %	Consolidated 2012 Adjusted cost	2012 Accumulated depreciation	2012 Residual amount	Consolidated 2011 Adjusted cost	2011 Accumulated depreciation	2011 Residual amount
Machinery and equipment	6	439,844	(174,839)	265,005	410,901	(145,342)	265,559
Buildings	4	207,836	(66,028)	141,808	207,836	(60,400)	147,436
Installations	9	144,090	(81,451)	62,639	132,919	(73,512)	59,407
Land	-	27,484	-	27,484	27,214	-	27,214
Molds	30	137,492	(105,197)	32,295	116,068	(87,966)	28,102
Vehicles	21	64,766	(27,228)	37,538	59,490	(22,430)	37,060
IT equipment	19	93,910	(40,001)	53,909	76,305	(23,933)	52,372
Furniture and fixtures	11	39,446	(15,738)	23,708	32,976	(11,937)	21,039
Leasehold improvements (a)	15	57,395	(34,012)	23,383	50,599	(18,581)	32,018
Projects in progress	-	341,884	-	341,884	128,377	-	128,377
Other	3	4,688	(2,252)	2,436	4,196	(2,256)	1,940
		1,558,835	(546,746)	1,012,089	1,246,791	(446,357)	800,434

INTANGIBLE ASSETS	Weighted average annual amortization rate - %	Consolidated 2012 Adjusted cost	2012 Accumulated amortization	2012 Residual amount	Consolidated 2011 Adjusted cost	2011 Accumulated amortization	2011 Residual amount
Software	18	276,824	(63,596)	213,228	182,890	(32,676)	150,214
Business lease - Natura Europa SAS – France (b)	-	5,600	-	5,600	5,074	-	5,074
Carbon credits (c)	-	9,664	-	9,664	7,437	-	7,437
Trademarks and patents	10	936	(883)	53	1,652	(1,623)	29
		293,024	(64,479)	228,545	197,053	(34,299)	162,754

(a) The amortization rates take into consideration the lease terms of leased properties, which range from three to seven years.

(b) The business lease generated on the purchase of a commercial location where Natura Europa SAS - France operates is supported by an appraisal report issued by independent appraisers, attributable to the fact that it is an intangible, marketable asset, the value of which does not decrease over time. The change in the balance between December 31, 2012 and December 31, 2011 is basically due to the effects of the exchange fluctuation for the period.

(c) Carbon Neutral Program (note 2.11.3).

Additional information on property, plant and equipment:

a) Assets pledged as collateral

As of December 31, 2012, the Group has property, plant and equipment items pledged as collateral of bank financing and loan transactions, as well as items attached to the defense of lawsuits, as shown below:

	Company	Consolidated
IT equipment	487	1,074
Vehicles	100	100
Total	587	1,174

b) Leases

In 2011 the Company entered into finance lease transactions to purchase property, plant and equipment totaling R$56,694, recognized in line item “Buildings” and “sale leaseback” transactions totaling R$24,537, recognized in line item “Machinery and equipment”. As of December 31, 2012, the balance of lease payables, classified in line item “Borrowings and financing” (note 15) totals R$69,263 (R$79,673 as of December 31, 2011).

c) Balance of capitalized interest

	Consolidated	
	2012	2011
Buildings	1,453	1,479

The Company did not capitalize interest during the year ended December 31, 2012 and 2011.

Changes in property, plant and equipment

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Balance at beginning of year	332,215	92,175	800,434	560,467
Additions (less transfers from projects in progress - when terminated):				
Machinery and equipment	4,967	28,373	22,487	45,037
Projects in progress	44,134	114,902	235,376	165,726
Vehicles	11,379	15,069	20,386	21,031
Molds	-	-	13,904	15,344
Facilities	-	-	3,059	6,112
IT equipment	11,507	40,611	12,805	11,377
Furniture and fixtures	3,975	4,176	5,181	5,679
Other	2,351	4,777	3,443	5,524
	78,313	207,908	316,641	275,830
Leases	-	56,694	-	56,694
Depreciation	(38,483)	(20,814)	(100,016)	(84,108)
Acquisitions of subsidiaries	461	-	-	-
Transfers and disposals, net	(15,063)	(3,748)	(4,970)	(8,449)
Balance at yearend	357,443	332,215	1,012,089	800,434

Changes in intangible assets

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Balance at beginning of year	78,929	18,586	162,754	120,073
Additions:				
Software (includes implementation costs)	95,427	64,993	111,082	66,402
Carbon credits	9,729	4,135	9,729	4,135
	105,156	69,128	120,810	70,537
Transfers and disposals, net	(5,063)	(2,034)	(13,857)	(2,043)
Acquisitions of subsidiaries	52,125	-	-	-
Amortization	(25,111)	(6,751)	(41,162)	(25,813)
Balance at yearend	206,036	78,929	228,545	162,754

15. BORROWINGS AND FINANCING

	Company		Consolidated		
	2012	2011	2012	2011	Reference
Local currency					
BNDES – EXIM	-	-	-	67,607	A
FINEP (Financing Agency for Studies and Projects)	-	-	75,178	27,106	B
Debentures	352,240	353,256	352,240	353,256	C
BNDES	77,918	21,708	203,258	141,689	D
Working capital / NCE	-	48,613	72,448	48,613	E
BNDES FINAME	-	-	5,660	7,336	F
Banco do Brasil - FAT Fomentar (Workers' Assistance Fund)	-	-	1,324	2,697	G
Finance leases	47,803	56,729	47,803	56,729	H
FINEP – grant	-	-	705	289	I
Total local currency	477,961	480,306	758,616	705,322	
Foreign currency					
BNDES	14,545	4,486	19,152	10,713	J
Resolution 4131/62	1,474,716	411,237	1,474,716	411,237	K
International operation – Peru	-	-	27,278	36,483	L
International operation – Mexico	-	-	2,117	-	M
ACE	-	-	21,180	-	N
Machinery financing	21,460	22,944	21,460	22,944	O
Total foreign currency	1,510,721	438,667	1,565,903	481,377	
Grand total	1,988,682	918,973	2,324,519	1,186,699	
Current	844,261	66,424	999,462	168,962	
Noncurrent	1,144,421	852,549	1,325,057	1,017,737	

Reference	Currency	Maturity	Charges	Collaterals
A	Real	March 2014	Interest of 2.5% p.y. + TJLP. Early settlement agreement.	Guarantee of Natura Cosméticos S.A.
B	Real	March 2013 and May 2019	TJLP (b) for the installment maturing in 2013 and interest of 5% for the installment maturing in May 2019	Guarantee of Natura Cosméticos S.A. and bank guarantee
C	Real	May 2013	Interest of 108% of CDI maturing in May 2013	None
D	Real	Through May 2020	TJLP + Interest of 0,7% to 2,8% p.y. for the installment maturing in March 2016 to 3.3% for the installment maturing in 2020.	Bank guarantee
E	Real	April 2013	105,9% do CDI a.a.	Guarantee of Natura Cosméticos S.A.
F	Real	Through March 2017	Interest of 4.5% p.y. + TJLP	Chattel mortgage, guarantee of Natura Cosméticos S.A. and promissory notes
G	Real	February 2014	Interest of 4.4% p.y. + TJLP	Chattel mortgage, guarantee of Natura Cosméticos S.A. and promissory notes
H	Real	Through August 2026	Interest of 108% of DI - CETIP (c)	Leases are collateralized by the underlying assets
I	Real	July 2015	N/A	None
J	Dollar USD	July 2020	Exchange fluctuation + 2.3% p.y. + Resolutionº 635 (a)	Guarantee of Natura Cosméticos S.A. and bank guarantee
K	Dollar USD	Through July 2015	Exchange fluctuation + interest of 1.87% to 3.89% p.y. (a)	Guarantee of subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.
L	Novo sol	December2013	Interest of 5.2% p.y.	Bank guarantee
M	Peso an Peso	June 2014	Interest of 5.7% p.y.	Guarantee of Natura Cosméticos S.A.
N	Dollar USD	April 2013	Exchange fluctuation + interest of 1,15% p.y	Guarantee of Natura Cosméticos S.A.
O	Dollar USD	December 2016	Exchange fluctuation + interest of 3.87% p.y. (a)	Chattel mortgage of immovable object of contracts

(a) Loans and financing for which swap contracts (CDI) were entered into.
(b) DI - CETIP - daily index calculated based on the average DI, disclosed by Cetip S.A. (Brazilian clearinghouse and over-the-counter market).

[This page is intentionally left blank]

Maturities of noncurrent liabilities are as follows:

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
2014	253,617	771,468	315,314	840,496
2015	806,435	11,067	864,748	48,132
2016	26,513	8,364	47,045	38,413
2017 and thereafter	57,856	61,650	97,950	90,696
	1,144,421	852,549	1,325,057	1,017,737

A description of the outstanding bank loan agreements is as follows:

a) Description of bank loans

1. Financing agreements with the BNDES

The Company and its subsidiaries Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. and Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. have credit facility agreements with the BNDES to facilitate direct investments in the Company and its subsidiaries in order to improve certain product lines, train research and development employees, optimize operation product separation lines in the Cajamar, SP industrial facilities, build new distribution centers, and restructure the administration of the Itapecerica da Serra, SP unit and purchase the equipment necessary for these purposes.

2. Financing agreement with the FINEP

The subsidiary Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. has innovation programs aimed at the development and acquisition of new technologies by means of partnerships with universities and research centers in Brazil and abroad. These innovation programs have the support of FINEP's research and technological development incentive programs, which facilitates and/or co-finances equipment, scientific grants and research material for the participating universities.

These funds were used to partially fund the investments made in the drafting of the "Technology Platforms for New Cosmetics and Nutritional Supplements" and the "Research and Innovation for the Development of New Cosmetics" projects.

3. Machinery and Equipment Financing - FINAME

The Company benefits from a credit facility with the BNDES, related to FINAME onlendings, intended to finance the purchase of new machinery and equipment manufactured in Brazil. Said onlending is carried out by granting credit to subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., granting rights to receivables to the financial institution accredited as a financing agent, usually Banco Itaú Unibanco S.A. and Banco do Brasil S.A., which enters into such said financing with Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.

These agreements are collateralized by assigning the fiduciary ownership of the assets described in the related agreements. The subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. is the trustee and the Company is the guarantor of these assets. In addition, the Group is required to meet the Provisions Applicable to BNDES Agreements and the General Regulatory Terms and Conditions of FINAME-related Transactions.

4. Resolution nº 4.131/62

Bank Credit Note - Onlending of funds raised abroad under law 4131/62, through financial institutions.

5. Debentures

First issuance of simple debentures, nonconvertible into shares, totaling R$350,000, in single series, without guarantee and without financial covenants, with face value of R$1,000, in conformity with CVM Instruction 476/09, issued on May 26, 2010 and subscribed and paid in May 28, with the payment of semiannual interest in May and November, and principal maturing on May 26, 2013.

6. NCE

Export Note ("*Nota de Crédito à Exportação"*) – Funds for use as working capital for export purposes, with interest payable on a monthly basis and principal maturing on April 15, 2013.

b) Finance lease obligations

Financial obligations are broken down as follows:

	Consolidated	
	2012	2011
Gross finance lease obligations - minimum lease payments:		
Less than one year	14,561	12,633
More than one year and less than five years	49,592	54,102
More than five years	70,718	78,800
	134,871	145,535
Future financing charges on finance leases	(65,608)	(65,862)
Financial lease obligations - accounting balance	69,263	79,673
Accounting balance of property, plant and equipment: leasing and 'sale leaseback'	77,924	80,378

c) Restrictive covenants

As of December 31, 2012 and December 31, 2011, most financing and loan agreements entered into by the Group subsidiaries do not contain restrictive covenants establishing obligations regarding the maintenance of financial ratios by the Company or its

subsidiaries.

The agreement entered into with BNDES in July 2011 contains restrictive covenants requiring maintenance of the following financial ratios:

- EBITDA margin equal or higher than 15%; and
- Net debt/EBITDA equal or lower than 2.5 (two wholes and five tenths).

As at December 30, 2012, the Company was fully compliant with such restrictive covenants.

16. TRADE AND OTHER PAYABLES

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Domestic trade payables	223,433	133,762	615,189	435,328
Foreign trade payables (*)	10,308	15,043	15,686	18,765
Freight payable	18,577	34,512	19,012	34,887
	252,318	183,317	649,887	488,980

(*) Refer mostly to US dollar-denominated amounts.

17. TAXES PAYABLE

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Taxes on revenue (PIS/COFINS) (injunction) (a)	1,929	1,823	145,124	115,214
Ordinary ICMS	100,696	59,894	100,184	81,687
Regular and reverse charge ICMS (b)	96,898	89,301	96,898	89,301
IRPJ and CSLL	93,446	127,458	132,548	150,639
IRPJ and CSLL (injunction) (c)	88,105	56,941	88,105	56,941
IRPJ and CSLL (injunction - PAT)	4,630	2,656	8,693	6,029
Withholding income tax (IRRF)	8,844	7,621	13,403	11,974
IPI - exempt and zero-taxed products (d)	-	-	44,766	42,432
UFIR adjustment to federal taxes (e)	6,809	6,361	6,973	6,519
Action for annulment of INSS debt (f)	3,222	3,073	3,222	3,073
Withholding PIS/COFINS/CSLL	5,652	2,490	6,092	3,324
PIS/COFINS	-	-	-	1,110
Taxes - foreign subsidiaries	-	-	30,709	17,888
Service tax (ISS)	530	364	2,051	1,214
	410,761	357,982	678,768	587,345
Escrow deposits ((b), (e) and (f)) (note 11)	(106,928)	(97,955)	(177,259)	(140,545)

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Current	303,833	260,027	501,509	446,800
Noncurrent	106,928	97,955	177,259	140,545

(a) The Company and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. are challenging in court the inclusion of ICMS in the tax basis of Integration Program Tax on Revenue (PIS) and Social Security Funding Tax on Revenue (COFINS). In June 2007, the Company and its subsidiary were authorized by the court to pay PIS and COFINS without the inclusion of ICMS in their tax basis, starting April 2007. The balances recognized as of December 31, 2012 refer to the unpaid amounts of PIS and COFINS, from April 2007 to December 2012 adjusted using the SELIC (Central Bank's policy rate), the collection of which is on hold. Part of the balance, in the adjusted amount of R$28,653, is deposited in escrow.

(b) As of December 31, 2012, R$14,083, R$74,037, R$308 and R$8.470 of the total amount recognized refer to the ICMS - ST of State of Paraná, Federal District, State of Mato Grosso and State of Rio de Janeiro, respectively. As of December 31, 2011, R$12.669, R$52.305, R$23.274, R$273 and R$780 of the total amount recognized refer to the ICMS - ST of State of Paraná, Federal District, State of Mato Grosso do Sul, State of Mato Grosso and State of Rio de Janeiro, respectively. This unpaid ICMS-ST amount is being questioned in court by the Company and is the subject matter of a monthly judicial deposit, as also mentioned in note 18 'Contingent tax liabilities - possible risk', (a).

On November 26, 2011, the Company entered into an arrangement, to be enforced after the end of the current reporting period, with the State of Paraná to set the Value Added Margin (MVA) applicable to the calculation of ICMS-ST due on transactions conducted by consultants of the State of Paraná.

Accordingly, Natura Cosméticos recognized the MVA application (up to the cap determined by the technical study) for taxable events prior to November 2011 and dropped part of the lawsuits on this matter, resulting in (i) the transfer of R$114,345 to the State of Paraná as ICMS-ST and (ii) the withdrawal of the deposited R$16,930 excess because of the retrospective extension of the tax benefit (reduction in the basis of calculation of ICMS for HPPC products).

The MVA applicable to taxable events prior to November 2011.

(c) On February 4, 2009, the Company was granted an injunction, subsequently confirmed by court decision, that suspended the collection of income tax and social contribution on any amounts received as arrears interest, paid on late payment of contractual obligations receivables to the Natura Beauty Consultants. The appeal filed by the Federal Government is awaiting judgment.

(d) Refers to Federal VAT (IPI) on zero-taxed, untaxed and exempt raw materials and packaging materials. Subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. filed a writ of mandamus and obtained an injunction granting the right to the credit. On

September 25, 2006, the injunction was revoked by a decision that considered the request invalid. The Company filed an appeal for reconsideration of merits and reinstatement of the injunction. To suspend the payment of tax, in October 2006, the Company made an escrow deposit in the amount offset under the injunction, whose adjusted balance totals R$44,766 as of December 31, 2012 (R$42,432 as of December 31, 2011). In the fourth quarter of 2009, in order to utilize the benefits granted under Provisional Act 470/09, which creates a program for the payment and payment in installments of tax debts, the subsidiary filed a motion partially withdrawing the claims made in the injunction filed that maintains only the claim of tax credits on tax-exempt products, thus dropping the lawsuits claiming IPI credits of zero-taxed and untaxed products (see details in topic 'Tax installment plans created under Provisional Act 470/09). On this date, after having met the requirements to join the tax installment plan introduced by Provisional Act 470/09, the subsidiary awaits the tax authorities' approval to write off the suspended collection amounts and the corresponding escrow deposits. Subsequently, in December de 2011, the subsidiary filed a motion to also drop the lawsuit claiming tax credits on tax-exempt products, which did not have any amount involved. Thus, the subsidiary awaits the transfer to the State of the escrow deposits after a final and non-appealable decision is issued regarding the credits on products acquired at IPI rate reduced to zero.

(e) Refers to the inflation adjustment of 1991 federal taxes on income (IRPJ/CSLL/ILL) based on the UFIR (fiscal reference unit), discussed in a writ of mandamus. The amount involved is deposited in escrow. On February 26, 2010, the Company filed a motion dropping this lawsuit to be able to utilize the benefits granted under Law 11941/09, which creates a program for the payment and payment in installments of tax debts and awaits the issue of a final and non-appealable decision.

(f) Refers to the social security contribution required by tax assessments issued by the National Institute of Social Security as a result of an inspection, which claims that the Company, as a taxpayer having joint liability for tax payment, is required to pay INSS on services provided by third parties. The amounts are being challenged in court through a tax debt annulment action and are deposited in escrow. The amounts required in the tax assessment notice cover the period from January 1990 to October 1999. In 2007, the Company reversed the amount of R$1,903, relating to the expiration of part of the amount involved in the lawsuit for the period from January 1990 to October 1994, as recently instructed under Case Law Decision 08 of the Federal Supreme Court (STF). On March 1, 2010, the Company filed a motion dropping part of the claims made and partially waiving its right to utilize the benefits granted under Law 11941/09 regarding the social security contributions due by the companies that provided services to the Company (joint liability) during the period from November 1994 to December 1998.

Tax installment program established by Law 11941/09

On May 27, 2009, Federal Government enacted Law 11941, as a result of the conversion of Provisional Act 449/08, which, among other changes to tax law, established the possibility of a tax debt installment plan managed by the Federal Revenue Service, the National Social Security Institute and the National Treasury Attorney General (PGFN), including the remaining balance of consolidated debts in the REFIS (Law 9964/00), Special Installment Plan (PAES) (Law 10684/03) and the Exceptional Installment Plan (PAEX) (Provisional Act

303/06), in addition to the regular payments in installments provided for by article 38 of Law 8212/91 and article 10 of Law 10522/02.

The entities that opted for paying or dividing into installments the debts under this Law, in the applicable cases, may settle the amounts corresponding to default and automatic fines and late-payment interest, including those related to legally enforceable debts to the Government, using tax loss carryforwards, and will benefit from reduced fines, interest and legal charges whose reduction percentage depends on the installment plan chosen.

Pursuant to the established rules, for compliance with the first stage of installment payments, the Company and its subsidiaries, after having filed motions at Court formalizing the withdrawal of lawsuits whose taxes would be paid in installments, applied for installment payments, choosing installment plans and indicating the generic nature of tax debts, paying the respective initial installments, pursuant to the provisions of Federal Revenue Service (SRF) and National Treasury Attorney General (PGFN) Joint Administrative Rule.

The tax debts recorded for payment in installments by the Company and its subsidiaries, pursuant to Law 11941/09, are as follows:

	Company					
	2011	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	2012
Action for annulment of INSS debt (a)	3,073	-	-	-	149	3,222
IRPJ/CSLL/ILL debts (b)	6,361	-	-	-	448	6,809
	9,434	-	-	-	597	10,031

	Consolidated					
	2011	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	2012
Action for annulment of INSS debt (a)	3,073	-	-	-	149	3,222
IRPJ/CSLL/ILL debts (b)	6,519	-	-	-	454	6,973
	9,592	-	-	-	603	10,195

(a) See item (f) on this note for details.
(b) See item (e) on this note for details.

Due to the lack of tax loss carryforwards, the Company will not offset them against the remaining balance of the interest on installments.

The next steps of the Company's and its subsidiaries' tax installment plans, which are being discussed in courts, depend on a decision about the consolidation of the related debts, which is expected in order to settle such debts by transferring existing escrow deposits to the Federal Government.

Tax installment plans created under Provisional Act 470/09

On October 13, 2009, Provisional Act 470 was enacted introducing the tax debt payment and installment plans arising from the undue use of an industry tax incentive, introduced by Article 1 of Law Decree 491, of March 5, 1969, and the undue use of IPI credits, regulated by the Attorney General of the National Treasury (PGFN) and Federal Revenue Service (RFB).

On November 3, 2009, the PGFN and the Federal Revenue Service published in the Federal Official Gazette (DOU) Joint Administrative Rule 9, which establishes the debt payment and installment plan addressed in Article 3 of Provisional Act 470/09. The debts arising from the undue utilization of industry tax incentives introduced by Article 1 of Decree Law 491/69, and those arising from the undue utilization of IPI credits challenged by the PGFN and Federal Revenue Service may be exceptionally paid at sight or in installments to each agency by November 30, 2009.

As mentioned in item (d) above, subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. filed a motion partially withdrawing from the injunction filed related to IPI credits claimed on products purchased at zero tax rate or tax exempt.

As of December 31, 2012, the Company awaits a decision of the 3rd Region Federal Court, based on the PGFN's and Federal Revenue Service's position, to complete the stage related to the consolidation of tax debts and write off the balances of suspended liabilities against escrow deposits made until this date at the inflation adjusted amounts.

18. PROVISION FOR TAX, CIVIL AND LABOR CONTINGENCIES

The Company and its subsidiaries are parties to tax, labor and civil lawsuits and administrative tax proceedings and an arbitration proceeding. Management believes, based on the opinion and estimates of its legal counsel, that the provision for tax, civil, and labor contingencies are sufficient to cover potential losses. This provision is broken down as follows:

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Tax	23,903	27,612	36,211	33,850
Civil	12,141	12,234	16,238	16,986
Labor	2,444	9,754	10,844	14,121
	38,488	49,600	63,293	64,957

Tax contingencies

The provision for tax contingencies is broken down as follows:

	Company					
	2011	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	2012
Late payment fines on federal taxes paid in arrears (a)	794	-	-	-	27	821
CSLL deductibility (Law 9316/96) (b)	7,885	-	(7,006)	-	(879)	-
IRPJ and CSLL tax assessment - attorney fees (c)	4,968	608	-	-	121	5,697
Tax assessment - 1990 IRPJ (d)	3,514	-	-	-	134	3,648
Attorney and other fees (f)	10,451	2,707	(481)	-	1,060	13,737
Total provision for tax contingencies	27,612	3,315	(7,487)	-	463	23,903
Escrow deposits (note 11)	(9,952)	-	395	-	(356)	(9,913)

	Consolidated					
	2011	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	2012
Late payment fines on federal taxes paid in arrears (a)	865	-	-	-	28	893
CSLL deductibility (Law 9316/96) (b)	7,885	-	(7,006)	-	(879)	-
IRPJ and CSLL tax assessment - attorney fees (c)	4,968	608	-	-	121	5,697
Tax assessment - 1990 IRPJ (d)	3,514	-	-	-	134	3,648
Semiannual PIS - Decree Laws 2445/88 and 2449/88 (e)	2,320	-	(2,420)	-	100	-
Attorney and other fees (f)	14,298	10,865	(481)	-	1,291	25,973
Total provision for tax contingencies	33,850	11,473	(9,907)	-	795	36,211
Escrow deposits (note 11)	(11,515)	-	420	-	(459)	(11,554)

(a) Refers to fine for late payment of Federal taxes.

(b) Refers to CSLL that was addressed by an injunction that questions the constitutionality of Law 9316/96, which prohibited the deduction of CSLL from its own tax basis and the IRPJ basis. During the year, due to judgments in similar cases, the chances of loss were reclassified from remote to possible, in accordance with the evaluation of the Company's legal advisors.

(c) Refers to attorney fees for the defense in the tax assessment notices issued against the Company in August 2003, December 2006 and December 2007 by the Federal Revenue Service, claiming the payment of income tax and social contribution on the deductibility of the yield of debentures issued by the Company for fiscal years 1999, 2001 and 2002, respectively. The tax assessment notices referring to 2001 and 2002 are pending from a final and non-appealable decision from the Board of Tax Appeals (CARF) ruling. The legal counsel's opinion is that the likelihood of unfavorable outcome in these tax assessment notices is remote.

A final and non-appealable administrative decision on the tax assessment notice issued against the Company in August 2003 challenging the deductibility, in fiscal year 1999, was issued on January 2010 that maintains part of the income tax assessed and the whole of the social contribution. After this decision, on April 7, 2010, the Company filed a lawsuit to cancel the remaining installment of IRPJ and CSLL. The legal counsel considers that the likelihood of an unfavorable outcome is remote.

(d) Refers to a tax assessment notice issued by the Federal Revenue Service claiming the payment of income tax on the earnings obtained on exports entitled to tax benefits carried out in fiscal year 1989, at the rate of 18% (Law 7988, of December 29, 1989) and not 3%, as set out in article 1 of Decree Law 2413/88, used by the Company at the time to pay its taxes. The Company has filed a lawsuit to cancel the tax assessment. The lawsuit is stayed waiting a STF decision on the subject.

(e) Refers to the offset of PIS paid as per Decree Laws 2445/88 and 2449/88, in the period from 1988 to 1995, against Federal taxes due in 2003 and 2004. The reversal made by the Company in 2007 in the amount of R$14,910 is due to

the final decision favorable to the Company, rendered in August 2007. The remaining reserve refers to the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., which is awaiting the consideration of the lawsuit by the Board of Tax Appeals, and the provision has been reversed because the Company's legal advisors consider the chances of loss to be remote.

(f) The balance refers to lawyer fees to defend the Company's and its subsidiaries' interests in tax lawsuits. The amount of (i) R$4,994, accrued in 2009, refers to lawyers' fees to prepare the defense against an IRPJ and CSLL infringement notification against the Company, issued on June 30, 2009, which challenges the tax deductibility of goodwill amortization carried out resulting from the merger of Natura Participações S.A. which has goodwill related to its investment in the then subsidiary Natura Empreendimentos S.A. In December 2012, the proceeding was decided by the Board of Tax Appeals, which rendered a judgment partially in favor of the Company to reduce the fine. On the merits, the decision was unfavorable for the Company, and the Company is awaiting the formal issuance of the administrative decision to appeal to the Higher Administrative Board of Tax Appeals ("*Câmara Superior de Recursos Fiscais*" - CSRF). In April 2012, a favorable ruling was rendered by CARF on a case involving internal goodwill, thus representing important case law for the Company. In the opinion of the Company's legal advisors, the operation as it was structured and its tax effects are defensible, reason why the case is assessed as involving remote loss; and (ii) R$760 refers to the lawyers' fees to present the defense in the tax assessment by the SeFaz - RS which has identified supposed differences on the ICMS-ST with respect to interstate shipments made to Company's sites located in the Rio Grande do Sul (RS). According to the Company's legal counsel opinion, the risk of an unfavorable outcome is remote.

Civil contingencies

	Company					
	2011	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	2012
Several civil lawsuits (a)	6,787	6,783	(1,251)	(5,936)	148	6,531
Lawyer fees - environmental civil lawsuit (b)	1,535	250	-	-	82	1,867
Civil lawsuits and lawyer fees - Nova Flora Participações Ltda. (c)	3,912	176	(681)	-	336	3,743
Total provision for civil contingencies	12,234	7,209	(1,932)	(5,936)	566	12,141
Escrow deposits (note 11)	(1,886)	(170)	-	-	-	(2,056)

	Consolidated					
	2011	Additions	Reversals	Payments	Inflation adjustment	2012
Several civil lawsuits (a)	7,723	7,148	(1,262)	(6,204)	235	7,640
Lawyer fees - environmental civil lawsuit (b)	1,535	475	-	(83)	136	2063
Lawyer fees - IBAMA (c)	3,816	522	(1,629)	-	83	2,792
Civil lawsuits and lawyer fees - Nova Flora Participações Ltda (c)	3,912	176	(681)	-	336	3,743
Total provision for civil contingencies	16,986	8,321	(3,572)	(6,287)	790	16,238
Escrow deposits (note 11)	(1,992)	(175)	-	-	-	(2,167)

(a) As of December 31, 2012, the Company and its subsidiaries are parties to 2,247 civil lawsuits and administrative proceedings (2,491 as of December 31, 2011), of which 2,123 were filed with civil courts, special civil courts and the consumer protection agency (PROCON) by Natura Beauty Consultants, consumers, suppliers and former employees, most of which claiming compensation for damages.

(b) The provision includes R$1,256 with respect to legal fees, ad exitum, for the defense of the Company's interests in the public lawsuit filed by the Federal Public Prosecution Office of Acre against the Company and other institutions for alleged access to the traditional knowledge associated to the asset ("murumuru"). Our legal counsel's opinion is that the risk of losses is remote.

(c) Refers to attorney fees for the defense in the tax assessment notice issued by Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, or IBAMA (Brazilian environmental agency) against the Company in 2010 and 2011 for alleged irregular access to biodiversity. Through December 2012, the Company had been imposed 70 fines by IBAMA, totaling approximately R$21,805, and filed administrative defenses for all of them, two of the administrative proceedings were subsequently cancelled. In the remaining cases, there was no definitive decision issued by IBAMA, which is why such fines do not represent eligible credits. The Company's management and its legal counsel consider the risk of loss in these fines for the alleged non-sharing of benefits and the fines for the alleged irregular access to biodiversity as remote due to full compliance with all the principles established in the Convention on Biological Diversity ("CBD"), an international treaty signed during Rio-92 and of the illegality and unconstitutionality of the current legal framework, which incorporates the CBD in the Brazilian legal system. Except for inputs from Federal Government land - which refuses to negotiate – despite having recently established the Negotiation Committees, the Company shares benefits in 100% of the accesses in the use of biodiversity; it is the first to share benefits with traditional communities and detains the most of the requests with the Regulatory Body for authorization to have access to biodiversity as well as in relation to the authorizations already issued to private companies.

Labor contingencies

As of December 31, 2012, the Company and its subsidiaries are parties to 589 labor lawsuits filed by former employees and third parties (827 as of December 31, 2011), claiming the payment of severance amounts, salary premiums, overtime and other amounts due, as a result of joint liability. The provision is periodically reviewed based on the progress of lawsuits and history of losses on labor claims to reflect the best current estimate.

	Company				
	2011	Additions	Reversals	Inflation adjustment	2012
Total provision for labor contingencies	9,754	4,629	(13,463)	1,524	2,444
Escrow deposits (note 11)	(2,653)	(378)	-	-	(3,031)

	Consolidated				
	2011	Additions	Reversals	Inflation adjustment	2012
Total provision for labor contingencies	14,121	9,217	(18,134)	5,640	10,844
Escrow deposits (note 11)	(4,167)	(986)	-	-	(5,153)

Contingent liabilities - possible risk

The Company and its subsidiaries are parties to tax, civil and labor lawsuits, for which there is no reserve for losses recorded, because the risk of loss is considered possible by management and their legal counsel. These lawsuits are as follows:

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Tax:				
Declaratory Action - ICMS - ST (a)	88,475	80,304	88,475	80,304
IPI assessment notice (b)	2,929	5,451	2,929	5,451
Administrative proceeding - ICMS - ST assessment, DF (c)	9,652	8,815	9,652	8,815
Administrative proceeding - ICMS - ST assessment, PA (c)	571	3,423	571	3,423
Administrative proceeding - tax debt - ICMS - ST, RS (d)	9,950	9,066	9,950	9,066
Tax assessment notice – Rio Grande do Sul State Department of Finance (e)	34,815	30,184	34,815	30,184
Tax assessment notice - São Paulo State Department of Finance - ICMS audit (f)	-	-	10,719	9,837
Tax assessment - transfer pricing on loan agreements with foreign related company (g)	1,915	1,856	1,915	1,856
Administrative proceeding - ICMS - ST assessment, PR (h)	145,351	-	145,351	-
Administrative proceeding – Offset - COFINS / Freight (i)	34,576	-	34,576	-
Administrative proceeding - tax debt - ICMS - ST -DF (j)	101,383	-	101,383	-
Others	131,027	47,104	147,116	54,095
	560,644	186,203	587,452	203,031
Civil	38,961	2,953	39,334	3,076
Labor	80,031	42,792	135,952	73,856
	679,636	231,948	762,738	279,963

(a) As of December 31, 2012, the balance recorded is broken down as follows:

1. ICMS - ST - PR - R$46,670 (R$49.962 as of December 31, 2011) - lawsuit filed by the Company challenging the changes in ICMS - ST tax basis introduced by Paraná Decree 7018/06. The amount discussed in the lawsuit, related to the period from January 2007 to November 2011, is fully deposited in escrow, as mentioned in notes 11 and 17 (b), and its collection is suspended.

2. ICMS - ST - DF - R$23,904 (R$15.401 as of December 31, 2011) - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis. The amount under litigation, related to the period from February 2009 to December 2012, is fully deposited in escrow, as referred to in notes 11 and 17 (b), and its collection is suspended.

3. ICMS - ST - MS R$9,734 as of December 31, 2011 - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST to the State of Mato Grosso do Sul due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis. The amount under litigation, related to the period from February 2010 to December 2011, was fully deposited in escrow, as referred to in notes 11 and 17 (b). In October of 2012 was signed an agreement between the parties and this paid off with the capabilities of the escrow.

4. ICMS - ST - MT – R$3,674 (R$3,410 as of December 31, 2011) - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST to the State of Mato Grosso due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis. The amount under litigation, related to the period from October 2009 to July 2011, is fully deposited in escrow, as

referred to in notes 11 and 17 (b), and its collection is suspended.

5. ICMS - ST - SC – R$14,227 (R$1.797 as of December 31, 2011) - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST to the State of Santa Catarina due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis. The amount under litigation, related to the period from July 2011 to August 2011 and February 2012 to December 2012, is fully deposited in escrow, as referred to in notes 11 and 17 (b), and its collection is suspended.

(b) Refers to a tax collection lawsuit intended to collect IPI relating to equal treatment of wholesale commercial establishments and industrial establishments. The appeal filed by the Company awaiting the final judgment.

(c) Tax assessment notice collecting ICMS - ST, issued by the Federal District and State of Pará, as a result of an alleged underpayment of the Company's own ICMS and ICMS - ST. The Company has filed its defense at the administrative level and is awaiting the final judgment.

(d) Tax assessment notice issued by the Rio Grande do Sul State Department of Finance against the Company due to its condition of tax substitute, in order to charge allegedly due ICMS, due to the lack of a criterion to determine the correct tax basis, related to subsequent transactions conducted by independent resellers domiciled in the State of Rio Grande, do Sul. The Company filed an annulment action to cancel this collection and awaits a final court decision on the matter.

(e) Tax assessment issued by the Rio Grande do Sul State Department of Finance claiming a tax credit related to ICMS for an alleged incorrect use of the tax basis reduction granted to intrastate transactions and reduction of the intrastate tax rate to calculate the tax rate differences. We have filed administrative defense, which awaits a final decision.

(f) Tax assessment notice issued by São Paulo State Department of Finance to subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura for alleged credits claimed on the purchase of property, plant and equipment items which were transferred to other units on purchase date, and goods purchased that allegedly are not directly related to production and sales activities. The Company filed an administrative defense having obtained a favorable ruling, against which a special appeal was lodged by the tax authorities. This appeal is waiting judgment.

(g) Refers to a tax assessment notice whereby the Federal Revenue Service is demanding the payment of IRPJ and CSLL on the difference of interest on loan agreements with a foreign related party. On July 12, 2004, an administrative defense was filed and is still being judged. In June 2008, the Company filed a discretionary appeal against the unfavorable decision with the Board of Tax Appeals (CARF), which is awaiting judgment.

(h) Tax assessment notices issued by the Parana state authorities due to alleged incorrect calculation of VAT ICMS ST payable to the state in the period from February to December 2007, January to April 2008, October 2008 to January 2009, March 2009 to September 2010, November 2010, and April to August 2011.. ICMS ST charged mentioned above is being paid by as a judicial deposit in connection with a lawsuit filed by the Company questioning lawfulness of the changes in the tax calculation base introduced by Paraná State Decree No. 7018/06, as mentioned in Notes 11 and 17 (b). The tax assessment notices are pending of judgment by the administrative authorities.

(i) Refers to the denial of the request for restitution related to the credit right (COFINS), established (extemporaneously) with respect to freight charges incurred in sales of products subject to concentrated taxation (taxation concentrated on a single stage of the production chain) during the period from May 2004 to October 2007, and, consequently, the declared tax offset was not approved. The Company presented its defense in the administrative proceeding, which is pending final judgment.

(j) Tax assessment notice issued by the Federal District, relating to the allegedly incorrect calculation of ICMS – ST due to the state during the period from January 2007 to December 2011. The ICMS ST claimed by the state has been paid as a judicial deposit in the lawsuit brought by the Company in which it denies responsibility for the collection of ICMS ST, due to the absence of a legal provision and of criteria for the measurement of the basis for calculating the tax, or, consequently, the necessity of entering into an agreement setting the basis for the calculation of ICMS-ST, as discussed in notes 11 and 17(b). The tax

assessment notice is pending judgment by administrative authorities.

(k) As of April 9, 2012, Natura Cosméticos S.A. submitted to arbitration matters of Particular Instrument of Atypical and other lease Covenants, signed in December 21, 2010 with RB Capital Anhanguera property investment fund-IFI and Marcacel Holdings, arising from delay in delivery of the enterprise, as well as construction spending overruns in much higher values and that Natura recognizes as "scope's additional requests" and riding $ 11.78 million (as mentioned in Notes 14 and 15). The amount in dispute is in nominal values, approximately $ 46 million in addition to fines and indemnities in minimum nominal values of r $ 16 million that Natura snake in his favor. The term of Arbitration was signed by the parties on September 19, 2012 and in November 5, 2012 the Natura Cosméticos S.A. ("applicant") has submitted its Initial Claims. In December 18, 2012, RB Capital presented his replica and your request opposed and in January 21, 2013, Natura presented his final manifestation. The legal advisors assess the possibility of loss as possible, considering the still very early stage of the dispute arbitration.

Tax assessment with the possibility of loss as remote

The subsidiary Natura cosmetics industry and Commerce Ltda. was assessed in December 20, 2012 by the internal revenue service of Brazil – RFB in the total amount of R$627,876, being two violation notices the first referring to the IPC representing R$297,130 and the second to PIS and COFINS representing R$330,746 the value plus fines and interest totals R$1,367,072. Violation notices in both the main challenge of the tax authorities is that the subsidiary would have practiced incorrect prices on sales operations for Natura Cosméticos S.A. and, therefore, the basis for calculation of taxes (IPI, PIS and Cofins) would be less than due. To reach this conclusion, the tax authorities criticize Natura's organizational structure, separation of the operational activities of industrialization and distribution in different legal entities, as well as the profit margin adopted by the subsidiary for the purpose of selling price in transactions intended for Natura, its interdependent pursuant to current legislation for IPI. The internal and external lawyers ' opinion is that the arguments brought by the tax authorities are not considering the legislation in force at the time of the facts, the legal system in which it is inserted this legislation, as well as the current administrative jurisprudence with several favorable precedent, and therefore the chances of both violation notices are considered remote.

Contingent assets

he Company and its subsidiaries material contingent assets are as follows:

a) The Company and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. are challenging in court the unconstitutionality and illegality of the increase in the tax basis for PIS and COFINS established by Article 3, Paragraph 1, of Law 9718/98. The amounts involved in the lawsuits, updated to December 31, 2012, are R$22,718 (R$21.935 as of December 31, 2011). In the first quarter of 2011, the 3rd Region Federal Court published a court decision, on a Motion for Clarification of Judgment filed by the companies, favorable to the Company and that allows the offset of the tax credits (i) against any federal taxes payable by Natura Cosméticos and (ii) limited to PIS and COFINS debts of Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.. As a result, the Company has recognized PIS and COFINS credits in the amount of R$21,915 in line item ‘Recoverable taxes’ related to undue payments made in the five years prior to the date the lawsuits were filed, as a balancing item to line item ‘Other operating income (expenses)’ for the period. Considering that there was a decision issued by the Federal Regional Court – TRF of 3rd region in favor of the Company, this credit is no longer classified as contingent asset, as mentioned in Note 9.

b) The Company and its subsidiaries Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. and Natura Logística e Serviços Ltda. are requesting the refund of ICMS and ISS included in the PIS and COFINS tax basis and paid in the period from March 2004 to March 2007. The amounts of the refund

requests as of December 31, 2012 are R$108,618(R$135.305 as of December 31, 2011). The legal counsel believes that the likelihood of a favorable outcome is probable.

The Company and its subsidiaries do not recognize the above mentioned contingent assets in the financial statements, in accordance with CPC 25 - Provisions, Contingent liabilities and Contingent Assets.

19. OTHER PROVISIONS

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Retirees' healthcare plan	41,709	19,332	54,886	28,132
Carbon credit	13,686	16,486	13,686	16,486
Other provisions	13,365	-	20,389	191
	68,760	35,818	88,961	44,809

The Group has a postemployment healthcare plan for a group of former employees and their spouses that is governed by specific rules. The recognition of actuarial gains and losses is immediate by result as mentioned in notes 2.23. As of December 31, 2011, the plan had 1,073 (Company) and 2,144 (Consolidated) participants.

As of December 31, 2012, the Group had a provision for the actuarial liability arising from this plan, totaling R$41,709 (Company) and R$54,886 (Consolidated) (R$19,332, Company and R$28,132, Consolidated as of December 31, 2011).

During this period the effects from this plan are recorded in the income statement as a cost of service representing an amount of R$1,985 – Company and R$2,737 – Consolidated, and interest cost, as a result of decreased returns during the year due to reductions in the Selic tax by the Committee of Monetary Policy (Copom), amounting to R$20,392 – Company and R$24,017 – Consolidated.

The carried liability was calculated by an independent actuary taking into consideration the following main assumptions:

	Annual percentage (in nominal terms)	
	2012	2011
Financial discount rate	9.50	10.5
Increase in medical expenses	11.2 a 6.2	10.5 a 5.5
Long-term inflation rate	5.2	4.5
Final rate of medical inflation – after 10 years	6.20	5.50
Rate of growth of medical costs for ageing costs	3.50	3.50
Rate of growth of medical costs for aging contributions	1.50	1.50
Invalidity table	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
General mortality table	RP2000	RP2000
Turnover table	T-9 service table	T-9 service table

The changes in the actuarial liability for the year ended December 31, 2012 are as follows:

	2012	2011
Company current service cost	1,588	1,423
Cost of interest	2,915	2,497
Recognition of actuarial Losses/(Gains)	22,251	4,499
	26,754	8,419

20. SHAREHOLDERS' EQUITY

a) Issued capital

As of December 31, 2012, the Company's capital was R$427.073.

In the year of 2012 there was no change in capital, which is made up of 431,239,264 subscribed and paid-up common registered shares. The Company is authorized to increase its capital, irrespective of an amendment to the articles of incorporation, up to the limit of 441,310,125 (for hundred and forty-one million, three hundred and ten thousand, one hundred and twenty-five) common shares with no par value by resolution by the Board of Directors, which will lay down the issuance conditions, including price and deadline for payment.

b) Dividend and interest on capital payment policy

The shareholders are entitled to receive every year a mandatory minimum dividend of 30% of net income, considering principally the following adjustments:

- Increase in the amounts resulting from the reversal, in the period, of previously recognized reserves for contingencies.
- Decrease in the amounts intended for the recognition, in the period, of the legal reserve and reserve for contingencies.
- Whenever the amount of the minimum mandatory dividend exceeds the portion of the net income realized for the year, management may propose, and the General Assembly approve, to allocate the excess to the earnings reserve.

The bylaws allow the Company to prepare semiannual and interim balance sheets and, based on these balance sheets, authorize the payment of dividends upon approval by the Board of Directors.

On April 18, 2012 dividends were paid in the amount of R$467,324 (R$1.09117684 per share) and interest on capital in the amount of R$23,627, before taxes (R$0.05516776 per share, before taxes), in accordance with the distribution of net income for the year ended December 31, 2011, approved by the Board of Directors on February 15, 2012 and confirmed by the Annual Shareholders' Meeting held on April 13, 2012. Such amount plus the dividends in the amount of R$295,302 and interest on capital in the amount of R$37,506 which were paid in August 2011 totals a distribution of approximately 99% of the net income for the year ended December 31, 2011.

On July 25, 2012, the Board of Directors approved the payment of interim dividends and interest on equity, referring to the results earned in this quarter 2012, in the amount of R$327,018 (R$0.76223929 per share) and R$36,515, before taxes (R$0.08511173 gross per share), respectively. The total amount of interim dividends and interest on equity corresponds to 99% of consolidated net income recorded the first semester of 2012.

On August 15, 2012 interim dividends and interest on equity were paid.

In addition, on February 6, 2013, the Board of Directors approved a proposal to be submitted to the Annual Shareholders' Meeting to be held on April 12, 2013, for the payment of dividends and gross interest on capital totaling R$469,512 and R$21,831 (R$18,557, net of IRRF), respectively, related to income for 2012, which added to the R$327,018 in dividends and the R$36,515 in interest on capital paid in August 2012 correspond to a distribution of approximately 100% of net income for 2012

Dividends were calculated as follows:

	Company	
	2012	2011
Net income for the year	861,222	830,901
Tax incentive reserve - investment grant	(6,346)	(3,677)
Calculation basis for minimum dividends	854,876	827,224
Mandatory minimum dividends	30%	30%
Annual minimum dividend	256,463	248,167
Proposed dividends	796,531	762,563
Interest on capital	58,347	61,130
IRRF on interest on capital	(8,752)	(9,170)
Total dividends and interest on capital, net of IRRF	846,126	814,523
Amount exceeding mandatory minimum dividend	589,663	566,356
Dividends per share - R$	1.8559	1.7760
Interest on capital per share, net - R$	0.1156	0.1208
Total dividends and interest on capital per share, net - R$	1.9715	1.8968

As referred to in note 2.21, the portion of dividends exceeding minimum dividends, declared by management after the reporting period but before the authorization date for issuance of these financial statements, is not be recorded as a liability in the related financial statements and the effects of such supplementary dividends must be disclosed in a note. As a result, as of December 31, 2012 and 2011, the following portions of dividends exceeding mandatory minimum dividends were recorded in shareholders' equity as 'Proposed additional dividends':

	Company	
	2012	2011

Dividends	469,512	467,261
Interest on capital	21,831	23,624
	491,343	490,885

c) Treasury shares

The Company repurchased during the period of 2011 3,066,300 common shares, at the average price of R$34.06, in order to meet the exercise of options granted to the Company's and its direct and indirect subsidiaries' management and employees.

As of December 31, 2012 and 2011, line item 'Treasury shares' is broken down as follows:

	2011		
	Number of shares	R$'000	Average price per share - R$
Balance at beginning of year	655	14	21.37
Repurchased	3,066,300	104,452	34.06
Used	(45,198)	(1,617)	26.58
Balance at yearend	3,021,757	102,849	34.04

	2012		
	Number of shares	R$'000	Average price per share - R$
Balance at beginning of year	3,021,757	102,849	34.04
Used	(1,080,412)	(36,744)	34.01
Balance at yearend	1,941,345	66,105	34.05

d) Share premium

Refers to the premium generated on the issuance of 3,299 common shares resulting from the capitalization of debentures totaling R$100,000, occurred on March 2, 2004. During the period ended on December 31, 2012, the use of 1,080,412 treasury shares in connection with the stock option plan involved premium of R$5,910.

e) Legal reserve

Since the balance of legal reserve plus capital reserves, addressed by article 182, paragraph 1, of Law 6404/76, exceeded 30% of the capital, the Company decided, in accordance with article 193 of the same Law, not to recognize a legal reserve on net income earned in the years from 2006.

f) Retained earnings reserve

As of December 31, 2012, the company did not record retained earnings reserves pursuant to article 196 of the law No. 6,404/76 (R$3,530 as of December 31, 2011). The retention of the reservation for the 2011 financial year is based on capital budget, prepared by the administration which took place at the annual general meeting held on April 12, 2013.

g) Other comprehensive income

The Company records in this line item the effects of exchange differences arising on translating investments in foreign subsidiaries. The accumulated effect will be reversed to income as a gain or loss only in case of sale or write-off of the investment.

21. SEGMENT INFORMATION

Segment reporting is consistent with management reports provided by the main operating decision-maker to assess the performance of each segment and the allocation of funds. Although the main decision-maker analyzes the information on revenue at its different levels, according to the reports used by management to make decisions, the Company's business is mainly segmented based on the sales of cosmetics by geography, which are as follows: Brazil, Latin America ("LATAM") and other countries. In addition, LATAM is divided into two groups for analysis: (a) Argentina, Chile and Peru ("Consolidating Operations"); and (b) Mexico and Colombia ("Operations in Implementation"). The segments' business features are similar and each segment offers similar products through the same consumer access method.

Net revenue by geography is as follows in 2012:

- Brazil: 88.5%
- Consolidating Operations: 7.7%
- Operations under Implementation: 3.6%
- Other: 0.2%

The accounting practices for each segment are the same as those described in note 2, description of Natura's business and significant accounting policies. The performance of segments of The Company has been evaluated on the basis of the information described in the table below.

The amounts provided to the Executive Committee related to net income and total assets are consistent with the balances recorded in the financial statements and with the accounting policies applied.

	2012							
	Net revenue	Net income	Depreciation and amortization	Financial expenses, net	Income tax	Noncurrent assets	Total assets	Current liabilities
Brazil	5,614,178	907,359	(132,712)	(90,920)	(402,117)	1,938,162	4,968,316	2,202,910
Argentina, Chile and Peru	487,171	13,985	(5,074)	(2,239)	(11,771)	25,586	277,465	151,104
Mexico and Colombia	226,713	(45,436)	(2,913)	(291)	(990)	14,271	97,875	54,177
Other (*)	17,607	(14,686)	(479)	-	-	19,043	31,723	6,521
Consolidated	6,345,669	861,222	(141,178)	(93,450)	(414,878)	1,997,062	5,375,379	2,414,712

	2011

	Net revenue	Net income	Depreciation and amortization	Financial expenses, net	Income tax	Noncurrent assets	Total assets	Current liabilities
Brazil	5,089,533	916,148	(102,938)	(73,470)	(406,168)	1,535,676	3,482,649	1,142,356
Argentina, Chile and Peru	335,058	(578)	(4,226)	(2,625)	379	25,282	187,016	90,915
Mexico and Colombia	149,166	(66,996)	(2,183)	(1,245)	(1,040)	11,857	96,070	34,730
Other (*)	17,617	(17,673)	(574)	-	-	16,938	27,277	6,718
Consolidated	5,591,374	830,901	(109,921)	(77,340)	(406,829)	1,589,753	3,793,012	1,274,719

(*) Includes operations in France and Corporate LATAM

The Company has only on class of products that is sold to Natura Beauty Consultants which is classified as "Cosmetics". As such, disclosure of information by products and services is not applicable.

The Company has a diversified customer portfolio, with no concentration of revenue.

The revenue from foreign related parties reported to the Executive Committee was measured in accordance with that presented in the income statement.

22. NET REVENUE

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Gross revenue:				
Domestic market	7,627,373	6,898,727	7,626,061	6,896,735
Foreign market	-	-	938,623	637,593
Other sales	-	-	1,409	1,437
	7,627,373	6,898,727	8,566,093	7,535,765
Returns and cancellations	(19,145)	(11,514)	(26,147)	(12,212)
Taxes on sales	(1,359,142)	(1,038,436)	(2,194,277)	(1,932,179)
Net revenue	6,249,086	5,848,777	6,345,669	5,591,374

23. OPERATING EXPENSES AND COST OF SALES

a) Breakdown of operating expenses and cost of sales by function:

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Cost of sales	2,438,873	2,375,514	1,868,045	1,666,300
Marketing and selling expenses	1,642,380	1,503,069	2,212,205	1,952,740
General and administrative expenses	899,128	816,818	772,688	680,730
Employee profit sharing	29,555	3,765	90,799	30,168
Management compensation (note 28.2)	20,739	9,443	20,739	9,443
Total	5,030,675	4,708,609	4,964,476	4,339,381

b) Breakdown of operating expenses and cost of sales by nature:

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Cost of sales	2,438,873	2,375,514	1,868,045	1,666,300
Raw material/packaging Material	2,438,873	2,375,514	1,548,593	1,387,027
Workforce	-	-	170,334	156,658
Depreciation	-	-	48,849	38,600
Others	-	-	100,269	84,015
Marketing and selling expenses	1,642,380	1,503,069	2,212,205	1,952,740
Freight	259,176	242,744	263,301	248,954
Marketing, sales force	1,363,747	1,246,072	1,926,051	1,684,100
Depreciation	19,457	14,253	22,853	19,686
General and administrative expenses	949,422	830,026	884,226	720,341
Research and development	-	-	158,870	146,696
Other administrative expenditure	854,991	803,507	544,340	482,398
Depreciation	44,137	13,311	69,478	51,636
Employee profit sharing	29,555	3,765	90,799	30,168
Management compensation (note 28.2)	20,739	9,443	20,739	9,443
Total	5,030,675	4,708,609	4,964,476	4,339,381

24. EMPLOYEE BENEFITS

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Payroll and bonuses	230,801	183,741	521,149	439,684
Employee profit sharing (note 24.1)	37,709	3,765	90,799	30,168
Pension plan (note 24.3)	3,368	2,553	4,849	4,300
Executives' compensation	2,711	6,359	10,844	13,369
Taxes payable	84,265	67,122	175,882	157,462
	358,854	263,540	803,523	644,983

24.1. Profit sharing

The Company and its subsidiaries pay profit sharing to their employees and officers tied to the achievement of operating targets and specific goals, established and approved at the beginning of each year. As of December 31, 2012 and 2011, the amounts below were recorded as profit sharing:

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Employees	29,555	3,765	90,799	30,168
Officers (*)	8,154	-	8,154	-
	37,709	3,765	98,953	30,168

(*) Included in line item 'Management compensation'.

24.2. Executives' compensation

The Board of Directors, upon granting of options, meets annually in order to establish the option granting plan for the current year, on the basis approved by the General Meeting, indicating the directors and managers who will receive the options and the total number to be distributed.

Under the program format valid until 2008, the options granted had maturity term of four years. Under this format, 50% of the options matured at the end of the third year and the remaining 50% matured at the end of the fourth year. The maximum option exercise term is of 6 years as from March 30 of the year in which the related plan was approved.

In 2009, the program format was changed so that 100% of the options were considered to have matured at the end of the fourth year, with the possibility of early maturity at the end of the third year, under the condition of cancelation of 50% of the options granted in the plans. The maximum option exercise term started to be of 8 years as from the Board of Directors Meeting that approved the plan.

The changes in the number of outstanding stock options and their related weighted-average prices are as follows:

	2012		2011	
	Average exercise price per share - R$	Options (thousands)	Average exercise price per share - R$	Options (thousands)
Balance at beginning of year	32.84	7,363	28.10	6,839
Granted	-	-	42.39	1,492
Cancelled	34.34	(298)	29.35	(563)
Exercised	28.58	(1,080)	25.33	(405)
Balance at yearend	35.52	5,985	32.84	7,363

Out of the 5,985,000 outstanding options as of December 31, 2012 (7,363,000 outstanding options as of December 31, 2011), 1,670,000 outstanding options are vested (1,214,000 outstanding options as of December 31, 2011). The options exercised in 2012 did not result on the issuance of shares (405,000 shares in for the year ended December 31, 2011) and in the use of 1,080,000 of the shares held in treasury instead (45,000 shares held in treasury as of December 31, 2011).

The expense related to the fair value of the options granted during the year ended December 31, 2012, according to the elapsed vesting period, was R$2,711 and R$10,844, Company and on a consolidated basis, respectively (R$6,359 and R$13,369 Company and on a consolidated basis, respectively, as of December 31, 2011).

The stock options outstanding at the end of the year have the following vesting dates and exercise prices:

As of December 31, 2012

Grant date	Exercise price - R$	Existing options	Remaining contractual life (years)	Vested options
April 25, 2007	31.90	163,099	0.32	163,099
April 22, 2008	24.77	454,686	1.33	454,686
April 22, 2009	27.02	2,104,834	4.37	1,052,417
March 19, 2010	39.65	1,766,059	5.29	-
March 23, 2011	46.27	1,496,752	6.29	-
		5,985,430		1,670,202

As of December 31, 2011

Grant date	Exercise price - R$	Existing options	Remaining contractual life (years)	Vested options
March 16, 2005	31.97	319,317	0.21	319,317
March 29, 2006	30.24	470,274	1.33	470,274
April 24, 2007	23.48	848,250	2.34	424,125
April 22, 2008	25.61	2,249,793	5.39	-
April 22, 2009	37.58	2,004,244	6.31	-
March 19, 2010	43.85	1,470,940	7.31	-
		7,362,818		1,213,716

As of December 31, 2012, market price per share was R$58.64 (R$36.26 as of December 31, 2011).

The options were measured at their fair values on grant date, pursuant to IFRS 2 - Shared Based Payments. The weighted average fair value of the options as of December 31, 2012 was R$35.52.

Significant data included in the fair value pricing model of the options granted in 2011:

- Volatility of 36% (37% as of December 31, 2010).
- Dividend yield of 5.3% (5.3% as of December 31, 2010).
- Expected option life of three and four years.
- Risk-free annual interest rate of 10.9% (10.8% as of December 31, 2010).

In 2012 no stock options were granted.

24.3. Pension plan

The Company and its subsidiaries sponsor two employees' benefit plans: a pension plan, through a private pension fund managed by Brasilprev Seguros e Previdência S.A., and an extension of healthcare plans to retired employees.

The defined contribution pension plan was created on August 1, 2004 and all employees hired from that date are eligible to it. Under this plan, the cost is shared between the employer and the employees so that the Company's share is equivalent to 60% of the employee's contribution according to a contribution scale based on salary ranges from 1% to 5% of the employee's monthly compensation.

As of December 31, 2012, the Group did not have actuarial liabilities arising from the former employees' pension plan.

The contributions made by the Company and its subsidiaries totaled R$3,368 (Company) and R$4,849 (Consolidated) in the period ended December 31, 2012 (R$2,553, Company and R$4,300, Consolidated in the in the period ended December 31, 2011) and were recorded as expenses in the period.

25. FINANCIAL INCOME (EXPENSES)

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Financial income:				
Interest on short-term investments	41,895	21,707	60,462	55,463
Inflation adjustment and foreign exchange gains (a)	-	-	5,361	3,218
Gains on swap and forward transactions (b)	71,961	40,438	72,224	39,468
Other financial income	15,975	24,357	23,761	24,549
	129,831	86,502	161,808	122,698

Financial expenses:				
Interest on financing	(85,307)	(72,487)	(100,963)	(92,044)
Inflation adjustment and foreign exchange losses (a)	(51,150)	(36,496)	(52,664)	(38,266)
Losses on swap and forward transactions (b)	(56,458)	(26,359)	(56,759)	(27,688)
Gains (losses) on the mark-to-market of swap and forward derivatives	12,706	(1,171)	12,854	(1,040)
Other financial expenses	(36,756)	(26,734)	(57,726)	(41,000)
	(216,965)	(163,247)	(255,258)	(200,038)
Financial expenses, net	(87,134)	(76,745)	(93,450)	(77,340)

The objective of the breakdowns below is to explain more clearly the foreign exchange hedging transactions contracted by the Company and the related balancing items in the income statement shown in the previous table:

	Consolidated	
	2012	2011
(a)		
Inflation and exchange gains	5,361	3,218
Inflation and exchange losses	(52,664)	(38,266)
	(47,303)	(35,048)
(a) Breakdown		
Exchange rate changes on loans and financing	(50,133)	(32,103)
Adjustment for inflation on financing	41	(55)
Exchange rate changes on imports	1,655	(2,256)
Exchange rate changes on accounts payable in foreign subsidiaries	(2,531)	(3,852)
Exchange rate changes on export receivables	3,665	3,218
	(47,303)	(35,048)
(b)		
Gains on swap and forward transactions	72,224	39,468
Losses on swap and forward transactions	(43,904)	(28,728)
	28,320	10,740
(b) Breakdown		
Exchange rate changes on swaps	49,959	32,943
Gains (losses) on the mark-to-market of swap and forward derivatives	12,854	(1,040)
Income from foreign exchange coupon swaps	22,265	6,525
Financial costs of swaps	(56,758)	(27,688)
	28,320	10,740

26. OTHER OPERATING INCOME (EXPENSES), NET

	Company		Consolidated	
	2012	2011	2012	2011
Gain (loss) on sale of property, plant and equipment	1,460	918	894	(1,125)
PIS and COFINS credits (*)	715	11,887	1,665	16,852
Untimely used PIS and COFINS credits	7,311	15,461	11,617	40,378
Other operating income (expenses)	5,986	15,313	(25,819)	6,972
Other operating income (expenses), net	15,472	43,579	(11,643)	63,077

(*) The stated amount includes the recognized PIS and COFINS tax credits arising from a favorable outcome in a lawsuit claiming the unconstitutionality and illegality of the PIS and COFINS taxable basis broadening established by Law 9718/98.

27. EARNINGS PER SHARE

27.1. Basic

Basic earnings per share are calculated by dividing the net income attributable to the owners of the Company by the weighted average of common shares issued during the year, less common shares bought back by the Company and held as treasury shares.

	2012	2011
Net income attributable to owners of the Company	861,222	830,901
Weighted average of common shares issued - thousands	431,239,264	431,129,772
Weighted average of treasury shares	(2,362,295)	(1,059,330)
Weighted average of outstanding common shares	428,876,969	430,070,442
Basic earnings per share - R$	2.0081	1.9320

27.2. Diluted

Diluted earnings per share is calculated by adjusting the weighted average outstanding common shares supposing that all potential common shares that would cause dilution are converted. The Company has only one category of common shares that would potentially cause dilution: the stock options.

	2012	2011
Net income attributable to owners of the Company	861,222	830,901
Weighted average of outstanding common shares	428,876,969	430,070,442
Adjustment for stock options	2,159,288	930,348
Weighted average number of common shares for diluted earnings per share calculation purposes	431,036,257	431,000,790
Diluted earnings per share - R$	1.9980	1.9278

28. RELATED-PARTY TRANSACTIONS

28.1. Intergroup balances and transactions

Receivables from and payables to related parties are as follows:

	Company	
	2012	2011
Current assets:		
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (a)	10,419	12,531
Natura Logística e Serviços Ltda. (b)	8,597	20,809
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	6,892	4,568
	25,908	37,908
Current liabilities:		
Trade payables:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (c)	159,460	163,146
Natura Logística e Serviços Ltda. (d)	38,024	114,737
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. (e)	57,051	15,141
	254,535	293,024
Dividends and interest on capital payable	515	217

Related-party transactions are as follows:

	Company			
	Product sales		Product purchases	
	2012	2011	2012	2011
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	3,042,587	3,155,905	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brazil	-	-	2,815,267	2,972,918
Natura Cosméticos S.A. - Peru	-	-	37,841	35,382
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	-	-	73,032	49,852
Natura Cosméticos S.A. - Chile	-	-	50,211	33,211
Natura Cosméticos S.A. - Mexico	-	-	41,440	38,715
Natura Cosméticos Ltda. - Colombia	-	-	20,100	19,989
Natura Europa SAS - France	-	-	3,463	5,365
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	1,217	431
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	16	42
	3,042,587	3,155,905	3,042,587	3,155,905

	Service provided		Services received	
	2012	2011	2012	2011
Administrative structure: (f)				
Natura Logística e Serviços Ltda.	267,095	433,192	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brazil	-	-	209,876	323,715
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	-	-	36,804	67,694
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	20,415	41,783
	267,095	433,192	267,095	433,192
Product and technology research and development: (g)				
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	256,910	235,877	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brazil	-	-	256,910	235,877
	256,910	235,877	256,910	235,877
Research and “in vitro” testing: (h)				
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - France	2.923	2.790	-	-
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	2.923	2.790
	2.923	2.790	2.923	2.790
Lease of properties and shared charges: (i)				
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	7,618	7,296	-	-
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	4,414	4,227
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	1,774	1,699
Natura Cosméticos S.A. - Brazil	-	-	1,430	1,370
	7,618	7,296	7,618	7,296
Total of sales or purchases and services	3.577.133	3.835.060	3.577.133	3.835.060

(a) Advances granted for provision of product and technology development and market research services.

(b) Advances granted for provision of logistics and general administrative services.

(c) Payables for the purchase of products.

(d) Payables for services described in item (f).

(e) Payables for services described in item (g).

(f) Logistics and general administrative services.

(g) Product and technology development and market research services.

(h) Provision of in vitro research and testing services.

(i) Lease of part of the industrial complex located in Cajamar, SP and buildings located in the municipality of Itapecerica da Serra, SP.

The main intercompany balances as of December 31, 2012 and December 31, 2011, as well as the intercompany transactions that affected the years then ended, refer to transactions between the Company and its subsidiaries.

Because of the Company's and subsidiaries' operational model, as well as the channel chosen to distribute products, direct sales via Natura Beauty Consultants, a substantial portion of sales is made by the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. to the parent company Natura Cosméticos S.A. in Brazil and to its foreign subsidiaries.

Sales to unrelated parties amounted to R$7,851 for the period ended December 31, 2012 (R$5,341 for the period ended December 31, 2011).

There is no allowance for doubtful accounts recognized for intercompany receivables on December 31, 2012 and December 31, 2011 since there are no past-due receivables with risk of default.

According to note 15, the Group companies usually grant each other pledges and collaterals to guarantee bank loans and financing.

On March 26, 2012, Radar Cinema e Televisão Ltda. signed a contract with advertising agency that provides services to Natura Cosméticos S.A. for the production and use of intellectual property rights related to the programme "Natura TV", which resulted in costs incurred by Natura Cosméticos S.A., in the quarter and half in the amount of R $ 1,579. Messrs. Antonio Luiz da Cunha Seabra, Guilherme Peirão Leal and Pedro Luiz Barreiros Passos, who are part of the controlling block of Natura Cosméticos S.A., are the indirect holders of the controlling interest in Radar Cinema e Televisão Ltda..

On June 5, 2012, an agreement was signed between Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. and Bres Itupeva Empreendimentos Imobiliários Ltda., ("Bres Itupeva"), for the construction and lease of a distribution center (HUB), in the city of Itupeva/SP. Messrs. Antonio Luiz da Cunha Seabra, Guilherme Peirão Leal and Pedro Luiz Barreiros Passos, members of the group of controlling shareholders of Natura Cosméticos S.A., indirectly hold controlling interest in Bres Itupeva.

28.2. Key management personnel compensation

The total compensation of the Company's and its subsidiaries' Management is as follows:

	2012			2011		
	Compensation			Compensation		
		Variable			Variable	
	Fixed	(*)	Total	Fixed	(*)	Total
Board of Directors	5,654	2,344	7,998	3,786	-	3,786
Officers (statutory)	6,931	5,810	12,741	5,657	-	5,657
Total	12,585	8,154	20,739	9,443	-	9,443
Executives (not statutory)	28,964	20,345	49,309	30,587	2,390	32,977

(*) Refers to profit sharing recorded in the year. The amounts include any additions and/or reversals to the provision recorded in the previous year in view of the final assessment of the targets established for directors, officers and executives.

28.3. Share-based payments

Breakdown of Company officers and executives' compensation:

	2012		2011	
	Stock option grant		Stock option grant	
	Stock option balance (number) (a)	Average exercise price R$ (b)	Stock option balance (number) (a)	Average exercise price R$ (b)
Officers	1,564,890	35.52	1,700,155	32.84
Executives	2,666,136	35.52	3,173,327	32.84

(a) Refers to the balance of unexercised vested and unvested options at the end of the reporting period.

(b) Refers to the weighted-average exercise price of the option at the time of the stock option plans, adjusted for inflation based on the Extended Consumer Price Index (IPCA) through the end of the reporting period.

29. COMMITMENTS

29.1. Inputs supply contracts

The subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. entered into a contract for the supply of electric power to its manufacturing activities, in effect through 2015, which provides for the purchase of a minimum monthly volume of 3.6 Megawatts, equivalent to R$363. As of December 31, 2012, the subsidiary was compliant to the contract's commitment.

The amounts are carried based on electric power consumption estimates in accordance with the contract period, whose prices are based on volumes, also estimated, resulting from the subsidiary's continuous operations.

Total minimum supply payments, measured at nominal value, according to the contract, are:

	2012	12/2011
Less than a year	3,983	3,983
More than one year and less than five years	6,929	9,842
	10,912	13,825

29.2. Operating lease transactions

The Company and its subsidiaries have commitments arising from operating leases of properties where some of its foreign subsidiaries, the head office in Brazil and "Casas Natura" in Brazil and abroad are located.

Contracts have lease terms of one to ten years and no purchase option clause when terminated; however, renewal is permitted under the market conditions where they are entered into, for an average of two years.

As of December 31, 2012, the commitment made for future payments of these operating leases had the following maturities:

	Company	Consolidated
Less than a year	11,122	15,555
More than one year and less than five years	19,606	25,592
More than five years	507	973
	31,235	42,120

30. INSURANCE

The Group has an insurance policy that considers principally risk concentration and materiality, and insurance is obtained at amounts considered by management to be sufficient, taking into consideration the nature of its activities and the opinion of its insurance advisors. As of December 31, 2012, insurance coverage is as follows:

Item	Type of coverage	Insured amount
Industrial complex/ inventories	Any damages to buildings, facilities, and machinery and equipment	965,529
Vehicles	Fire, theft and collision for 1,286 vehicles	55,159
Loss of profits	Loss of profits due to material damages to facilities, buildings and production machinery and equipment	1,765,099

31. APPROVAL OF FINANCIAL STATEMENTS

The individual and consolidated financial statements were approved by the Board of Directors and authorized for issue at the meeting held on February 6, 2013.

NATURA 2012 ADMINISTRATION REPORT

MESSAGE FROM THE CHAIRMEN OF THE BOARD

Our dream for the future

Some 72 years ago, the book *Brazil*, *Land of the Future* was published in six languages, depicting a Brazil of great potential for the world. Its author, Austrian writer and journalist Stefan Zweig, tormented by the Second World War and the unbounded senselessness of that time in history, saw the right geographic and cultural conditions in Brazil for the development of a fairer, happier and more tolerant society. The book's repercussion made an epithet of its title. For many, it was a prophecy.

The highly unusual conditions of this early 21st century again form a scenario of global crisis, of complex interaction between economic, social and environmental phenomena. In this context, while the economies of the so-called developed world oscillate between slow recovery and the agony of recessive policies, we follow the emergence of countries such as China, India, Mexico and Brazil itself. Has the future envisioned by Zweig finally broken out of utopia and become the present?

We think that it hasn't yet. We have moved forward, that is true. In Brazil, in the past 25 years, from the promulgation of the new Constitution, consolidation of democratic institutions and stabilization of the economy, new and multiple instruments have allowed advances in individual and collective rights, access to education, jobs and income and environmental protection. At the same time, we must watch over these achievements and consolidate them so that other challenges can be figured out and our society continues evolving.

In Latin America, where our main markets of operation are located, we have verified that the region experiences a period of constant growth, although in an heterogeneous way, and social inequalities persist. At a global level, the current crisis can give us the opportunity to lay the foundations of a new capitalism promoting a model of fair, inclusive sustainable development. The future, therefore, is under construction and this work is the responsibility of each one of us, that is, citizens, governments, civil society organizations and companies. The vision of undertaking a collective corporate project around common purposes has driven Natura over time. Our foundations, based on the pursuit of relationship quality, have been shared by an ever-growing universe of people.

In 2012, we are proud of having reached the best level of our history in the quality of services provided to our more than 1.5 million sales consultants, with whom we share richness and dreams, envisioning in each of them immense enterprising skills, able to produce innovative solutions for all society.

We continue enthusiastic about the transforming potential of our relationship network, which is expanding to new locations and can be driven and accelerated by new digital technologies. After all, we are driven by the wish of turning social and environmental challenges into innovative business; consolidating a business culture that is more solidary and committed to generating shared prosperity; producing wealth for people and society; relating to more aware consumers; building citizenship; and improving life quality.

We understand that as a society, we have a long road ahead until we can diffuse, in a broader way, the consciousness that we are all interconnected and cause, with our individual and collective decisions relevant impacts on our habitat. This disseminated consciousness, by

our point-of-view, is key to put our creativity, our knowledge and technologies to work for reshaping our way of life.

Therefore, we believe that the qualities cherished by so many and that gave rise to Zweig's praise for Brazil warrant a new interpretation, a magnified understanding of what a new global society should be founded on. For this reason, as we thank all those who contributed to the good results of 2012, we reaffirm our commitment to acting side by side with our relationship network in order to advance in the construction of this future.

With friendship

Antonio Luiz da Cunha Seabra
Guilherme Peirão Leal
Pedro Luiz Barreiros Passos

Co-chairmen of the Board

MESSAGE FROM THE EXECUTIVE COMMITTEE

The impulse of a new cycle

In 2012 we experienced with great enthusiasm the beginning of a new cycle for Natura. We achieved the highest rating in our history for the quality of services provided to our sales consultants, to such an extent that we cut the average order delivery time from 6 to 4.5 days in the second half year. This and other initiatives helped to increase the productivity of our network by 2.9% on the fourth quarter of the year. Our International Operations in Latin America already represent around 11.6% of Natura's revenue and continued at a brisk pace of expansion, accompanied by profitability gains, which reaffirms Latin America's position as a highly relevant business platform.

At the same time, we reaffirmed our belief in the directions outlined for the future: we took the first steps toward a significantly improved buying experience through technology use; and we expanded our portfolio to include yet another international brand, which shares our vision, is present in other geographical regions, and like us, prizes relationship quality.

The acquisition, in December, of a major stake in the Australian brand Aesop adds to a sequence of record investments we have made in recent years that launch the basis of a new cycle of growth for Natura. Investments that enabled our new logistics model, and now will help us to use digital technology as an innovation vector applied to relationship quality rather than just to transaction support. This volume of resources is the fruit of our consistent economic results over time. In 2012, our consolidated net revenue totaled R$ 6.346

billion, Ebitda reached R$ 1.511 billion, and net profit was R$ 861 million.

The good results in Brazil reflect our strategy to augment consumer buying frequency and the variety of products purchased, so as to boost productivity of our sales consultants. We also successfully launched products that filled in segment gaps where we were not yet present, especially perfumery, which reveals the strength of our innovation process.

We sought inspiration in our history of expansion in Brazil to mold the strategy for the other Latin American countries, which includes: significant attraction and retention of sales consultants, who already total 305 thousand in the region; increased consumer awareness and preference of our brand; and local production progress through suppliers, which allows for greater distribution flexibility and better economic, social and environmental results.

The more we evolved in our social and environmental practices, the more we perceived the opportunities of innovation and the challenges that lie ahead. While we continue our efforts to reduce our impact, we recognize that there is still much to do. An example is our waste management, where we need to transform this and other social and environmental aspects into business value generators. With the opening of Natura's Amazon Innovation Center (Núcleo de Inovação Natura Amazônia) in Manaus, we strengthen our commitment on acting as one of the agents that enhance the potential future development of Pan-Amazonian socio-biodiversity.

In an era where a "like" on the internet can be more influential than an advertisement, we decided to strengthen the technological platform in our business strategy, so as to bring our 1.5 million sales consultants even closer to the nearly 100 million customers, improving service quality and the buyer experience.

Our commitment to placing relationship quality at the core of our way of doing business remains strong, reaffirming it as a distinguishing element of our corporate behavior. We are a dynamic organization in a constantly changing, networked world, so we must strengthen bonds through common values.

In this scenario, we see an opportunity to be increasingly in touch with people's needs, steering our innovative capacity to meet these emerging demands, and thus driving our future strategy, which deepens the embodiment of our Reason for Being, Well-Being-Well, enabling expansion of Natura's relationship network by offering new brands, products, services and business.

Alessandro Giuseppe Carlucci

CEO

Agenor Leão de Almeida Junior

Senior Vice-President of Digital Technology

João Paulo Ferreira

Senior Vice-President of Operations and Logistics

José Vicente Marino

Executive Vice-President

Marcelo Cardoso

Senior Vice-President of Organizational Development and Sustainability

Roberto Pedote

Senior Vice-President of Finance, Investor Relations and Legal Affairs

Market context

In 2012, we were once again able to attest the strength of our market and the Natura brand. The Cosmetics, Toiletry and Fragrance industry in Brazil showed strong growth of an accumulated 17.9% in the first ten months of 2012, according to data compiled and published by Sipatesp/Abihpec1. Such data demonstrate that this market is less sensitive to economic oscillations and more related to the available income of consumers. The Personal Hygiene category was a highlight, especially for product launches in hair and deodorants categories.

During this period, we presented a decrease of 0.9 pp in our market share, concentrated in the category of Personal Hygiene, as in the Cosmetics and Perfumery categories we had an increase in market share. Our innovation plan in 2013 will allow us to increase our competitiveness in Personal Hygiene categories.

Corporate governance and the capital market

Over time we have endeavored to build an increasingly representative, transparent corporate governance system that is aligned with the best market practices. In 2012, we gathered a record number of 350 attendees at the Annual Meeting of Shareholders. Minority shareholders and representatives of major investment funds were able to watch the broadcast of the meeting in Cajamar (SP), ask questions and talk to the company's senior management in person. We also held a joint public meeting with the Association of Capital Market Investment Analysts and Specialists (Apimec-SP - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), attended by invited guests and market analysts.

During the same occasion, we confirmed the increase in number of Board of Administration members, which went from six to nine members. Raul Gabriel Beer Roth, Roberto Oliveira de Lima and Plínio Villares Musetti joined the Board. This change strengthens our company's Board with professionals of different backgrounds and with varied qualifications in the corporate sphere.

Following is the development and profile of our shareholder base:

Shareholder profile	2010	2011	2012
Individuals	7.838	8.722	7.821
Legal Entities Brazil	560	659	926
Legal Entities abroad	850	867	714
Total	**9.248**	**10.248**	**9.461**

Performance of shares

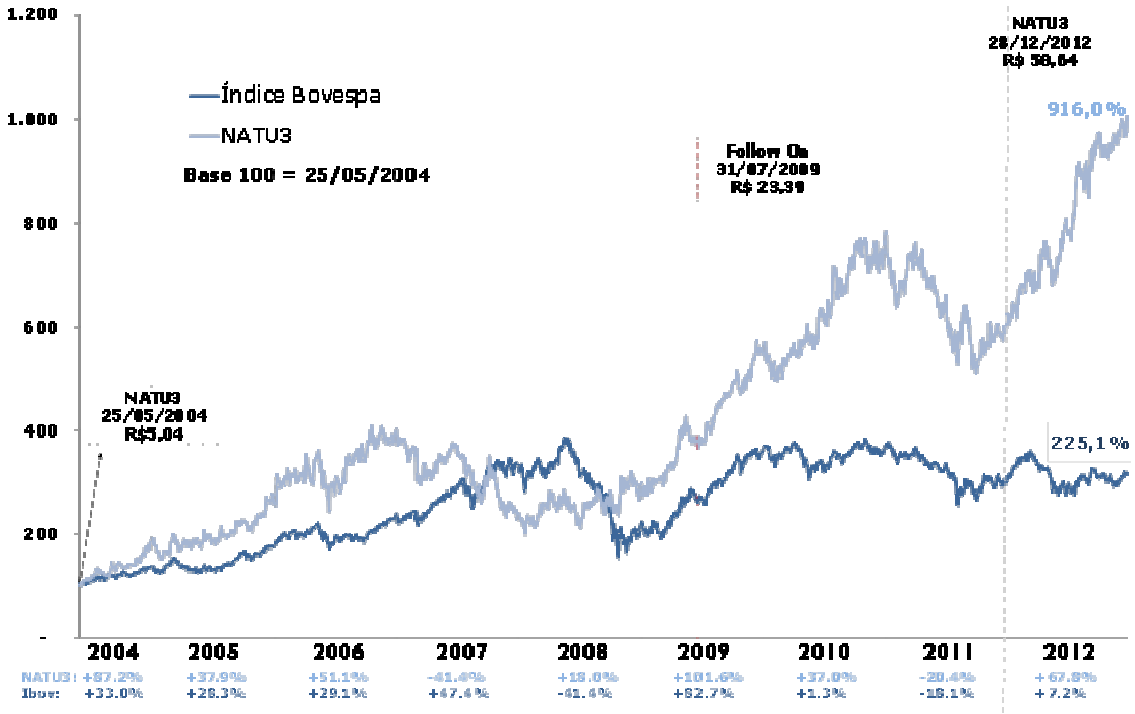
In 2012, Natura's shares appreciated 67.8% while the Ibovespa index, key indicator of BM&FBOVESPA, accumulated an appreciation of 7.2%.

Average daily trading volume of shares (R$ thousand)		
2010	**2011**	**2012**
33.182	43.696	54.337

Source: Economática

Natura, listed on BM&FBOVESPA, the New Exchange, is included in the top Brazilian stock market indexes: Ibovespa, IBrX-50 (which lists the most liquid shares on BM&FBOVESPA), ISE (Business Sustainability Index), Corporate Governance Index, Index of Shares with Tag-Along Rights, Morgan Stanley Composite Index and ICO2 (Carbon Efficient Index, from BM&FBOVESPA).

Ever since going public in 2004, we have maintained much higher performance than the Ibovespa Index, as per the graph below:



Economic performance

Natura's consolidated net income in 2012 was R$ 6,345,700,000 million, a 13.5% increase over 2011, with Ebitda (acronym for earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) of R$ 1,510,700,000 million, 23.8% Ebitda margin; and net profit of R$ 861,200,000 million, a 13.6% margin.

1. GRAPHS

Evolution (R$ million)	2010	2011	2012
Consolidated net revenue	5.136,7	5.591,4	6.345,7
Consolidated Ebitda	1.256,8	1.425,0	1.510,7
Consolidated net profit	744,1	830,9	861,2

In Brazil operations, net revenue grew 10.3%, reaching R$ 5,611,200,000 million. International Operations in turn showed vigorous grown of 28% in weighted local currency (45.8% in reais), totaling R$ 734,400,000 million, or 11.6% of Natura's consolidated net revenue, the highest level in our history. In 2012, we invested R$ 437,4 million in fixed assets, primarily in plant expansion, information technology and logistics.

We continued increasing economic value generation for Natura's main stakeholders, as shown in the table:

Distribution of wealth (R$ million)			
	2010	2011	2012
Shareholders[1]	647	763	846
Consultants	2.738	2.906	3.211
Employees	769	634	803
Suppliers	3.707	4.363	4.837
Government	1.474	1.472	1.743
TOTAL	**9.338**	**10.138**	**11.440**

1. The figures for dividends and interest on equity are net values.

Distribution of dividends

On February 6, 2013, the Board approved a proposal to be submitted to the Annual Meeting of Shareholders, which will be held on April 12, 2013, for payment on April 17, 2013, the dividends referring to the calculated income from 2012 fiscal year and interest on equity for the period of R$ 469,5 million and R$ 21,8 million (R$ 18,6 million net of withholding tax), respectively.

On August 15, 2012, R$ 327 million as interim dividends and R$ 31 million (net after income tax at source) were paid out.

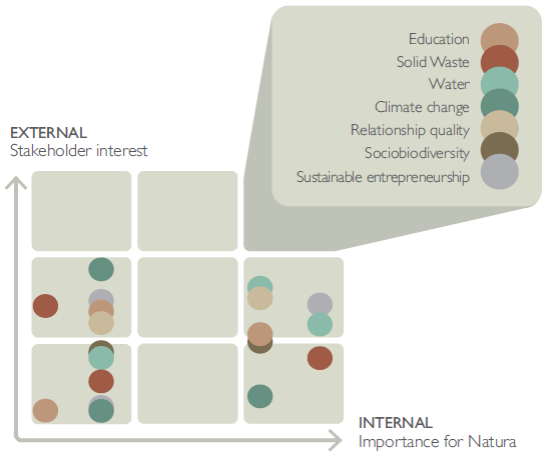
These dividends and interest on equity together, related to income from fiscal year 2012, will represent net compensation of R$ 1.97 per share (R$ 1.89 per share in 2011), corresponding to 100% of net profit from 2012.

Priority sustainability topics

Our sustainability strategy faces the challenge of making the topic one of the main vectors of innovation and new business generation, by means of solutions that create shared value for our entire relationship network.

We believe that this strategy in our business will evolve from a cross-organization approach, with inclusion of guidelines in all processes. The topic is a relevant component of the Natura Management System, being considered in everything from strategic planning to definition of indicators and goals.

To ensure its effectiveness, we have defined the materiality matrix, which determines, in conjunction with our stakeholders, the issues that should be prioritized, and guides initiatives in our whole business.



Water

Water management has gained greater worldwide relevance. Two years ago we began developing a hydric resource management strategy based on an inventory of water consumption and pollution along our entire value chain, including the phase of product use by our consumers. This water inventory, which came to be called our hydric footprint, became an international case study in 2012, presented at a conference held by Unesco (United Nations Education, Science and Culture Organization). Also in 2012, we moved forward in the study of methodologies that include the evaluation of product biodegradability and toxicity by international researchers.

Internally, we have improved our efficient water use production processes, and in 2012, we achieved our goal of maintaining consumption at 0.40 liters per produced unit.

2. GRAPH

Water consumption (liters/produced unit)		
2010	2011	2012
0,42	0,40	0,40

Education

We work extensively toward improvement in education quality, because we understand that the development of conscientious individuals is the starting point for promoting a fairer and more sustainable society.

We want to take advantage of our network of 1.5 million NCs in Brazil and International Operations to foster education as a new business opportunity, stimulus for sustainable entrepreneurship and increased generation of value for all *(read more about Sustainable Entrepreneurship).*

We surpassed our corporate training goal by 8% in 2012, reaching a total of 87.6 average training hours per employee in Brazil and in Latin America.

Natura's education strategy also encompasses the activities of the Natura Institute, a non-profit organization created in 2010 to manage our private social investment, and which has the promotion of educational technologies to generate large-scale transformations as its primary focus. In 2012, the Trilhas Project, to encourage reading and writing in early education, became public policy in a partnership with the Ministry of Education, and reached two thousand municipalities and 3 million students.

Fundraising by the Believing is Seeing Program, a special product line and main source of funds for the Natura Institute, reached R$ 12.8 million in 2012, a record result higher than the goal of obtaining R$ 10 million in the period.

Sustainable Entrepreneurship

We live in an increasingly complex world, and we understand that there are new business solutions and formats that will form a new economic and relationship model in society. Promoting entrepreneurship is one of the alternatives for creating sustainable business ecosystems.

In 2012, we sealed a partnership with Professor Stuart Hart, from Cornell University in the USA, one of the leading global experts in business at the base of the pyramid, for the purpose of connecting a network of laboratories that research entrepreneurial solutions and business in the underprivileged classes around the world. In addition to generating knowledge for our NCs, we intend to use this experience to promote education for sustainable entrepreneurship and to enable the creation of innovative and creative solutions for solidifying new business.

Climate Change

In 2012, we accomplished a 7.4% reduction in our absolute Greenhouse gas emissions (GHG), based on 2008 emissions. However, this reduction was not enough for us to achieve the commitment to cut 10% of our absolute emissions (scope 1 and 2 of the GHG Protocol). The non-achievement occurred due to the increased participation of thermo-electric plants in provision of energy to the Brazilian electrical grid at the end of 2012, to offset the low level of hydroelectric reservoirs, which impacted our emission calculations. These data include our factories in Cajamar (SP) and Benevides (PA), as well as our administrative spaces.

Hence, although we managed to implement all projects we had planned - the biomass-fueled boiler at the Benevides (PA) factory, and another run on ethanol in Cajamar, the fuel card exclusively for ethanol use in the fleet for executives and the sales force, and reduction in electricity consumption - we are vulnerable to a factor for which the national energy system is responsible.

Moreover, our GHG emissions in 2012 maintained the trend of recent years, with proportionally lower growth than the company's economic evolution. We accomplished a relative reduction of 4% over the previous year, and an accumulated reduction of 28.4% since 2006, in keeping with our

commitment to achieve 33% by the end of 2013.

Emissions that cannot be avoided are offset by the purchase of carbon credits from reforestation, energy efficiency and fuel replacement programs. In 2012, we ensured the contracting of projects to offset emissions generated in the 2011-2012 two-year period.

3. GRAPH

Greenhouse Gas Emissions (kg CO2e / kg invoiced product)[1]		
2010	2011	2012
3,30	3,12	3,0

1. CO_2 (or CO_2 equivalent): measurement used to express greenhouse gas emissions, based on the global warming potential of each.

Solid waste

We have been working on a solid waste management strategy since 2010, with an integrated lifecycle vision. We have also developed and applied a waste inventory methodology with results audited by Ernst & Young.

In addition to reducing the generation of solid waste and reject along our chain, and increasing the use of recycled material, we want to develop an efficient and inclusive supply chain structure for these materials, with fair price, social inclusion, and traceability. We see waste not as an end, but rather as the beginning of a new business.

We did not achieve the efficiency we wanted in 2012. Our waste generation index increased from 20.01 grams per produced unit to 25.56. This result is higher than the goal of reaching 20 gr./unit, and it was mainly a reflection of losses with discontinued material stocks (finished products and raw materials).

In the industry sphere, we supported actions promoted by the Brazilian Cosmetics, Toiletries and Fragrance Association (Abihpec) to encourage compliance with the National Solid Waste Policy.

Sociobiodiversity

To reinforce our commitment to the Amazon region, in 2011 we launched the Amazon Program as the major focus of our sociobiodiversity strategy and it includes the neighboring countries in which we also operate. Our desire is to expand our local activity and pursue new sustainable development proposals that include Amazon inhabitants and environmental conservation.

In 2012, we established five priority territories for action, and Natura investment key issues for local institutional fortification. We opened the

Natura Amazon Innovation Center (NINA - Núcleo de Inovação Natura Amazônia) in Manaus, a knowledge center with the mission of stimulating the formation of a network of researchers, in conjunction with local, national and international science and technology institutions. We also launched the Natura Campus Public Notice for selection of Science, Technology and Innovation projects in the region, and we began works for an industrial park in Benevides (PA) with ecological principles, expected to open in the first half of 2013.

Relationship quality

Our conviction is that caring for relationships has always been a great enabler of our world vision, and it will continue thus in the future, remaining at the core of our business as our brand's major distinguishing feature. For this reason, we maintain structured relationship management practices with all of our audiences, which include constant consultations and dialogues in most of the strategic projects implemented by the company.

However, there is still much to do for us to reach our desired level of excellence, and we are reinforcing our practices in the coming years. See below the results achieved with the audiences closest to our activity:

Natura Consultants (NCs) and Natura Consultant Advisors (NCAs)

2012 was a very positive year for our 1.5 million Natura consultants. The level of services provided improved, and more consultants were assisted in less time. Today, 25% of them receive their orders in up to 48 hours, against 5% in 2011. In addition, the overall average delivery time, considering the consultants all over Brazil, reached 4.5 days in the second half year. When the 12-month average is compared, the delivery time was 5.1 days instead of the 6.8 days of 2011. We do faster and more accurate deliveries, since, in 2012, we also recorded the lowest rate of unavailability of products of the last seven years.

These improvements are fruits of the investments Natura has made in recent years, in making over and expanding our logistics mesh in Brazil, and in order capture system technology. Our aim is to invest in order to improve service quality to NCs and NCAs, and to our consumers.

With the advancements, we increased NC loyalty, which reached 24$ in 2012, a much higher result than the 18.6% in the preceding year, and the 21% target for the period. Among NCAs, the growth was even more expressive, going from 24% to 40%.

Employees

Our focus on people development has been returning results, such as fast-paced career paths of high-potential management, and the acquisition of new competencies. But we know that there are still many challenges ahead, as our organization grows and expands its relationships. This growth imposes less hierarchical and more horizontal corporate structures, with

more flexible goals. In 2012, the company took an important step to meeting a demand identified in the organizational climate survey. It promoted activities to convey our strategy with more clarity and objectivity, allowing employees to have a more concrete vision of the future of the business in order to guide their own work.

In 2012 we saw a two-percentage-point improvement in Natura's organizational climate survey, after two years of decline in the index. Performance of International Operations stood out, registering sharper growth than Brazil, especially Argentina, Chile and France. The result, however, is still below the stipulated target of 74%.

Climate survey – Favorability (%)1	2010	2011	2012
Natura	73	70	72

1. Equivalent to the percentage of employees who answered 4 and 5 (top 2 box) on a scale from 0 to 5 points.

Consumers

We face the constant challenge of promoting Well-Being-Well experiences, and infusing our Essence into each new product or contact we make with our consumers. These guidelines are present in everything we do, and they have become even more challenging in an era in which relationships and changing drastically, mainly due to social networks.

We intend to use the new mobility and information technologies to bring everyone closer, especially our end-customers and consultants, and consequently, Natura itself.

Within this spirit of closeness, in 2012 we launched the Espaço Conceito (Concept Space), in São Paulo (SP), which is a place specially set for the consumer to strengthen his/her relationship with our brand, having a multiple sense experience, integrating conceptual, sensory and commercial experiences.

Our brand strengthened its preferred position in the Cosmetics, Toiletries and Fragrance market. According to the Brand Essence image survey conducted by the consulting firm Ipsos, the number of consumers who gave Natura the highest score grew from 73% to 79% in 2012.

Suppliers

We focused our relationship on creating partnerships to build a chain with higher added value. With our performance, we know that we can influence our commercial partners, and we have worked to make that influence increasingly positive. In 2012 we expanded the Sustainable Supply Chain strategy, which considers social and environmental aspects when selecting and developing our suppliers. In 2011, we analyzed 60% of our supplier base, indentifying those with good management practices and opportunities

for enhancing this performance. In 2012 we expanded the program to indirect input suppliers.

Our aim is to generate R$ 16 million in social and environmental gains in five years, through investments in our entire chain. In 2011, the first year of the program, benefits of around R$ 1 million were generated, and in 2012, an additional R$ 2 million were achieved.

Supplier loyalty dropped 4 p.p. (from 26.5% to 22.6% in 2012), influenced by the SAIN (Services, Assets and Indirect) audience. A combination of factors explains this complex supplier relations scenario, including the resolution of problems causes by the operation's instability in 2011 and commercial negotiations (including costs and payment terms), influenced by volatile exchange rates and rise in inflation.

Supplier communities

As a key audience for our sociobiodiversity strategy, we maintained relations with 36 supplier communities, involving 3.5 thousand families last year. The distribution of resources rose 16.6%, totaling R$ 12.1 million and accomplishing our goal of expanding business and the social benefit generated by access to biological resources and the associated traditional knowledge.

This value generation will continue expanding in coming years as part of the business expansion strategy in the Amazon Program *(read more about Sociobiodiversity)*. In order to prepare our input supply chain for the increased demand, we established the Provision Center, focused on identifying structuring needs for current communities and the pursuit of new partnerships.

Supplier communities	2010	2011	2012
Communities with which Natura has relations	27	35	36
Benefitted families in supplier communities	2.301	3.235	3.571

Funds (BRL thousand)	2010	2011	2012
Funds destined to supplier communities	**8.706**	**10.037**	**12.072**

Perspectives

Natura kicked off a new growth cycle in 2012, and the achieved results

were the consequence of investments made over the past two years. We accomplished significant improvement in our service level: we cut delivery time for consultants, doubled the number of orders delivered within 48 hours, and achieved the lowest product unavailability rate in the past ten years.

Our logistical infrastructure is ready to handle the future expansion, which will be driven strongly in Brazil by initiatives focused on increased productivity of consultants, a network of over 1.2 million people who already reach the homes of nearly 100 million consumers. We continue our efforts to increase buying frequency and the variety of purchased products. For this reason, we have invested in the evolution of our marketing, have advanced in consultant training and combined offering of diverse categories of products for our consumers.

This movement is supported by our innovation process, which generated important product launches in 2012: the first fragrance of UNA, a *deo parfum* focused on the *premium* segment, and the Natura Tododia *sprays*, aimed at a habit of after-bath body perfuming. With sales that exceed expectations, these products confirmed the strength of our brand in different segments. We will continue innovating in concepts and products to enchant our customers and occupy spaces in which the Natura brand can offer products aligned with our value proposal and isn't present yet.

Our International Operations in Latin America in turn achieved a level of development that strengthened their position as a relevant business platform. Our strategy for the region includes accelerated growth of our consultant network, expanded production supported on local partnerships, and increased brand prestige and institutional recognition. We are already among the top three preferred brands for consumers in Argentina and Peru, and we have significantly increased awareness of our brand in Mexico and Colombia, where our operation is more recent. We still have significant room to gain market share in the region.

In 2012, we also began exploring, in practice, the opportunities that new mobile technologies and social networks open for the direct selling model. We identified great potential for bring our consultants even closer to their customers, understanding their buying habits and providing our network of NCs with information that can increase its productivity and improve the buying experience for our customers. This movement will be supported by planned investments in digital technology.

In this scenario, we see the opportunity of being increasingly connected to people's needs, allowing the expansion of the Natura network of relationships by offering new brands, products, services and businesses.

Adherence to the Market Arbitration Chamber

The Company, its shareholders, Administrators and members of the Supervisory Board, of a Supervisory Board is established, are required to resolve, through arbitration before the Market Arbitration Chamber, each and every dispute or controversy that may arise between them, related to

or arising from, in particular, application, validity, effect, interpretation, breach and effects, of provisions set forth in Law no. 6.404/76, in the Company's bylaws../../AppData/Local/Microsoft/Windows/73439436/Desktop/atual, in standards issued by the National Monetary Council, by the Central Bank of Brazil and by the Brazilian Securities and Exchange Commission, as well as other standards applicable to operation of the capital market in general, in addition to those set forth in the Listing Rules of the New Exchange, the Arbitration Rules of the Market Arbitration Chamber, the Rules on Application of Pecuniary Sanctions in the New Exchange, and the Agreement for Listing on the New Exchange.

Relationship with independent auditors

In compliance with CVM (Brazilian SEC) Instruction no. 381/03, we hereby inform that the Company and its subsidiaries have adopted the formal procedure of consulting the independent auditors Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., in order to ensure than the rendering of these other services will not impair its independence and objectivity, required for the performance of independent auditing services, in addition to obtaining the proper approval from its Audit Committee. The company's policy of not hiring the services of independent auditors ensures that there is no conflict of interest, loss of independence or objectivity.

Guidelines for sustainability communication

To accurately and transparently portray our performance on the economic, environmental and social planes, we have adopted the Global Reporting Initiative (GRI-G3.1) guidelines, whose criteria will be extensively developed in our 2012 Annual Report.

All social and environmental data contained in GRI indicators undergo external verification by the company's independent auditors Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. In the case of 2012 GHG emissions, a specific verification was conducted (limited assurance) on the inventory data, also by Ernst & Young.

São Paulo, February 6, 2013 – Natura Cosméticos S.A. (BM&FBovespa: NATU3) announces today its results for the fourth quarter (4Q12) and for fiscal year 2012. Except where stated otherwise, the financial and operating information in this release is presented on a consolidated basis, in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRS).

natura
results 4Q12

natura
bem estar bem

The year was marked by recovery in consultant productivity in Brazil, the highest service quality indicators of the past few years and Latin America consolidating its position as a relevant business platform

Sales growth recovered in Brazil supported by a better balance between growth in the consultant base and in productivity[1] due to the execution of our strategy to increase the buying frequency of our customers.

Our service quality achieved the highest level of the last ten years, as shown by the indicator of out-of-stock items and the significant increase in the number of orders delivered within 48 hours. Moreover, other initiatives, such as *Mais Natura*, adjustment of incentives for the sales team to prioritize productivity and the launch of products in previously unexplored price points, led to an increase in productivity in the quarter of 2.9% compared to the same quarter last year.

In Brazil, our target market whithin is the cosmetics, fragrance and toiletry industry recorded robust growth of 17.9% in the first ten months of 2012, according to data from Sipatesp/Abhipec[2]. Toiletry categories registered the strongest growth, driven mainly by new product launches in the hair care and deodorant categories. We recorded a market share loss in the period of 0.9 p.p., which was concentrated mainly in the personal hygiene category, while we gained market share in the cosmetics and fragrance categories. In 2013, however, our innovation plan should enable us to increase competitiveness in the toiletries category.

Brazil	Market Size (R$ Million)			Market Share Natura (%)		
	10M12	10M11	Change (%)	10M12	10M11	Change (%)
Cosmetics and Fragrances	9,292	8,137	14.2%	34.5%	33.9%	0.5 pp
Toiletries	10,371	8,545	21.4%	11.6%	13.2%	(1.6) pp
Total	**19,662**	**16,682**	**17.9%**	**22.4%**	**23.3%**	**(0.9) pp**

Source: Sipatesp/Abhipec

We ended the year with 302,000 consultants in Latin America, reaffirming this region's position as a relevant business platform. EBITDA in the Operations in Consolidation was R$78.4 million with EBITDA margin of 16.1%, while the Operations in Implementation neared breakeven. This reflects the important advances made in the region, with the percentage of goods produced locally increasing continuously to around 10% of needs in December 2012, the stabilization of the CNO (Super Consultant) model in Colombia, Chile and Peru, and the adjustments to the Sustainable Relations Network in Mexico. We remain especially confident and enthusiastic about our businesses in the International Operations, maintaining an intense focus on our objective of becoming one of the main players in the countries where we operate.

[1] Productivity at retail prices = (gross revenue in the period/average number of consultants in the period) / (1 - consultant profit)
[2] Sipatesp/Abihpec: São Paulo State Perfumery and Toiletry Association / Brazilian Cosmetics, Fragrance and Toiletry Industry Association. The figures for 2011 were reprocessed by Sipatesp/Abihpec.

(R$ million)	4Q12	4Q11	Change (%)	2012	2011	Change (%)
Brazil Gross Revenue	2,257.8	2,030.8	*11.2*	7,629.4	6,898.9	*10.6*
International Gross Revenue	293.4	201.7	*45.4*	936.6	636.9	*47.1*
Consolidated Gross Revenue	**2,551.2**	**2,232.6**	***14.3***	**8,566.1**	**7,535.8**	***13.7***
Brazil Net Revenue	1,645.0	1,511.0	*8.9*	5,611.2	5,087.6	*10.3*
International Net Revenue	230.1	159.5	*44.2*	734.4	503.8	*45.8*
Consolidated Net Revenue	**1,875.0**	**1,670.5**	***12.2***	**6,345.7**	**5,591.4**	***13.5***
% Share International Net Revenue	***12.3%***	***9.5%***	***2.7 pp***	***11.6%***	***9.0%***	***2.6 pp***
Brazil pro-forma EBITDA	452.0	499.4	*(9.5)*	1,522.6	1,476.1	*3.2*
% Brazil pro-forma EBITDA Margin	*27.5%*	*33.1%*	*(5.6) pp*	*27.1%*	*29.0%*	*(1.9) pp*
International pro-forma EBITDA	10.0	1.0	*n/d*	(11.8)	(51.1)	*(76.8)*
% International pro-forma EBITDA Margin	*4.3%*	*0.6%*	*3.7 pp*	*(1.6)%*	*(10.1)%*	*8.5 pp*
Consolidated EBITDA	**462.0**	**500.4**	***(7.7)***	**1,510.7**	**1,425.0**	***6.0***
% Consolidated EBITDA Margin	*24.6%*	*30.0%*	*(5.3) pp*	*23.8%*	*25.5%*	*(1.7) pp*
Consolidated Net Income	**257.3**	**290.7**	***(11.5)***	**861.2**	**830.9**	***3.7***
% Consolidated Net Margin	*13.7%*	*17.4%*	*(3.7) pp*	*13.6%*	*14.9%*	*(1.3) pp*
Cash Generation	**311.6**	**173.9**	**79.2**	**884.3**	**410.6**	***115.4***
Net Debt / Ebida				**0.37**	**0.41**	

*Growth in local currency of 25.5% in 4Q12 vs 4Q11 and 28.0% in 2012 vs. 2011.

In 2012, consolidated EBITDA grew by 6% compared to 2011. After excluding the nonrecurring effects and the reversal of the provision for profit sharing that had a significant positive impact on the 2011 results, the improvement in the fundamentals of our business supported EBITDA growth of 17%.

We continue to make significant investments that will also play an important role in assuring our competitive advantages, while enabling us to grow the business and taking us to a new level of service quality. This year, CAPEX totaled R$437.4 million, which was distributed among capacity expansion, information technology and logistics projects. We are now entering an investment cycle in which information technology will increasingly serve as a competitive advantage.

We also took our first steps towards significantly improving the buying experiencing by integrating technology into the consultant-customer relationship. In this scenario, we envision opportunities to become even more connected with people's needs, enabling Natura's network of relationships to expand even further by offering new brands, products, services and businesses.

In December, the acquisition of the Australian brand AESOP, which is present in 11 countries, represented yet another investment aligned with our long-term strategy and will give us access to a powerful global brand that offers excellent products through a unique buying experience in its concept stores. The transaction will increase our exposure in markets beyond Latin America and also allow us to share important competencies between the two companies.

1. social and environmental highlights

In 2012, we improved our sustainability management, which is fundamental to the execution of our strategy and business model. For the second straight year, we figured as the second most sustainable company in the world and the first in the Southern Hemisphere in the "Global 100" ranking compiled by the Canadian organization Corporate Knights.

We inaugurated the Amazon Innovation Center (NINA) and launched the Natura Campus Selection Process for choosing Science, Technology and Innovation projects throughout the region. We also began building an industrial facility based on sustainable principles in Benevides, State of Pará, which should be inaugurated by mid-2013.

In November 2012, the BM&FBovespa S.A. - Securities, Commodities and Futures Exchange announced the new list of companies selected as components of the Corporate Sustainability Index (ISE), with Natura included in the index for the eighth straight year. We were also one of the first companies to support the BM&FBOVESPA by publishing our complete set of responses to the detailed ISE survey.

Indicator	2011 Results	2012 Commitment	2012 Results
Greenhouse gas (GHG) emissions	Reduction of 5.3% over 2010	Reduce relative greenhouse gas (GHG) emissions by 4.5% over 2011*	Reduction of 4.0% over 2011
Water consumption	0.4 liter / unit produced	Mantain 0.4 liter / unit produced in Brazil	0.4 liter / unit produced
Solid Waste	20.0 grams / unit produced	Maintain quantity of solid waste generated per unit produced in Brazil at 20.0 grams	25.6 grams/unit produced
Collections Crer para Ver	R$8.4 million	Achieve R$10.3 million sales from Crer para Ver product line in Brazil	R$12.8 million (throughout the year)
Funding to Supplier Communities **	R$10.0 million	Distribute R$12.0 million in wealth to supplier communities	R$12.1 million

*Reduce relative greenhouse gas (GHG) emissions by 33.0% by 2013, against 2006 baseline inventory. In 2011 reduction of 25.4% over 2006.

**Indicator refers to compensation and purchase of raw materials.

As part of our ongoing commitment to reducing relative **Greenhouse Gas Emissions**, we achieved a reduction of 4% in 2012 on the prior year. We have achieved a cumulative reduction of 28.4% since 2006 and are on track to fulfilling our commitment to reaching a 33.0% reduction by 2013. The main contributors to this reduction were the installation of a biomass-fired boiler at the plant in Benevides, Para, the issue of prepaid fuel cards for the in-house vehicle fleet and the better product mix.

We maintained **Water** consumption stable at 0.4 liter/unit produced, in line with the target established for 2012. Meanwhile, the failure to meet the target for **Solid Waste Generation** is mainly due to the write-off of the discontinued materials inventory (finished products and raw materials).

On the social front, surpassing by 24% the funding target for the **Crer Para Ver** project was due to the excellent performance of all launches by the line during 2012. Crer Para Ver is the main source of funds of the Natura Institute, the Company's social private investment arm. In 2012, the Trilhas Project, which was created in partnership with the NGO Comunidade Educativa (Cedac), has become part of public policy and impacted three million students enrolled in early grades at 72,000 elementary schools.

The increase in the volume of funds allocated to our **Supplier Communities** basically reflects the higher amount of benefit sharing allocated to these communities.

2. economic performance

In the pro-forma results, the profit margin obtained on exports from Brazil to the international operations was subtracted from the COGS of the respective operations in order to show the actual impact of these subsidiaries on the company's consolidated results. Accordingly, the pro-forma income statement for the Brazilian operations considers only the sales made in the domestic market.

Quarter

(R$ million)	Consolidated[3]			Pro-Forma								
				Brazil			Consolidation			Implementation		
	4Q12	4Q11	Change%	4Q12	4Q11	Change%	4Q12	4Q11	Change%	4Q12	4Q11	Change%
Total Consultants - end of period* ('000)[4]	1,572.8	1,421.1	10.7	1,268.4	1,175.5	7.9	190.6	157.3	21.1	111.2	85.6	30.0
Total Consultants - average of period ('000)	1,555.8	1,400.3	11.1	1,253.8	1,160.4	8.0	189.8	156.5	21.3	109.7	80.5	36.3
Units sold – items for resale	140.2	131.1	6.9	125.2	117.8	6.2	9.9	9.1	9.0	4.8	4.5	6.3
Gross Revenue	**2,551.2**	**2,232.6**	**14.3**	**2,257.8**	**2,030.8**	**11.2**	**205.8**	**141.1**	**45.9**	**80.3**	**52.9**	**51.9**
Net Revenue	**1,875.0**	**1,670.5**	**12.2**	**1,645.0**	**1,511.0**	**8.9**	**154.6**	**107.2**	**44.2**	**69.2**	**45.6**	**51.6**
Gross Profit	**1,298.6**	**1,174.2**	**10.6**	**1,139.9**	**1,072.3**	**6.3**	**108.0**	**69.5**	**55.4**	**46.8**	**29.9**	**56.5**
Selling Expenses	(638.1)	(543.2)	17.5	(533.7)	(468.7)	13.9	(66.0)	(40.6)	62.5	(33.7)	(28.1)	19.9
General and Administrative Expenses	(209.5)	(198.8)	5.4	(170.1)	(170.7)	(0.3)	(9.8)	(6.4)	54.6	(7.3)	(5.5)	33.0
Employee profit sharing	(21.1)	(5.1)	n/a	(17.0)	(5.1)	n/a	(1.6)	-	n/a	(0.9)	-	n/a
Management compensation	(5.2)	0.3	n/a	(5.2)	0.3	n/a	-	-	n/a	-	-	n/a
Other Operating Income / (Expenses), net	(0.5)	42.1	n/a	2.7	42.2	n/a	(2.2)	0.6	n/a	(0.1)	(0.4)	(87.2)
Financial Income / (Expenses), net	(38.9)	(41.6)	(6.5)	(32.8)	(40.0)	(18.1)	(5.2)	(1.8)	n/a	(0.9)	0.2	n/a
Earnings Before Taxes	**385.4**	**427.8**	**(9.9)**	**383.8**	**430.4**	**(10.8)**	**23.1**	**21.3**	**8.6**	**3.8**	**(3.9)**	**n/a**
Income Tax and Social Contribution	(128.1)	(137.1)	(6.6)	(120.1)	(137.2)	(12.5)	(7.8)	1.4	n/d	(0.2)	(1.2)	(81.6)
Net Income (Losses)	**257.3**	**290.7**	**(11.5)**	**263.8**	**293.2**	**(10.0)**	**15.4**	**22.7**	**(32.3)**	**3.6**	**(5.1)**	**n/a**
EBITDA	**462.0**	**500.4**	**(7.7)**	**452.0**	**499.4**	**(9.5)**	**29.4**	**24.2**	**21.7**	**5.7**	**(3.6)**	**n/a**
Gross Margin	*69.3%*	*70.3%*	*(1.0) pp*	*69.3%*	*71.0%*	*(1.7) pp*	*69.8%*	*64.8%*	*5.0 pp*	*67.7%*	*65.5%*	*2.1 pp*
Sales Expenses/Net Revenue	*34.0%*	*32.5%*	*1.5 pp*	*32.4%*	*31.0%*	*1.4 pp*	*42.7%*	*37.9%*	*4.8 pp*	*48.8%*	*61.6%*	*(12.9) pp*
General and Admin. Expenses/Net Revenue	*11.2%*	*11.9%*	*(0.7) pp*	*10.3%*	*11.3%*	*(1.0) pp*	*6.4%*	*5.9%*	*0.4 pp*	*10.6%*	*12.1%*	*(1.5) pp*
Net Margin	*13.7%*	*17.4%*	*(3.7) pp*	*16.0%*	*19.4%*	*(3.4) pp*	*9.9%*	*21.2%*	*n/a*	*5.2%*	*n/a*	*n/a*
EBITDA Margin	*24.6%*	*30.0%*	*(5.3) pp*	*27.5%*	*33.1%*	*(5.6) pp*	*19.0%*	*22.6%*	*(3.5) pp*	*8.2%*	*n/a*	*n/a*

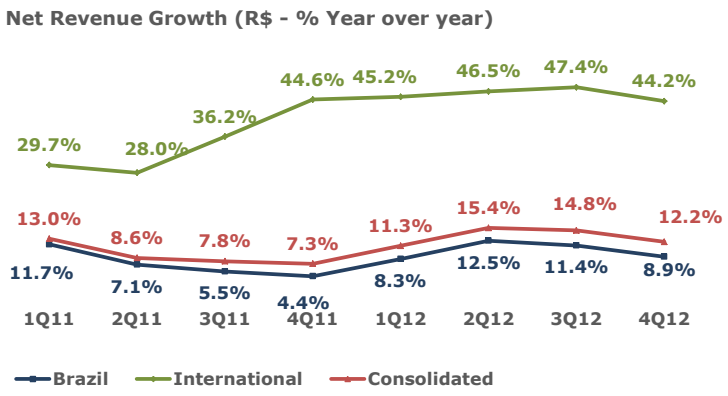
Year to date

(R$ million)	Consolidated[3]			Pro-Forma								
				Brazil			Consolidation			Implementation		
	2012	2011	Change%	2012	2011	Change%	2012	2011	Change%	2012	2011	Change%
Total Consultants - end of period* ('000)[4]	1,572.8	1,421.1	10.7	1,268.4	1,175.5	7.9	190.6	157.3	21.1	111.2	85.6	30.0
Total Consultants - average of period ('000)	1,497.7	1,313.4	14.0	1,216.8	1,093.2	11.3	175.8	145.6	20.7	102.4	71.8	42.6
Units sold – items for resale	499.5	458.6	8.9	445.8	410.5	8.6	35.2	32.9	7.1	17.3	14.9	15.9
Gross Revenue	**8,566.1**	**7,535.8**	**13.7**	**7,629.4**	**6,898.9**	**10.6**	**649.7**	**441.5**	**47.1**	**263.5**	**172.9**	**52.4**
Net Revenue	**6,345.7**	**5,591.4**	**13.5**	**5,611.2**	**5,087.6**	**10.3**	**487.2**	**335.1**	**45.4**	**226.7**	**149.2**	**52.0**
Gross Profit	**4,477.6**	**3,925.1**	**14.1**	**3,971.7**	**3,611.3**	**10.0**	**340.2**	**212.5**	**60.1**	**153.4**	**92.2**	**66.4**
Selling Expenses	(2,212.2)	(1,952.7)	13.3	(1,835.3)	(1,686.5)	8.8	(224.2)	(148.8)	50.6	(137.5)	(99.8)	37.7
General and Administrative Expenses	(772.7)	(680.7)	13.5	(645.6)	(577.9)	11.7	(31.0)	(23.2)	33.5	(23.4)	(17.6)	32.8
Employee profit sharing	(90.8)	(30.2)	n/a	(74.4)	(30.2)	n/a	(6.5)	-	n/a	(3.7)	-	n/a
Management compensation	(20.7)	(9.4)	n/a	(20.7)	(9.4)	n/a	-	-	n/a	-	-	n/a
Other Operating Income / (Expenses), net	(11.6)	63.1	n/a	(5.9)	65.7	n/a	(4.6)	(1.1)	n/a	0.0	(1.1)	n/a
Financial Income / (Expenses), net	(93.4)	(77.3)	20.8	(90.9)	(73.5)	23.8	(2.2)	(2.6)	n/a	(0.3)	(1.2)	n/a
Earnings Before Taxes	**1,276.1**	**1,237.7**	**3.1**	**1,298.9**	**1,299.4**	**(0.0)**	**71.7**	**36.6**	**95.7**	**(11.4)**	**(27.6)**	**n/a**
Income Tax and Social Contribution	(414.9)	(406.8)	2.0	(402.1)	(398.3)	1.0	(11.8)	(4.8)	n/a	(1.0)	(3.4)	n/a
Net Income (Losses)	**861.2**	**830.9**	**3.7**	**896.8**	**901.1**	**(0.5)**	**60.0**	**31.9**	**88.1**	**(12.4)**	**(31.0)**	**n/a**
EBITDA	**1,510.7**	**1,425.0**	**6.0**	**1,522.6**	**1,476.1**	**3.2**	**78.4**	**43.0**	**82.3**	**(8.2)**	**(24.2)**	**(66.0)**
Gross Margin	*70.6%*	*70.2%*	*0.4 pp*	*70.8%*	*71.0%*	*(0.2) pp*	*69.8%*	*63.4%*	*6.4 pp*	*67.7%*	*61.8%*	*5.8 pp*
Sales Expenses/Net Revenue	*34.9%*	*34.9%*	*(0.1) pp*	*32.7%*	*33.1%*	*(0.4) pp*	*46.0%*	*44.4%*	*1.6 pp*	*60.6%*	*66.9%*	*(6.3) pp*
General and Admin. Expenses/Net Revenue	*12.2%*	*12.2%*	*0.0 pp*	*11.5%*	*11.4%*	*0.1 pp*	*6.4%*	*6.9%*	*(0.6) pp*	*10.3%*	*11.8%*	*(1.5) pp*
Net Margin	*13.6%*	*14.9%*	*(1.3) pp*	*16.0%*	*17.7%*	*(1.7) pp*	*12.3%*	*9.5%*	*2.8 pp*	*(5.5)%*	*(20.8)%*	*n/a*
EBITDA Margin	*23.8%*	*25.5%*	*(1.7) pp*	*27.1%*	*29.0%*	*(1.9) pp*	*16.1%*	*12.8%*	*3.3 pp*	*(3.6)%*	*(16.2)%*	*n/a*

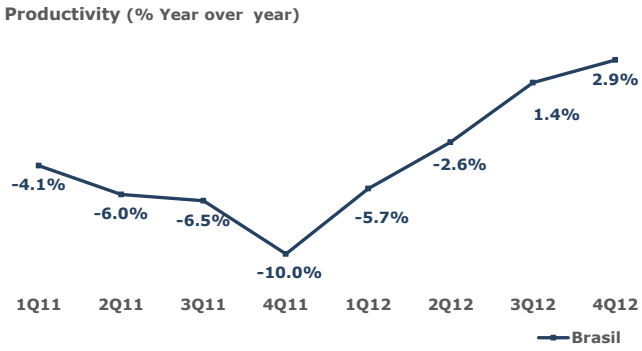
[3] Consolidated figures include the Brazil Operations, the Operations in Consolidation, the Operations in Implementation and other International Investments.

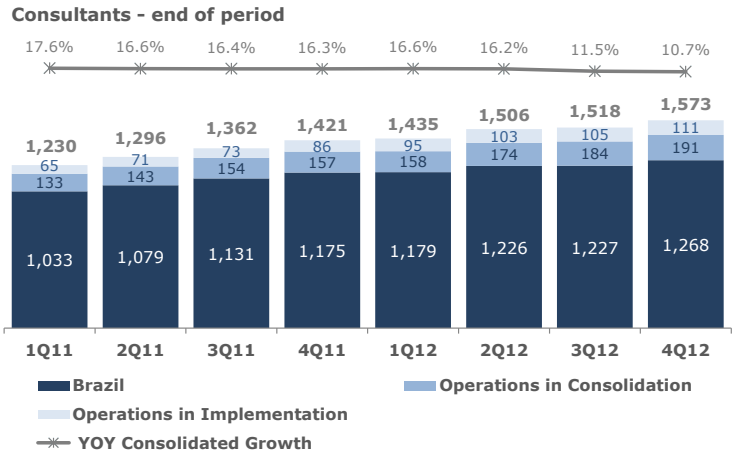
[4] Position at end of Cycle. **Brazil** – Cycle 18. **In Consolidation:** Argentina - Cycle 17, Peru and Chile - Cycle 16. **In implementation:** Mexico - Cycle 17 and Colombia - Cycle 16.

2.1 net revenue



In **Brazil**, as planned, our revenue growth was better balanced in terms of expanding the consultant base and increasing productivity. Between 4Q12 and 3Q12, 41,800 consultants joined our base, leading the number of consultants to end 2012 at 1,268,000, while productivity increased by 2.9%. In the full year, productivity remained stable in nominal terms, going from R$9,016 in 2011 to R$8,957 in 2012.





In 4Q12, as detailed in the table to the right, net revenue growth lagged gross revenue growth by 2.3 p.p. due to the higher tax rate resulting from the increase in the value added margin (MVA) in the state of São Paulo on August 1, 2012[5] that partially impacted 3Q12 and to the nonrecurring impacts concentrated in 4Q11 that reduced the amount of tax payable in that quarter.

Brazil (R$ million)	4Q10	4Q11	3Q12	4Q12	4Q11 vs 4Q10	4Q12 vs. 4Q11
Gross Revenue	**1,971.6**	**2,030.8**	**1,903.6**	**2,257.8**	**3.0%**	**11.2%**
Taxes on sales	524.3	519.9	511.8	612.8	16.9%	17.9%
Taxes on sales rate (%)	26.6%	25.6%	26.9%	27.1%	*(1.0) pp*	*1.5 pp*
Net Revenue	**1,447.2**	**1,511.0**	**1,391.8**	**1,645.0**	**4.4%**	**8.9%**

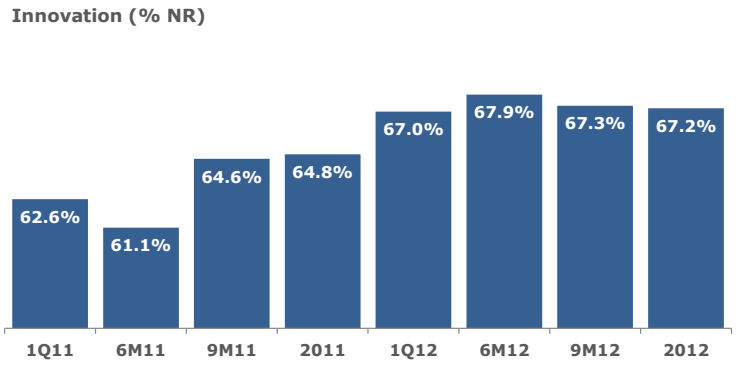
In the **International Operations**, which accounted for 12.3% of consolidated net revenue in 4Q12, sales were leveraged by the significant expansion in the consultant base, reflecting the stabilization of the CNO model in Chile, Colombia and Peru and of the Sustainable Relations Network in Mexico. This scenario supported sales growth rates in local currency of 28.0% in the Operations in Consolidation and 25.2% in the Operations in Implementation in the quarter and in the whole of 2012 of 27.4% and 32.6%, respectively.

[5] Value Added Margin (MVA): percentage used to estimate the average margin practiced by consultants, which is used as parameter to form the base for calculating the payment of state value added tax (ICMS-st, tax substitution).

2.2 innovation & products

In Brazil, product launches such as the Natura Tododia line of body splashes and the fragrance Natura UNA, in line with our strategy of positioning products in previously unexplored price points, made positive contributions to the full year results. In addition, our kits for the Christmas season registered excellent sales performances.

The innovation index[6] stood at 67.2% in December, compared to 64.8% in the same period of 2011, with this improvement supported primarily by the Body and Fragrance categories, which carried out product launches that were well distributed over the last few months. R&D investments in the quarter corresponded to 2.5% of net revenue, compared to 2.6% in 4Q11 (2.5% in 2012 vs. 2.7% in 2011).



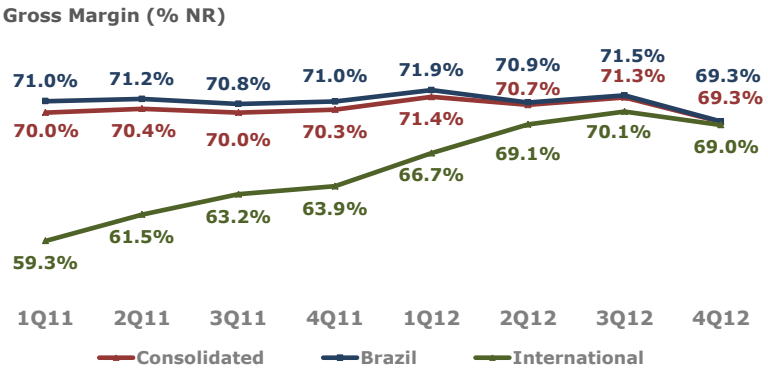
2.3 gross margin

In **Brazil**, gross margin in 4Q12 contracted by 1.7 p.p., reflecting the higher sales taxes and the nonrecurring effects that impacted gross income in the year-ago quarter. In 2012, the improvement in the efficiency of promotions and raw material and packaging prices adjustments negotiated at rates below inflation offset the negative effect from the higher taxes payable, leading gross margin to remain stable.

The following table presents the main components of COGS:

	4Q12	4Q11	2012	2011
RM / PM *	84.8	86.3	82.9	83.2
Labor	7.9	8.6	9.1	9.4
Depreciation	2.5	1.9	2.6	2.3
Other	4.8	3.1	5.4	5.0
Total	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**

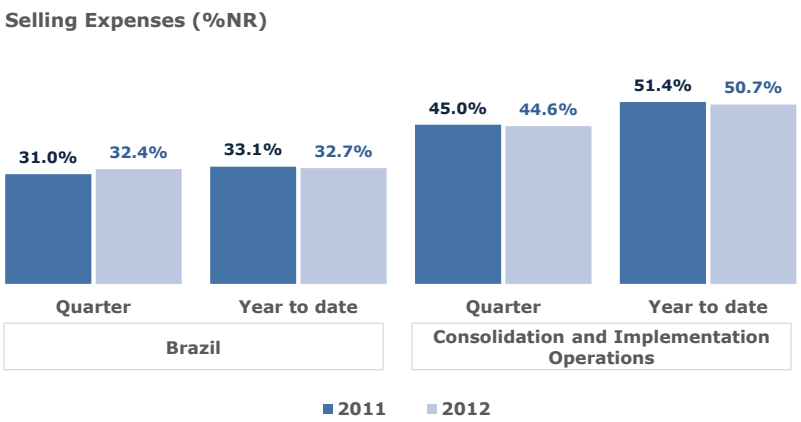
* Raw materials and packaging materials



In our international operations, in the countries both in consolidation and implementation we registered gross margin expansions of 5.0 p.p. and 2.1 p.p., respectively, which also reflected the improved efficiency of promotions, the better management of inventories and the still-favorable exchange variation effect between the Brazilian real and the basket of currencies of the countries where we operate.

[6] Innovation Index: share in the last 12 months of the sale of products launched in the last 24 months.

2.4 selling, general and administrative expenses



In Brazil, the relative increase in **selling expenses** in 4Q12 was due to the adjustments to incentives for CNOs related to the Productivity Program, as well as to the higher investments in marketing. In the same period, in our International Operations we maintained strong investments in marketing and incurred higher expenses in the initial phase of the implementation of the CNO model in Argentina, Chile and Colombia.

In Brazil, after excluding the reversal of the provision for profit sharing that benefitted results in 2011, **administrative expenses** remained stable. In 2012, in addition to the more robust information technology structure, we also maintained investments in initiatives to improve our competitive advantages. In the International Operations, the increase in administrative expenses in both the quarter and full year was due to inflationary pressures in Argentina and to the smaller comparison base in 2011 associated with the reversal of the provision for profit sharing in that year.



2.5 other operating expenses and revenues

In 4Q12, considering the Brazil Operations and the International Operations, we registered an expense of R$0.5 million, compared to the revenue of R$42.1 million in 4Q11. In 2012, we registered an expense of R$11.6 million, compared to the revenue of R$63.1 million in 2011. The other operating revenues in 2011 were impacted by nonrecurring items related to the recognition in the year of PIS and Cofins tax credits from prior periods.

2.6 other international investments

Other international investments, which are basically formed by our operations in France and the expenses with projects and the international corporate structure based in Buenos Aires, posted an EBITDA loss of R$25.1 million in 4Q12 and R$82.0 million in 2012 (compared to R$19.7 million in 4Q11 and R$69.9 million in 2011). The costs of our corporate structure based in Buenos Aires were influenced by the depreciation of the Brazilian real against the Argentine peso.

2.7 EBITDA

Consolidated EBITDA in 2011 benefitted from nonrecurring impacts on expenses related to the reversal of the provision for profit sharing and the recognition of tax credits in the aggregate amount of R$124.1 million (or 2.2 p.p. of EBITDA margin). After normalizing EBITDA in 2011 and 2012 by excluding these effects, EBITDA increased by 17.0%.

Considering normalized EBITDA, the efficiency and scale gains in Brazil, coupled with the higher profitability of the International Operations, offset the higher investments in information technology and in marketing, which supported EBITDA margin gains.

Consolidated (R$ million)	2012	2011	2012 vs. 2011
Reported EBITDA	**1,510.7**	**1,425.0**	***6.0%***
(-) Other operating income (expenses), net	(11.6)	63.1	
EBITDA without other operating income (expenses), net	**1,522.4**	**1,361.9**	
(-) Employee profit sharing	0.0	61.0	
Normalized EBITDA	**1,522.4**	**1,300.9**	***17.0%***
% Reported EBITDA Margin	*23.8%*	*25.5%*	*(1.7) pp*
% EBITDA Margin without Other Operating Income (Expenses), net	*24.0%*	*24.4%*	*(0.4) pp*
% Normalized EBITDA Margin	*24.0%*	*23.3%*	*0.7 pp*
Change without Other operating income (expenses), net - Reported	*0.2 pp*	*(1.1) pp*	
Change Normalized - Reported	*0.2 pp*	*(2.2) pp*	

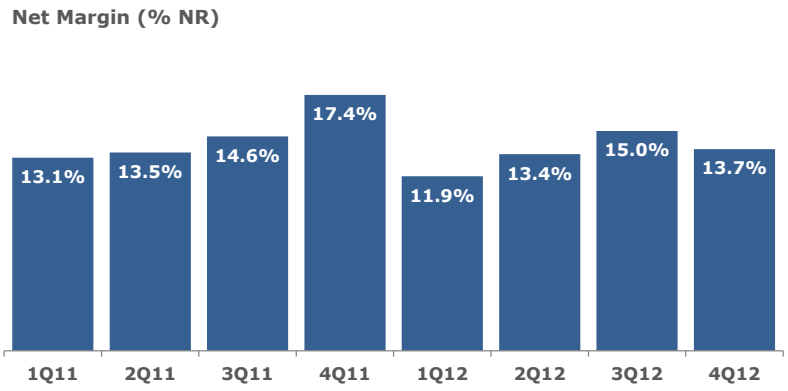
EBITDA (R$ million)

	4Q12	4Q11	Change %	2012	2011	Change %
Net Revenue	1,875.0	1,670.5	12.2	6,345.7	5,591.4	13.5
(-) Cost of Sales and Expenses	1,450.7	1,201.0	20.8	4,976.1	4,276.3	16.4
EBIT	**424.3**	**469.4**	**(9.6)**	**1,369.6**	**1,315.1**	**4.1**
(+) Depreciation/Amortization	37.7	30.9	21.9	141.2	109.9	28.4
EBITDA	**462.0**	**500.4**	**(7.7)**	**1,510.7**	**1,425.0**	**6.0**

Pro-forma EBITDA by areas of operation (R$ million)

	4Q12	4Q11	Change %	2012	2011	Change %
Brazil	452,0	499,4	(9,5)	1.522,6	1.476,1	3,2
Argentina, Chile and Peru	29,4	24,2	21,7	78,4	43,0	82,3
Mexico and Colombia	5,7	(3,6)	n/a	(8,2)	(24,2)	n/a
Other Investments	(25,1)	(19,7)	27,7	(82,0)	(69,9)	17,3
EBITDA	**462,0**	**500,4**	**(7,7)**	**1.510,7**	**1.425,0**	**6,0**

2.8 net income



Consolidated **net margin** in 4Q12 and 2012 contracted in relation to the year-ago periods by 3.7 p.p. and 1.3 p.p., respectively. The contractions in net margin were due to the nonrecurring effects in 2011 explained above. These impacts were partially offset by a slight reduction in the income tax rate from 32.9% in 2011 to 32.5% in 2012.

The **Financial Result** in 2012 is explained by the increase in average net debt, which was partially offset by the reduction in borrowing costs resulting from the decline in the CDI overnight rate.

(R$ million)	4Q12	4Q11	Change (%)	2012	2011	Change (%)
Financial Income	42.6	23.1	*84.3*	161.8	122.7	*31.9*
Financial Expenses	(81.5)	(64.7)	*26.0*	(255.3)	(200.0)	*27.6*
Financial Income / (Expenses), net	(38.9)	(41.6)	*(6.4)*	(93.4)	(77.3)	*20.8*

2.9 cash flow

In 2012, the 115.4% increase in **free cash flow** is explained by the R$281.1 million reduction in working capital investments due to better inventory management, the recovery of taxes and the level of accounts payable (which benefitted from the 2012 calendar and from the high concentration of CAPEX in the last few months of the year).

R$ million	4Q12	4Q11	Change R$	Change %	2012	2011	Change R$	Change %
Net income	**257.3**	**290.7**	**(33.4)**	**(11.5)**	**861.2**	**830.9**	**30.3**	**3.7**
Depreciation and amortization	37.7	30.9	6.8	21.9	141.2	109.9	31.3	28.4
Non-cash / Other*	(4.4)	12.8	(17.2)	(134.0)	38.3	23.3	15.0	64.2
Internal cash generation	**290.7**	**334.4**	**(43.8)**	**(13.1)**	**1,040.7**	**964.1**	**76.6**	**7.9**
Working Capital (Increase)/Decrease	256.0	(66.1)	322.0	(487.3)	281.1	(207.2)	488.3	(235.7)
Operating cash generation	**546.6**	**268.4**	**278.3**	**103.7**	**1,321.8**	**757.0**	**564.8**	**74.6**
CAPEX	(235.0)	(94.5)	(140.5)	148.7	(437.4)	(346.4)	(91.1)	26.3
Free cash flow**	**311.6**	**173.9**	**137.8**	**79.2**	**884.3**	**410.6**	**473.7**	**115.4**

Favorable/ (unfavorable)

(*) Some 2011 figures were adjusted for proper disclosure

(**) (Internal cash generation) +/- (changes in working capital and long-term assets and liabilities) – (acquisitions of property, plant, and equipment).

Investments in **property, plant and equipment and intangible assets** totaled R$235.0 million in 4Q12 and R$437.4 million in 2012, which is basically explained by the investments in capacity expansion, information technology and logistics projects. For 2013, we forecast CAPEX of R$450.0 million, which includes the inaugurations of the soap plant in Pará and the new distribution center in São Paulo, the capacity expansion project at the plant in Cajamar, and the investments in systems to support significant technological enhancements in the buying experience.

2.10 debt

The increase in total debt reflects the plan to amortize short-term debt. Note that despite the increase in borrowings, the Net Debt/EBITDA ratio ended December 2012 at 0.37x, down from the level in December 2011.

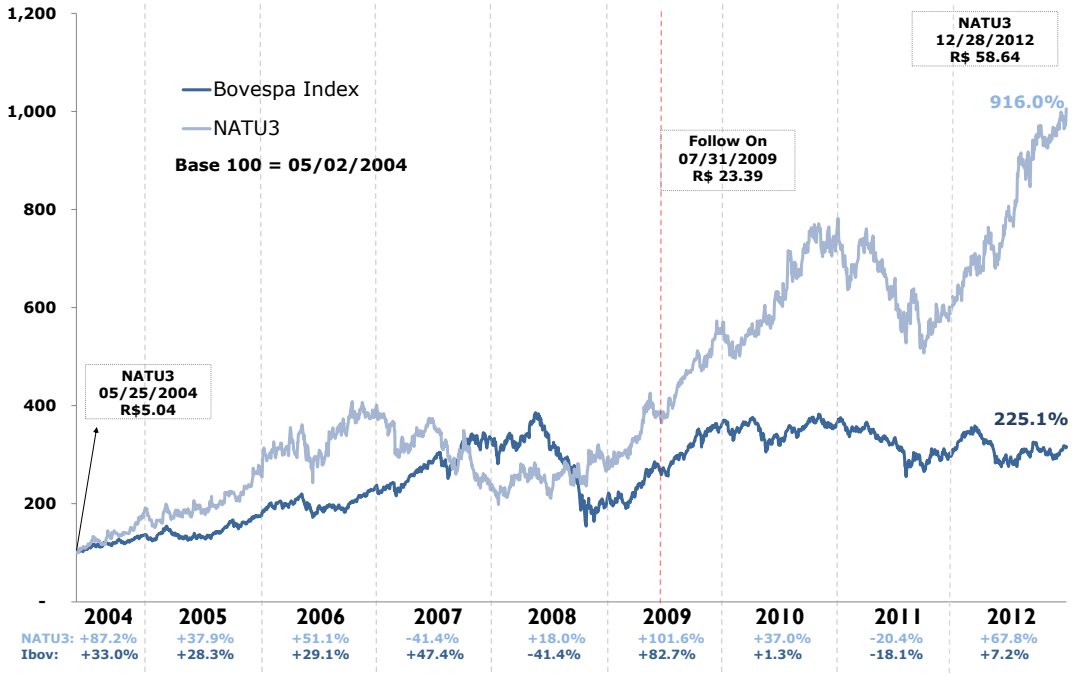
Debt (R$ million)	Dec/12	Share (%)	Dec/11	Share (%)	Change (%)
Short-Term	999.5	45.5%	169.0	15.3%	491.5%
Long-Term	1,325.1	60.3%	1,017.7	92.4%	30.2%
Derivatives	(80.9)	(3.7)%	(28.6)	(2.6)%	182.7%
Finance Leases	(47.8)	(2.2)%	(56.3)	(5.1)%	-15.2%
Total Debt	**2,195.8**	**100.0%**	**1,101.7**	**100.0%**	**99.3%**
Cash, cash equivalents and short-term investment	1,643.1		515.6		218.7%
(=) Net Debt - Net Cash	**552.7**		**586.1**		**-5.7%**
Net Debt / Ebitda	0.37		0.41		
Total Debt / Ebitda	1.45		0.77		

3. stock performance

In 2012, the price of Natura stock gained 67.8%, while the Bovespa Index gained 7.2%. Average daily trading volume in 4Q12 was R$51.3 million (R$54.3 million in 2012) and in 4Q11 was R$35.6 million (R$43.7 million in 2011).

In 2012, our average ranking in the Bovespa Liquidity Index was 31st.

The following chart shows the performance of Natura stock since its IPO:



4. dividends and interest on equity

On February 6, 2013, the Board of Directors approved the proposal to be submitted to the Annual Shareholders Meeting to be held on April 12, 2013, for the payment on April 17, 2013, of dividends based on net income for fiscal year 2012 and of interest on equity for the period in the amounts of R$469.5 million and R$21.8 million (R$18.6 million net of withholding tax), respectively.

On August 15, 2012, payments were made of interim dividends of R$327.0 million and interest on equity of R$31.0 million, net of withholding tax.

The dividends and interest on equity for fiscal year 2012 represent a net payout of R$1.97 per share and correspond to 100% of net income[7] for 2012.

[7] Net income in accordance with Brazilian Corporations Law.

conference call **& webcast**

PORTUGUESE:

Friday, February 8, 2013

10:00 a.m. (Brasília time)

ENGLISH:

Friday, February 8, 2013

12:00 p.m. (Brasília time)

From Brazil: **+55 11 4688 6341**

From the U.S.: toll free **+1 855 281 6021**

From other countries: **+1 786 924 6977**

Code: **Natura**

Live webcast:

www.natura.net/investidor

investor **relations**

Tel: +55 (11) 4196-1421

Fabio Cefaly, fabiocefaly@natura.net

Tatiana Bravin, tatianabravin@natura.net

Taísa Hernandez, taisahernandez@natura.net

Yakatherine Menendez, yakatherinemenendez@natura.net

NATU3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Índice Brasil 50 IBRX 50 | Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG | Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC | Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2013 | MSCI | Índice Carbono Eficiente ICO2

balance sheets

on December 31, 2012 and 2011

(in millions of Brazilian real - R$)

ASSETS	2012	2011
CURRENT ASSETS		
Cash and cash equivalents	1,144.4	515.6
Short-term investments	498.7	-
Trade receivables	651.4	641.9
Inventories	700.7	688.7
Recoverable taxes	144.5	201.6
Derivatives	80.9	28.6
Other receivables	157.8	126.8
Total current assets	**3,378.3**	**2,203.3**
NONCURRENT ASSETS		
Long-term assets:		
Recoverable taxes	151.4	111.2
Deferred income tax and social contribution	214.2	189.6
Escrow deposits	349.5	295.8
Other noncurrent assets	41.3	29.9
Property, plant and equipment	1,012.1	800.4
Intangible assets	228.5	162.8
Total noncurrent assets	**1,997.1**	**1,589.8**
TOTAL ASSETS	**5,375.4**	**3,793.0**

LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY	2012	2011
CURRENT LIABILITIES		
Borrowings and financing	999.5	169.0
Trade and other payables	649.9	489.0
Payroll, profit sharing and related taxes	211.8	132.0
Taxes payable	501.5	446.8
Other payables	52.0	37.9
Total current liabilities	**2,414.7**	**1,274.7**
NONCURRENT LIABILITIES		
Borrowings and financing	1,325.1	1,017.7
Taxes payable	177.3	140.5
Provision for tax, civil and labor risks	63.3	65.0
Others provisions	89.0	44.8
Total noncurrent liabilities	**1,654.6**	**1,268.0**
SHAREHOLDERS' EQUITY		
Capital	427.1	427.1
Capital reserves	155.9	160.3
Earnings reserves	308.1	292.5
Treasury shares	(66.1)	(102.8)
Proposed additional dividend	491.3	490.9
Other comprehensive losses	(10.2)	(17.6)
Total shareholders' equity	**1,306.1**	**1,250.2**
TOTAL LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY	**5,375.4**	**3,793.0**

statements **of income**

for the periods ended December 31, 2012 and 2011

(R$ milhões)	2012	2011
NET REVENUE	**6,345.7**	**5,591.4**
Cost of sales	(1,868.0)	(1,666.3)
GROSS PROFIT	**4,477.6**	**3,925.1**
OPERATING (EXPENSES) INCOME		
Selling expenses	(2,212.2)	(1,952.7)
Administrative and general expenses	(772.7)	(680.7)
Employee profit sharing	(90.8)	(30.2)
Management compensation	(20.7)	(9.4)
Other operating income (expenses), net	(11.6)	63.1
INCOME FROM OPERATIONS BEFORE FINANCIAL (EXPENSES) INCOME	**1,369.5**	**1,315.1**
Financial income	161.8	122.7
Financial expenses	(255.3)	(200.0)
INCOME BEFORE INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION	**1,276.1**	**1,237.7**
Income tax and social contribution	(414.9)	(406.8)
NET INCOME	**861.2**	**830.9**

statements of cash flow

for the periods ended December 31, 2012 and 2011

R$ million	2012	2011
CASH FLOW FROM OPERATING ACTIVITIES		
Net income	**861.2**	**830.9**
Adjustments to reconcile net income to net cash provided by operating activities:		
Depreciation and amortization	141.2	109.9
Provision for losses on swap and forward transactions	(52.3)	(14.3)
Provision (reversal) for tax, civil and labor contingencies	4.6	(8.0)
Interest and inflation adjustment of escrow deposits	(21.0)	(51.2)
Income tax and social contribution	414.9	406.8
(Gain) loss on sale on property, plant and equipment and intangible assets	15.7	13.5
Interest and exchange rate changes on borrowings and financing and other liabilities	163.2	121.7
Exchange rate changes on other assets and other liabilities	9.1	(7.8)
Stock options plans expenses	10.8	13.4
Provision for discount on assignment of ICMS credits	0.8	0.3
Allowance for doubtful accounts	7.9	(0.7)
Allowance for inventory losses	(23.8)	19.7
Provision for healthcare plan and carbon credits	44.2	12.4
Recognition of untimely used tax credits	(11.6)	(40.4)
Recognition of tax credits related to lawsuit	(1.7)	(16.9)
	1,563.2	**1,389.4**
(INCREASE) DECREASE IN ASSETS		
Trade receivables	(17.5)	(70.9)
Inventories	11.9	(136.9)
Recoverable taxes	29.5	(45.2)
Other receivables	(48.6)	(158.0)
Subtotal	**(24.6)**	**(411.0)**
INCREASE (DECREASE) IN LIABILITIES		
Domestic and foreign suppliers	162.1	121.8
Payroll, profit sharing and related taxes, net	79.8	(30.7)
Taxes payable	(2.7)	24.1
Other payables	14.1	(14.1)
Provision for tax, civil and labor contingencies	(6.3)	(0.8)
Subtotal	**247.0**	**100.1**
CASH GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES	**1,785.6**	**1,078.5**

OTHER CASH FLOWS FROM OPERATING ACTIVITIES		
Payments of income tax and social contribution	(320.8)	(319.6)
Payments of derivatives	(18.5)	(18.4)
Payment of interest on borrowings and financing	(104.3)	(76.7)
NET CASH GENERATED BY OPERATING ACTIVITIES	**1,342.0**	**663.8**
CASH FLOW FROM FINANCING ACTIVITIES		
Acquisition of property, plant and equipment and intangible assets	(437.5)	(346.4)
Proceeds from sale of property, plant and equipment and intangible assets	3.1	3.7
Withdrawal (payment) of escrow deposits	(32.6)	92.3
Short-term investments	(4,213.7)	-
Redemption of short-term investments	3,715.1	-
NET CASH USED IN INVESTING ACTIVITIES	**(965.6)**	**(250.3)**
CASH FLOW FROM FINANCING ACTIVITIES		
Repayments of borrowings and financing - principal	(629.7)	(648.7)
Proceeds from borrowings and financing	1,708.6	1,045.7
Sale of treasury shares due to exercise of stock options	30.8	1.2
Payment of dividends and interest on capital	(491.0)	(430.1)
Interim dividends and interest on capital	(363.5)	(332.8)
Acquisition of treasury shares	-	(104.5)
Capital increase through subscription of shares (353,289 common shares at average price of R$39.69)	-	9.0
NET CASH GENERATED (USED) IN FINANCING ACTIVITIES	**255.3**	**(460.1)**
Gains (losses) arising on translating foreign currency cash and cash equivalents	(2.9)	1.9
INCREASE (DECREASE) IN CASH AND CASH EQUIVALENTS	**628.8**	**(44.6)**
Cash and cash equivalents at beginning of year	515.6	560.2
Cash and cash equivalents at end of year	1,144.4	515.6
INCREASE (DECREASE) IN CASH AND CASH EQUIVALENTS	**628.8**	**(44.6)**
ADDITIONAL INFORMATION TO THE STATEMENTS OF CASH FLOWS		
Restricted cash	-	6.8
Bank overdrafts - unused	343.6	235.5

Glossary

_Benefit Sharing: based on Natura's Policy for the Sustainable Use of Biodiversity and Associated Traditional Knowledge, benefits are shared whenever we perceive various forms of value in the access gained to biodiversity. Therefore, one of the practices that defines the way in which these resources will be shared is to associate payments with the number of raw materials produced from each plant as well as the commercial success of the products in which these raw materials are used.

_CDI: the overnight rate for interbank deposits.

_GHG: Greenhouse gases.

_Innovation Index: the percentage of revenue earned in the last 12 months from the sale of products launched in the last 24 months.

_Natura Crer Para Ver Program: Crer Para Ver, which translates literally as "Believing is Seeing", is a special line of non-cosmetic products whose profits are transferred to the Natura Institute. Neither Natura nor Consultants earn money from sales of this line.

_Natura Consultant (CN): independent sales representatives who do not have a formal labor relationship with Natura.

_Natura Institute: is a non-profit organization created in 2010 to strengthen and expand our private social investment initiatives. The institute has enabled us to leverage our efforts and investments in actions that contribute to the quality of public education.

_Natura Super Consultant (CNO): independent sales representatives who do not have a formal labor relationship with Natura and support the Relationship Managers in their activities;

_Operations in Consolidation: grouping of operations: Argentina, Chile and Peru

_Operations in Implementation: grouping of operations: Colombia and Mexico

_Profit Sharing: the share of profit allocated to employees under the profit-sharing program.

_Sipatesp/Abihpec: São Paulo State Perfumery and Toiletry Association / Brazilian Cosmetics, Fragrance and Toiletry Industry Association.

_Supplier Communities: the communities of people engaged in small-scale farming and extraction activities in a variety of locations in Brazil, especially in the Amazon Region, from which the inputs used in our products are extracted from the local social and biodiversity. We form production chains with these communities that are based on fair prices, the sharing of benefits gained from access to the genetic heritage and associated traditional knowledge and support for local sustainable development projects. This business model has proven effective in generating social, economic and environmental value for Natura and for the communities.

_Sustainable Relations Network: sales model adopted in Mexico that features eight stages in a consultant's development: Natura Consultant, Natura Consultant Entrepreneur, Natura Trainer 1 and 2, Natura Transformer 1 and 2, Natura Inspirer and Natura Associate. To advance through the stages consultants must meet targets for sales volume and attracting new consultants and (unlike the models adopted in other countries) also for personal development and social and environmental engagement in the community.

_Target Market: refers to the market data published by Sipatesp/Abihpec. Considers only the segments in which Natura operates. Excludes diapers, oral hygiene products, hair dyes, nail polish, feminine hygiene products as well as other products.

_Trilhas Project: launched in 2009, this program's objective is to introduce first-grade students to the world of reading through a series of materials prepared to support the work of teachers in the areas of reading, writing and speaking.

restated figures

_Cost Distribution Table: Restatement of the distribution of costs in 2011 due to pertinent reclassifications.

_Productivity (new calculation method): at retail prices = (gross revenue/average number of consultants in the period) / (1%-consultant profit).

_Units of products for resale: The amounts for 2011 and 4Q11 were restated due to internal reprocessing. For fiscal year 2011, the number of units on a consolidated basis increased from 445,500 to 458,200. For 4Q11, the number of units on a consolidated basis increased from 131,100 to 131,000

EBITDA is not a measure under BR GAAP and does not represent cash flow for the periods presented. EBITDA should not be considered an alternative to net income as an indicator of operating performance or an alternative to cash flow as an indicator of liquidity. EBITDA does not have a standardized meaning and the definition of EBITDA used by Natura may not be comparable with that used by other companies. Although EBITDA does not provide under BR GAAP a measure of cash flow, Management has adopted its use to measure the Company's operating performance. Natura also believes that certain investors and financial analysts use EBITDA as an indicator of performance of its operations and/or its cash flow.

This report contains forward-looking statements. These forward-looking statements are not historical fact, but rather reflect the wishes and expectations of Natura's management. Words such as "anticipate", "wish", "expect", "foresee", "intend", "plan", "predict", "project", "desire" and similar terms identify statements that necessarily involve known and unknown risks. Known risks include uncertainties that are not limited to the impact of price and product competitiveness, the acceptance of products by the market, the transitions of the Company's products and those of its competitors, regulatory approval, currency fluctuations, supply and production difficulties and changes in product sales, among other risks. This report also contains certain pro forma data, which are prepared by the Company exclusively for informational and reference purposes and as such are unaudited. This report is updated up to the present date and Natura does not undertake to update it in the event of new information and/or future events.

